

REVISTA

PRAIAVERMELHA

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e áreas afins, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ângela Uller

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

DIRETORA

Pro^{fa} Dr^a Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva

VICE-DIRETORA

Pro^{fa} Dr^a Gabriela Maria Lema Icasuriaga

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Pro^{fa} Dr^a Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Pro^{fa} Dr^a Cleusa dos Santos

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Mailing Adress

UFRJ - Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP 22290-240

Rio de Janeiro - RJ

Telefone (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: [http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/](http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index)

[index.php/praiavermalha/index](http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index)

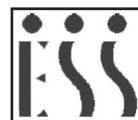
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José María Gómez,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Paulo Netto,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Myriam Lins de Barros,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUCRS- RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP- SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ- RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbek (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Werneck Vianna (UFRJ- RJ)

Michael Löwy (EHESS-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UNB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-RJ)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)

Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra,
Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

Rodrigo Castelo

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO - PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO - INGLÊS

Maurício Miranda

Catologação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 20, nº 1 (2010) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2010.

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política – Periódicos

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line – ISSN 1984 669X

Sumário

Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Yolanda Aparecida Demétrio Guerra	9
Artigos	
Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Ricardo Antunes	11
O trabalho informal e suas funções sociais Maria Augusta Tavares	21
A escravidão por dívida no Pará: considerações a partir de relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego Ricardo Rezende Figueira Adriana da Silva Freitas	37
A precariedade na periferia do capitalismo Rosangela Nair de Carvalho Barbosa	47
Mercado informal de alquiler: nueva puerta de acceso a los asentamientos populares Pedro Abramo	67
A “questão social” nas obras de Marx e Engels Rodrigo Castelo	85
Cultura e dominação de classe: o projecto ideológico pós-modernista e a retracção identitária e política das classes trabalhadoras centrais João Valente Aguiar	95
<i>História e Consciência de Classe como “Projeto Inacabado”</i> Fredric Jameson	109
Orçamento participativo e governo municipal: dilemas e possibilidades Antonia Jesuíta de Lima	125
Avaliação dos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro Ludmila Fontenele Cavalcanti Roberta Matassoli Duran Flach Rejane Santos Farias	143
Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense Fania Fridman Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	157
Resenhas	
Aqui ninguém é branco Katia Santos	169
Cidade: olhares e trajetórias Wania Mesquita	173
Normas editoriais	177

Contents

	Editorial	
	Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Yolanda Aparecida Demétrio Guerra	9
	Articles	
The being modes of informality: towards a new era of the structural casualization of labour?	Ricardo Antunes	11
	Informal labour and its social functions	
	Maria Augusta Tavares	21
Debt slavery: considerations based on monitoring reports of the Ministry of Labor and Employment	Ricardo Rezende Figueira Adriana da Silva Freitas	37
	The precariousness in the metropolitan periphery of capitalism	
	Rosangela Nair de Carvalho Barbosa	47
	Informal leasing market: the new pathway to popular settlements	
	Pedro Abramo	67
	The “social issue” at Marx’s and Engels’ works	
	Rodrigo Castelo	85
Culture and class domination: the postmodernist ideological project and the identitary and political retraction of central working classes	João Valente Aguiar	95
	<i>History and Class Consciousness as an unfinished project</i>	
	Fredric Jameson	109
Participative budget and the municipal government: dilemmas and possibilities	Antonia Jesuíta de Lima	125
Evaluation of the nucleus of attention to women in situations of sexual violence in maternities of Rio de Janeiro	Ludmila Fontenele Cavalcanti Robertta Matassoli Duran Flach Rejane Santos Farias	143
Territorial planning for the brazilian empire: the case of the province of Rio de Janeiro	Fania Fridman Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	157
	Book Review	
	Nobody here is white	
	Katia Santos	169
	City views and paths	
	Wania Mesquita	173
	Publications norms	177

EDITORIAL

O atual momento coloca muitas e variadas questões para o debate em torno da *Informalidade e Precariedade no capitalismo flexível*. Este número da Revista Praia Vermelha tem nesses temas seu eixo de discussão.

Qualificando melhor a questão da informalidade hoje, em “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?”, Ricardo Antunes afirma que estamos diante de um intenso e significativo processo de subproletarização – trabalho temporário e precarizado –, que, em suas diversas determinações, caracteriza o capitalismo atual. Em oposição à afirmação do *fim do trabalho*, podemos constatar uma expressiva precarização e informalidade do trabalho, que ocorre nas formas de trabalho parcial, subcontratado e precarizado.

Adensando a discussão sobre o tema informalidade, o artigo de Maria Augusta Tavares “O trabalho informal e suas funções sociais” aborda o trabalho informal no interior das transformações ocorridas nas décadas de 1970 a 1990, objetivando demonstrar os equívocos e as intencionalidades da setorialização da economia. Para a autora, as relações de produção, pós-anos 90, são marcadas por uma informalidade que se expande em sintonia com a flexibilidade toyotista, mediante o trabalho produtivo e o improdutivo, em termos marxistas, o que atesta a funcionalidade do trabalho informal na produção capitalista.

O artigo “A escravidão por dívida no Pará: considerações a partir de relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego” elaborado por Ricardo Rezende Figueira e Adriana da Silva Freitas revela uma das mais dramáticas formas assumidas pelo trabalhador brasileiro. Considera os diferentes atores, sua relação e diferentes posições sociais, envolvidos com aquilo que foi considerado escravidão contemporânea em propriedades rurais no Pará, na Amazônia. Produzido com base nos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, o texto mostra que a escravidão permanece como uma forma de trabalho informal no Brasil de hoje.

O artigo “A precariedade na periferia do capitalismo”, de autoria de Rosângela Barbosa, articula informalidade e precariedade no contexto da flexibilização produtiva. Trata-se de um estudo de caso

sobre o incremento econômico e a vida urbana no município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). A partir de pesquisa sobre indicadores sociais e a dinamização econômica da região, a autora constata a superposição histórica da precariedade nos diferentes ciclos econômicos da industrialização tardia naquele território.

As dimensões da informalidade marcadas no espaço urbano ganha expressão na revista por meio do artigo “Mercado informal de alquiler: nueva puerta de acceso a los asentamientos populares”. Pedro Abramo propõe algumas reflexões sobre o desenvolvimento da moradia para aluguel em áreas consolidadas das cidades latino-americanas, de acordo com as oportunidades econômicas oferecidas pelo mercado informal e pelos programas públicos de habitação. Ressalta a importância do mercado informal de alugueis, as oportunidades geradas com a incorporação da economia imobiliária popular nas políticas de habitação social e, finalmente, discute a relação entre o Estado regulador e os territórios populares.

Historicamente, o trabalho formal e informal no capitalismo e os conflitos produzidos nas relações sociais conformam a “questão social”. Nesse sentido, o artigo “A ‘questão social’ nas obras de Marx e Engels”, de Rodrigo Castelo, coloca em relevo as chaves heurísticas da tradição marxista para o desvelamento do tema. Conforme assevera Castelo, a “questão social” surgiu por volta de 1830, época em que muitos pesquisadores a conceituavam a partir de suas expressões empíricas: pobreza das massas populares e as desigualdades sociais. Essa definição para Castelo, não ultrapassa as aparências que conformam a questão social.

Os rebatimentos na consciência de classe e subjetividade da classe trabalhadora de transformações operadas no mundo do trabalho são debatidos em dois artigos do presente dossiê.

“Cultura e dominação de classe: o projecto ideológico pós-modernista e a retracção identitária e política das classes trabalhadoras centrais”, texto apresentado por João Valente Aguiar. Reflete sobre a “invisibilidade” do sujeito da transformação social. Coloca em dúvida o tratamento desse processo como algo inevitável e “natural” no quadro mais

global de desenvolvimento social. Para o autor, trata-se de um processo social, econômico, político e ideológico-cultural. Entende que as dinâmicas culturais e ideológicas estão no centro da ofensiva neoliberal contra as classes trabalhadoras para aumentar a taxa de mais-valia e, ao mesmo tempo, legitimar um amplo consenso em torno de fenômenos sociais mercantilizados.

Fredric Jameson aprofunda o debate sobre a questão da consciência da classe, retomando a obra de Lukács para uma reflexão que intitula “*História e Consciência de Classe*” como “projeto inacabado”. Para o autor, dificilmente se pode questionar a unidade do pensamento de Lukács quando as relações entre os conceitos de totalidade e realismo são bem compreendidas. Argumentando em favor desta idéia, Jameson analisa o destino teórico do grande livro do filósofo húngaro, mostrando, na contra corrente do pós-modernismo, que as teses e questões colocadas por esta obra seminal ainda se mostram extremamente relevantes no atual momento. De acordo com o pensador norte-americano, precisamos urgentemente elaborar uma teoria do conhecimento para o nosso tempo, levando em conta a experiência histórico-existencial das chamadas minorias.

Apresentamos, na parte destinada a temas diversos, um conjunto de artigos com forte presença nos debates de nossos leitores e da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, o texto “Orçamento participativo e o governo municipal: dilemas e possibilidades” de Antonia Jesuíta de Lima é elaborado a partir de reflexões iniciais de uma pesquisa sobre Orçamento Participativo em Teresina, Piauí. A autora aponta que o debate que circunda o redimensionamento das instituições democráticas contemporâneas sinaliza para a redefinição das relações entre Estado e sociedade e a emergência de novos paradigmas de gestão pública calcados em um duplo processo, de descentralização e participação.

Tendo como foco central a questão da violência sexual as autoras Ludmila Fontenele Cavalcanti, Roberta Matassoli Duran Flach e Rejane Santos Farias apresentam uma “Avaliação dos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro”. Analisam, com propriedade de pesquisadoras, as percepções dos profissionais de saúde, gestores e mulheres usuárias dos núcleos de atendimento às

mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa avaliativa cujos resultados apontam para uma incorporação diferenciada dos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica decorrente da trajetória de consolidação dos núcleos e da inserção diversificada dos profissionais e gestores.

Last but not least o artigo “Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense” elaborado por Fania Fridman e Maria Isabel de Jesus Chrysostomo traz para o debate projetos esboçados a partir da idéia de nação amparada no discurso de união física e social e que tiveram no território seu eixo central. As autoras interrogam, através do papel desempenhado pela província do Rio de Janeiro em um cenário marcado por conflitos, de que maneira a sociedade imperial atendia àquelas demandas e em que termos os planos se diferenciavam daqueles implementados no período colonial.

As resenhas do livro *Aqui Ninguém é Branco*, de Liv Sovik, e da coletânea “*Cidade: olhares e trajetórias*,” organizada por Sandra de Sá Carneiro e Maria Josefina Gabriel Sant’anna, oferecem aos nossos leitores a possibilidade de ampliar os horizontes de análise sobre a questão social e atestam, juntamente com os demais artigos, a vocação interdisciplinar de nosso periódico.

Rio de Janeiro, junho de 2010.

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra
 Editoras Científicas

Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?

Ricardo Antunes*

Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?

Resumo: Como resultado das transformações e metamorfoses nos países capitalistas, estamos diante de um intenso e significativo processo de subproletarização – trabalho temporário e precarizado –, que, em suas diversas determinações, caracteriza o capitalismo atual. Estas metamorfoses não invalidam a lei do valor quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como uma expressão de múltiplas atividades combinadas. Em oposição à afirmação do *fim do trabalho*, podemos constatar uma expressiva precarização e informalidade do trabalho, que ocorre nas formas de trabalho parcial, subcontratado e precarizado.

Palavras-chave: Metamorfoses do trabalho; Precarização do trabalho; Subcontratação; Informalidade do trabalho; Lei do valor.

The being modes of informality: towards a new era of the structural casualization of labour?

Abstract: As a result of the transformations and metamorphoses in the capitalist countries, we are in the presence of a significant process of intensive underproletarianisation – casual and temporary labour –, that, in its diverse determinations, characterizes today capitalism. These metamorphoses do not deny the law of value when one considers the labour totality, the *socially combined labour capacity*, the *collective worker* as an expression of multiple combined activities. Contrary to the affirmation of the *end of labour*, we observe an expressive casualization and informality of labour, that occurs in the forms of partial, precarious and subcontracted labour.

Keywords: Metamorphoses of labour; Casualization of labour; Subcontracting; Informality of labour; Law of value.

Recebido em 28.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

O mundo do capital, desde sua gênese, estampou um claro sentido destrutivo em relação ao trabalho, sem deixar de acentuar que este traço de superfluidade e destrutividade também afetou diretamente a natureza e, sob a forma ainda mais perversa, a destruição através da guerra, dentre tantos outros elementos que conformam seus traços atuais.

No que concerne mais diretamente ao trabalho, é também evidente que as formas atuais de valorização do valor trazem embutidos novos modos de geração da *mais valia* (quer sob a forma *absoluta* e/ou *relativa*), ao mesmo tempo em que expulsa da produção uma infinidade de trabalhos que se tornam sobrantes, descartáveis e cuja função passa a ser a de expandir o bolsão de desempregados, deprimindo ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, pela via da retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

No volume III de *O Capital*, dentre tantas outras partes em que tratou da temática, ao discorrer sobre a *economia no emprego* e a utilização dos *resíduos da produção*, Marx pode indicar essa tendência ainda uma vez mais de modo cabal. Em suas palavras:

O capital tem tendência a reduzir ao necessário o trabalho vivo diretamente empregado, a encurtar sempre o trabalho requerido para fabricar um produto – explorando as forças produtivas sociais do trabalho – e portanto a economizar o mais possível o trabalho vivo diretamente aplicado. Se observamos de perto a produção capitalista, abstraindo do processo de circulação e da hipertrofia da concorrência, verificamos que procede de maneira extremamente parcimoniosa com o trabalho efetuada, corporificado em mercadorias. Entretanto, mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebro. Na realidade, só malbaratando monstruosamente o desenvolvimento individual assegura-se e realiza-se o desenvolvimento da humanidade na época histórica que precede a fase em que se reconstituirá conscientemente a sociedade humana. Todas as parcimônias de que estamos tratando decorrem do caráter social do trabalho, e é de

fato esse caráter diretamente social do trabalho a causa geradora desse desperdício de vida e da saúde dos trabalhadores. (MARX, 1974: 97 e 99)

Premonitória, podemos adicionar que, em plena eclosão da mais recente crise global, esse quadro se amplia ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz tayloriano-fordista. Pautado pela *subsunção real do trabalho* (MARX, 1978) ao mundo maquinico, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital, este trabalho relativamente mais formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo o *trabalho atípico* (VASAPOLLO, 2005), os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama e variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” etc.

Estas modalidades de trabalho – configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade – vêm ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência* do *não-valor*; utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *auto-exploração* do trabalho).

Seria necessário recordar que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho, em São Paulo, que chegam a dezessete horas por dia, na indústria de confecção, através de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos controlados por patrões coreanos ou chineses, aflorando um traço pouco visível e brutal da chamada “globalização”, que configura modalidades de trabalho imigrante no limite da condição degradante?

Ou a profusão de exemplos de trabalho no agronegócios do açúcar, onde cortar mais de dez toneladas de cana por dia é a média em São Paulo, sendo que no Nordeste do país esse número pode chegar até 18 toneladas diárias?

Ou ainda o acintoso exemplo do Japão, onde jovens operários de várias partes do país e do exterior migram em busca de trabalho nas cidades e dormem em cápsulas de vidro, do tamanho de um caixão, configurando o que denominei como *operários encapsulados*. No outro lado do mundo, aqui na nossa América Latina, mulheres trabalhadoras

domésticas chegam a realizar jornadas de noventa horas por semana, tendo não mais que um dia de folga ao mês, conforme lembrou Mike Davis, em seu *Planeta Favela* (DAVIS, 2006).

Trata-se, portanto, de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. Isso porque, na eliminação/utilização dos *resíduos da produção*, o capital desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os cada vez mais por trabalhos precarizados, que se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços. A eclosão generalizada do *desemprego estrutural* em escala transnacional é a expressão limite mais aguda e trágica desta destrutividade presente no mundo do trabalho¹

Como, entretanto, o capital não pode valorizar-se, isto é, gerar mais-valor, sem realizar alguma forma de interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, ele busca incessantemente o aumento da produtividade do trabalho, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor, através da ampliação do *trabalho morto* corporificado no maquinário técnico-científico-informacional.

A informalização do trabalho torna-se, então, um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias, uma vez que se torna cada vez mais permanente na fase da *liofilização organizativa*, para retomar a sugestão de Juan J. Castillo (CASTILLO, 1996) ou da *flexibilidade liofilizada*, como preferimos denominar. Compreender seus modos de expressão e seus significados é, então, importante, para que possamos ter uma melhor inteligência dos mecanismos e das engrenagens que impulsionam o mundo do trabalho em direção à informalidade.

II

Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem re-

gistro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado.²

Uma primeira modalidade de informalidade remete à figura dos **trabalhadores informais tradicionais**, “inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nesta atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários.” (ALVES; TAVARES, 2006)

Neste universo encontramos “os menos ‘instáveis’, que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços”, de que são exemplos as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediato como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal, camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos (Ibidem).

Há também os informais mais “instáveis”, recrutados temporariamente e freqüentemente remunerados por peça ou por serviço realizado. Eles realizam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral. Estes trabalhadores mais “instáveis” podem inclusive ser subempregados pelos trabalhadores informais mais “estáveis” (Ibidem).

Nesta primeira modalidade – **trabalhadores informais tradicionais** – podemos incluir os trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado. Segundo a caracterização de Alves e Tavares, “são trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados *bicos*. Nesses casos obtém-se um baixo rendimento com essas atividades”, como os “vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitador, salgadeiras, faxineiras e confecção de artesanato nas horas de folga”. Ainda neste espec-

tro de atividades informais tradicionais encontram-se as pequenas oficinas de reparação e concertos, estruturadas e mantidas pela clientela do *bairro* ou relações pessoais (Ibidem).

Inseridos na divisão social do trabalho capitalista, essa gama de trabalhadores informais “contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda” (Ibidem).

Não há horário fixo de trabalho e as jornadas de trabalho levam freqüentemente ao uso das *horas vagas* para aumentar a renda oriunda do trabalho. Acrescente-se ainda o fato de que, no trabalho por conta-própria, além do uso de seu trabalho, pode haver uso da força de trabalho de outros membros da família, com ou sem remuneração.

Uma segunda modalidade remete à figura dos ***trabalhadores informais assalariados sem registro***, ao arrepio da legislação trabalhista, uma vez que perderam o estatuto de contratualidade e que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, excluindo-se do acesso das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria. (Ibidem). A indústria de têxtil, de confecções e de calçados, por exemplo, dentre tantas outras, têm acentuado esta tendência (ANTUNES, 2006).

Isto porque a racionalidade instrumental do capital impulsiona as empresas à flexibilização do trabalho, da jornada, da remuneração, aumentando a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que freqüentemente assumem feição informal. Nos exemplos de Alves e Tavares encontram-se “(..) os casos de trabalho em domicílio que se especializam por áreas de ocupação, prestando serviços às grandes empresas, que também se utilizam da subcontratação para a montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante”, (Ibidem). Muitas vezes este modo de trabalho se realiza também em galpões – como na indústria de calçados – onde a informalidade é a norma.

Uma terceira modalidade é encontrada nos ***trabalhadores informais por conta-própria***, que podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada (Ibidem).

Segundo Alves e Tavares (2006), as “formas de inserção do trabalhador por conta-própria na economia informal não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas, como forma de possibilitar a extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta. Lembramos que há diferentes formas de inserção do trabalho informal no modo de produção capitalista e, para sua análise, devemos considerar essa grande heterogeneidade, buscando desvendar quais os vínculos existentes entre esses trabalhadores e o acúmulo de capital”.

E acrescentam: “Deste modo, proliferaram-se os pequenos negócios vinculados às grandes corporações, envolvendo as áreas de produção, comércio e prestação de serviços. Os pequenos proprietários informais atuam em áreas que não atraíam investimentos capitalistas de maior vulto, de modo a atender à demanda por determinados bens e serviços. Esses trabalhadores adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, são elas que definem sua forma de inserção no mercado”, (Ibidem).

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc, como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos do trabalho.

As “cooperativas” patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da

força de trabalho e a conseqüente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa.

É neste quadro, caracterizado por um *processo tendencial de precarização estrutural do trabalho*, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

III

Feito este desenho inicial, que apresenta algumas modalidades vigentes da informalidade hoje, vamos indicar analiticamente algumas teses que fundamentam esse múltiplo processo de *informalização* e de *precarização* da força humana de trabalho em escala global. O faremos a partir do enunciado de duas teses:

Primeiro, a que discorre sobre a falácia da “qualidade total” sob a vigência da *lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias* e, segundo, a que apresenta a similitude existente entre o *descarte do trabalho* e a *superfluidade da produção em geral* – tal como apresentamos na formulação marxiana que inicia este artigo – e que está presente nas práticas de *liofilização* da chamada “qualidade total”.³

Na presente fase de *intensificação da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* (MÉSZÁROS, 2002), a falácia da qualidade torna-se evidente e ela talvez possa ser formulada desse modo: quanto mais “qualidade total” as mercadorias e os produtos que resultam do processo produtivo capitalista alegam ter, *menor é o seu tempo de duração*.

A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, faz com que a

“qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, *uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado*. A “qualidade total”, por isso, deve se adequar ao sistema de metabolismo sócio-reprodutivo do capital, afetando tanto a produção de bens e serviços, como as instalações, maquinários e a própria força humana de trabalho, (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2009).

Desse modo, o apregoado desenvolvimento dos processos de “qualidade total” converte-se na expressão fenomênica, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo gerador do descartável e do supérfluo, real impedimento para a criação de uma sociedade efetivamente autossustentada, fora dos constrangimentos da reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas e destrutivos.

Além do exemplo emblemático dos *fast foods* (do qual o McDonalds é exemplar), expressão simbólica da sociedade do *entertainment* propiciada pelo capital, podemos lembrar também do tempo médio de vida útil estimada para os automóveis mundiais, cuja durabilidade é cada vez mais reduzida.

Recentemente, vimos a explosão do *recall*, que atingiu quase todas as grandes montadoras, como a Ford, GM, Fiat, sem deixar de mencionar o caso mais espetacular, o recente *recall* da Toyota, nos inícios de 2010, quando milhares de veículos foram produzidos por uma peça que tinha claro componente propiciador de acidentes que, em certos casos, – e não foram poucos – foram letais, ocasionando a ampliação da crise na “montadora da qualidade total” em sua unidade nos EUA. O próprio presidente da Toyota teve que se desculpar no parlamento norte-americano, como se isso em alguma medida repusesse as perdas humanas.

Laboratório de uma qualidade que destrói a longevidade, de um invólucro que converte os consumidores em cobaias dos inventos feitos a qualquer preço, esse exemplo estampa a tendência destrutiva presente no âmago da chamada “qualidade total”, que tem que conviver com a *redução tendencial do tempo de vida útil das mercadorias*, para incrementar (destrutivamente) o processo de valorização do capital.

Portanto, as empresas, na competitividade exacerbada que travam entre si para avançar na guerra

da “produtividade de perfil destrutivo”, são impedidas a reduzir o tempo entre produção e consumo, incentivando ao limite esta tendência restritiva do valor de uso das mercadorias.

Tendo que acompanhar – e vencer para sobreviver – a competitividade existente em seu ramo produtivo, os capitais desencadeiam uma lógica na qual a busca da “qualidade total” é um mecanismo intrínseco e funcional, redutor do ciclo de vida útil dos produtos, ainda que tenha a *aparência* (no sentido dado por Marx) do avanço real da qualidade (sem aspas).

Podemos também mencionar a indústria de computadores, expressão desta tendência depreciativa e decrescente do valor de uso das mercadorias, onde um sistema de *softwares* torna-se obsoleto e desatualizado em tempo reduzido, obrigando o consumidor a adquirir a nova versão ou perder seu maquinário quando tem que fazer uma reposição, pois o custo de uma peça a ser trocada frequentemente excede o preço de um novo equipamento, o que leva ao descarte precoce de uma máquina computacional.

Isso porque os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão “inovar” ou correr o risco de serem ultrapassados pelas empresas concorrentes, conforme ocorre com as empresas transnacionais de computadores, onde, paralelamente à “inovação” constante de seu sistema, o tempo de vida útil dos produtos também se reduz enormemente, (KENNEY, 1997).

Como o capital tem uma tendência *expansionista* intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção supérflua e destrutiva. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o capitalismo, ao mesmo tempo em que reitera sua suposta capacidade de elevação da “qualidade total”, converte-se de fato em inimigo da durabilidade dos produtos; desencorajando e mesmo inviabilizando práticas produtivas orientadas para as reais necessidades humano-sociais, (MÉSZÁROS, 2002).

Opõe-se, portanto, frontalmente à longevidade dos produtos e a denominada “qualidade total” acaba por converter-se no seu contrário, isto é, na negação da durabilidade das mercadorias.

O resultado é visível quando se dissipa a bruma ideológica que sustenta esse engenhoso mecanismo: quanto mais “qualidade total” as mercadorias

aparentam ter (e aqui novamente a *aparência* faz a diferença), mais reduzido é seu tempo de vida útil e menor é o tempo de duração que elas devem efetivamente conter. O desperdício, a superfluidade, a destrutividade e a obsolescência programada tornam-se características determinantes da produção, seja ela material, seja imaterial. E o curioso é que, mergulhados nesta lógica destrutiva, nunca os capitais falaram tanto em *sustentabilidade*.

Como já pudemos indicar em *Os Sentidos do Trabalho* (ANTUNES, 2009), aqui não se está questionando o que seria um efetivo avanço tecnocientífico se este fosse pautado pelos reais imperativos humano-sociais. Exatamente pela vigência da lógica destrutiva do capital, que plasma a forma da tecno-ciência contemporânea em sua razão instrumental, que os mecanismos e as engrenagens do sistema de metabolismo sócio-econômico acabam por converter em descartável e supérfluo tudo que poderia ser preservado e reorientado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais, quanto para se evitar uma destruição incontrolável e degradante do meio ambiente, da relação metabólica entre trabalho e natureza.

E algo similar vem ocorrendo no universo do trabalho, o que nos permite avançar na segunda tese, qual seja: a empresa da *flexibilidade liofilizada* tem uma impulsão intrínseca em direção ao aumento da *superfluidade do trabalho*.

Isso porque o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, dos *trabalhadores hifenizados*, do *cybertariado* (HUWS, 2003), do *infoproletariado* (ANTUNES; BRAGA, 2009), variantes do *proletariado* da era *cyber*, que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços.

Como o tempo e o espaço estão em frequente mutação, nesta fase de mundialização do capital, a redução do proletariado taylorizado, especialmente nos núcleos mais avançados da indústria e a paralela ampliação do *trabalho intelectual* nas plantas produtivas onde esta modalidade de trabalho é requerida, caminham em clara inter-relação com a *ampliação generalizada dos novos proletários, mais precarizados, terceirizados e informalizados*, tanto na indústria, quanto na agricultura e nos serviços, além, de suas áreas de evidente conexão,

como a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais.

Como o capital só pode reproduzir-se acentuando seu forte sentido de desperdício, é útil a síntese de Tosel, quando afirma que é a própria “centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo” que, uma vez (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, “procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)”, (TOSEL, 1995: 210).

Como pude sintetizar recentemente, ao apresentar a *Revista Katálysis* (2009): “Em verdade, intensificaram-se e ampliaram-se as formas geradoras do valor, articulando um maquinário altamente avançado (de que são exemplo as tecnologias de comunicação e informação que invadiram o mundo da mercadoria) com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores ‘qualificações’ e ‘competências’ da força de trabalho (seja aquela de perfil acentuadamente manual ou a que exercita uma destreza *quase artesanal* na era informacional do capital, além do contingente de trabalho humano fornecedor de maior potencialidade *intelectual*, aqui entendida em seu restrito sentido dado estritamente pelo mercado, e que se integra no *trabalho social complexo, e combinado*, de que falava Marx”, (ANTUNES, 2004).

É como se todos os espaços possíveis fossem *potencialmente convertidos em geradores de mais-valor*, desde aqueles que ainda mantém laços de formalidade e contratualidade, até aqueles que se pautam pela mais pura informalidade, na franja *integrada* ao sistema, não importa que sejam atividades predominantemente *manuais* ou aquelas acentuadamente responsáveis por atividades consideradas (sempre pelo olhar do mercado) como mais “intelectualizadas”, “dotadas de conhecimento”, o que deu vitalidade e contemporaneidade, ao invés de depauperar, a *teoria do valor-trabalho*.⁴

Se no século XX, presenciemos a vigência da *era da degradação do trabalho*, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos defronte a *outras modalidades e modos de ser da precarização*, próprias da fase da flexibilidade toyotizada, com seus traços de continuidade e descontinuidade em relação à forma tayloriano-fordista.

À título de hipótese, que estamos explorando mais recentemente em nossa pesquisa, podemos sugerir ao menos duas *formas mais gerais* que desenharam o que venho denominando como *precarização estrutural do trabalho*.

A primeira, de base tayloriano/fordista, é mais acentuadamente *despótica*, embora mais *regulamentada e contratualista*. O trabalho é mais coisificado e reificado, maquinal, embora provido de direitos e de regulamentação social. É uma modalidade de trabalho coisificado de tipo regulamentado, tão ricamente explorada por Lukács em seu *História e Consciência de Classe* e por Gramsci em seu ensaio *Americanismo e Fordismo*, ambos seminais.

A segunda forma de degradação do trabalho advém da implantação do que denomino como *flexibilidade liofilizada*, aparentemente mais “participativa”, mas cujos traços de estranhamento e reificação são mais *interiorizados* do que aqueles vigentes no período precedente. Sem deixar de mencionar o fato de que a era da *flexibilidade liofilizada* é responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho e pela generalização das novas modalidades da precarização.

As “responsabilizações” e as “individualizações”, os “parceiros” ou “consultores”, os “envolvimentos” dos novos “colaboradores”, as “metas” e “competências” que povoam o universo discursivo do capital são, portanto, traços fenomênicos, encobridores de uma acentuada informalização e precarização do trabalho.

Sem querer esboçar uma fenomenologia da subjetividade, que pudesse tornar mais inteligíveis as bases sócio-históricas do fenômeno da alienação ou do estranhamento na empresa capitalista contemporânea, vale ao menos remeter às inúmeras possibilidades analíticas existentes a partir da diferenciação sugerida por Lukács, na sua obra de maturidade, a *Ontologia do Ser Social* e recuperada por Tertulian, entre as reificações “inocentes” e as reificações “alienantes”, que aqui não podemos desenvolver.⁵ (Ver TERTULIAN, 1993; LUKÁCS, 1981).

Estamos, portanto, frente a uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda era moderna, ampliando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho. Avançando na formulação, no atual contexto de crise estrutural do capital, parece que estamos

adentrando numa nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global.⁶

Ou seja, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e mais explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma superfluidade crescente, cada vez geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural.

Em outras palavras, labor mais qualificado para um contingente cada vez mais reduzido e um labor cada vez mais instável e precarizado para um universo cada vez mais ampliado de trabalhadores e trabalhadoras. Ora intensificando intelectual e/ou manualmente os trabalhos dos que se encontram no mundo da produção, ora expulsando enormes contingentes de assalariados que não têm mais possibilidade real de serem incorporados e absorvidos pelo capital e que se somam às fileiras do bolsão de desempregados.

Que, entretanto, cumprem papel ativo no ciclo de valorização do valor, especialmente pela criação de um enorme excedente de força de trabalho que subvaloriza quem se mantém no universo do trabalho assalariado.

Por fim, é preciso enfatizar que a informalidade, em seus distintos modos de ser – que aqui tão somente indicamos alguns exemplos – supõe sempre a ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho, tal como se estruturou a relação capital e trabalho especialmente ao longo do século XX, sob a vigência tayloriano-fordista, quando o trabalho regulamentado tinha prevalência sobre o desregulamentado.

Se a informalidade não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização. Se a boa teoria e a cuidadosa reflexão não devem borrar conceitos e categorias que são assemelhados e similares (mas não necessariamente idênticos), apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações tornam-se, entretanto, imprescindível.

Assim, neste universo categorial e analítico, poder-se-ia concluir acrescentando que a flexibilização e a informalização da força de trabalho são caminhos seguros, utilizados pela engenharia do capital, para arquitetar e ampliar a *intensificação*,

a *exploração* e, *last but not least*, a *precarização estrutural do trabalho* em escala global.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. *A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização*. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Ricardo Antunes (org.). São Paulo : Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 11ª edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo : Boitempo, 2006.

_____. *As configurações do trabalho na sociedade capitalista*. *Revista Katálysis*, vol. 12, nº 2, julho/dezembro, UFSC, 2009.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários (degradação real do trabalho virtual)*. São Paulo: Boitempo, 2009a.

CASTILLO, Juan J. *Sociologia del trabajo*. Madrid: CIS, 1996.

DAVIS, Jim; HIRSCHL, Thomas; STACK, Michael. *Cutting edge: technology, information, capitalism and social revolution*. Londres/Nova Iorque: Verso, 1997.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*, São Paulo: Boitempo, 2006.

HUWS, Ursula. *The making of a cybertariat: virtual work in a real world*. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press, 2003.

KENNEY, Martin. *Value creation in the late twentieth century: the rise of the knowledge worker*, in DAVIS, Jim, op. cit., 1997.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell'essere sociale II*, Vol. 1 e 2. Roma: Riuniti, 1981.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *Capítulo VI* (inédito), São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

TOSEL, André. *Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus*, in BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques. *La crise du travail. Actuel Marx confrontation*. Paris: Press Universitaires de France, 1995.

TERTULIAN, Nicolas. *Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács*, Archives de Philosophie - Reserches et Documentation 56, julho/setembro, Paris, 1993.

VASAPOLLO, L. *O Trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Notas

- 1 Um traço preocupante deste cenário que vimos recentemente em uma manifestação de trabalhadores britânicos em greve, no início de 2009, que estampava em seus cartazes os seguintes dizeres: “*Put British Workers First*” (Empreguem primeiro os trabalhadores britânicos), em manifestação contrária à contratação de italianos e portugueses. Se é justa a consigna de *salário igual para trabalho igual*, também é muito preocupante a manifestação que pode conter traços xenofóbicos contra trabalhadores portugueses, italianos ou poloneses.
- 2 Em *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, há um desenho das características principais da informalidade, que utilizaremos a seguir, feita por Alves e Tavares (ANTUNES, 2006).
- 3 Retomamos aqui duas teses originalmente apresentadas em *Os Sentidos do Trabalho*, Boitempo, 10ª ed. reimpressão, revista e atualizada.

4 No que segue, retomo algumas idéias apresentadas na minha Apresentação à Revista *Katály-sis*, op. cit.

5 As reificações inocentes manifestam-se quando ocorre a condensação das atividades em um objeto, em uma coisa, propiciando a “coisificação” das energias humanas, que funcionam como reflexos condicionados e que acabam por levar às reificações “inocentes”. A subjetividade é reabsorvida no funcionamento do objeto, sem efetivar-se uma “alienação” propriamente dita. (TERTULIAN, 1993: 441). As reificações “alienadas” ocorrem quando a subjetividade é transformada em um objeto, em um “sujeito-objeto, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. O indivíduo que chega a autoalienar suas possibilidades mais próprias, vendendo por exemplo sua força de trabalho sob condições que lhe são impostas, ou aquele que, em outro plano, sacrifica-se ao ‘consumo de prestígio’, imposto pela lei de mercado”, (ibidem).

6 Uma rápida consulta aos dados acerca do desemprego mundial é sintomática. A OIT projetou mais de 50 milhões de desempregados, ao longo de 2009, em consequência da intensificação da crise que atingiu especialmente os países do Norte. E acrescentou que aproximadamente 1,5 bilhão de trabalhadores sofreriam redução em seus salários (*Relatório mundial sobre salários 2008/2009*). A América Latina não ficou de fora deste cenário assustador: a OIT estimou que “até 2,4 milhões de pessoas” poderiam entrar nas filas do desemprego em 2009, somando-se aos quase 16 milhões hoje desempregados, sem falar do “desemprego oculto” e outros mecanismos que mascaram as taxas reais de desemprego (Panorama Laboral para América Latina e Caribe, janeiro de 2009). Nos EUA, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Japão, dentre tantos outros países, os índices de desemprego são os maiores das últimas décadas.

Ricardo Antunes

* Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/UNICAMP. Autor, dentre outros livros, de

Adeus ao trabalho? (14ª edição, revista e ampliada, Cortez); *Os sentidos do trabalho* (11ª edição, revista e ampliada, Boitempo) e *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual, co-organização* (Boitempo). Coordena as coleções *Mundo do Trabalho* (Boitempo) e *Trabalho e Emancipação* (Expressão Popular).

O trabalho informal e suas funções sociais

Maria Augusta Tavares*

O trabalho informal e suas funções sociais

Resumo: O artigo tem como objeto o trabalho informal no interior das transformações ocorridas nas décadas de 1970, 80 e 90, objetivando demonstrar os equívocos e as intencionalidades da setorialização da economia. A concepção dos setores formal e informal é analisada nas interpretações dualista e não dualista, que mais se destacaram na literatura econômica, quais sejam, a perspectiva da OIT e a Teoria da Subordinação. Demonstra-se que, malgrado o avanço da segunda, nem uma nem a outra expressam as relações de produção pós-anos 90, concluindo-se por uma informalidade que se expande, em sintonia com a flexibilidade toyotista, mediante trabalho produtivo e improdutivo, em termos marxistas, o que atesta a funcionalidade do trabalho informal na produção capitalista.

Palavras-chave: Trabalho informal; Autonomia; Função social; Salário por peça.

Informal labour and its social functions

Abstract: The article has as its changes in the informal labor economy which occurred in the 1970's 80's and 90's and demonstrate the errors and purposes of the sectorization of the economy. The concept of formal and informal sectors is analysed in dualist and non-dualist interpretations, which most stood out in economic literature, and which are in the perspective of OIT and Theory of Subordination. It demonstrates that, in spite of the progress of the second neither one or the other expresses the relationships of the production of the post 90's years, concluding by an informality which expands, in syntony which the toyotal flexibility, through productive or non-productive, in Marxist terms, or which attests to the functionality of informal labor in capitalist production.

Keywords: Informal labor; Autonomy; Social function; Piecework wages.

Recebido em 20.02.2010. Aprovado em 02.04.2010.

Introdução

Sabe-se que, malgrado o enorme desenvolvimento capitalista, esta sociedade convive, ainda hoje, com formas que carregam características pré-capitalistas, o que não significa estarem à margem do sistema, pois as determinações deste, em maior ou menor grau, alcançam todas as relações sociais.

Evidente que a expansão e a complexificação do mercado requer predominantemente relações formais. Contudo, isso não justifica interpretações que segmentam a economia, como se o desenvolvimento capitalista não comportasse expressões de atraso, as quais, contraditoriamente, são inelimináveis da lógica do capital. Dentre as interpretações dualistas, a formulação mais conhecida – porque facilmente incorporada, tanto nos meios acadêmicos quanto nos políticos – é a da OIT (1972), segundo a qual a economia estaria dividida em dois setores: formal e informal.

Os conceitos de formal e informal tornaram-se senso comum. Contudo, nem é simples definir o conjunto de atividades denominado de “setor informal”¹, nem este cabe numa única interpretação. Apesar de o termo ser usado com muita frequência, não há um consenso sobre a composição própria ao sistema de produção informal. Devido à complexidade dos fenômenos geradores, ao grau de heterogeneidade das ocupações, às relações sociais de produção e às implicações político-econômicas decorrentes, é muito difícil explicá-lo adequadamente. Essa dificuldade também se reflete na definição da unidade econômica que seria mais adequada para medir o “setor informal”: os indivíduos, os domicílios ou as empresas? Coloca-se em dúvida a caracterização quanto ao setor ser ou não capitalista, pelo fato de estar muito mais voltado à necessidade de criação de empregos do que às oportunidades de investimento. Ora, não é objetivo do capital criar empregos, nós o sabemos. Para Marx, “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (1983: 263). Assim, quando ou se o chamado “setor informal” não cumpre essa função, constitui-se apenas numa espécie de pronto-socorro dos desem-

pregados. Por vezes, esse espaço econômico é também denominado setor não-organizado, levando-se em conta o baixo nível de capitalização e a mão de obra intensiva e de baixa qualificação. Questiona-se, ainda, a linha divisória entre os “setores formal e informal”. Quanto às interpretações – dualistas e não dualistas –, estas se explicam mediante os marcos teóricos que orientam o pensamento de seus interpretadores. Tais correntes de pensamento se contrapõem nas análises sobre o desemprego, o subemprego e a miséria urbana e as políticas de emprego para os países subdesenvolvidos e de industrialização tardia, como o Brasil.

Em sendo assim, já se pode inferir que adotar uma ou outra concepção não significa apenas defender um ponto de vista, mas, principalmente, assumir ou não uma posição consequente ante os problemas sociais decorrentes do desemprego. Portanto, o que seria para a fenomenologia, por exemplo, um problema de planejamento, seria para o marxismo um problema estrutural. Nesse sentido, é válido conhecer os desdobramentos das interpretações acima referidas, cuja compreensão, além de pôr em xeque o tamanho do espaço econômico destinado às atividades informais, também evidencia as razões por que o enfoque dual é mais rapidamente incorporado.

Dentre as teses existentes, consideramos duas as mais importantes: uma de corte dualista, que se fundamenta em análises realizadas pela OIT (1972), e outra que, ao contrário, questiona a visão dual, concebendo a economia como um *continuum* de formas de organização da produção, em que o “setor informal” está integrado e subordinado à acumulação capitalista. Esta última, conhecida como a Teoria da Subordinação (Souza, 1980), significou um grande avanço à época. Contudo, as transformações econômicas, sobretudo entre as décadas 1980 e 90, promoveram alterações significativas na organização da produção, deixando à mostra o desemprego estrutural e, por consequência, aumentando também as atividades informais, inclusive sob formas cujas características põem em dúvida quase tudo que até então se disse sobre o trabalho informal. Se nos anos 80 já se questionava a setorialização, após os anos 90, com o padrão toyotista, cuja flexibilidade permite a incorporação de atividades informais pelo núcleo capitalista, nem a mais progressista das teorias existentes comporta

a realidade. Urge, portanto, a necessidade de se conhecer a informalidade do século XXI, o que veio a ser o objeto da nossa tese de doutoramento².

Neste artigo, sob a perspectiva da totalidade, privilegia-se o trabalho informal e não os indivíduos, o domicílio e a empresa, ou coisa que os valha. Entende-se que essa estratégia de deslocar o trabalho para outras unidades econômicas é mais um dos artificios utilizados pelo capital para legitimar a exploração nas suas formas contemporâneas. Situar a discussão no indivíduo, no domicílio, na associação, na cooperativa ou na empresa, dentre outras formas, insere-se na lógica do empreendedorismo, pela qual se faz crer que o trabalho assalariado e a exploração do trabalho são fenômenos do passado. Supostamente, o mercado estaria cumprindo a sua promessa de liberdade, uma vez que todos os indivíduos ali estariam em condições iguais – vendedores de mercadoria –, embora na prática o trabalho continue sendo explorado, muitas vezes em condições bem piores do que no período fordista. A aparente igualdade, na verdade, cumpre a função de nutrir a desigualdade imanente à ordem burguesa.

Pretende-se, aqui, demonstrar que ao contrário do que informa a literatura econômica dominante e do que disseminam organismos políticos e até financeiros, o trabalho informal, além de não constituir uma esfera de produção independente, vem sendo utilizado em larga escala por empresas do núcleo capitalista, sob a forma de trabalho assalariado por peça. Assim, evidencia-se que o assalariamento continua sendo a base da sociedade capitalista, ainda que o desenvolvimento lhe permita explorar o trabalho sob formas que obscurecem sua verdadeira função social. Para a análise que nos propomos fazer acerca do trabalho informal, nesta era da acumulação flexível, parece-nos procedente recuperar os traços essenciais das concepções formuladas nos momentos anteriores. Não fosse apenas para situar o debate historicamente, o resgate seria necessário pelas seguintes razões: 1) A concepção da OIT ainda predomina nos discursos oficiais e, é claro, no senso comum, demonstrando que a defesa do setorialismo não foi superada pela teoria da subordinação. Ao contrário, como se já não bastasse a invenção de um “setor informal” expressando um segundo setor, a literatura econômica pós-crise resolve conceber

uma Terceira Itália³ e um terceiro setor⁴. Como bem o disse Marx, em *A ideologia alemã*: “As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes” (1984: 56). 2) Além do deslocamento do trabalho informal para outras unidades econômicas, a que fizemos referência na página anterior, prevalece a ideia de que o trabalho informal é atividade de pobre, o que justifica deslocá-lo também para a assistência. Na década de 1980, organismos financeiros da estatura do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendaram a sua expansão como uma ação complementar às políticas de assistência (ADDISON; DEMERY, 1987). Deve-se ressaltar que, vinte anos depois, esta mesma instituição refere-se à informalidade utilizando denominações que se inscrevem na economia e não mais na assistência. No relatório de 2007, encontramos expressões como “trabalhadores assalariados informais” e “empregos informais”, mas não nos animemos, prevalece a ideia da setorialização, agora sob a denominação de “setor assalariado informal” (PERRY *et al.*, 2007).

O referido relatório condensa informações que vão dos anos 1990 a 2007. Tem como base um conjunto de pesquisas domiciliares periódicas, conduzidas na maioria dos países da América Latina e do Caribe, e módulos especiais recentes sobre a informalidade, coletados por agências estatísticas na Argentina, Bolívia, Colômbia e República Dominicana, em colaboração com o Banco Mundial e ministérios setoriais.

Infere-se que, mesmo não abrindo mão da fidelidade ao seu criador, o pensamento dominante, em alguma medida, precisa ajustar-se ao tempo presente. Não dá para se ignorar que em apenas três décadas – 70, 80 e 90 – alterações importantes na realidade suscitaram diferentes elaborações teóricas do fenômeno da informalidade, mesmo que aos intelectuais burgueses interesse apenas encontrar culpados e propor soluções que não alterem a ordem.

Para o Banco Mundial, a ideia de setor atrasado prevalece e a desigualdade é atribuída ao mau desempenho dos estados, especialmente aos latino-americanos e caribenhos, onde a informalidade é maior. Culpa-se o Estado pela “inabilidade em corrigir a grande e persistente desigualdade na inadequada aplicação da lei, na parcela, às vezes

significativa, de cidadãos sem documentos ou nos surtos recorrentes de instabilidade macroeconômica” (PERRY *et al.*, 2007: 13).

É interessante verificar que o grupo de intelectuais responsável pela elaboração do relatório faz uma crítica às instituições ineficientes e à captura do Estado pelas elites e pelos segmentos organizados da classe média, como se o Banco Mundial fosse uma entidade acima das classes, como se as suas personificações não constituíssem a parcela mais representativa da elite referenciada. Adotando uma completa externalidade ao fato, lê-se no relatório: “Essa captura leva à percepção generalizada de que o Estado é governado em benefício de poucos, reforçando assim a norma social da não conformidade com regulamentos e obrigações fiscais, o que poderia ser chamado de ‘cultura da informalidade’” (Idem, *ibidem*).

A nós interessa examinar o trabalho informal e desvelar suas funções sociais. Para isso, vamos situar a discussão no espaço econômico do modo de produção que o gera e no seu determinado tempo histórico.

Do dualismo oitiano à teoria da subordinação

A economia dual concebe a existência de um setor capitalista e de outro não capitalista. Esse enfoque foi introduzido por um relatório elaborado por técnicos da OIT⁵, sobre a economia do Quênia⁶. Trata-se dos resultados de um estudo sobre o problema do emprego urbano naquele país, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para a atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em outras economias subdesenvolvidas.

Essa perspectiva reelabora a dicotomia da visão moderno-tradicional⁷, abordagem que distinguia as áreas urbana e rural, a partir dos seguintes aspectos: a primeira compreendia as grandes empresas com tecnologia avançada, intensivas em capital e com elevada produtividade do trabalho; e a segunda compreendia as pequenas empresas, tecnologicamente atrasadas, intensivas em mão de obra e com baixa produtividade.

O Relatório do Quênia, embora não escape ao dualismo, concebe a coexistência de rendas altas e baixas em ambas as áreas: urbana e rural. Com isso, a dicotomia não se explica entre a renda do capital e do trabalho, mas entre pobres e ricos das áreas

urbana e rural. Essa concepção introduz a tipologia formal-informal, atentando para a questão do emprego, no interior da qual se enfatiza o problema dos trabalhadores pobres, ou seja, dos trabalhadores submetidos a um nível de renda insuficiente à satisfação das suas necessidades pessoais e familiares. Nesse sentido, particularmente para o Quênia, foram propostas algumas medidas⁸ que enfatizavam o papel produtivo do setor informal, tendo em vista “reduzir o risco e a incerteza” dos ali ocupados, como se lê no próprio relatório (1972: 7). A partir daí, já é possível verificar que o crescimento do chamado “setor informal” parece não interessar ao fim capitalista, mas tratar-se tão somente de uma política de emprego que, como vimos, foi, por um momento, deslocada para a assistência, consolidando a concepção que articula informalidade e pobreza.

Necessário se faz distinguir informal de formal. Segundo Souza e Araújo (1983), a OIT define o “setor informal” como “a maneira de fazer as coisas”, o que, por si só, tornaria insustentável a defesa da setorialidade hoje. A indústria horizontal toyotista explora muitas atividades, cuja “maneira de fazer” guarda a mesma forma do fazer independente, mas que assumem outra função social quando inscritas na esfera da exploração da mais-valia absoluta.

Tais “coisas” estariam organizadas em empresas muito pequenas, com características que se contrapõem ao setor formal. Segundo essa caracterização, o “setor informal” apresenta facilidade de entrada; utiliza recursos locais; organiza as empresas familiarmente; tem pequena escala de operação; usa mão de obra intensivamente e tecnologia adaptada; a qualificação da mão de obra dos ocupados é obtida fora do sistema escolar ‘formal’ e os mercados são competitivos e não regulados. O “setor formal”, por sua vez, se caracteriza pela dificuldade de entrada; pela utilização frequente de recursos estrangeiros; por empresas organizadas em sociedade corporativa; pela grande escala de operação; por utilizar tecnologia importada e *capital-intensive*; pela qualificação formal dos engajados no setor e por empregar mão de obra estrangeira; e, finalmente por ter mercados protegidos, via tarifas, quotas e licenças, enquanto as atividades informais são, em geral, ignoradas, desprotegidas e muitas vezes desencorajadas.

Certamente nenhuma das atividades conhecidas como informais carrega todas essas características conjuntamente. Dir-se-ia que o “setor

informal” é mais bem elucidado pelo que nega aos trabalhadores: proteção social e/ou renda suficiente para comprá-la. Algumas das características que, para a OIT, definem o “setor informal” estão presentes em atividades que não são tidas como informais. Existem segmentos econômicos cujos profissionais, por falta de emprego ou complementarmente a ele, trabalham por conta própria, mas nem por isso são considerados trabalhadores informais. Tais profissionais guardam algumas das características que, em conformidade com a OIT (1972), expressam o “setor informal”, contudo recebem outras denominações: autônomos, liberais, empresários. Estes, em geral, têm um *status* social menos precarizado que aqueles consensualmente chamados de trabalhadores informais, dentre outros motivos por fincarem raízes no Estado, mediante registros, impostos, taxas, licenças etc., mecanismos de que se nutre a burocracia burguesa. É interessante destacar que, sob tais condições, qualquer atividade chamada de informal pode tornar-se formal. Não por acaso, as tentativas de transfigurar informal em formal são muito comuns. Mesmo em tempo de flexibilização, quando informal e flexível são sinônimos, o Estado oferece alternativas para a formalização das atividades que não estão contribuindo com a arrecadação nacional. A exemplo, no Brasil, dentre outras leis que estimulam o acesso ao crédito e à previdência, lembramos o Simples Nacional, regime tributário de recolhimento único, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, a partir de julho de 2007⁹. Não cabe, aqui e agora, discutir as particularidades da micro e da pequena empresa em face das determinações capitalistas, mas o contexto permite inferir quão frouxa é a visão dual.

Retomemos a conceituação oitiana. É inegável que se compararmos o relatório do Quênia com o enfoque anterior, evidenciam-se avanços na re-elaboração da dicotomia. Para Nunura (1992), a dicotomia formal-informal avançou em três aspectos.

Primeiro, incorporou um novo conceito para reconhecer um conjunto de atividades que cresceram, significativamente, no processo de industrialização do Quênia, (...). Segundo, não prejudica a falta de dinamismo e a baixa produtividade da pequena produ-

ção urbana, nem a considera como um reservatório de mão-de-obra em trânsito para o setor moderno. (...) Terceiro, a base da estruturação analítica, formal-informal, é implicitamente a forma de organizar a produção e não apenas a diferenciação tecnológica ou as características dos indivíduos. A segmentação, segundo as formas de organização da produção, pressupõe levar em conta a propriedade, o volume e a qualidade dos meios de produção, assim como o uso da força de trabalho; enquanto o enfoque moderno-tradicional pressupõe dualismo tecnológico entre o setor moderno e o tradicional.” (Idem: 197- 198).

A OIT difere da visão moderno-tradicional por não restringir o “setor informal” a um espaço atrasado incapaz de irradiar desenvolvimento. Para essa organização, “o setor informal, longe de ser marginalmente produtivo, é economicamente eficiente e produtor de lucros, embora pequeno em escala, e limitado por tecnologia simples, pouco capital e ausência de ligações com o setor formal” (1972: 5).

Mas, conforme Souza e Araújo (1983), reduzir o conceito de “setor informal” a uma contraposição ao setor formal é ignorar as diferenças qualitativas das múltiplas atividades existentes na pequena produção urbana. Nesse sentido, os mesmos pesquisadores defendem que

as atividades urbanas de pequena produção devem ser estudadas pelas articulações das diversas formas organizativas de produção entre si e com as atividades de corte capitalista. Considerando-se que essa pequena produção atua em mercados ‘permitidos’ pelo capital, suas relações com a produção capitalista devem ser examinadas privilegiando-se: as relações de trabalho e de produção na pequena produção mesma; as relações da pequena produção com o ‘setor’ capitalista na compra/venda de insumos, na compra/venda de produtos, e na mobilidade de mão-de-obra (Idem: 32).

Nessa perspectiva, cujas conclusões se fundam numa visão subordinada dos segmentos não

organizados à produção capitalista, é inadequado tratar o “setor informal” como uma esfera produtiva independente.

Segundo Dedecca (1990), a distinção entre os setores formal e informal, defendida pela concepção dual, é explicada pelos resultados dos diversos processos de industrialização, com os quais se pretendeu resolver os problemas de emprego na América Latina. De fato, em vez dos resultados que se planejou obter, o que se conseguiu foi uma modernização econômica marcada pela reprodução de formas precárias de inserção produtiva. A esse respeito, a SUDENE e a sua proposta de industrialização do Nordeste são exemplares. Aquele organismo revelou-se incapaz de eliminar o desemprego, o subemprego e a miséria urbana da Região, apesar de ser esse um dos seus principais objetivos. Nesse sentido, a convivência de formas de produção modernas e atrasadas passa a ser vista como marca de modernização e, sob essa ótica, o “setor informal” é explicado “como reflexo dos limites existentes no crescimento do segmento formal” (Idem: 158).

A partir desse entendimento, tornou-se aceitável a convivência de formas de organização produtivas modernas e atrasadas, justificando a concepção dual formal-informal. Tal concepção é explicada pela insuficiente expansão do setor formal ante a disponibilidade de mão de obra existente. Nessa formulação, o setor informal seria, ainda segundo Dedecca,

uma excrescência da modernização, sendo que o seu espaço teria que ser suficientemente elástico para incorporar aqueles contingentes de mão-de-obra que não conseguissem se empregar no setor formal. Esta elasticidade decorria de algumas características homogeneizadoras do setor informal, ou seja, baixos requerimentos de capital e de capacitação técnica, o que explicaria a facilidade de entrada neste setor (Idem, ibidem).

Sob essa ótica, o “setor informal” decorreria de um desenvolvimento limitado, incapaz de eliminar essas formas pouco eficientes de produção. Apesar de ter sido introduzido um novo conceito para o conjunto de atividades que constitui o “setor informal”, a análise continuou repousando sobre o enfoque dualista, permanecendo “o pressuposto de que

o setor informal deveria desaparecer à medida que o processo de crescimento persistisse e espalhasse, de uma forma mais equitativa, os benefícios desse processo econômico” (CACCIAMALI, 1989: 14).

Nunura (1992) tem para a aceitação do enfoque dual outra explicação. Para ele, “o termo setor informal foi rapidamente incorporado na literatura especializada e na agenda dos políticos, por seu caráter intuitivo e útil às distintas interpretações daí derivadas” (Idem, p. 194). A sua crítica se apoia, por exemplo, na facilidade de entrada, que é apontada como uma característica predominante do setor. Nas suas palavras:

o setor informal está constituído por atividades que exigem graus distintos de propriedade e/ou domínio de instrumentos de trabalho e qualificação e/ou experiência profissional. (...) Isso implica que as atividades que exigem a posse de um elevado grau desses atributos, como aqueles que produzem para o setor formal ou para a demanda de alto nível de renda, podem impedir o acesso dos contingentes desprovidos dessas características (Idem: 195).

A facilidade de entrada para os trabalhadores que não dispõem de certos atributos pode se constituir na vinculação a atividades precárias, com baixos níveis de renda para os que nelas se inserem. É necessário ponderar essa facilidade de entrada atribuída ao “setor informal”, pois, dada a sua heterogeneidade, apenas algumas atividades são capazes de produzir um bom nível de renda, não significando, portanto, o “setor” de um modo geral. Por outro lado, a ausência de barreiras à entrada e de controle da comercialização de produtos e serviços também podem se traduzir num limite à geração de renda, uma vez que essa é maior ou menor conforme o número de pessoas ocupadas na mesma atividade.

No que se refere à dualidade formal-informal, esta tem sido convenientemente utilizada, sobretudo pelos políticos. Diante do aumento do desemprego, é comum que se apontem as atividades informais como alternativa de ocupação para todos os que são excluídos do “setor formal”, o que revela a contradição e, por extensão, o desrespeito dos políticos pelos trabalhadores. Ora, se o “setor

informal” é subordinado ao núcleo formal, caracterizando-se especialmente pela ausência de proteção social e por baixas rendas, é, no mínimo, leviano que organismos políticos o recomendem como alternativa aos trabalhadores desempregados. Fica evidente que ao “setor informal” é atribuída uma elasticidade somente explicável quando qualquer ocupação, por mais precária, instável e ocasional, é considerada como emprego. Ou seja, a setorialização tanto desresponsabiliza o capital por gerar miséria, quanto faz do espaço denominado “setor informal” a saída possível para a pobreza. Somente sob essa interpretação, calcada na razão dual, o “setor informal” teria capacidade para absorver todas as pessoas excluídas do “setor formal”.

Finalmente, em 1980, a abordagem da subordinação¹⁰ se contrapõe à vertente dualista, conceituando a economia como um *continuum* de formas de organização da produção. Nessa perspectiva, o “setor informal” é visto como uma forma de produção subordinada e intersticial. Trata-se de uma concepção que sublinha o caráter integrado da acumulação capitalista, na qual formas distintas de produção e distribuição são articuladas e subordinadas à produção capitalista. Essa interpretação rompe com a visão dual, constatando que o “setor informal” ocupa espaços permitidos pelo movimento de acumulação do núcleo capitalista, o qual pelo seu poder econômico tem a capacidade de dominar o mercado. Nesse processo, o conjunto de formas de produção e distribuição identificado como “setor informal” ocupa de forma integrada e subordinada os interstícios da produção capitalista.

Com isso não se quer dizer que o desenvolvimento capitalista implica o desaparecimento da pequena produção. O “setor informal” não se origina simplesmente do excedente de força de trabalho do “setor formal”, mas da própria acumulação capitalista. O espaço da pequena produção, segundo Souza,

pode até mesmo crescer em termos absolutos. Em algumas atividades, a pequena produção é destruída pela penetração das empresas capitalistas: os pequenos armazéns e o pequeno comércio têm o seu ‘espaço econômico’ ocupado pela instalação dos supermercados; entretanto, estas mesmas pequenas empresas têm possibilidade de

reproduzir-se nos bairros novos das cidades onde o mercado ainda não é o suficientemente concentrado para permitir a instalação das empresas tipicamente capitalistas. (...) Outras vezes, a expansão de grandes organizações supõe a articulação orgânica de pequenas empresas, que são formalmente independentes (1980: 10-11).

É nesse sentido que o autor ressalta o movimento de *criação, destruição e recriação* dos espaços econômicos, determinado pelo núcleo verdadeiramente capitalista da economia, deixando claro que a pequena produção não tem condições de crescimento autônomo.

A partir dessas considerações, as *organizações não tipicamente capitalistas*¹¹ são percebidas sob a mesma lógica capitalista que determina a economia como um todo, sendo inadequado tratá-las como um modo de produção independente.

Como dissemos inicialmente, o modo de produção capitalista comporta várias formas de organização da produção. O desenvolvimento do capitalismo não destruiu as organizações não tipicamente capitalistas. Mesmo nos países de capitalismo mais avançado há um espaço econômico reservado à pequena produção, que “se reproduz ao compasso da evolução e das transformações do capital através do ‘núcleo do sistema’” (SOUZA, 1980: 51). Para o autor da teoria da subordinação, “não obstante o grau de aparente independência econômica que as mesmas tenham em relação ao capital, num dado momento, sua dinâmica, em última análise, depende totalmente dos movimentos deste último” (*Idem*: 12).

O mesmo autor ainda discute as formas de organização, analisando os diferentes graus de subordinação da pequena produção, que podem ir

desde o simples preenchimento de um espaço no mercado sem que haja qualquer relação de exploração ou extração de excedente, até formas mais diretas de subordinação onde estas relações existem. No primeiro caso, o núcleo capitalista da economia, nos seus movimentos de expansão e contração vai criando, destruindo e recriando espaços no mercado a serem preenchidos pela produção não tipicamente capitalista, (...). No

segundo caso, temos as formas de organização diretamente vinculadas por laços de subcontratação a uma empresa capitalista ou subordinação a um único capital onde (sic) se caracteriza a superexploração da mão-de-obra (Idem: 129).

Observe-se que, à medida que a penetração capitalista vai destruindo os mercados que dão lugar às chamadas formas não tipicamente capitalistas, a força de trabalho ali ocupada tem de buscar outro meio de subsistência. Dificilmente ela encontrará esse meio no “setor formal”; em geral, faltam-lhe condições para mudar de atividade, só lhe restando a alternativa de recriar sua ocupação anterior em outro lugar ou, o que é pior, engrossar a massa dos desempregados que lutam para ser reabsorvidos pelo mercado de trabalho. Isso nos permite afirmar que, na dinâmica da reprodução do capital, o trabalho, seja formal ou informal, está sempre submetido aos mecanismos de exploração do modo de produção capitalista. Em outras palavras, o processo de acumulação capitalista determina a questão do emprego na sua totalidade.

Como se pode verificar, essa formulação teórica difere radicalmente da concepção dualista, pois incorpora as atividades não organizadas aos movimentos da acumulação do capital. Nessa visão, o espaço econômico onde o “setor informal” atua é *destruído, criado e recriado* pelo movimento da acumulação capitalista. Tal processo está diretamente relacionado ao dinamismo imprimido pelo núcleo capitalista, numa relação de subordinação.

Essa interpretação reconhece o espaço econômico não organizado como o local de incorporação do excedente populacional, mas entende que a sua dinâmica é determinada pelo movimento do segmento organizado. Nesse sentido, o “setor informal” não é um simples reservatório de força de trabalho, uma vez que a sua produção se realiza dentro do circuito capitalista de produção, associada e subordinada ao “setor formal”, e suas relações mercantis fazem parte do movimento do capital ou da renda gerada no “setor formal”. As atividades exploradas por esse “setor” não oferecem expectativas de lucro, nem condições para o desenvolvimento sistemático de um processo de acumulação capitalista, razão por que ocupam apenas os espaços que não interessam ao “setor formal”. A

natureza intensiva do capital tende a desdenhar as atividades que não são suficientemente lucrativas, oferecendo oportunidades de ingresso aos trabalhadores que constituem o “setor informal”.

Deve-se assinalar que os espaços ocupados pela pequena produção urbana não ocorrem apenas nos núcleos dos grandes centros urbanos, mas também na periferia, confirmando que tal ocupação não se relaciona ao espaço geográfico, mas aos interstícios da produção capitalista, ou seja, ao *espaço econômico* tal como concebido na abordagem da subordinação.

Tokman (1985), destacado pesquisador do mercado de trabalho urbano da América Latina no que se refere ao “setor informal”, discute a subordinação fundada no processo de acumulação em nível internacional. A sua análise considera a existência do “setor informal” como “a manifestação do inequitativo sistema econômico internacional prevalecente” (*Idem: 5*).

O principal argumento desse enfoque reside em que no processo de acumulação das nações industrializadas os benefícios da produtividade são retidos no interior dos centros, enquanto, simultaneamente, os avanços da produtividade que se produzem na periferia são transferidos ao centro através de diferentes mecanismos. Estes configuram toda uma gama que vai desde a determinação dos preços internacionais e o controle dos mercados até os arranjos institucionais promovidos pelas empresas internacionais (Idem, ibidem).

Como se pode ver, os pesquisadores que postulam a teoria da subordinação pautam os seus argumentos na categoria da totalidade. Nessa perspectiva, a interdependência de formal e informal é abordada em diferentes aspectos. Carvalho (1989) analisa na subordinação os custos da reprodução da força de trabalho, mostrando que os trabalhadores informais não estão à margem das determinações que geram valor no sistema capitalista:

Quanto ao valor do seu trabalho, esse não é determinado diretamente pelo capital, pois sua força de trabalho não é mercadoria. Entretanto, o valor inerente à quantidade de

trabalho despendida em tais atividades não é determinado individualmente pelos agentes que as implementam. Por estarem subordinados aos preços de mercado, uma relação social capitalista, é que os trabalhadores informais são obrigados a rebaixar os custos de sua própria reprodução (Idem: 24).

Enquanto isso, autores como Almeida e Mendonça abordam o mesmo fenômeno sob outra orientação teórica, atentando para os papéis que os trabalhadores informais condensam na mesma pessoa – trabalhador, assalariado e capitalista –, uma vez que a sua renda é formada tanto pelo trabalho do proprietário quanto pelos seus próprios meios de produção. Para esses autores, o trabalhador informal “se distingue do trabalhador formal pelo fato de dispor do excedente econômico da sua atividade, enquanto, diferentemente do capitalista ‘formal’, este excedente é também produzido por ele mesmo” (Idem: 15). Para eles, a relação entre os dois setores se dá “não como uma relação entre Trabalho e Capital, mas como uma relação entre capitais e entre grande capital (‘formal’) e pequeno capital (‘informal’). Daí a denominação ‘pequena produção’ ser talvez mais descritiva e preferível à denominação mais normativa de ‘setor informal’” (Idem, *ibidem*).

Apesar de recusar o termo “setor informal”, é, no mínimo, bizarra essa designação de “capital informal”. Mas, se na década de 80, a inexistência da relação entre capital e trabalho informal podia ser advogada por alguns, a partir dos anos 90 essa afirmação torna-se definitivamente insustentável, embora, como já constatamos em diversas passagens deste artigo, o pensamento dominante contraponha-se à realidade e continue insistindo em defender o indefensável.

Veremos adiante que muitos trabalhadores são explorados sob formas diminutivas, como expressam as denominações usuais: “pequeno capital”, “pequena produção”, “pequena empresa”. Organizados em cooperativas, associações, empresas e até familiarmente, os trabalhadores disponibilizam a sua força de trabalho sem vínculo empregatício para o núcleo capitalista, demonstrando a concretezude da relação entre trabalho informal e capital. Mas, deve-se deixar claro que, com isso, não se está asseverando o fim das atividades de sobrevivência,

aquelas que não são produtivas nem improdutivas, em termos marxistas, embora nem estas escapem à lei do mercado.

Para o trabalhador informal, a fronteira entre capitalista e assalariado fica mais visível conforme o nível de rendimento da ocupação. Quando a atividade obtém níveis mais altos de remuneração, a condição de capitalista é facilmente incorporada. Mas, quando a ocupação apenas autoemprega ou quando se identifica com o subemprego, a realidade se encarrega de destruir a ilusão da mudança de uma classe social para a outra. Tal condição, por um lado, nega a aparente autonomia que teriam os trabalhadores que não são empregados e, por outro, revela um opositor que não é exatamente idêntico ao empregador, mas que cumpre com absoluta eficiência a função de submeter o trabalho às determinações do sistema. A esse respeito, veremos na seção seguinte que incorporar certas funções capitalistas não tornam o sujeito um dos seus e que, na condição híbrida em que certos trabalhadores/empresários são colocados, cedo ou tarde descubrem que o mercado é o pior de todos os patrões.

A informalidade do século XXI

A crise do capital, que aflorou nos anos 1970, suscitou uma reestruturação produtiva, iniciada entre 1979-80 e, desde então, materializada dentro e fora das empresas, repercutindo nocivamente na vida dos trabalhadores. Até aí nenhuma novidade. Crise do capital sempre se transfigura em crise do trabalho. Se há algo de novo são as estratégias utilizadas, que obscurecem as determinações estruturais necessariamente impostas à sociedade, sobretudo aos trabalhadores. Apesar do desemprego estrutural, do subemprego, do trabalho precário, o capital não só garante sua legitimação, como ainda convence os trabalhadores a assumirem as ideias dominantes como se fossem suas. Falamos da defesa do trabalho por conta própria, do trabalho autônomo, forma que se oferece como a melhor alternativa para os trabalhadores nesta sociedade em crise.

Manter trabalhadores sob relações formais significa ter com eles obrigações que independem das oscilações do mercado. Ao que se deve acrescentar que o trabalho regula-

mentado, que ainda se realiza no interior das fábricas, requer mais maquinaria e mais investimentos em capital. Por essa razão, especialmente nos momentos de crise, o capital engendra estratégias que lhe permitam dispor do trabalhador quando o mercado impuser essa necessidade e livrar-se dele, sem encargos financeiros, quando não lhe for mais necessário (TAVARES, 2004: 145).

Contudo, embora seja ontologicamente impossível que modos de produção diferentes coexistam nesta sociedade, advoga-se um espaço econômico autônomo e imune aos determinismos do mercado. O que, no entanto, verdadeiramente está no centro desse debate é o trabalho informal, que se expande desde os anos 90 e é visto com preocupação, inclusive por organismos financeiros como o Banco Mundial. Esta instituição, em documento que estuda a informalidade na América Latina e no Caribe, discorre sobre as conotações negativas da informalidade, definindo-a como uma “influência negativa sobre o crescimento e a melhoria do bem-estar social, e como uma força que corrói a integridade de nossas sociedades” (PERRY, *et al.*, 2007: 1).

Compartilhamos da ideia de que “o tema merece uma análise mais profunda” (Idem, *ibidem*), mas sob uma perspectiva oposta, pois, para nós, a informalidade é efeito, sendo, portanto, a corrosão, aludida responsabilidade do capital. Destarte, a análise da informalidade só adquire sentido dentro do contexto que a gera, razão pela qual vamos verificar como o padrão produtivo resultante da reestruturação produtiva do capital se relaciona com o trabalho informal.

Lembremos que as políticas macroeconômicas – privatização, liberalização e desregulamentação – promoveram os necessários ajustes na economia mundial, tendo em vista preparar o terreno para a implantação de um novo padrão produtivo – o toyotismo. A passagem de um padrão para o outro foi justificada, dentre outros motivos, pela rigidez fordista. Rigidez do processo produtivo? Rigidez das relações de produção? Ora, essa rigidez consubstanciou um projeto burguês, sob leis burguesas, e por aproximadamente 25 anos a produção fordista garantiu um volume de acumulação jamais visto nesta sociedade. Contudo, esgotadas suas possibilida-

des, denuncia-se o caráter rígido daquele modelo e propõe-se um padrão produtivo flexível.

A flexibilidade se expressa em processos de terceirização que, por sua vez, tornaram-se possíveis, em termos materiais, graças ao desenvolvimento da microeletrônica, dado que esta permitiu fragmentar ao mesmo tempo o processo produtivo e a gestão da produção. A aplicação da ciência à produção respondeu pelas inovações tecnológicas; importantes personificações do capital encarregaram-se de promover a reestruturação produtiva; coube ao Estado criar o aparato legal, fazendo os necessários ajustes nas leis trabalhistas, para dar legalidade às formas de trabalho denominadas flexíveis.

Nessa nova configuração, o trabalho informal expande-se proporcionalmente ao volume do desemprego estrutural.¹² Rompe-se o antigo pacto fordista, e a relação capital-trabalho com carteira assinada e direitos trabalhistas é substituída por uma relação na qual, aparentemente, o trabalhador não vende a força de trabalho, mas o próprio trabalho. Daí surgem formulações equivocadas acerca do fim da sociedade do trabalho e, consequentemente, também sobre o fim do trabalho assalariado. Ora, se o trabalho assalariado é a base da sociedade capitalista, seu desaparecimento implicaria outra formação social, na qual categorias econômicas como mais-valia, trabalho produtivo, tempo de trabalho socialmente necessário e acumulação, entre outras, seriam palavras cujo conteúdo apenas contaria a história de um modo de produção felizmente superado.

Teriam sido canceladas essas categorias e o trabalho se tornado autônomo? Ou, ao contrário, além de subordinado, tornara-se mais precarizado?

Cabe verificar o que de fato está acontecendo com o trabalho, e especialmente, compreender porque a suposta autonomia não se reflete nas condições materiais de vida dos trabalhadores. Se o mercado continua sendo a arena da luta pela sobrevivência, o Estado não deixou de ser o “comitê para os negócios da burguesia” e a lei do valor prevalece universalmente, como, nesse contexto, o trabalho pode ser autônomo? Entende-se que a autonomia é um eufemismo. Na verdade, o que se quer é que cada vez mais trabalhadores ingressem no mercado de trabalho pela via da informalidade, uma vez que isso reduz o custo variável da produção, o que se constitui numa alternativa para a superação da

crise. Não por acaso, o Banco Mundial considera que a falta de legalização das pequenas empresas não constitui “exclusão”, uma vez que “a formalidade pode ser vista como um insumo no processo de produção do qual as pequenas empresas¹³ têm pouca necessidade” (PERRY *et al.*, 2007: 8).

A indústria toyotista, diferentemente da fordista, prioriza a horizontalidade nas relações produtivas. Assim, em lugar da indústria vertical, que produzia o automóvel¹⁴ de A a Z, esse novo modelo é conformado por um núcleo, espécie de *empresa-mãe*, circundado por pequenas empresas que funcionam como se fossem os antigos departamentos da empresa fordista. Esse arranjo explica o fenômeno da terceirização, mecanismo que se propaga e que se traduz em diferentes formas de organização da produção, propiciando novas modalidades de exploração, algumas delas sob a ilusão do trabalho autônomo.

Devido ao aumento do desemprego, fomenta-se no trabalhador a crença de que agora ele não precisa mais ser empregado, que deve trabalhar por conta própria, enfim, deve ser empresário. Com esse discurso nutre-se no trabalhador a crença de que é possível passar de uma classe social para outra e de que essa mágica depende apenas de atributos pessoais, como iniciativa, qualificação etc. Enfim, estar empregado ou desempregado depende de cada um, individualmente. Neste sentido, os trabalhadores são incentivados a se organizar em cooperativas, grupos, associações, micro e pequenas empresas, através das quais disponibilizam a sua força de trabalho para ser explorada pelo capital, mediante relações que nada têm a ver com o que conhecemos como emprego.

Convém ao capital relacionar-se com cooperativas, associações e empresas, e não com os trabalhadores individualmente. Essas formas permitem uma relação que se dá aparentemente entre iguais, na esfera da circulação. São empresários – não importa a natureza do empreendimento de um e de outro – que se encontram no mercado para uma relação de compra e venda, que pode ser de serviço, de produtos, mas não de força de trabalho. Mas, considerando que não existem produtos sem produtores, se queremos apreender a realidade, precisamos sair da esfera da circulação, por excelência burguesa, e passar para a esfera da produção, momento predominante deste modo de produção capitalista.

A troca de equivalentes, regulada pela lei do valor, se restringe à esfera da circulação. Ao adentrar na esfera da produção, a liberdade, a igualdade e a autonomia atribuídas ao trabalhador toyotista desaparecem inteiramente, tornando o trabalhador absolutamente impotente. O fato de a relação ser informal, de a produção não se realizar na empresa, mas na cooperativa, no domicílio ou na pequena empresa, não muda em nada essa impotência do trabalhador, porquanto o trabalho é executado mediante planejamento e comando direto de uma empresa, como parte de um trabalho coletivo. Assim, apesar de a compra da força de trabalho ser mascarada pelas formas já abordadas, o momento da produção é determinante na funcionalidade do trabalho informal ao capital.

Para Salama e Valier,

por trás da liberdade/igualdade dos trocadores mascaradas pelas próprias relações mercantis, esconde-se a exploração sofrida pelos trabalhadores na esfera da produção. Entre o comprador e o vendedor da força de trabalho, a igualdade da esfera da troca cede o lugar para a desigualdade na esfera da produção, onde o primeiro se apropria gratuitamente de uma parte do trabalho do segundo. Essa exploração é acompanhada por sua vez por um processo de dominação com múltiplas facetas, quer se trate, por exemplo, de uma organização do trabalho atendendo mais à intenção de aumentar a exploração do que simples necessidades técnicas, quer sejam ameaças de demissões presentes em permanência, mas particularmente pesadas em período de crise. Por trás da liberdade/igualdade dos trocadores, esconde-se também um Estado que garante a reprodução deste sistema bem específico de exploração que é o sistema capitalista, mas que, exteriormente aos capitalistas individuais, não é o que aparenta ser: o Estado da classe capitalista (1997: 143).

Mas essa ênfase no momento da produção, enquanto *locus* da mais-valia, do trabalho produtivo, não exclui o trabalho improdutivo que também se realiza informalmente. Aqui, convém que se dialogue com o pensamento marxista, no sentido de dei-

clarar a importância do trabalho produtivo bem como do improdutivo para o fim capitalista. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo são complementares: o primeiro produz mais-valia, o segundo a realiza. “É *produtivo* o trabalhador que executa *trabalho produtivo*, e é *produtivo o trabalho* que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que *valoriza o capital*” (MARX, 1978: 71).

O trabalho mesmo só é produtivo ao incorporar-se ao capital, com o qual o capital constitui o fundamento da produção e o capitalista é, por fim, o dirigente da produção. A produtividade do trabalho se converte deste modo, a si mesmo, em força produtiva do capital, tal como o valor de troca geral das mercadorias se fixa no dinheiro. O trabalho, tal como existe para si no trabalhador, em oposição ao capital: o trabalho, pois, em sua existência imediata, separado do capital, não é produtivo (Marx, 1989: 249).

Mesmo que a aparência o negue, o trabalho informal de que nos ocupamos aqui não está separado do capital. Sob formas supostamente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a pequena empresa, trabalhadores precarizados consubstanciam a força produtiva do capital. Igualmente, outros trabalhadores cumprem funções improdutivas na esfera da circulação do capital. É improdutivo o trabalho pago com rendimentos. Na compra do trabalho improdutivo, a negociação é feita por dinheiro, na condição de renda; no caso do produtivo, por dinheiro como capital. A produtividade do trabalho é mensurada na relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, e só pode ser pensada em relação ao conjunto da jornada de trabalho no seio da produção capitalista. Nessa relação, o possuidor da força de trabalho se defronta com o capitalista como vendedor direto de trabalho vivo, não de uma mercadoria. Ambos, produtivo e improdutivo, são trabalhadores assalariados, vendem força de trabalho e não trabalho, como querem os que tentam ocultar a exploração que ocorre nas relações informais entre capital e trabalho.¹⁵

O nosso leitor pode, inadvertidamente, concluir que estamos cometendo um grave equívoco ao afirmar que o trabalho informal pode ser produtivo ou improdutivo, conforme Marx, uma vez que não é

consenso pensar o trabalho informal como assalariado. A ideia de independência e autonomia, como visto repetidas vezes ao longo do texto, espalhou-se nos espaços acadêmicos e políticos, tornando-se, é claro, senso comum. Isso faz com que expressões como “emprego informal” e “trabalho assalariado informal” pareçam contradições em termo. Mesmo o Banco Mundial já se rendeu à realidade, malgrado insistir na defesa de “setor assalariado informal”.

O trabalho de que estamos tratando é informal, porque desprotegido, mas não deixa de ser assalariado. Não nos esqueçamos de que existem duas formas de salário: por tempo e por peça. O trabalho informal comandado pelo capital é assalariado por peça, ou por produção, como é mais conhecido. Como já dissemos antes, dentre os ajustes requeridos pela reestruturação produtiva, o Estado munuiu o capital de todos os mecanismos que permitem maximizar a exploração e, portanto, extrair mais-valia mediante relações que, embora informais, não estão à margem da lei. Nesse contexto, o salário por peça ajustou-se como a mão à luva, possibilitando a alguns segmentos econômicos a manutenção de antigas empresas, que guardam tão somente a marca, mas continuam explorando os seus ex-empregados. Demitidos, eles permanecem na mesma profissão e continuam trabalhando para os mesmos empregadores, agora numa relação em que o empregador é transfigurado em cliente (TAVARES, 2004: 34).

Esses trabalhadores são geralmente tidos como conta própria, que, para nós, não é sinônimo de autonomia. Ora, se as decisões sobre o produto advêm da empresa, pode-se dizer que o trabalho é autônomo? Se o trabalhador não define o conteúdo do produto, nem mesmo o valor do seu trabalho, onde está a autonomia? De fato, toda a responsabilidade é da sua conta, mas os ganhos continuam sendo do capital. Confunde-se externalização com liberdade, mas externalizar significa apenas sair do interior da fábrica, o que, em muitos casos, implica transformar a casa onde o trabalhador mora em local de trabalho. Significa principalmente ter de trabalhar indefinidamente, sem direito a qualquer evento que restrinja esse ato, uma vez que, na informalidade, não goza de nenhum direito social, pois os direitos trabalhistas não estão atrelados ao sujeito que trabalha, mas ao emprego formal.

Parece estar demonstrado que o suposto trabalho autônomo é executado segundo uma obrigação por resultados, portanto, sob rigorosos controle e exploração. Trata-se de uma falsa autonomia, marcada pela precariedade, na qual o tempo de trabalho socialmente necessário continua a ser uma categoria dominante. Nesta fase do desenvolvimento capitalista, já não é preciso manter os trabalhadores sob os olhos vigilantes de capatazes, supervisores ou gerentes, para garantir a exploração. Pode-se prometer autonomia aos trabalhadores e deixar que a dominação do trabalho seja exercida pela lei do valor.

Conclusões

Vimos que o trabalho nesta sociedade capitalista pode ser produtivo e improdutivo, mas também apenas de estrita sobrevivência. Na perspectiva da totalidade, a mesma lógica que rege o trabalho formal também rege o informal, desde que ambos tenham o mesmo conteúdo e estejam submetidos à idêntica determinação, qual seja cumprir a acumulação capitalista.

Costumou-se pensar que a esfera de estrita sobrevivência é o *locus* do trabalho informal, o que continua justificando até hoje a ideia da setorialização. Dir-se-ia que a distinção se sustenta na “falta de ligação com o setor formal”, que por sua vez conduz a pensar que o assalariamento é tão somente salário por tempo. O salário por peça – gêmeo univitelino do salário por tempo –, apesar de ser um recurso perfeitamente adequado ao fim capitalista, tem a propriedade de transfigurar a relação, fazendo crer que o trabalhador não está vendendo força de trabalho, mas trabalho objetivado em mercadoria, que tanto pode ser um produto tangível, como um serviço. Com isso, sobretudo após os anos 1990, a flexibilidade traduzida em processos de terceirização fez valer a adoção do salário por peça em relações entre capital e trabalho, que na “rigidez” fordista expressavam o assalariamento por tempo. Ou seja, trabalhadores que antes exerciam as suas atividades dentro da empresa, com contrato de trabalho registrado na carteira profissional e eram remunerados por tempo, são convidados a trabalhar “autonomamente”, isto é, a serem assalariados por peça. Essa modalidade de assalariamento tanto é praticada na produção quanto na circulação de mercadorias. Consideran-

do que o trabalho é funcional ao capital, mediante uma relação assalariada que isenta o capital de certos tributos e o Estado de protegê-los socialmente, os trabalhadores, embora na informalidade, são produtivos e improdutivos para o capital.

Portanto, o trabalho informal de que nos ocupamos aqui não tem nenhuma identificação com a unidade produtiva que caracteriza o “setor informal” na perspectiva da OIT; também não se identifica com aquelas ações de assistência à pobreza recomendadas pelo Banco Mundial e FMI; e tampouco é intersticial à produção capitalista. Trata-se de emprego informal sem carteira assinada, sem registro na previdência social, excluído dos benefícios públicos essenciais, mas funcional à acumulação capitalista.

Sob os ditames da flexibilidade, esse trabalho informal se amplia, demonstrando que a teoria da subordinação tornou-se insuficiente para dar conta da realidade. Evidentemente, o trabalho informal não deixou de ser subordinado e integrado à produção capitalista, mas já não se restringe aos seus interstícios. Como já foi visto, mais da metade do emprego na América Latina e no Caribe é informal. Contudo, para o Banco Mundial, “a maioria dos trabalhadores informais não parece ter sido ‘excluída’ do setor formal, ao contrário, após fazer uma análise implícita do custo-benefício, optam por sair da formalidade” (PERRY *et al.*, 2007: 4).

Não é o que sugere a realidade. Basta tomar como referência o volume de pessoas que se submetem a concursos, principalmente no serviço público, na tentativa de obter um emprego formal. O próprio relatório se contradiz, pois, por um lado, afirma que o trabalho informal é opção e, por outro, declara que existe “uma considerável variação nos países quanto às causas plausíveis da segmentação do emprego para os grupos de trabalhadores informais que afirmam que sua opção é involuntária” (*Idem*: 7).

Conclui-se que não interessa ao capital questionar a origem da informalidade ou os reais motivos que conduzem os trabalhadores a essa condição. Assumir que o sistema produtor de riqueza também condena trabalhadores a viver miseravelmente equivale a encarar sem ilusões a contraditória relação capital-trabalho. Seria igualmente ilusório esperar essa posição das instituições que personificam o capital.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. L. O. de; MENDONÇA. C. E. R. de. *A pequena produção: uma visão unificada. Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 1989, vol. 19, n. especial.

BRASIL. *Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006*. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte e altera outros dispositivos da CLT. Republicada no DOU de 31.1.2009 (Edição Extra).

CACCIAMALI, M. C. *Informatização recente do mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: IPE/USP, 1989.

CARVALHO, V. L. de. *O setor informal, o estado e os movimentos sociais. Cadernos do CEAS*. Salvador, CEAS, n. 124, nov/dez, 1989.

DEDECCA, C. S. *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. São Paulo, UNICAMP, Tese de Doutorado. 1990.

LEWIS, A. W. *O desenvolvimento econômico com oferta limitada de mão-de-obra*. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MARX, K. *O capital*. [vol. I, Livro 1] São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. 1989, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. (Borrador) 1857-1858*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1989, Vol. 1.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

MENEZES, M. T. C. G de. *Economia solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

NUNURA, J. B. *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*. São Paulo, São Paulo, Faculdade de Economia, Tese de Doutorado, 1992.

OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, OIT, 1972.

PERRY, G. E. et all. *Informalidade: saída e exclusão*. Washington D.C., Banco Mundial, 2007.

PIORE M. J.; SABEL, C. F. *La segunda ruptura industrial*. Madri: Alianza Editorial, 1990.

SALAMA, P.; VALIER, J. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SOUZA, A. do V; ARAÚJO, P. de. *Apoio a microempresas: limites do possível: um estudo da expansão subordinada de pequenos negócios urbanos no grande Recife*. Recife, SUDENE/Massangana, 1983.

SOUZA, Paulo Renato C. *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Campinas/SP, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1980

TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.

TOKMAM, V. E. *Una explicación de la naturaleza de las interrelaciones entre los sectores informal y formal*. *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, OIT/PREALC, abril 1988, n. 34.

Notas

- 1 O uso das aspas é indicativo da crítica ao setorialismo. Assim os termos setor informal e setor formal aparecerão entre aspas sempre que for possível.
- 2 Editada pela Cortez em 2004, sob o título de *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*.
- 3 A Terceira Itália recebe este nome por ser entendida como um terceiro mercado. A experi-

- ência, emblemática da flexibilidade econômica, combina produção artesanal, descentralização, emprego flexível, elementos culturais, solidariedade, sentido comunitário etc. Segundo Piore e Sabel (1990), autores que introduzem o debate sobre essa forma de produção denominada *especialização flexível*, “é difícil saber onde termina a sociedade (em termos de vínculos familiares e escolares ou de celebrações comunitárias de identidade étnica e política) e onde começa a organização econômica (Idem: 15). Difundida mundialmente, a Terceira Itália serve de inspiração para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, objeto da pesquisa que realizamos no período compreendido entre 2007 e 2010, com o apoio do CNPq.
- 4 Representativo de um capitalismo justo e humanitário, o chamado “terceiro setor” se desenvolve, geralmente, através do trabalho voluntário, realizado em ONGs e outros organismos similares, sendo comuns as parcerias entre público e privado. Uma belíssima análise sobre o tema pode ser encontrada em Menezes (2007), no seu mais recente livro: *Economia solidária: elementos para uma crítica marxista*. Um dos subtítulos dessa produção é elucidativo do fenômeno: “O “terceiro setor” e a celebração da informalidade. Dir-se-ia que o “terceiro setor” é uma extensão daquele que, para a visão dual, constitui o segundo.
 - 5 A Organização Internacional do Trabalho tem uma atuação marcante no âmbito desse debate, desenvolvendo muitos estudos e pesquisas sobre o setor informal em diversos países, bem como propondo políticas dirigidas ao seu desenvolvimento. Ressalta-se, no entanto, que a análise dualista adotada pela instituição não traz o pensamento de todos os pesquisadores e técnicos que a ela se vinculam pela realização dos seus trabalhos.
 - 6 A Missão de estudos que analisou a problemática do emprego no Quênia produziu um relatório, conhecido como Relatório da Missão do Quênia, cuja recomendação para uma estratégia de desenvolvimento contempla uma política de emprego. A concepção básica de setor informal foi estabelecida em *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra, OIT, 1972. Keith Hart, num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana em Gana, em 1971, já fizera alusão ao termo.
 - 7 Essa perspectiva visualizava o conjunto da atividade produtiva como a soma dos segmentos moderno e de subsistência, entre os quais não havia qualquer relação. No segmento moderno estariam as relações assalariadas e no setor de subsistência as formas de trabalho autônomas. Segundo essa abordagem, o desenvolvimento econômico do setor moderno teria a capacidade de ir incorporando os contingentes da população economicamente ativa, até extinguir o núcleo de subsistência. Tal pensamento levava a crer que seria necessária apenas uma política desenvolvimentista para corrigir tal distorção (LEWIS, 1969).
 - 8 Dentre as medidas propostas para o setor urbano do Quênia, destacamos: “revisar os procedimentos de concessão de licenças industriais e comerciais, eliminando as não necessárias, (.) intensificar a pesquisa técnica e de fabricação de produtos apropriados para o setor informal, (.) aumentar, dentro do governo, as compras de produtos do setor informal e (.) estimular as empresas privadas a subcontratarem os informais. (...) Para o setor informal rural, as medidas vão desde a reforma agrária, o incentivo ao uso de tecnologias intermédias, acesso ao crédito e insumos até a redução da supervalorização da moeda doméstica e os subsídios ao capital para diminuir a mecanização da agricultura.” (NU-NURA, 1992: 199-200).
 - 9 O Simples Nacional é previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Considera-se Microempresa (ME) para efeito do Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. Considera-se Empresa de Pequeno Porte (EPP), para o mesmo fim, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (BRASIL, republicada no DOU de 31.01.2009 – Edição Extra).

10 Formulação originalmente desenvolvida por Paulo Renato Costa Souza (1980).

11 A expressão é de Souza (1980).

12 Segundo relatório do Banco Mundial, cuja base é “uma relação assalariada e sem registro na previdência social, o emprego informal responde por 54% do total de postos de trabalho urbano na região (América Latina e Caribe) e compreende dois grupos: (1) trabalhadores por conta própria informais, que representam 24% do total de empregos urbanos (variando de 20% ou menos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai a mais de 35% na Bolívia, Colômbia, República Dominicana, no Peru e na República Bolivariana da Venezuela, e (2) trabalhadores assalariados informais que correspondem a cerca de 30% do total regional de empregos urbanos e mais da metade de todo o trabalho informal (variando de 17% no Chile a mais de 40% na Bolívia, no Equador, na Guatemala, no México, na Nicarágua, no Paraguai e no Peru)” (PERRY *et al.*, 2007: 5).

13 “No Brasil, 87% de todas as empresas não têm trabalhadores pagos. Na Nicarágua, menos de 7% das microfirms contam com mais de dois empregados após três anos de funcionamento. A maioria desses empreendimentos não tem potencial de crescimento (...) e, por isso, sua necessidade de crédito pode ser muito limitada” (PERRY *et al.*, 2007: 10).

14 Tomamos o automóvel como referência pela sua importância no desenvolvimento capitalista, mas isso não exclui outras mercadorias.

15 Essa discussão pode ser vista em detalhes no segundo e terceiro capítulos de *Os fios (in)visíveis da produção capitalista* (op. cit.).

Maria Augusta Tavares

* Dra. em Serviço Social pela UFRJ, Professora do Departamento de Serviço Social da UFPB, pesquisadora no CNPq, autora de *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, Cortez, 2004.

maria.tavares@pq.cnpq.br

A escravidão por dívida no Pará: considerações a partir de relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego

Ricardo Rezende Figueira*

Adriana da Silva Freitas**

A escravidão por dívida no Pará: considerações a partir de relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego

Resumo: Trata-se de um estudo realizado sobre as relações de parentesco e o perfil de atores, em posições sociais diferentes, envolvidos com aquilo que foi considerado escravidão contemporânea em propriedades rurais no Pará, na Amazônia brasileira, conforme revelam relatórios de fiscalização elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea; Lista suja; Parentesco; Fiscalização móvel.

Debt slavery: considerations based on monitoring reports of the Ministry of Labor and Employment

Abstract: This is a study of kinship relations and the profile of actors – in different social positions, involved in what was considered contemporary slavery on farms in Pará, in the Brazilian Amazon, as shown by monitoring reports prepared by the Ministry of Labor and Employment.

Keywords: Contemporary slavery; Dirty list; Kinship; Mobile inspection.

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Notas introdutórias

A partir de 1995, houve maior ênfase nos meios de comunicação social sobre o problema reconhecido como escravidão contemporânea, trabalho escravo por dívida ou por trabalho forçado,¹ dependendo de quem falava e como falava, e foram desencadeadas ações de repressão ao crime por parte do Estado. O tema, desde então, mobilizou de forma variável setores diversos da sociedade. No entanto, ao mesmo tempo que se reconheceu a existência da escravidão, o país alcançou, em 2007, o produto interno bruto expressivo de US\$ 1.314,2 bilhão e foi reconhecido internacionalmente pelo que teria sido seu sucesso em política econômica, enquanto o mundo capitalista atravessava crises financeiras. Entretanto, nem tudo parecia estar resolvido.

Entre 1995 e 2005, 40% das famílias mais pobres representavam apenas 6% do total das rendas das famílias brasileiras. A desigualdade e a violência ainda persistiam, atingindo mais uns que outros, mais jovens que adultos, e passavam por recortes como o da cor.² Dos 13 milhões de analfabetos identificados pelo IBGE em 2008, quase 9 milhões eram afrodescendentes. E, em pesquisa realizada a partir de dados sobre a Bolsa Família³ concedida a libertados do trabalho escravo, o professor Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revelou que três em cada quatro trabalhadores libertados eram pretos ou pardos.⁴ O sistema desigual de direitos sociais apresentava outras peculiaridades, por exemplo, a agrária. Entre os trabalhadores rurais, o nível de analfabetismo se mostrava mais expressivo:

A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 7,5% na zona urbana e de 23,5% na zona rural. Enquanto nas cidades, 9% da população têm pouca ou nenhuma instrução, no campo, tal proporção ultrapassa 24%. Em outro extremo, a população mais escolarizada, acima de 11 anos de estudo, representa mais de 40% da população urbana e apenas 12,8% da população rural. A maioria da população do campo – 73% – não completou o ensino fundamental (IPEA, 2010: 5).

Como a maioria esmagadora dos casos conhecidos é composta por trabalhadores rurais vindos

de regiões onde o índice de desenvolvimento humano revela-se baixo, haveria uma relação entre exclusão social e trabalho escravo? Possivelmente sim, mesmo que não se possa fazer uma afirmação segura quanto ao número de escravizados no país e que os números conhecidos sejam apenas a ponta de um iceberg. Mas, para os casos conhecidos dos libertados, a resposta é afirmativa. Pesquisas, alguma inéditas, realizadas pela Organização Internacional do Trabalho,⁵ revelam que os libertados pelo Grupo Móvel são pessoas oriundas de famílias sem alternativas de trabalho onde moram.

Este artigo é fruto de uma pesquisa⁶ sobre as relações de parentesco e o perfil de diversos atores envolvidos com situações de escravidão contemporânea. A maior parte dos atores, no caso estudado, é composta por pessoas libertas de fazendas, conforme dados encontrados em relatórios de fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego – GM/MTE. Há ainda outros atores nos relatórios, como os proprietários dos imóveis, os empreiteiros, conhecidos como “gatos”, e o grupo identificado como Pessoal de Unidade de Produção – PUP. Este último é composto por pessoas contratadas diretamente pela empresa – gerentes, vaqueiros, motoristas –, em geral funcionários de seu corpo permanente aos quais se reserva um tratamento diferenciado.

A escolha do Pará como objeto de estudo se deu por duas razões. A primeira, pelo número expressivo de casos de escravidão denunciados no estado. A segunda, pelo fato de o GPTEC ter mais informações sobre esse estado. O estudo abrange listas compreendidas entre novembro de 2003 e dezembro de 2007,⁷ com 113 relatórios de fiscalizações realizadas entre 1996 e 2005. No decorrer da pesquisa, foram realizados seminários e discussões sobre o tema da escravidão, migração e relações entre os atores. Apesar de o estudo ainda não ter sido concluído, é possível apontar alguns aspectos, e é o que fazemos neste momento.

O recorte estabelecido na pesquisa abrangeu os relatórios das fiscalizações efetuadas no estado do Pará que constam no “Cadastro de Empregadores” do MTE, conhecido como Lista Suja – LS. Ter o nome da empresa e de seus proprietários no cadastro significa que o governo brasileiro considerou que naquele local houve trabalhadores mantidos em condições análogas às de escravo. A publica-

ção da LS começou em 2003.⁸ Entre 1995 e 2007, o GM fiscalizou no país 1.683 Unidades de Produção – UPs – e encontrou trabalho escravo em 624 (37%). Efetuou 503 fiscalizações no Pará e constatou o crime em 116 (44,44%),⁹ mas deixou de fiscalizar boa parte das denúncias porque os dados recebidos eram insuficientes, ou por outra razão.

O problema

Ao observar o cenário que envolve o trabalho escravo contemporâneo, pode-se verificar a existência de pessoas atraídas por promessas de emprego que migraram em companhia de amigos e parentes para regiões diferentes do país ou do exterior; e de outras que se deslocaram sós, sem relações de parentesco, compadrio, amizade ou vizinhança anteriormente estabelecidas. Nos casos estudados, elas foram aliciadas¹⁰ em alguma parte do Brasil para roçar a mata, derrubar florestas, plantar capim, limpar pasto, erguer e recuperar cercas, ou proteger as cercas e os pastos do fogo, fazer carvão vegetal, ou executar diversas dessas atividades ao mesmo tempo no Pará.

Uma vez nos imóveis, os recrutados, a princípio, para sair deviam pagar o “abono”, eventualmente recebido no ato do recrutamento, os gastos com a viagem e a alimentação e os instrumentos de trabalho adquiridos em uma cantina na própria fazenda, onde os preços dos produtos superavam a remuneração prometida. Toda a trama era sustentada, dentre outros fatores, pela responsabilidade moral assumida pelos recrutados em relação à dívida, pelas ameaças psicológicas ou físicas, pela distância entre o local do trabalho e o de recrutamento, pela eficiência do sistema de coerção para “imobilizar” o trabalhador. Longe de casa, de parentes, amigos e conhecidos que poderiam apoiá-lo, o aliciado ficava mais vulnerável a todo tipo de pressão e exploração.

A relação de trabalho era acompanhada por um conjunto de práticas que, conforme a autoridade coatora, podia ser tipificado como **crime** – manter pessoas em trabalho “análogo ao de escravo”, cárcere privado, violência física, lesão corporal, assassinato, danos ambientais e fraude contra o sistema financeiro – e **violações às leis trabalhistas** – falta de assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos

previdenciários, não pagamento do salário e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança.

A escravidão por dívida começou a ser estudada mais intensamente a partir dos anos 1970, especialmente em função das consequências do modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pelo governo militar com as chamadas frentes de “expansão” ou frentes de “pioneirismo” (MARTINS, 1981: 112-113)¹¹ e o recrudescimento daquilo que era identificado como sistema de *peonagem*. A categoria escravidão tem igualmente sido utilizada para formas parecidas de trabalho sob coerção em outras regiões urbanas e rurais.

Há diversos estudos sobre a escravidão antiga e contemporânea; além de depoimentos, diversos autores trataram do tema com certa regularidade sob a forma de ensaio, romance, biografia ou conto, ao longo do século XX.¹² Neste artigo não revisaremos tais autores, porque essa revisão, de certa forma, já foi feita e este não é o objeto deste estudo (FIGUEIRA, 2004; 2008).

No poder Executivo é relevante a introdução da categoria, em 1986, no próprio título de um de seus relatórios: *Trabalho escravo*, que foi divulgado pela Coordenadoria dos Conflitos Agrários do MIRAD-INCRA¹³ (ALMEIDA, 1988: 67). Alguns anos depois, em 1992, o Governo Federal voltou a admitir oficialmente a existência do problema, através de uma resposta do embaixador Celso Amorim, na ONU, em Genebra, a uma denúncia da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

O contexto de pressões nacionais e internacionais, desencadeadas em função do assassinato de Chico Mendes (dezembro de 1988) e de Expedito Ribeiro de Souza (dezembro de 1991), ajuda a compreender as mudanças que estavam sendo realizadas no aparelho do Estado. A violência no campo – em função da disputa do uso e da posse da terra e do trabalho escravo – tornou-se parte da agenda da imprensa e do governo.

Com o apoio do procurador-geral da República, dr. Aristides Junqueira, e suscitadas pela CPT do sul paraense, desde 1992, foram feitas reuniões mensais de um grupo de militantes de direitos humanos, representantes de organizações da sociedade civil e da Igreja, operadores do direito e autoridades dos três poderes. A Procuradoria se tornou um espaço privilegiado para a denúncia e

para a discussão dos possíveis caminhos de soluções do problema. Também em 1992, o Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, promovido pela Assembleia Constituinte em Brasília, discutiu a escravidão, apresentou sugestões para que se intensificassem e melhorassem as fiscalizações do MTE e da Polícia Federal, sugeriu maior clareza do artigo 149 do CPB e a complementação de diversos dispositivos legais, com a criminalização das condutas detectadas e maior rigor legal quanto às punições. Diversos projetos de lei tramitam e tramitaram na Câmara dos Deputados e no Senado e houve modificações no artigo 149, em 2003. Ademais, desde 1991, foi discutido no mesmo Fórum Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) estabelecendo o confisco de gleba onde fosse constatada a exploração de trabalho escravo. Em 1999 foi apresentada a proposta ao Senado, que a aprovou em 2001. Em fevereiro de 2003, a PEC foi encaminhada para a Câmara, onde sofreu forte resistência da chamada bancada ruralista e não foi votada até maio de 2010.

Em 1995, o presidente Cardoso utilizou a categoria trabalho escravo em pronunciamento radiofônico e apresentou o que lhe parecia ser a diferença entre a forma atual de escravidão e a do século XIX: o escravo do passado sabia quem era seu senhor. Contudo, muitas vezes as autoridades do governo dessa época, ao se manifestarem em documentos escritos ou ao criarem um órgão responsável para combater o crime, preferiram utilizar palavras mais genéricas como “trabalho forçado”.¹⁴

A partir de 2003, a posição do governo brasileiro sobre o tema sofreu mudança. O novo presidente e seus ministros valeram-se regularmente da categoria “trabalho escravo”; foi lançado o *Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo* e foram desencadeadas medidas para implementá-lo. Ao mesmo tempo, as declarações cada vez mais frequentes de membros do poder Judiciário, as conferências e os seminários promovidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, por funcionários do MTE, se referiam à mesma categoria. Por força de construção social, essa modalidade de trabalho se tornou reconhecida não apenas como parecida com a escrava, mas de fato como escravidão. Os que empregam a categoria consideram que sua utilização não obscurece ou confunde o seu significado, mas o revela.¹⁵

Uma das formas de enfrentar o problema é a fiscalização empreendida pelo GM. De sua criação, em 1995, até 23 de fevereiro de 2010, conforme o MTE, 2.541 fiscalizações foram realizadas, 36.629 trabalhadores foram resgatados e um total de R\$ 53.659.438,07 foi pago na forma de indenizações.

Quem são os escravos

Com o apoio da equipe do GPTEC – seja na execução da pesquisa, seja na elaboração do projeto e da metodologia – e financiados pela OIT, alguns pesquisadores, coordenados pela antropóloga Maria Antonieta Vieira, participaram de investigações sobre o perfil dos trabalhadores e empreiteiros, entrevistando uns e outros em operações de fiscalização do GM.¹⁶ Entre os aspectos assinalados, percebeu-se que, geralmente, as chamadas “vítimas” eram pessoas provenientes de localidades de acentuada pobreza, estavam desempregadas e apresentavam baixa ou nenhuma escolaridade.

A presente pesquisa, realizada no GPTEC a partir de relatórios do GM sobre UPs que se encontravam nas LS, identificadas anteriormente, levantou outros aspectos do perfil dos trabalhadores libertos. Além de registrar seus nomes, a data de nascimento, a filiação, o gênero, o local de origem e de aliciamento, foram verificadas as relações de parentesco entre as “vítimas” e entre estas e os aliciadores, os empreiteiros e os demais personagens da trama da escravidão. Tais informações foram acrescidas pelo nome do empresário acusado do crime, do gerente, do empreiteiro, da unidade de produção e do município onde o fato se realizou, com a data do início e do fim da empreitada e a da libertação dos trabalhadores.

Dessa forma, buscou-se obter, através do cruzamento de informações, dados que elucidassem as relações a fim de que os mecanismos de aliciamento fossem melhor compreendidos. Por ir para um local fora do espaço conhecido cotidianamente, o aliciado era um estranho, ou um *outsider*.¹⁷ Era não apenas um forasteiro em relação ao local mas também, em geral, em relação aos que o cercavam – trabalhadores, “gatos”, fiscais etc. Viviam durante um certo período, mais longo ou mais curto, uma situação particular, fora da proteção familiar e do controle social.

Resultados preliminares da pesquisa

Foram identificados e cadastrados 4.503 trabalhadores libertos; destes, 166 eram menores e, 273, mulheres; 10 pessoas foram presas nas operações: 1 pistoleiro, 7 proprietários que exerciam também a função de “gato” e 2 pessoas sem função definida.

As fazendas fiscalizadas em 2002 e 2003 foram as que mais predominaram na LS; respectivamente, tiveram 1.117 e 1.201 libertos; e o maior número de operações, respectivamente, 27 e 31. Os anos 1998 e 2005 foram aqueles com menor número de escravizados identificados nas operações cadastradas: 91; e foram libertas, respectivamente, 44 e 88 pessoas. Os anos 1997 e 1999 tiveram o menor número de unidades de produção inseridas no cadastro: foram, respectivamente, apenas duas e uma por ano.

A seguir apresentamos alguns resultados sintéticos do estudo:

A. Conclusões preliminares

A.1. Demora de inclusão na LS. De 1995 a 2006, das 269 UPs fiscalizadas no Pará e consideradas envolvidas em trabalho escravo, conforme pode ser apreendido na relação dos imóveis nos quais houve libertação de trabalhadores,¹⁸ 153 (56,87%) não haviam entrado, até dezembro de 2007, na LS. Somente depois de tempo relativamente longo, decorrido entre a fiscalização e os trâmites internos no próprio ministério, houve a inclusão na LS: 58 fazendas demoraram uma média de 2,8 anos; ou 33,8 meses. Essa pode não ser necessariamente a média nacional, na opinião de Marcelo Campos, coordenador nacional do GM.¹⁹ O Pará, por razões diversas – pressões políticas locais, desatenção das autoridades – estaria entre os estados com maior morosidade na inclusão do nome das UPs na LS;

A.2. Reincidências no crime. Foi constatado que o mesmo trabalhador pode ser libertado em fazendas diferentes. Por exemplo, dos 50 trabalhadores escravizados na UP fazenda Liberdade, em Santana do Ara-

guaia, em 2004, cinco tinham sido escravizados e libertados em outras UPs: um, na fazenda São Roberto; dois, na Monelo; um, na Santana; e um na Vale do Rio Fresco.

Também é perceptível que entre as UPs inseridas na LS, cinco constaram mais de uma vez, por incorrerem novamente no crime. Alguns proprietários, em torno de nove, apareceram mais de uma vez na LS, como os dois citados a seguir. Antônio Lucena de Barros possuía duas UPs inscritas na LS. Celso Chuquia Mutran possuía as fazendas Baguá, em Eldorado dos Carajás, e Castanhal Cabaceiras, em Marabá, também relacionadas na LS. Celso Chuquia Mutran tinha parentes envolvidos na relação da LS – Aziz Mutran Neto, Délio Chuquia Mutran, Evandro Chuquia Mutran, Helena Chuquia Mutran – e não era o único que tinha parentes.

A.3. Limites dos relatórios e mudanças de forma.

Até pelo menos 2002, o número cadastrado de libertos nem sempre coincidiu, no próprio relatório de fiscalização, com o número anunciado na relação da LS. Faltou a relação completa dos trabalhadores, distinguindo libertos de não libertos. Algumas vezes, no mesmo período, no acerto de contas, foi descontado o adiantamento recebido pelos trabalhadores. Posteriormente, o desconto deixou de ser realizado. Nem sempre o relatório assinalou a existência de trabalhador idoso na atividade.

Os primeiros relatórios tinham forma irregular: houve casos em que faltou um relato introdutório que sintetizasse a ação, ou não obedeceram a critérios mais homogêneos, ou foram imprecisos e dificultaram a análise, ao contrário dos relatórios dos anos seguintes. Aos poucos, foram sendo superadas tais limitações e as equipes elaboraram relatórios com um padrão informativo mais claro e uniforme.

As categorias sofreram mudanças. Na primeira LS, em vez de uma relação de trabalhadores libertos, houve uma relação de trabalhadores “prejudicados”. No caso da fazenda Primavera, o relatório apresentou

248 trabalhadores “prejudicados”; contudo, houve uma relação de apenas 166 trabalhadores, e destes, dez eram PUP, incluindo um “gato”.

Apesar da introdução de mudanças no artigo 149, dando um sentido jurídico mais elástico e menos estrito ao conceito, os relatórios se tornaram ainda mais cuidadosos e apresentaram o sentido estrito de escravidão: dívida, dificuldade de mobilidade etc.

A.4. Reincidências. De 171 “gatos” identificados parcial ou completamente, quatro estavam presentes em fazendas diferentes: 1. Alfredo Antônio Rosa, em 2002, foi flagrado em duas UPs em municípios diferentes e com proprietários diferentes; 2. Edmilson Dantas de Santana foi flagrado em três fazendas, em 2002, em municípios próximos, com proprietários diferentes; 3. Iron Martins Cardoso foi flagrado em duas UPs, em anos e municípios diversos e com proprietários diferentes; 4. Juarez Feitosa Gomes foi flagrado em três UPs: duas estão no mesmo município, e o fato se deu no mesmo ano; uma terceira em município vizinho e no ano seguinte.

A.5. Mudança de status. Houve identificação de mudança de status de trabalhador em UP. Na fazenda Rio Dourado, em Cumaru do Norte, em 2003, três trabalhadores braçais em situação de vítimas passaram a exercer a função de “gato”. Um vaqueiro se tornou “tirador de estaca”.

A.6. Alguns percentuais. No total de relatórios de fiscalização analisados constatou-se maior número nos referentes ao período de 2002 a 2004, sendo 23,89% (27) de 2002; 29,2% (33) de 2003; e 18,58% (21) de 2004. Em relação a esse período, o percentual de relatórios que indicou número igual ou superior a dez relacionamentos entre os atores envolvidos na empreitada em cada ano foi de cerca de 30% (7) em 2002; 42% (14) em 2003; e 24% (5) em 2004.

B. Relações de parentesco identificadas

B.1. Foi possível constatar **relações de parentesco entre alguns proprietários**. Além da relação de parentesco entre eles, foram detectadas relações entre os outros atores presentes nas UPs. E houve os casos de parentesco não comprovados, mas prováveis nomes de família idêntico, local de residência ou outras informações. E uns e outros foram assinalados no banco de dados.

B.2. Quanto às relações de **vítimas & vítimas** foram constatadas relações variáveis no mesmo imóvel ou em imóveis diferentes, como avô & neto; pai & filho; mãe & filho; pais & filhos; padrasto & enteado; esposo & esposa; companheira & companheiro; irmãos & irmão; primos & primos.

B.3. Quanto a **vítimas & PUP – pessoal empregado na unidade de produção** (houve gerente, ajudante de caminhão, fiscal/capataz/gerente, capataz, vaqueiro, operador de motosserra, operador de máquina, tratorista, cozinheiro) – relacionamentos estabelecidos entre pessoal de UP e vítima encontrada puderam ser constatados, por exemplo, na fazenda Esmeralda e na fazenda Señor, fiscalizadas em 2002; o mesmo aconteceu na fazenda Alvorada, fiscalizada em 2000, com a diferença de a vítima ser escravizada.

B.4. Quanto a **vítimas & gatos** – foi possível verificar também um total de 32 relacionamentos entre “gatos” e vítimas escravizadas em fazendas como: Peruano, Colorado, Boa Esperança, Tabernáculo, Agropecuária Nossa Senhora Aparecida, Baunilha, dentre outras.

B.5. Os **lugares sociais**, como vimos, são **diversificados**; alguns têm poder de mando, outros são subalternos em graus diferentes. Quanto a **gato & vítima**, houve casos de possível parentesco estabelecido da seguinte forma: tio & sobrinho; pai

& filho; padrasto & enteado; cunhado & cunhado; irmão & irmão; esposo & esposa; sogro & nora.

B.6. Quanto a **gatos & gatos**, estes mantiveram relações de parentesco como: pai & filho; irmão & irmão; sogro & genro; tio & sobrinho; cunhado & cunhado; esposo & esposa. Aqui chamou a atenção a presença de mulher *gata*, pois significava que ela estava no exercício de uma função prioritariamente masculina e muitas vezes repleta de violência, não apenas simbólica mas também física.

B.7. A **resistência** ou o **controle social** entre os trabalhadores podia ser modificado, caso entre estes houvesse relações de conhecimento ou parentesco anteriores ao trabalho ou serem *outsiders* em relação à UP e ao próprio grupo. Essa hipótese não pode ser comprovada com os dados existentes nos relatórios de fiscalização.

Considerações finais

O trabalhador algumas vezes se desloca com outros membros da família porque a situação de pobreza em que estes vivem é a mesma, é coletiva; estão mergulhados em um problema que se revela estrutural; os componentes da família participam do mesmo desemprego e da mesma falta de alternativas, por isso migram, ainda que pressintam os riscos que correm. E muitos pistoleiros, “gatos” e gerentes ligados diretamente à UP têm origem nas camadas mais empobrecidas da sociedade. Algumas vezes, o “gato” não é mais do que um trabalhador que assumiu outro lugar social; que transitou, por capacidade de liderança, sagacidade e sedução, da posição de peão para a de mando.

O “gato”, nos anos 2000, não é o mesmo das décadas anteriores. Antes ele tinha um poder extraordinário sobre a vida dos trabalhadores, coordenava grupos de centenas de pessoas, tinha “subgatos”, usufruía ganhos substanciais e contava com uma rede de sustentação que ia do fazendeiro ao gerente do empreendimento, da polícia à dona da pensão. O fazendeiro, muitas vezes, estava ausente da fazenda e, se substancialmente sabia do que ocorria,

das relações de exploração estabelecidas e da violação das leis, não participava do cotidiano dessas relações. Não “sujava” as mãos. Com o aumento das fiscalizações, as empresas foram obrigadas a assumir elas mesmas as responsabilidades diretas, e muitos “gatos” não passam de “chefes de times”; um, entre outros, explorado.

Não deixou de existir, contudo, na Amazônia, o “gato” armado, prepotente e duro, que ameaça e mata. Aliás, estudos em curso no GPTEC, sobre os depoimentos dos trabalhadores entre os anos 2003 e 2007, revelam que, se os assassinatos diminuíram, não desapareceram, e a arma de fogo e as ameaças de morte nas UPs são comuns. E se antes estavam ligados às fugas do trabalho, nos anos 2000 estão ligados à fuga e à denúncia. O grande medo expresso pelos proprietários e seus prepostos é da fiscalização e da penalidade econômica advinda daí.

A pesquisa, baseada nos relatórios de fiscalizações, indica insuficiência de informações para tirar conclusões sobre a influência que as relações de parentesco e amizade entre os atores exerceram na resistência e na denúncia. E outros estudos são necessários, baseados em outras fontes de investigação.²⁰

Através dos relatórios se constata que a ação curativa empreendida pelos fiscais do trabalho tem sido útil e necessária, mas os avanços se revelaram insuficientes pela persistência do crime. O problema requer medidas estruturais de desconcentração de renda, geração de empregos, oportunidades de escolaridade, profissionalização e implementação da reforma agrária. Enquanto houver homens e mulheres em situação de pobreza e desemprego, haverá gente disponível ao aliciamento para uma atividade que vai além da exploração: as pessoas serão tratadas de forma degradante, como se fossem objeto, coisa, vítimas de comercialização, como se fossem escravas, e não haverá Código Penal ou medidas curativas que erradiquem do Brasil a sua prática.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.347.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “O trabalho como instrumento de escravidão”, in *Humanidades*. Brasília: UnB, ano V, n.17, 1988.

ASI – Anti-Slavery International. *Formas contemporâneas de escravidão*, in: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo* (VV.AA.). Goiânia: Loyola, 1999, p.49-70.

AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

BALES, Kevin. *I nuovi shiavi – la merce umana nell'economia globale*. Milano: Feltrinelli, 2000.

CASTILHO, Ela Wiecko. *Em busca de uma definição jurídico-penal de trabalho escravo*, in *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo* (VV.AA.). Goiânia: CPT, 1999, p.81-100.

CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Cia., 10ª ed., 1945.

CPT. *Conflitos no campo – Brasil (de 1995 a 2006)*. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

CUNHA, Euclides. *À margem da História*. Lisboa: Lelo&Irmãos Editores, 3ª ed., 1922.

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ÉLIS, Bernardo. *A enxada*, in *Veranico de janeiro: contos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p.37-61.

_____. *O tronco*. São Paulo: Martins, 1956.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

_____.; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Efeitos legais e institucionais das lutas contra as formas atuais de escravidão no Brasil*, in *Direito federal*, Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil, ano 20, n.66, jan a mar 2001, p.201-220.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (tese de doutorado).

_____. *Um velho problema em discussão: o trabalho escravo por dívida*. In: *Direitos humanos no Brasil 2008*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008, p.91-99.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed., 1978.

IPEA. *PNAD 2008: Primeiras análises - o setor rural*, in *Comunicados do Ipea*, n.42, 29 mar 2010.

MARTINS, José de S. “A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação”, in *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999, p.127-164.

_____. *A reprodução do capital na Frente Pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*, in *Tempo Social*, USP, vol.6, n.1-2, 1994 (ed. jun 1995).

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão – O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

VA.AA. (Esterci, Martins, Rezende etc.) *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999.

VILELA, Magno. *Uma questão de igualdade: Antônio Vieira e a questão negra na Bahia do século XVII*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

VILELA, Ruth Beatriz Vasconcelos; CUNHA, Rachel Maria Andrade. *A experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no combate ao trabalho escravo*, in *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999, p.35-42.

Notas

1. “Houve um aumento considerável da inserção do tema ‘trabalho escravo’ na imprensa nos últimos anos. Em 2002, o assunto apareceu na mídia em 260 matérias. Em 2003, o número saltou para 1.541 e, em 2004, 1.518”, escreve Beatriz Camargo, citando estudo efetuado para a OIT. Acesso em 21/5/2010: http://www.carvaocidadao.org.br/media/uploads_media/MIDIA_CONTRIBUI_PARA_ERRADICAO_DO_TRABALHO_ES CRAVO_-BEAT.pdf.
2. Sobre o tema, veja *Criminalização da pobreza: relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e de outras formas de violência no Brasil*, apresentado como Relatório Alternativo submetido à 42ª sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas, em maio de 2009, pela Justiça Global, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Organização Mundial Contra a Tortura.
3. O Bolsa Família, programa de transferência direta de renda com condicionalidades, pretende beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com a Lei 10.836 e o Decreto n.5.209, ambos de 2004.
4. Veja: <http://oriobranco.net/mundo/1033-122-anos-apos-lei-aurea-negros-ainda-sao-vitimas-de-escravidao.html>, acessado em 21/5/2005.
5. Com apoio do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC.
6. Uma equipe no GPTEC estudou as categorias utilizadas e organizadas em um glossário preparado especialmente para isso, participou de discussões sobre o tema e, treinada para interpretar os relatórios, cadastrou as informações em um banco de dados. Integraram o estudo as pesquisadoras Andrea Kazuko Murakami, Vera Lúcia Cavalieri e Sonia Benevides. Em alguma etapa participaram ainda, como bolsistas: João Ricardo Alves de Amorim, Marisa Dias Costa Chagas, Claudia Prestes, Maria Nazaré Ferreira Pinto, Michelle Rodrigues de Moraes, Aldemar Chagas Xavier, Bruna Silveira Pitombo, Leonardo Possidonio Domingos e Juliana Fernandes.
7. As listas são: a 1ª LS (nov 2003) e da 11ª LS (ago 2006) à 15ª (dez 2007).
8. A publicação, semestral, abrange o país e, por ordem judicial, o nome da UP pode ser retirado definitiva ou temporariamente da LS. Com base na Portaria n.1.234, revogada pela Portaria n.540/2004.
9. Vide *Conflitos do campo da CPT* do mesmo período.
10. O aliciamento de trabalhadores de uma região para outra do território nacional é crime previsto pelo art. 207 do Código Penal Brasileiro (CPB).
11. O debate acadêmico para tentar melhor explicar esse processo e os que o antecederam de entradas de gentes e ciclos econômicos na região ainda são apresentados como “devassamentos” ou “ondas”. Sobre isso, veja Horácio A. de Sant’Ana Júnior (2004, p.62-64).
12. Entre os estudos sobre a escravidão, veja por exemplo: ABBAGNANO, 2000, p.347; Jacob GORENDER, 1978, p.60-61; VILELA, 1997, p.100-101; MARTINS, 1994, p.13-14; 1999, p.160-162; K. BALES, 2000, p.19-22; Neide ESTERCI, 1994; ESTERCI; FIGUEIRA, 2001, p.210; Ela Wiecko de CASTILHO, 1999, p.90; e FIGUEIRA, 2004. Entre os depoimentos, veja: DAVATZ, 1980; entre os depoimentos e contos, veja: CUNHA, 1922; CASTRO, 1945; AUDRIN, 1946; ÉLIS, 1987; 1956. Há uma literatura sobre o tema no exterior. Um dos romances recentes é *Equador*, do português Miguel Souza TAVARES (2004).
13. Ministério de Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

14. O *Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado* (GERTRAF), criado para o “combate ao trabalho escravo”, como acentuam a secretária de Fiscalização do MTE e a coordenadora do próprio GERTRAF, é um exemplo disso (VILELA; CUNHA, 1999: 37).
15. Em vista da nova redação do art. 149, a categoria tem sido compreendida por procuradores e juízes do trabalho com um sentido amplo: basta haver condições degradantes de trabalho para ser tipificado como crime de “trabalho análogo ao de escravo”. A Lei n.10.803/2003 (dez 2003) altera o art. 149 do Decreto-Lei n.2.848 (dez de 1940), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.
16. O relatório conclusivo da pesquisa foi entregue à OIT em outubro de 2008.
17. Empregando uma categoria cara a Norbert Elias e John Scotson (2000).
18. Vide *Conflitos no campo da CPT* do mesmo período.
19. Em duas consultas por telefone, a última realizada em 21 de outubro de 2008, Marcelo Campos responsabilizou as Superintendências Regionais do Trabalho pelo atraso na inclusão das UPs na LS.
20. Uma outra pesquisa empreendida no GPTEC a partir dos depoimentos de trabalhadores revela que a consciência de uma noção do direito se ampliou, e isso se manifesta pelo aumento do número e da forma das denúncias.

Ricardo Resende Figueira

* Professor da ESS/UFRJ e coordenador do GPTEC/NEPP-DH/UFRJ.

Adriana da Silva Freitas

** Mestre em Serviço Social e pesquisadora do GPTEC/NEPP-DH/UFRJ.

A precariedade na periferia do capitalismo

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa*

A precariedade na periferia do capitalismo

Resumo: O artigo enfoca o tema da precariedade no contexto da flexibilização produtiva apresentando estudo de caso sobre o incremento econômico e a vida urbana no município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). A partir de pesquisa sobre indicadores sociais e a dinamização econômica da região, verifica-se a superposição histórica da precariedade nos diferentes ciclos econômicos da industrialização tardia naquele território.

Palavras-chave: Precariedade; Flexibilização; Trabalho; Duque de Caxias.

The precariousness in the metropolitan periphery of capitalism

Abstract: The article focuses on the theme of insecurity (precariousness) in the context of productive flexibility. The paper is based on case study on the economic growth and urban life in the city of Duque de Caxias (Rio de Janeiro, Brazil). From research on social indicators and economic strengthening of the region, there is a historical repetition of insecurity in the different cycles of late industrialization in that area.

Keywords: Precariousness; Flexibility; Work; Duque de Caxias.

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Em pouco mais de uma década, a agenda de pesquisas sobre o trabalho incorporou o tema da precariedade para explicar um conjunto de consequências sociais decorrente da reestruturação produtiva do capitalismo e do adensamento dos problemas urbanos nas áreas metropolitanas, acentuando a gravidade desses processos nas sociedades de industrialização tardia.

Os efeitos do processo de flexibilização do padrão produtivo e da sociabilidade capitalista dos anos 1990 impuseram, de fato, a recomposição do debate sobre o trabalho no Brasil. Indicadores disso podem ser evidenciados em estudos recentes das ciências sociais que ampliam as perspectivas analíticas sobre o trabalho e as práticas sociais que lhe dizem respeito. Nessa linha de mudança podem ser relacionados os estudos sobre as cadeias produtivas que redirecionam o foco investigativo até então demasiadamente centrado na planta fabril (GITAHY; LEITE, 2005). Com a cadeia produtiva é possível, por exemplo, transpor os limites dos *muros da empresa* e olhar os elos que articulam variados processos de trabalho, relações contratuais e atividades econômicas. Isso tem levado a que se perceba a heterogeneidade da organização produtiva e a queda das rígidas fronteiras entre atividades produtivas e improdutivas, bem como entre setor secundário e setor terciário da economia.

O mesmo poderia ser dito sobre o recente interesse na questão do trabalho não regulado publicamente. A agenda de debates na área somente agora inclui, com maior desenvoltura, os temas em torno do trabalho ambulante, em domicílio, cooperativado ou autônomo. As pesquisas reacenderam a discussão sobre o trabalho não assalariado, que, durante anos, ocupou parte dos estudos sobre o subdesenvolvimento nos países de industrialização tardia onde o assalariamento e a proteção social foram instituídos precária e parcialmente (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; ALVES; TAVARES, 2006). É evidente que a atenção contemporânea revê os elementos teóricos daquelas interpretações correntes e sinaliza a recomposição do fenômeno em novos patamares, observando que este tanto reproduz processos antigos de atividades de subsistência como faz emergir uma *nova informalidade*, agregada à órbita da acumulação baseada na organização produtiva e nas relações de trabalho flexibilizadas (HARVEY, 2005; MÉZAROS, 2006)¹.

Então, nesse horizonte de estudos, surgem novas questões para se pensar a produção e a reprodução social, incluindo-se a recomposição das relações do trabalho com o território. De um lado, a externalização produtiva por meio das relações de terceirização altera os usos dos espaços e as escalas geográficas, como a que se realiza com a mundialização produtiva e dos mercados². Por outro lado, o encurtamento dos postos de emprego impõe o desemprego estrutural e amplia as vidas que são vividas através do trabalho não regulamentado. Em conjunto, esses processos sugerem a pertinência de se pensar mais apuradamente as interações entre trabalho e política na cidade – já que as mudanças no trabalho reorganizam a produção e o acesso a bens e serviços mercantis –, bem como as relações com os equipamentos urbanos públicos. Da mesma forma que a disponibilização dos referidos serviços e bens potencializa ou destitui os trabalhadores de oportunidades de trabalho (LAGO, 2009).

Não seria demais lembrar ser este um horizonte intertemático e de construção de problemas de pesquisa ainda embrionário nessas reorientações de estudo das ciências sociais voltadas para o trabalho. O objetivo deste texto é apresentar reflexões que vimos realizando a partir de pesquisas sobre o trabalho e as condições de vida, tendo em vista preencher ou superar as fissuras existentes na interpretação desses temas³. Para seguir esse caminho investigativo, um primeiro pressuposto merece destaque, envolvendo um conjunto de breves referências sobre as noções de flexibilidade e de precariedade abordadas na pesquisa.

Em seguida apresentamos um estudo de caso que problematiza alguns elementos da formação sócio-histórica de Duque de Caxias, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No terceiro item mencionamos traços importantes da desigualdade socioterritorial que particularizam a experiência social da precariedade num quadro de aquecimento econômico. E, por último, apresentamos algumas ponderações sobre a relevância da análise sócio-histórica da precariedade em territórios nesses novos contextos de flexibilização produtiva, de modo a poder problematizar a distorcida expectativa de que o aumento de investimentos mobiliza acesso à renda para todos.

A flexibilização e a precariedade como problema de pesquisa

A compreensão do trabalho a partir das contradições sociais da atual fase do capitalismo nos leva a conceber a flexibilização como um conjunto de processos sociais, econômicos e políticos voltados para o recondicionamento da acumulação capitalista. Isso em termos de superação da rigidez fordista da organização produtiva, das relações de trabalho, dos valores culturais, dos aparatos legais e dos mecanismos de proteção social. Esse tipo de entendimento focaliza a flexibilização para além da dimensão econômica, avançando como sociabilidade, como mediação política e campo de hegemonia. Logo, a flexibilização é tanto técnica como ação (SANTOS, 2007).

Nos estudos do trabalho, por exemplo, esse debate se constituiu como um tema novo, posto que desde a segunda metade do século XX até os anos 1990, as investigações se concentraram no modelo fordista-keynesiano de desenvolvimento capitalista, onde o trabalho assalariado tinha centralidade, colocando em relação o trabalho, a reprodução do trabalhador e a proteção social (LEITE; ARAÚJO, 2009). De modo geral, o modelo envolvia certa estabilidade de carreira e qualificação, levando o trabalhador ao exercício de uma atividade ao longo da vida que era seguida de aposentadoria e seguridade social. Alinhava esse tecido sócio-ocupacional a regulamentação do contrato de trabalho baseado em condicionantes que caracterizavam a forma emprego como aquela marcada pela estabilização do tempo de contrato e do tempo de duração da jornada de trabalho⁴. A partir da década de 1990, esse modelo de referência se altera, ampliando as formas de trabalho e associando trabalho assalariado a trabalho autônomo ou informal. Quando, então, os estudos passaram a apontar que as trajetórias de trabalho se misturavam em diferenciadas experiências de trabalho e de reprodução social, premidas pelo desemprego e pela insegurança social, houve necessidade de se compreender esses novos cenários. Mesmo os estudos nacionais referenciavam-se nessa orientação, levando em conta o modelo desenvolvimentista em voga que ampliava o emprego, apesar de o assalariamento nunca ter sido uma realidade de fato geral no Brasil (SILVA, 2003).

Com a flexibilidade, o quadro de mobilidade da força de trabalho e do capital foi então desentrelaçado das rígidas regulamentações, possibilitando reações rápidas da economia no mercado mundializado e competitivo. Isso pode significar também o uso funcional da força de trabalho no interior das empresas, que, por meio da polivalência, contam com empregados aptos a desempenhar diferentes tarefas, com diversificadas jornadas de trabalho, remuneração e sistemas de descanso. De um modo ou de outro, fala-se da intensificação dos fluxos em favor da competitividade. Um fenômeno referido também ao tempo, porque busca instantaneidade da rotação do capital financeiro, que ganha hegemonia nos processos econômicos produtivos na atual fase do capitalismo.

As pesquisas revelam que a flexibilidade sacrifica mais ainda o trabalho em termos de desemprego, heterogeneidade de relações de trabalho e fragmentação das experiências, a ponto de atingir sobremaneira o campo das identidades coletivas. Em conjunto, premidos pelo desemprego estrutural e pela fragmentação das experiências, veem-se a diminuição da luta política e a exigência de sua recomposição sob formas mais coerentes diante desse novo contexto de precariedade (SANTANA; RAMALHO, 2003).

Ainda que as diferenças históricas e estruturais entre os mercados de trabalho sejam plausíveis, observa-se certa homogeneização da divisão internacional do trabalho, que generaliza efeitos sociais concretos como a precariedade em diferentes contextos. Mesmo assim, a noção de precariedade é historicamente situada, sendo abordada de modos distintos na literatura dos diferentes países (e também em situações subnacionais). No Brasil, a flexibilidade do trabalho é associada a processos híbridos que envolvem a “empregabilidade” do trabalhador de baixa renda e as subcontratações de trabalhos variados que geram menor custo produtivo (SILVA, 2003). A reestruturação produtiva se soma à tendência histórica de baixa capilaridade da legislação trabalhista entre as ocupações no território nacional.

Na França, a noção de precariedade é associada ao *trabalho atípico*, referindo-se a trabalho em tempo parcial, trabalho com duração determinada ou também desemprego. Esses novos mecanismos geram desigualdades sociais no mercado de traba-

lho, pensam os franceses, sobretudo porque ainda prevalece a estrutura de emprego como referência institucional e analítica, o que significa trabalho por tempo indeterminado, regime de tempo integral e estrutura de apoio institucional e de políticas públicas. São formas distintas de lidar com as dificuldades do mercado de trabalho e a individualização das relações de trabalho com a responsabilização do trabalhador por sua “empregabilidade”.

Os estudos mostram que, na França, a heterogeneidade de experiências de emprego suscita o interesse de pesquisas pelas desigualdades provocadas por esse processo nas relações de gênero, etnia e geração, ou ainda pelo empobrecimento crescente dos trabalhadores e a emergência de políticas públicas mais focalizadas e menos universalizantes no trabalho. Nessa perspectiva, são historicamente particularizados os sentidos dados à noção de precariedade nos estudos acadêmicos recentes (GEORGES, 2009).

No âmbito de nossa pesquisa, a precariedade é tomada, inicialmente, como instabilidade social em decorrência da fragilização das referências de regulação pública do trabalho, das lutas políticas e da reprodução social. A imprevisibilidade e a insuficiência de renda e dos serviços urbanos tendem a compor a cena social perversa embutida na noção de precariedade. Daí decorre a compreensão sobre a aceleração da degradação das condições de trabalho, que provoca vulnerabilidade no acesso a trabalho, renda e direitos sociais. A noção se estrutura como imagem invertida daquelas experiências que, por meio da política, tentaram reter a liberdade da dinâmica do mercado, no *welfare state* ou no Estado desenvolvimentista⁵. Mas, avançando um pouco mais percebemos que, nos termos da economia política, a precariedade expressa maior liberalização para as necessidades da valorização capitalista, seja no trabalho diretamente, seja no uso da cidade, sobressaindo a queda de compromissos do empresariado e do poder público com a reprodução social, em contrapartida à responsabilização individual do trabalhador e à fragmentação dos modos como este *leva a vida adiante*. Como uma unidade de contrários num processo real e simbiótico, onde os novos mecanismos de modernização se alimentam da precariedade (SINGER, 1977; OLIVEIRA, 2003).

Nessa linha de raciocínio se interpõem experiências de precariedade que se estendem no tecido

urbano, convergindo muitas vezes trabalho precário e precariedade de acesso a bens e serviços urbanos, como transporte e moradia. A precarização dos serviços coletivos incide sobre a proteção social do trabalhador, tornando-o ainda mais carente de recursos para lidar com as contradições urbanas e, conseqüentemente, com o trabalho.

No interior desse debate figura o tema da informalidade, que ganhou novo fôlego acadêmico na flexibilização, embora seja herdeiro do antigo campo de estudos sobre “trabalho informal” e volte à cena contemporânea para atender à configuração específica do mundo da periferia do capitalismo, que não expandiu as atividades mercantis a ponto de abarcar as de subsistência e autônomas. Ao contrário, o desenvolvimento desigual combinado nos fez refêns da dialética *modernização e atraso* (OLIVEIRA, 2003), mantendo atividades econômicas de ponta do capitalismo com outras menos dinâmicas, sendo ambas partes do mesmo processo como unidade na diversidade, ao mesmo tempo contraditória e complementar para a dinamização da acumulação⁶.

Mas a noção de informalidade não se limitou ao contexto do trabalho, incidindo, também, sobre o debate urbano, que viu na categoria a possibilidade de demarcar um conjunto de ações que se desenvolviam fora da regulação pública presente nas noções de *cidade formal* e *cidade informal* (MARICATO, 2000). Servindo ainda para designar territórios socialmente hierarquizados e destituídos de serviços públicos básicos, infraestrutura urbana, ofertas de emprego e regularização fundiária. Em especial a referência ao par formal-informal sintetizava a territorialização da desigualdade social, ao passo que possibilitava dar visibilidade a um conjunto de modos de vida que se fez em práticas clandestinas, como as moradias improvisadas por conta própria e a autoconstrução.

O dualismo da expressão tem sugerido mudanças de enfoque de modo a poder superar a dicotomia que enseja e captar a dinâmica social em questão como processo contraditório e uno (TELLES, 2006; LAGO, 2007). Nessa perspectiva, a noção de precariedade parece recompor essa possibilidade também porque nos permite pensar a cidade como espaço produtivo que abriga as cadeias produtivas corporativas e ainda o trabalho não regulamentado em formas direta e indiretamente associadas à va-

lorização. Além disso, permite pensar o território como lugar das classes sociais enquanto espaço de valorização (capital imobiliário e produtivo) e de distinção social pela hierarquização do acesso aos bens e serviços e do seu uso. Desse modo podemos melhor apreender o processo social e pensar caminhos de enfrentamento das insuficiências que tomam os trabalhadores em sua precariedade de vida e trabalho, isso tanto no terreno da formulação de novas políticas públicas quanto na potencialização de lutas sociais.

A pesquisa que desenvolvemos sobre o trabalho e o desenvolvimento econômico em Duque de Caxias se insere nesse universo de inquietações. Apresentamos, a seguir, alguns dados e reflexões sobre a precariedade no território em questão.

Contradições sociais, precariedade e história local

A primeira ideia que nos veio nas fases iniciais da pesquisa era a de que Duque de Caxias conformava uma das localidades que melhor sintetizavam as contradições do desenvolvimento capitalista nos seus cíclicos processos de dinamização e crise. Mais que isso, os indicadores mostravam a pertinência de se pensar a simbiose entre precariedade e práticas empresariais e políticas.

O segmento econômico de maior peso (gás químico) envolve uma cadeia marcadamente globalizada de característica vertical em que a Petrobras, uma empresa estatal, tem papel chave como *empresa-mãe* seguida por grandes empresas privadas do setor. As relações de terceirização são bem acentuadas, sendo possível contar sete linhas de subcontratação junto à Petrobras, de modo que é exigido um sistema de fornecedores bem afinado para que se garanta a competitividade. Duque de Caxias está já na segunda linha da cadeia produtiva do petróleo com o refino do minério, seguindo-se outras empresas de segunda e terceira gerações. A complexificação numérica de contratos na cadeia diz respeito ao amplo conjunto de fornecedores, envolvendo também médias e pequenas empresas. Por outro lado, a verticalização da Petrobras torna as ações da cadeia de tipo limitado, pois se restringem a produzir respostas às demandas da *empresa-mãe*. Isso é mais enfático entre as médias e pequenas empresas que efe-

tivamente se voltam para atender às necessidades apresentadas periodicamente pela refinaria.

Nesse sentido, na região geográfica se entrelaçam diversas escalas territoriais, misturando estratégias corporativas transnacionais, nacionais e dinâmicas locais que induzem o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, asseveram as desigualdades sociais. Um verdadeiro território de contrastes sociais – de tempos sociais distintos –, como situam os índices de desenvolvimento humano e de Gini quando vistos à luz do produto interno bruto local⁷.

Na região se alongou sobremaneira a tradição privatista do espaço da cidade por meio de políticas locais que sempre misturaram *assistencialismo* e *violência* como forma de reconhecimento cívico e de resolução de conflitos, respectivamente. Mas não é um território economicamente arcaico ou virgem em experiências fabris. A história industrial da cidade se inicia com a Fábrica Nacional de Motores (FNM) no governo Getúlio Vargas, prolongando-se com a refinaria de petróleo da Petrobras (Refinaria de Duque de Caxias – Reduc) na década de 1960, além de um conjunto de outras iniciativas que foram se somando ali⁸. Não obstante, no quadro da reestruturação produtiva e do aquecimento da exploração do petróleo no Rio de Janeiro (PIQUET, 2007), a sua dinamização regional de fato vem sendo tocada desde 1999, como aglomeração gás-química (Polo de Desenvolvimento Gás Químico), o que tornou a região mais atrativa para variadas empresas desse segmento econômico.

Duque de Caxias possui, hoje, mais de 800 mil habitantes e faz parte da ampla área nomeada como Baixada Fluminense⁹, que conta com mais de três milhões de habitantes, conformando a segunda região fluminense mais populosa do estado, perdendo somente para a capital. Duque de Caxias se relaciona na Baixada como núcleo urbano de referência em negócios e serviços variados, atendendo a região por meio de uma teia de vias de circulação e contatos bastante utilizados pela população das cidades vizinhas. Essa estrutura de fluxos urbanos confirma a representatividade dessa região no contexto do Estado do Rio de Janeiro, e alguns aspectos de sua formação social reiteram a organicidade de seu traçado histórico com os principais ciclos de desenvolvimento do país, como veremos a seguir.

De modo abrangente, pode-se dividir a história do município em dois grandes momentos. Primeiro, quando atendia à função de passagem como região de comunicação com o Rio de Janeiro. Posteriormente, quando a cidade se integrou como espaço urbano subordinado ao núcleo metropolitano representado pelo Rio de Janeiro para alojar seus trabalhadores e, paulatinamente, também indústrias.

No século XVIII, a Baixada Fluminense era parte do chamado Caminho do Ouro, servindo como passagem entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa ligação conformou a relação núcleo-periferia urbana, com primazia do Rio de Janeiro e baixa integração com o entorno fluminense. A associação à mola mestra da economia da época não incitou a aglomeração populacional na região, prevalecendo sua reduzida condição de passagem das riquezas extraídas além das serras e lugar de trânsito para tropeiros e viajantes.

Durante o ciclo do café, no século XIX, repetiu-se essa tendência. A região serviu de ponte de ligação entre o Vale do Paraíba e o Porto do Rio de Janeiro, inserindo-se na cadeia produtiva de forma secundária na medida em que o comércio e o beneficiamento cafeeiro ficavam a cargo dos negócios no Rio de Janeiro¹⁰.

Mas o reordenamento urbano do Rio de Janeiro, no início do século XX, marcou sobremaneira a distinção na forma e na função que Duque de Caxias (e a região de Iguazu) adquiriu no projeto urbano-industrial brasileiro. A partir desse momento deixou de ser passagem para se elevar a uma posição mais integrada às necessidades do modelo econômico. O reordenamento da cidade do Rio de Janeiro, a partir da reforma Pereira Passos, promoveu a expansão urbana e metropolitana por meio das ferrovias, do loteamento popular e da autoconstrução. Nesse sentido, a Baixada Fluminense, configurada até então como espaço insalubre e de população escassa – à exceção de pequenas aglomerações próximas às estações ferroviárias –, ganhou novo sentido no quadro urbano fluminense (SIMÕES, 2007).

Essa segregação socioespacial se baseou no modelo brasileiro de concentração espacial das atividades econômicas e da população em poucas cidades, entre estas o Rio de Janeiro. O crescimento demográfico daí decorrente gerou disputa pelo uso do solo tanto em termos de espaço de habitação

como de transporte, emoldurado pela centralização das atividades terciárias no Centro da cidade e a descentralização das indústrias e da população. Desse modo, desenhou-se nova onda de expansão, alargando a mancha urbana até a Baixada Fluminense (e o eixo Niterói-São Gonçalo) na segunda década do século XX (ABREU, 1987).

Todavia, como as indústrias escolhidas não eram geradoras de muitos postos de trabalho – em relação à demanda demográfica –, os empregos continuavam concentrados no Centro do Rio de Janeiro. Por isso, sinalizam os estudos, a expansão do subúrbio (e da Baixada Fluminense) é consequência mais da melhoria relativa dos transportes e das mudanças no mercado imobiliário do que da descentralização industrial.

A incorporação da Baixada Fluminense à mancha urbana do Rio de Janeiro se dá a partir do momento em que as terras disponíveis para loteamentos no núcleo, pelo menos próximas à EFCB e Leopoldina, começam a escassear e, conseqüentemente, a encarecer. A proximidade relativa dos distritos limítrofes leva a um transbordamento das estratégias dos agentes imobiliários para esses, onde as pré-condições para urbanização: agricultura estagnada, terras baratas e acesso a transportes de massa já estavam presentes. Assim se inicia a captura desta região à lógica da urbanização carioca (SIMÕES, 2007: 102).

A rota do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro expandindo as fronteiras de moradia de seus trabalhadores abria terreno para a vertente do capital imobiliário, voltado para o segmento popular nos subúrbios e na Baixada Fluminense, conforme iam se alargando as vias de transporte. Mas a marca desses loteamentos populares era também a da irregularidade, e a ocupação através da autoconstrução provocou a precariedade com a desordenada formação do território, sem estrutura de saneamento e sem equipamentos urbanos essenciais. Ainda que a autoconstrução seja a marca estrutural da habitação nas sociedades periféricas pós-Segunda Guerra Mundial – diante da baixa renda dos trabalhadores e a ausência de financiamento público para moradia –, evidencia-se na história do município acentuada incorporação desse modelo¹¹.

O fomento dos loteamentos urbanos impulsionou a aglomeração populacional na região e a estrada de ferro para passageiros definiu, decisivamente, a consolidação do município tão logo se iniciaram as obras de saneamento para recompor os problemas deixados pelo uso abusivo da região, em termos de desmatamento e assoreamento dos rios¹². Desde o período colonial a região recebeu tratamento predatório, de modo que alagadiços e epidemias eram quase permanentes, dificultando a sua ocupação. Somente após a segunda década do século passado os loteamentos avançaram para além das estações de trem, formando os primeiros nichos urbanos mais significativos. Nessa direção, a construção da Rodovia Rio-Petrópolis, em seguida, ampliou o povoamento local estimulado pelas condições econômicas, tornando possível, em 1943, a emancipação da região de Duque de Caxias da cidade de Iguaçu, por decreto-lei do interventor do Estado Novo, Amaral Peixoto.

Segundo a literatura da área, as transformações socioeconômicas ensejadas pela Revolução de 1930 e pelo Estado Novo manifestaram-se na região como partes do processo urbano-industrial mencionado. A localidade ganhou dinamismo conforme cresceram as necessidades subsidiárias do ciclo econômico e, como se disse antes, por suas exigências para a reprodução social do trabalhador e para a constituição de vias de escoamento produtivo.

Ainda que se mantenha uma elite de coronéis do cultivo de laranja na sede da região de Iguaçu, emergem, em outra parte do território – Duque de Caxias –, novas elites desvinculadas da pequena economia rural e mais afeitas às coisas urbanas no campo dos negócios envolvendo loteamentos populares na área de construção e comércio. Paralelamente, vastos contingentes de migrantes que chegavam como mão de obra barata e de baixa qualificação eram incorporados para servir ao núcleo metropolitano representado pela cidade do Rio de Janeiro¹³.

Mediando esse processo, evidenciam-se sofisticados arranjos políticos que associam *violência* e *clientelismo* como forma de acesso ao território e aos bens públicos. No início, entre esses anos de 1933 e 1943, as elites locais forjaram ações de fortalecimento da identidade territorial (clubes, orquestra, associações), o que gerava interesse por uma vida

comum no âmbito desse segmento social. Todavia, nessa teia de ocupação local alargava-se também a influência política clientelista sobre os habitantes. Por meio dessa sociabilidade conformou-se um vasto colégio eleitoral invejado em todo o Estado do Rio de Janeiro, num intrincado e contraditório quadro político que envolvia aliados no plano nacional, inimigos no plano estadual – ou vice-versa – e alianças no nível local entre grupos de posições distintas no cenário político mais geral.

O assistencialismo atravessava esse conturbado esquema social por meio da atuação da elite política e do próprio movimento emancipatório que nascia atrelado à distribuição de alimentos, roupas, remédios, serviços médicos e odontológicos. Algumas lideranças aliavam assistência e “proteção à população” por meio de milícias privadas (jagunços) que também intimidavam a crítica e a dissensão. “Dessa maneira se consolida o clientelismo como forma de ganhar representatividade na Baixada Fluminense. Na ausência do Estado, políticos locais oferecem pequenos favores em troca de votos e fidelidade, conferindo a esses legitimidade e acesso ao poder político” (SIMÕES, 2007: 157)¹⁴.

Nesse quadro, as lideranças locais ganhavam proeminência no cenário político consolidando-se como força social, o que, junto com o acelerado crescimento econômico da região – em razão da posição geográfica estratégica e da expansão demográfica –, representava fortes condicionantes para a autonomização da localidade. De modo que a divisão do município é paulatinamente reforçada como uma decisão socialmente necessária, a ponto de o distrito de Duque de Caxias ser relacionado entre as áreas de investimento estratégico do governo Getúlio Vargas¹⁵.

Esses são os traços que delinearam a autonomia de Duque de Caxias e que modularam sua forma e função na estruturação de um núcleo urbano próprio, mas conectado às necessidades da metrópole central com precarização acentuada da qualidade de vida.

O que se verifica na trajetória do município é que essa estruturação do poder local e a função estratégica da região continuaram como marcas de sua história social. No ápice do desenvolvimentismo dos anos 1950, por exemplo, Duque de Caxias abrigará os trabalhadores migrantes que chegam para tocar o crescimento econômico. Aqui, os serviços

urbanos, mesmo que precários, continuaram como objeto da intermediação do binômio *favor-terror* (ALVES, 1998), tendo as elites locais sustentação em toda sorte de ilegalidade (contravenções, jogatinas, lenocínio e grilagem de terras) paralelamente à sua influência no poder público, pois participavam da definição de nomeações de autoridades locais, inclusive policiais, por onde, na verdade, escondiam ou amenizavam suas transgressões.

Essa tendência se prolonga na década seguinte, mas, contemporaneamente, emergem também ações de apoio ao trabalhismo e aos movimentos de reforma de base característicos dos anos 1960, e que cresceram na região visando à melhoria da renda dos trabalhadores e o enfrentamento da questão agrária. No entanto, a resolução do conflito social retoma a tendência estrutural, e a repressão aos trabalhadores chega pela milícia privada – os jagunços urbanos. O poder público autorizava e legitimava o livre armamento dos comerciantes locais, como no caso da revolta popular e saque ao comércio em 1962, confirmando a marca histórica local de privatização do espaço da cidade (ALVES, 1998).

Por conseguinte, a ditadura militar, em 1964, cerceará a oposição na região, tanto de proeminentes elites locais como de trabalhadores engajados nos movimentos de reforma de base. E, conforme se avança até a década seguinte, observa-se a acomodação dos militares à lógica do poder local, baseada no binômio *favor-terror*, só que agora sob o controle da caserna. Em Duque de Caxias isso foi ainda mais agressivo por conta do caráter estratégico do município, já que sediava refinaria de petróleo e estradas federais, tornando a área objeto de segurança nacional com cerceamento da autonomia política.

A contestação a esse quadro político de restrição às liberdades civis e políticas viria na crise do governo militar, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, junto com o amplo movimento de moradores e comunidades eclesiais de base. Tal movimento rompeu o cenário político de modo efetivo e organizado contra a desigualdade social e a precariedade da vida urbana, reclamando regularização fundiária, saneamento, saúde e segurança pública e condenando os grupos de extermínio.

As eleições no município só chegaram em 1986, mas se perpetuaram como prefeitos os herdeiros políticos da velha elite local, por força de laços de

parentesco e ação política. A historiografia política subsequente será de rodízio de líderes associados a esse antigo esquema que alia *clientelismo* e *violência*. Mudaram-se as legendas partidárias, mas o mesmo tipo de política continuou sendo reforçado – a política da não política, na medida em que o medo e o favor prevalecem na regulação das relações sociais (OLIVEIRA, 2007).

A década de 1990 confirma essa reprodução política no município sob a bandeira do “moderno” partido PSDB, que passou a governar o país, o estado e o município tendo em voga as diretrizes neoliberais de centralização da dinâmica do mercado na vida social. Vantagens políticas que penalizaram ainda mais a região, onde a ausência do poder público se fez como marca histórica, e o assistencialismo se manteve nas franjas do desmantelamento ou da ausência de direitos sociais. De forma ambígua, a visão estratégica sobre o município para a economia fluminense e nacional será exaltada nesse momento, evidenciando a presença de conexões globais em seu território, associada à rede de infraestrutura e serviços do entorno.

De fato, a revitalização estrutural da economia da cidade se coaduna com uma série de medidas políticas de diferentes governos da administração pública do Estado do Rio de Janeiro, como, por exemplo, as fortes coalizões políticas no Legislativo ao longo da década de 1990 e 2000. Os períodos de convergência de governos nas diferentes esferas governamentais favoreceram ação em comum sob o ideário do desenvolvimento e a interiorização da economia. Sobretudo porque eram anos de ausência de política pública industrial e reinavam as ações de privatização de institutos estatais. Além disso, a ação da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) por mais de uma década manteve séria defesa dessa programática, fortalecendo ao mesmo tempo essa perspectiva de regionalização do desenvolvimento como meta de revitalização econômica do estado. Na Prefeitura de Duque de Caxias, curiosamente, repetem-se secretários de Desenvolvimento que seguem essa programática tendo, invariavelmente, saído dos quadros da Firjan, mesmo com alternância de partidos políticos no governo.

O desenvolvimento econômico de Duque de Caxias conforma novos atributos espaciais para a cidade no âmbito da divisão do trabalho, de

modo que o tema ficaria nas agendas dos governos que se revezaram a partir dos anos 1990, enfocando o município menos como região-alojamento de trabalhadores, e mais, sobretudo, como dinâmico parque industrial e, também, expressiva arena eleitoral.

Dimensionamento da paisagem produtiva e da precariedade local

A incursão pelo espaço social possibilita perceber que a paisagem da cidade é demarcada como uma área geográfica de 464,573 Km², de ocupação majoritariamente urbana (99%). Os seus limites são delineados pela geografia das cidades vizinhas de Belford Roxo, Magé, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Petrópolis, São João de Meriti e Rio de Janeiro. O município está recortado por quatro distritos administrativos – Centro, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém –, por onde se hierarquizam as desigualdades sociais, a economia, os bens e os serviços. Como baixada de pé de serra interposta com baía, por suas terras passam vias fluviais importantes da Baixada Fluminense, como o rio que faz a divisa com o Rio de Janeiro, chamado rio Meriti; o que separa o município de Nova Iguaçu, rio Iguaçu; o que divide o primeiro e o segundo distritos administrativos, rio Sarapuí; e o que delimita o segundo e terceiro distritos do município, rio Saracuruna. De maneira geral, uma rede hidrográfica barbaramente assoreada e poluída que é complementada pela Baía da Guanabara, ao leste do território.

Essa posição geográfica do município e os recursos de que dispõe continuam lhe valendo a distinção, em termos macroespaciais, de território estratégico para a economia regional e nacional. Comunica-se com outros estados através de duas importantes rodovias: a Rio-Petrópolis e a Presidente Dutra. Além disso, a cidade está próxima de rotas representativas de fluxos urbanos, como a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, contando ainda com as vantagens decorrentes da proximidade com o Aeroporto Internacional, o porto e demais equipamentos de negócios da cidade do Rio de Janeiro. Em conjunto, esses atributos possibilitam a Duque de Caxias uma relevante malha infraestrutural e logística para a dinâmica produtiva.

Esse quadro é negativamente adensado quando consideramos o problema do saneamento na

região, pois Duque de Caxias ainda sofre com limitado acesso a água, esgotamento sanitário precário e coleta e destino final de lixo insuficientes. A estruturação do território por meio de loteamentos e autoconstrução de natureza basicamente privada, sem regulação e infraestrutura públicas, tornou o município campo de inúmeras irregularidades para provimento dessas necessidades básicas de reprodução social. Embora as estatísticas subestimem o problema, podemos situar que, segundo o IBGE/Censo 2000, 70% dos domicílios recebem água da rede pública, o que é um índice baixo, comparando-se com outros municípios da Baixada Fluminense, e se levarmos em conta o fato de que estar conectado à rede não significa acesso contínuo, porque o abastecimento é irregular e a perda de água é altíssima em razão das alternativas clandestinas viabilizadas particularmente pela população.

O esgotamento sanitário é outro serviço precário na cidade, fazendo com que as valas negras componham a paisagem local de forma marcante quanto mais se aproxima das favelas. Ainda que o município tenha alargado o serviço, acompanhando o crescimento da cobertura evidenciado em todo o país entre os anos 1970 e 1980, o quadro é desalentador e de baixo controle da demanda efetiva. Parte desse melhoramento das taxas é até mesmo duvidosa, na medida em que o fenômeno do “manilhamento” que assolou a região pode apenas veicular os despojos sem, necessariamente, canalizar para tratamento adequado (PORTO, 2001). Em 1991, Duque de Caxias tinha uma cobertura de coleta de esgoto da ordem de 54,7% dos domicílios; em 2000, essa taxa subiu para 56,3%, mostrando uma atuação bastante residual nesse período, fruto da desaceleração do investimento público na área nas duas últimas décadas. As favelas eram atendidas em 45,3% em 1991, e em 60,3% em 2000 (MOTTA, s/d).

A falta de dragagem e drenagem dos rios e adjacências torna as chuvas um arqui-inimigo, em especial da *cidade não formal*, pois todos os canais de veiculação hidrográfica estão assoreados por despejo de esgoto e lixo, dificultando a livre circulação das águas. De modo que o transbordamento dos rios provoca enchentes e alastra vetores de doenças, colocando a vida da população em risco, além da perda dos pertences.

A coleta precária de lixo é mais um fator de segregação socioespacial, porque o serviço público, embora tenha aumentado, é ainda de cobertura limitada, sobretudo em loteamentos irregulares e favelas, prevalecendo ações particulares que agriem o meio ambiente e a situação sanitária mais geral. No tocante ao destino final do lixo, o quadro é alarmante, pois Duque de Caxias abriga o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, situado próximo da Baía de Guanabara, no Km 4,5 da Rodovia Washington Luiz, conhecido como Lixão. O referido aterro foi condenado porque durante 30 anos serviu como mero despejo de lixo (sem tratamento) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e entre as medidas de sua desativação está a previsão de incentivo à coleta seletiva no município e o deslocamento para outras ações econômicas dos cerca de três mil trabalhadores que vivem do lixo¹⁶. A degradação do meio ambiente se associa à degradação humana, engendrando a destruição dos recursos naturais e rebaixando a população que trabalha no aterro sanitário a um cenário de precarização absoluta, descartada das possibilidades de escolarização, cultura, emprego e serviços urbanos¹⁷.

Com efeito, pelo campo analítico da dialética da periferia capitalista, percebemos que o modelo urbano-industrial não tomou Duque de Caxias por completo, de modo que, ao longo da história do município, dinâmicas da *cidade formal* coexistem com maneiras irregulares de ocupação do espaço e de atendimento das necessidades básicas de serviços e consumo. Ao lado de uma malha industrial de ponta do sistema produtivo nacional e global da atualidade evidenciam-se modos de vida alheios aos direitos sociais típicos e básicos de cidadania. Ainda que participe ativamente do tecido produtivo, reproduz condições segregativas que dificultam “um lugar no mundo” para seus moradores e para o espaço enquanto tal, sublinhando-se como um território de não direito (CARLOS, 2007; SANTOS, 2007). A precária cobertura de serviços públicos potencializa a vulnerabilidade social e a reprodução de ações privadas de proteção.

Outros indicadores sociais do município apresentam certa margem de alteridade positiva ao longo dos anos, todavia, como se sabe, são processos sociais contraditórios, sobretudo porque nesse caso a intensidade é relativamente baixa perante o tamanho dos problemas acumulados e a riqueza pro-

duzida localmente. As iniciativas parecem emergenciais porque não maximizam maior igualdade social, mantendo o quadro de precariedade.

É claro que a situação social de Duque de Caxias não se explica somente pelo comportamento do município na medida em que compõe a complexa Região Metropolitana, onde a vida social apresenta-se imbricada com os demais municípios, em especial o núcleo central, a cidade do Rio de Janeiro. Geograficamente, inclusive, não se vê descontinuidade entre esses espaços, que formam uma mancha urbana (suburbana) quase única. Por isso, é elucidativo destacar que a Região Metropolitana, entre 1990 e 2000, apresentou indicadores sociais que demonstram inércia dos índices de desigualdade social e da renda *per capita*. Em decorrência do baixo dinamismo da economia e da retração do trabalho – superiores à situação nacional –, a economia e o poder público do Rio de Janeiro têm sido pouco eficazes na reversão do quadro de empobrecimento da população.

A renda domiciliar *per capita* apresentou oscilações significativas no período, com situação de queda entre os anos 1997 e 2002, sendo sua recuperação em 2004 menor que a evidenciada nas taxas nacionais. Por outro lado, como a renda domiciliar abriga rendimentos de segunda ocupação e transferências previdenciárias, encontra-se mascarada a real situação da renda proveniente do trabalho principal no sustento familiar, fator tendencialmente decrescente na explicação dos rendimentos e poder de compra das famílias. Ainda que os efeitos do Plano Real nos anos 1990 tenham atenuado os índices de pobreza no país e na região do Rio de Janeiro, desde então não foram apresentadas mudanças expressivas no tocante à distribuição de rendas.

De modo geral, a literatura na área também salienta que a depressão econômica do Rio de Janeiro foi uma das mais incisivas no processo de mundialização dos mercados, concorrendo para isso a transferência da capital federal para Brasília, a fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, a desindustrialização do subúrbio carioca e a migração do setor financeiro para São Paulo. Em conjunto, esses fatores acirraram a crise do capital regionalmente, em especial pela conhecida descaracterização do Estado desenvolvimentista em favor das reformas liberais recentes (OSÓRIO, 2005).

Esse quadro metropolitano mais geral, que aponta a lenta regressão dos patamares de desigualdade social, compõe o pano de fundo de nossa incursão por algumas peculiaridades dos indicadores sociais e econômicos mais significativos de Duque de Caxias.

Afinal, como vimos sublinhando, nas dobras da rica economia do petróleo é tecido um contraditório panorama urbano como desdobramento do quadro de flexibilização contemporâneo e da velha tradição social de precariedade urbana. As conexões globalizadas da economia se entrecruzam com formas de vida reiteradamente *improvisadas* num conjunto de serviços e ocupações informais. Os dados coletados na pesquisa sugerem que essa associação entre flexibilização e precariedade consiste no caminho investigativo mais consequente para entender a realidade local, especialmente quando comparamos indicadores sociais relevantes e produção econômica.

Ainda que, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano caxiense, entre os anos de 1991 e 2000, apresente mudanças – respectivamente, 0,700 e 0,753, esquematizando uma variação ascendente entre esses anos –, trata-se de um dado relativamente baixo, se comparado a outros municípios do Rio de Janeiro que possuem índices mais altos sem a correspondente participação no PIB estadual como Duque de Caxias, o que podemos considerar uma expressão de regressão social no contexto das contradições do crescimento econômico.

Ao analisarmos o índice de pobreza – pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75 –, detectamos que Duque de Caxias possui taxa mediana quando efetuamos a comparação com o restante do Estado do Rio de Janeiro. Em 2000, 12,37% de sua população era considerada pobre, diferentemente de São Francisco de Itabapoana, que possuía 21,51%, maior taxa, e da vizinha cidade do Rio de Janeiro, com a menor, 5,75%. Em perspectiva histórica, chama a atenção que Duque de Caxias apresente índice ascendente entre os anos de 1991 e 2000, quando a tendência do conjunto dos municípios foi a diminuição. Essa descrição pode nos afiançar que a crise econômico-social que teve maior expressão entre os anos 1980 e 1991 atingiu Duque de Caxias, fazendo com que a taxa de pobreza fosse de 9,04 em 1991, e de 12,37 de sua população em 2000.

Nessa linha de raciocínio verificamos que, seguindo a tendência do estado, Duque de Caxias teve a renda proveniente do trabalho diminuída entre 1991 e 2000; no primeiro ano a taxa era de 81,9% da renda total do município, e, no último, de 66,1%. Por outro lado, a participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego) na renda total do município em 1991 estava na ordem de 12%, o que é um percentual médio comum no Estado do Rio de Janeiro. Mas merece destaque que, para 8,9% (1991) e 11,9% (2000), esses programas tenham tido participação decisiva no orçamento doméstico, porque a renda familiar *per capita* provém dessas transferências em mais da metade de seu valor total¹⁸.

Mas o indicador mais expressivo quando se tem em tela o crescimento econômico é o que possibilita pensar relacionalmente a melhoria de renda das classes sociais. Nessa perspectiva de análise, evidenciamos que nesse período, 1991-2000, a desigualdade social aumentou em Duque de Caxias, passando o índice de Gini de 0,474 para 0,528, mostrando que variou a renda domiciliar *per capita* negativamente, se considerarmos a variável igualdade¹⁹.

Quanto ao trabalho, vimos nesse estudo que a demanda por ocupação no município advém de quase metade da população. De acordo com o Ministério do Trabalho, tendo como referência o Censo de 2000, segundo o qual a população residente em Duque de Caxias era de 775.456, a PEA (População Economicamente Ativa) do município comportava cerca de 346.130 habitantes, 45% daquele total. Entretanto, a desocupação no município era da ordem de 22%: 76.693 trabalhadores em números absolutos. O número de trabalhadores informais (empregados sem carteira e por conta própria) chegava a 105.239, e, se somarmos esses números com os relativos à desocupação – que se referem aos que não possuem qualquer atividade remunerada –, verificaremos que a situação social do município é bastante penosa no sentido de que não consegue atender às necessidades da sua população ativa para o trabalho, já que não gera trabalho suficiente para todos e reserva para 30% da PEA relações de trabalho bastante precarizadas, sem regulação pública. Basta constatar que 50% da

PEA é formada por trabalhadores que não possuem cobertura contratual de trabalho, o que confirma a tendência à menor formalização do trabalho.

Entre os dados do Censo de 2000 e as informações de empregos formais da Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) de 2006 verifica-se uma variação significativa, pois, nesse ano, mais recente, o emprego formal contou com 122.156 trabalhadores, enquanto em 2000 esse número era de 128.458, sendo que o montante de habitantes cresceu de 775.456 para 842.686 no período.

Em termos de atividades econômicas, os empregos formais estão concentrados nos serviços, seguidos pelo comércio, pela indústria, pela administração pública e construção civil²⁰. Ainda que o quadro abaixo se refira ao mês de dezembro de 2006, essa distribuição é uma tendência reiterativa nas duas últimas décadas.

Empregos Formais em Dezembro de 2006	
Atividades que mais empregam	População
Serviço	43.992
Comércio	30.192
Indústria de transformação	24.974
Administração pública	13.985
Construção civil	8.485
Outros	598
Total	122.156

Fonte: RAIS / MTE, 2006

A presença marcante dos serviços e do comércio nas taxas de emprego tem sido um traço das cidades nos últimos anos, todavia chama atenção na vida produtiva de Duque de Caxias a expressiva presença da indústria. Esse dado distingue o município de reestruturações produtivas de outras localidades, pois, relativamente, mantém a participação expressiva das indústrias em seu tecido econômico.

No entanto, é preciso ter em conta que aqui se repete um problema recorrente em outras regiões: a remuneração média dos empregos formais é mais baixa entre as atividades mais empregadoras, alterando o topo do *ranking*. Essa tendência se coaduna com as elaborações críticas quando estas alertam que os empregos nas atividades de serviço e comércio são mais volumosos, mas a renda auferida,

as condições de trabalho e a qualificação são sempre mais baixas do que no restante do mercado, de modo que a ascensão dos números nessas atividades não agrega, necessariamente, maior renda à camada assalariada. Além disso, a rotatividade é também acentuada, de acordo com os estudos acumulados na área do trabalho.

No quesito formação da mão de obra verifica-se, de acordo com o Ministério do Trabalho, que, entre os anos de 1996 e 2005, houve progressivo aumento de escolarização da força de trabalho empregada, com qualificação acima da oitava série e diminuição entre as faixas de analfabeto à quarta série. O indicador de melhora demonstra, possivelmente, maior competitividade do mercado de trabalho tendo à sua disposição mão de obra mais escolarizada, bem como o esforço de ascensão da força de trabalho no sentido de ampliar a escolarização para melhor inserção no mercado. Esses dados se tornam complicados quando colocamos em relevo a distorção ano escolar e idade, que é bastante discrepante no município, o que pode sinalizar dificuldades da população de atender a essa maior competitividade do mercado de trabalho.

Segundo o Censo de 2000 (IBGE), Duque de Caxias mantém índice elevado de habitantes com mais de dez anos que têm poucos anos de estudo, a ponto de 38% estarem na faixa de quatro a sete anos de estudos; e 17%, de um a três anos. Por outro lado, no polo mais alto, somente 2% possuem entre 15 ou mais anos de estudos. Apesar de o analfabetismo vir apresentando tendência de queda no país e no Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias ainda amargava a taxa de 7% de analfabetos em 2000, ainda que em 1970 esse dado fosse de 20%.

O indicador de distorção de série por idade complementa a referência a esses dilemas da população caxiense com a escolarização na medida em que se verifica o percentual de estudantes com idade acima do adequado para a série cursada. Analisando-se essa evolução no ensino fundamental, observa-se que os gráficos não andaram, e o indicador permanece elevado, com número alto de alunos matriculados com mais de 14 anos a partir da quinta série. Ao desagregar esse dado pelas redes de ensino, verifica-se que a rede privada aparece com taxas mais baixas, o que significa maior penalização dos estudantes menos abastados. O mesmo

se repete quando são analisados os indicadores de aprovação por rede de ensino, pois há larga expressão dos índices de aprovação na rede privada, muito embora a rede pública tenha ampliado sua aprovação entre os anos de 1998 e 2005²¹.

No tocante à produtividade local, vimos que o desempenho da economia medido pelo PIB do município é reverenciado como bastante positivo para o estado, constando do segundo lugar do *ranking*,

perdendo somente para a capital. Colabora para esse resultado a indústria química, que participa com a maior faixa de recursos do conjunto de atividades e setores. Na verdade, Duque de Caxias tem um quadro produtivo bem marcado pela indústria, como mencionado anteriormente, destacando-se o segmento químico em razão da presença da refinaria de petróleo Reduc e do conjunto de estabelecimentos que usam o petróleo como insumo.

Estrutura Empresarial 2005				
Empresa	Nº de Unidades Locais	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Assalariado	Salários (mil reais)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	16	81	61	415
Pesca	1	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Indústrias extrativas	22	77	50	594
Indústria de transformação	1609	27.173	24.571	453655
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	13	136	132	5206
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	6.785	37.386	27.229	235.443
Alojamento e alimentação	985	5256	3772	19151
Transporte, armazenagem e comunicações	664	13765	12672	149942
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	158	1355	1233	30463
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1403	13899	11875	131866
Administração pública, defesa e seguridade social	11	11772	11772	250934
Educação	496	5862	5212	74664
Saúde e serviços sociais	435	4166	3432	33606
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1643	5618	4498	30045

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2005

No período 1996-2004, segundo informações do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), o PIB caxiense manteve contínuo crescimento, mesmo sendo este um período assombroso para a economia, porque correspondeu à etapa de ajuste do processo de abertura comercial

e reestruturação produtiva. Desde 2005, a indústria de transformação tem colaborado com, em média, 59,9% do volume do produto interno, e isso é bem expressivo, pois os dados são ascendentes: em 1996 o PIB estava em R\$5.070.967.000,00; em 2004, já atingia cerca de R\$ 15.8818.944.000,00.

Poderíamos tomar o município como uma região essencialmente industrial, todavia a maior participação na produção de riquezas não significa absorção de equivalente em mão de obra, como vimos anteriormente a partir dos dados sobre a informalidade e a ocupação na área de serviços. De fato, a indústria de transformação apresenta boa rentabilidade produtiva, mas esses dados mascaram problemas como baixo impacto do segmento petroquímico na promoção do emprego e da renda. Por isso o dinamismo econômico se associa à precariedade com permanente (ou crescente) desemprego, informalidade e baixa renda *per capita*, apesar da forte presença no PIB fluminense e nacional.

Aliás, esse é um problema efetivo, pois os trabalhadores do município não são absorvidos no trabalho de ponta das indústrias em razão das exigências de escolarização e qualificação. A inserção da população local se dá principalmente nas atividades terceirizadas de baixa qualificação, como limpeza, consumo, alimentação e obras. Segundo dados da pesquisa, a mão de obra fixa da Reduc é majoritariamente de fora do município, acontecendo o mesmo com as indústrias petroquímicas da região. De maneira que se verifica na composição da força de trabalho uma hierarquização bastante perversa, restando ao trabalhador da localidade as tarefas menos qualificadas e instáveis do universo das subcontratações e, por isso, mais precárias.

Considerações finais

Esse conjunto de dados ajuda a desenhar os contornos do caleidoscópio de formas e sentidos adquiridos pelo município e que o tornam hoje um território urbano-industrial distinto daquela aglomeração dos anos 1940. Ao longo desses anos, e primordialmente a partir dos anos 1970 e 1980, Duque de Caxias deixou de ser *cidade-dormitório* e se constituiu também como território produtivo, participando ativamente do PIB fluminense e se destacando como a cidade mais industrial da Baixada Fluminense, além de centro atrativo de serviços e comércio para o conjunto da região. Mesmo com o ambiente econômico pouco dinâmico como o que se evidencia na área metropolitana do Rio de Janeiro durante a reestruturação produtiva, Duque de Caxias tem se destacado, em especial, pelo ramo gás-petróleo, que abriga parte de suas

empresas. Entretanto, esse quadro não subverte a desigualdade social local nem melhora o acesso à infraestrutura urbana. De modo que a segregação social se mantém e a sociabilidade é ainda bem marcada por um misto de legalidade e ilegalidade, promovendo certa indistinção entre público e privado e, por conseguinte, nublando instituições de direitos sociais, mesmo após a retomada dos processos democráticos formais no país e no município, a partir dos anos 1980, e do incremento de sua industrialização. A persistência da pobreza, das dificuldades de acesso aos serviços públicos e ao trabalho de qualidade, em conjunto, desafia a qualidade de vida local, demonstrando os limites das expectativas de aumento de investimentos para mobilizar o acesso à renda para todos.

As regiões metropolitanas têm sofrido com os desdobramentos do processo de mundialização e reestruturação produtiva, que alteraram os padrões institucionais e as vocações econômicas dessas localidades abrangentes constituídas como *lôcus* de projetos de desenvolvimento centrados na industrialização via associação Estado nacional e capital, incrementando o crescimento demográfico, a produtividade local e a urbanização concentrada e acelerada. As mudanças dos anos 1980 quebraram essa associação (Estado nacional e capital), mudando a mobilidade e a estrutura produtiva entre regiões, setores econômicos, organização produtiva e do trabalho e levando a que diminuíssem, sobremaneira, as possibilidades de participação competitiva dessas regiões metropolitanas quando centros de menor porte apresentam custos produtivos mais baixos (mão de obra e logística). Aí, então, essas regiões se viram diante dos maiores contingentes populacionais – agregados nos centros urbanos metropolitanos por força do modelo de desenvolvimento 1947-1980 –, do baixo crescimento econômico, da desconstrução da vocação produtiva local (dos subúrbios e nichos urbanos metropolitanos), do desemprego e da crescente polarização das desigualdades sociais. O Rio de Janeiro é um exemplo expressivo dessa mudança de rota de modelo de desenvolvimento e de problemas sociais. Duque de Caxias parece amargar uma situação *híbrida* na medida em que nesse período, após os anos 1980, teve sua economia redimensionada em razão do incremento da refinaria de petróleo e das indústrias do setor, sem, todavia, conforme mencionamos, conseguir dar novo sentido aos problemas urbanos e do trabalho.

O recurso à história da formação social do município possibilitou que o estudo focalizasse a particularidade de Duque de Caxias nos ciclos de desenvolvimento singularizando o modo como foi ganhando sentido a sua inserção na divisão do trabalho e as diferentes fases de precariedade do território. A relação com o modelo urbano-industrial *formal* possibilitou cotejar o município como um lugar próprio de produção social do espaço, conforme sinalizam os indicadores socioeconômicos, expressando as mediações por onde a vida humana vai sendo tocada na cidade e por onde a diferenciação social vai se reproduzindo. O vetor da historicidade das práticas sociais possibilitou, até o momento, que a pesquisa observe o município como campo de tempos e experiências diversas. A moderna indústria gás-química convive com cerca de meio século de *atraso* de desenvolvimento humano, demonstrando as formas de apropriação diferenciada do crescimento econômico e da vida urbana que se manifestam no território.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. São Paulo: Jorge Zahar, 1987.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1998.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. *A dupla face da informalidade do trabalho: 'autonomia' ou precarização*, in ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARBOSA, Rosângela Nair de C.; SILVA, Alessandra A. *A questão ambiental e o trabalho no lixo*, in *Revista História Agora*. Rio de Janeiro, 2008. www.historiagora.com/dmdocuments.
- CARDOSO, Ana Claudia M. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho*. São Paulo: AnnaBlume, 2009.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur, 2007.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FILGUEIRAS, Luís; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*, in *Caderno CRH*, vol.17, n.41, mai-ago. Salvador: UFBA, 2004, p.211-229.
- GEORGES, Isabel. *As novas configurações do trabalho: precarização e 'economia solidária'*, in LEITE, Márcia de Paula e ARAÚJO, Ângela Maria C. (orgs.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Annablume, 2009.
- GITAHY, Leda; LEITE, Márcia de Paula (orgs.). *Novas tramas produtivas: uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo: Senac, 2005.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Sociologia do desemprego*, in SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LAGO, Luciana C. "A 'periferia' metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena", in *Cadernos IPPUR*, n.2. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2007.
- _____. *Trabalho e moradia na periferia: uma política urbana economicamente orientada*, in *Revista Em Pauta*, vol.6, n.24, dez. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, 2009.
- LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria C. (orgs.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado*, in *São Paulo em perspectiva*, vol.14, n.4, out-dez. São Paulo: Seade, 2000.
- MÉZAROS, I. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*, in ANTUNES, Ricardo et al. (orgs.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOTTA, Ronaldo Seroa. *Uma análise das condições de saneamento básico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IETS, s/d. www.iets.org.br

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OSÓRIO, Mauro. *Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

PORTO, Hélio Ricardo Leite. *Saneamento e cidadania: trajetória e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e a luta operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: USP, 2005.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: USP, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento*. In SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada*. Mesquita: Entorno, 2007.

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1977.

TCE. *Estudo socioeconômico 2007 – Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

TELLES, Vera da S. et al. (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

URANI, André. *Trilhas para o Rio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Notas

- 1 Além desses enfoques de pesquisa, Guimarães (2003) sinaliza que os estudos precisam avançar no sentido de reconceituar as categorias descritivas e as metodologias de análise sobre o trabalho na medida em que a recorrência do desemprego, como exposto pela experiência social recente, aprofunda a desestruturação das trajetórias ocupacionais, rompendo o elo com o trabalho registrado legalmente. Isso altera as normas, as instituições e a experiência subjetiva do trabalho, conseqüentemente, os conceitos e interpretações ganham novos contornos. A problemática da intensificação do trabalho e da expansão sobre o tempo de não trabalho é outro universo temático relevante que ganha corpo na produção acadêmica da área (Dal Rosso, 2008; Cardoso, 2009).
- 2 Como se sabe, a terceirização (*outsourcing*) é o processo em que uma empresa externaliza parte de suas atividades para que seja executada por uma empresa contratada ou terceira, desonerando-se dos vínculos trabalhistas com os executores finais, os quais ficam sob responsabilidade da empresa contratada. A contratante deixa de produzir bens e serviços e passa a comprá-los de outra(s) empresa(s), enxugando sua estrutura organizacional e física. Outra forma é a contratada executar as tarefas dentro da própria contratante. Trata-se de um fenômeno mundial e um dos mecanismos centrais da reestruturação produtiva que trouxe maiores margens de competitividade ao capitalismo, externalizando riscos para outras empresas e para os trabalhadores. Esse mecanismo de flexibilização exige um sistema de subcontratações adequado ao ramo econômico, de modo a fazer funcionar a cadeia produtiva.

- 3 A pesquisa mencionada diz respeito ao projeto “Itinerários do Trabalho em Regiões Polo de Desenvolvimento do Rio de Janeiro: caracterização socioinstitucional e política”, que toma o polo gás-químico de Duque de Caxias como unidade de análise e está sob nossa coordenação no âmbito do Programa de Estudos de Trabalho e Política da Uerj. Conta com financiamento do Programa Prociência da Faperj e bolsas de iniciação científica da Uerj, CNPq e PET/MEC – Alessandra Azeredo da Silva, Bruna de Oliveira da Silva, Carina Campelo, Raphael Magnus e Thays Barros.
- 4 Consistia num padrão produtivo marcado por certa fixidez decorrente da tendência de crescimento estável e mercados de consumo invariantes; de rigidez dos mercados de trabalho em razão de detalhadas regulações trabalhistas; bem como de inflexível quadro de proteção social pública que oferecia variados serviços de apoio à reprodução social. O esgotamento do ciclo de crescimento que havia se alongado por mais ou menos três décadas, a crise fiscal do Estado, as inovações tecnológicas, a liberalização e a expansão do mercado internacional se colocaram como as condições para a reorganização técnica e política do capitalismo, de modo a reverter a fase de subacumulação nos anos 1970 e 1980.
- 5 A perspectiva histórica exige a mobilização da memória para lembrarmos que a industrialização tardia desde sempre foi essencialmente precária, pois ancorada em discrepâncias sociais que associavam economia dinâmica do contexto mundial com polo subalterno baseado em subemprego.
- 6 O termo informalidade é usado, genericamente, para designar práticas diferentes, sendo possível nomear atividades econômicas caracterizadas por: 1) unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais; 2) ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade, baixos rendimentos, quando não se realizam sem remuneração, por ação de familiares e autoemprego. A expressão informal foi usada pela primeira vez num estudo da OIT sobre o Quênia, nos anos 1970, como uma característica do continente africano em contraste com a sociedade capitalista ocidental, industrialmente desenvolvida. Todavia, já era uma preocupação comum na América Latina no mesmo período, tendo como parâmetro central a difícil generalização do assalariamento, como atesta a vasta literatura sobre os problemas histórico-concretos do trabalho não regulamentado no Brasil. O fenômeno decorria da atração das indústrias ao promoverem a migração campo-cidade, adensando as zonas urbanas sem correspondente absorção na economia, nem tampouco nos aparatos de reprodução social no território, obrigando o referido contingente populacional a, então, prover por conta própria sua sobrevivência. O debate sobre a marginalidade ganhou grande expressão nesse quadro explicativo na América Latina e no Brasil, situando-se como uma perspectiva dualista da realidade composta por segmento moderno e segmento atrasado. Para o pensamento crítico, no entanto, esses improvisos de trabalho se coadunam com as estratégias de acumulação de capital, formando o excedente de trabalhadores e barateando a reprodução social no quadro conceitual da população relativamente superflua delimitado por Marx.
- 7 Afinal, a posição do município no *ranking* do IDH é a 52ª entre os 92 municípios do estado, e a 1.786ª no país (IDH de 0,753). O índice de Gini, que mede a desigualdade, cresceu nas últimas duas décadas, embora o produto interno bruto (PIB) do município seja o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro e o 15º do Brasil.
- 8 A Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) foi criada em 1961 e dinamizada a partir dos anos 1980, representando uma das grandes refinarias de vanguarda do sistema Petrobras por sua estrutura técnico-produtiva. Tem capacidade para produzir 52 produtos na linha de óleos lubrificantes, diesel, gasolina, GLP, nafta, querosene de aviação, parafina, óleo combustível, entre outros produtos. Segundo as fontes consultadas, sua capacidade será expandida com obras de ampliação que serão concluídas em 2012.

- 9 Formada também pelos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.
- 10 A estrutura fluvial-marítima, com forte rede de portos na região que fazia o transporte do café, paulatinamente se revelou grande ameaça aos investimentos em razão do desmatamento e da exploração das terras de aluvião, que levaram ao assoreamento dos rios. A substituição pela ferrovia foi uma *pá de cal* sobre os sonhos de maior desenvoltura da região no processo de circulação das mercadorias.
- 11 As linhas ferroviárias foram implantadas com tarifa única e, desse modo, o Estado favoreceu o capital industrial e imobiliário, porque diminuiu os custos de reprodução do trabalhador, estimulou os negócios imobiliários e transferiu para os trabalhadores a responsabilidade com o custo de moradia.
- 12 Na verdade, nessa jogo de interesses não havia espaço para a atenção ao meio ambiente e à infraestrutura urbana, de modo que as obras foram sempre residuais. Esse padrão de enfrentamento da questão tornou o problema das inundações, do abastecimento irregular de água, da falta de estrutura de coleta e do precário tratamento de esgoto questões não resolvidas até hoje.
- 13 O fenômeno da *cidade-dormitório* pode ser refletido nesses termos, pois, efetivamente, territorializavam-se em Duque de Caxias as necessidades sociais do trabalhador da cidade vizinha e dos novos negócios imobiliários. A Prefeitura impulsionou esse processo lançando mão de mecanismos de atração de pessoas para seu território, cobrando baixas taxas para a aprovação de obras, tolerando as construções clandestinas e fortalecendo a economia dos loteamentos com diminuição do tamanho dos lotes. Além disso, o poder público local se isentava de realizar benfeitorias urbanas e fazia *vista grossa* aos jagunços armados que atravessavam essa epopeia social de precariedade.
- 14 Nessa condição deve ser lembrada a quase lendária figura do “Homem da Capa Preta”, Tenório Cavalcanti, que, como migrante nordestino articulado ao poder público, fez carreira com os loteamentos em Duque de Caxias e com sua cordial “Lurdinha”, arma com que resolvia os conflitos locais.
- 15 De modo semelhante à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, acreditava-se poder dotar a localidade de autonomia, autossuficiência e ligações ágeis com a metrópole, sede também do poder político nacional, através da Fábrica Nacional de Motores (FNM) (RAMALHO, 1989).
- 16 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro conta com uma população de, aproximadamente, 15 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 413 hab/Km². A destinação final do lixo é um de seus principais problemas urbanos, tendo o governo estadual aprovado legislação que proíbe vazadouros a céu aberto, como esse do aterro examinado (Lei Estadual n.4191/2003), acompanhando tendência internacional de cercear práticas agressivas desse porte. Apesar da legislação e da proibição do aterro, esse despejo de lixo em Jardim Gramacho continua aberto. Analisamos o trabalho desenvolvido pelos catadores de lixo nesse local e parte da pesquisa foi publicada na revista eletrônica *História Agora* (BARBOSA; SILVA, 2008).
- 17 Vale registrar que a cidade é cenário social de outros desacertos ambientais e humanos, como o conhecido caso da “cidade dos meninos”, região contaminada por 20 anos com produtos tóxicos produzidos em uma fábrica de inseticidas do governo federal (Fábrica de Produtos Profiláticos). Por outro lado, a indústria petroquímica é, em si mesma, um segmento econômico problemático, pois é agente de frequentes danos ambientais, provocando acidentes irreparáveis à Baía de Guanabara, aos pescadores, aos moradores e aos trabalhadores envolvidos. Os dados mostram que é falho o controle de dejetos industriais na rede fluvial, bem como o da emissão de gases poluentes. Na verdade, trata-se de um tipo de indústria potencialmente prejudicial à vida humana e ao meio ambiente, o que torna

- o crescimento econômico ancorado nesse segmento produtivo altamente inseguro.
- 18 Segundo a PNAD/IBGE, entre 1996 e 2006 o índice de Gini do país diminuiu 6%, enquanto na região metropolitana fluminense sua redução não passou de 1,2%.
- 19 No caso das transferências previdenciárias – aposentadorias e pensões –, verifica-se que as mesmas impactam significativamente os rendimentos municipais. Entretanto, tendem a se caracterizar como regressivas, pois atingem os segmentos mais bem situados socialmente no quadro geral dos trabalhadores, sendo residual sua repercussão sobre a desigualdade na distribuição de renda que atinge os segmentos mais empobrecidos. Todavia, a taxa de mortalidade infantil de Duque de Caxias apresentou decréscimo entre os anos de 1991 e 2000, acompanhando o ritmo de queda em todo o Estado do Rio de Janeiro e do país. O número de pessoas de cada mil nascidas vivas no ano de 1991 foi de 33,87, e no ano de 2000, de 23,86, assemelhando-se à situação do Rio de Janeiro, que migrou de 30,23 para 21,83. A expectativa de vida também manteve ascensão no estado e em Duque de Caxias, subindo, nesse caso, de 65,17, em 1991, para 67,49, em 2000. Mas índices mais vultosos avançando os 70 anos são encontrados em cidades economicamente menos produtivas, como Niterói, Itaperuna, Barra Mansa, Parati, Itatiaia, Petrópolis, entre outras.
- 20 Além desse quadro econômico tradicional de atividades produtivas, Duque de Caxias apresenta iniciativas no campo do cooperativismo, alargando-se entre as duas vertentes: o cooperativismo tradicional, ligado à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), de cunho mais empresarial, e o cooperativismo popular, oriundo do conhecido movimento de economia solidária ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE). As cooperativas filiadas à OCB formam um contingente de 32 unidades (março de 2008), sendo que a maioria se distribui entre cooperativas de transporte (13 unidades) e de trabalho (12 unidades). As de saúde, em número de quatro unidades, também têm características de alocação de serviços (profissionais da área de saúde) de modo similar às cooperativas de trabalho. Além destas, existe ainda uma cooperativa de crédito e outra agrícola. Pelo exposto, pode-se perceber que são cooperativas voltadas, sobretudo, para esse novo contexto do trabalho via externalização de serviços e também desses novos institutos de serviços, como transporte urbano. No caso das cooperativas da vertente economia solidária, evidenciamos que a malha institucional é maior, cobrindo 88 unidades (2007) em variados ramos, com predomínio dos materiais recicláveis e de alimentação, além de contar com uma unidade industrial de parafusos recuperada pelos trabalhadores em sistema cooperativo após a falência da empresa. Pelos dados da Senaes, são cooperativas com baixa formalização e acesso a crédito, consistindo unidades bastante dependentes de órgãos de assessoria, como universidades e incubadoras, e de órgãos públicos, mas, principalmente, de Ongs.
- 21 Em termos educacionais, verifica-se crescimento no investimento da estrutura escolar no tocante a número de professores, número de escolas e qualificação docente e rateio professor/aluno. Em perspectiva histórica, entre os anos 2001 e 2006 houve melhorias em todos os quesitos, tanto no ensino infantil quanto no ensino fundamental e no médio. De modo geral, o quantitativo de professores aumentou e reduziram-se os índices do rateio professor/aluno no município. Quanto ao desempenho, verifica-se que na Prova Brasil, que avalia o ensino fundamental no país, em 2005 a escala de desempenho por disciplina (português e matemática), tanto na rede municipal como na estadual existente na cidade, foi abaixo da pontuação máxima da escala, ou seja, em nenhum caso dela se aproxima. No Enem (Exame do Ensino Médio), Duque de Caxias teve em 2006 nota global 40,315, enquanto o país obteve 42,616. O Estado do Rio de Janeiro apresentou bom desempenho – 44,246 –, se comparado ao índice nacional, mas apenas três municípios alcançaram 50% de aproveitamento, e Duque de Caxias se manteve próximo da tendência geral, com índices baixos. O IDEB de 2005 mostra Duque de Caxias com

desafios bastante acentuados para poder atingir a meta de índice 6,0 em 2021, conforme preconiza o MEC. O IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental deve passar de 3,8 para 6,0 e, nos anos finais, de 2,8 para 4,6; e de 2,8 para 4,5 no ensino médio. Pois Duque de Caxias está abaixo do índice nacional de partida, apresentando, em 2005, a posição de quase “lanterninha” no *ranking* dos municípios avaliados no estado, o que expressa a baixa qualidade do ensino no município.

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

* Professora do Departamento de Política Social e do Programa de Estudos de Trabalho e Política da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em sociologia pela UFRJ. Doutora em serviço social pela PUC-SP. Pós-doutora em sociologia pela UFRJ.
rosangelanb@uol.com.br

Mercado informal de alquiler: nueva puerta de acceso a los asentamientos populares¹

Pedro Abramo*

O mercado informal de arrendamento: a nova porta de entrada para os assentamentos populares

Resumo: Este artigo propõe algumas reflexões sobre o desenvolvimento da habitação por arrendamento em áreas das cidades latino-americanas construídas de acordo com as oportunidades econômicas oferecidas pelo mercado informal e pelos programas públicos de habitação, a concorrência que se apresenta ao mercado informal de arrendamento; as oportunidades geradas pela incorporação da economia imobiliária popular nas políticas de habitação social e, finalmente, a relação entre o Estado regulador e os territórios populares. Mostramos algumas experiências e resultados obtidos em dois programas de habitação: *PAR* (Programa de arrendamento residencial) e *Minha casa minha vida*, desenvolvidos no Brasil, assim como as características do mercado de arrendamento, o nível qualitativo destes tipos de moradia e os sub-mercados do mercado informal da terra.

Palavras-chave: Arrendamento; Mercado popular; Habitação social; Assentamentos populares informais.

Informal leasing market: the new pathway to popular settlements

Abstract: This article proposes some reflections on the development of housing by leasing in latin america city areas constructed according to the economic oportunities offered by the informal market and by the housing state programs, the leasing ability present in the informal market; the oportunities created by the incorporation of the popular estate economy in the social housing policies and, finally, the relation between the regulative State and the popular territories. We demonstrate some experiences and results accomplished in two housing programs: the *RLP* (residential leasing program) and *My home my life*, developed in Brazil, as much as features of the leasing market, the qualitative level of these types of residence and the submarkets of the informal land market.

Keywords: Leasing; Popular market; Social housing; Informal popular settlements.

Mercado informal de alquiler: nueva puerta de acceso a los asentamientos populares

Resumen: Este artículo propone algunas reflexiones sobre el desarrollo de la vivienda en arriendo en áreas consolidadas de las ciudades latinoamericanas de acuerdo con las oportunidades económicas ofrecidas por el mercado informal y por los programas públicos de vivienda, la competencia que se presenta en el mercado informal de alquiler; las oportunidades que se generan con la incorporación de la economía inmobiliaria popular en las políticas de vivienda social y, finalmente, la relación entre el Estado regulador y los territorios populares. Se muestran algunos resultados y experiencias obtenidos en el programa de vivienda *PAR* (Programa de Arrendamiento Residencial) y *Mi casa mi vida*, desarrollados en Brasil, así como las características del mercado de arrendamiento, el nivel cualitativo de este tipo de viviendas y los submercados del mercado informal del suelo.

Palabras clave: Arrendamiento; Mercado popular; Vivienda social; Asentamientos populares informales (API).

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Introducción

Se puede decir que hay dos grandes lógicas de producción de vivienda en las sociedades modernas. La primera es la del Estado, que se materializa a través de programas de provisión de suelo, vivienda o subsidios a algunos grupos de la sociedad. La otra es la del mercado, donde la capacidad para acceder al suelo y la vivienda depende enteramente de la magnitud del capital monetario de los individuos o grupos sociales. Pero hay también una tercera lógica, la de aquellos que están excluidos de la lógica del mercado y de la lógica del Estado y que podemos definir como la lógica de la necesidad, en la que el acceso a la tierra urbana se da por medio de la toma de tierras o por el fraccionamiento de un lote, compartido con amigos o familiares.

En Francia, por ejemplo, las dos formas clásicas de producción de suelo y vivienda, el Estado y el mercado, han generado una estructura de tenencia que corresponde a la forma fordista y moderna de provisión de la vivienda: el 57% de las familias, de los hogares, son propietarios y el 38% son arrendatarios; y de ese 38% de arrendatarios, el 18% son arrendatarios sociales, o sea *stock* público, y el 20% es *stock* privado de alquiler. Hay, por tanto, un cierto equilibrio en el mercado de arrendamiento entre la oferta privada y la oferta pública y aunque presenta algunos problemas de gestión, especialmente en lo que concierne al arrendamiento social, esa estructura se mantiene hasta hoy.

En Brasil, tras más de dos décadas sin políticas públicas de acceso a la vivienda, en el año 1999 el gobierno puso en marcha un programa de vivienda social que se llama *PAR* (Programa de Arrendamiento Residencial), dirigido a estratos de demanda de familias con ingresos de hasta 10 salarios mínimos. En el año 2009 se lanzó un nuevo programa de acceso a la vivienda en propiedad, *Mi casa mi vida*, con el objetivo de que ambos operaran simultáneamente y de forma complementaria, uno dirigido al alquiler y otro de acceso a la propiedad.

El primero de ellos, el *PAR*, fue creado a partir del cálculo del déficit habitacional, cuantitativo y cualitativo, estimado en torno a los 5 millones de hogares y dirigido a los estratos de bajos ingresos donde se concentraba ese déficit. Se trata de un programa de arrendamiento social financiado por

un fondo nacional que involucraba al sector privado en la producción de inmuebles para alquiler pero con una opción de compra tras el pago de 180 cuotas de arrendamiento en 15 años. Tenía como objetivo construir 200.000 unidades habitacionales en 3 años aumentando la producción de viviendas de forma sucesiva cada año con base en el aprendizaje de los constructores.

De este programa cabe destacar dos cuestiones importantes. La primera se refiere a la localización de los emprendimientos *PAR*, cuya gran mayoría se ejecutaron en la periferia de las ciudades, por ejemplo en los barrios de Campo Grande o el barrio Santa Cruz en Río de Janeiro. Esta localización periférica se derivaba de una norma establecida en el *PAR* en relación con el valor máximo de la vivienda. Con base en esa norma, los constructores debían ajustarse a un tope del precio de la vivienda (40.000 reales – 20.000 a 25.000 dólares) corregido por los índices de variación de la construcción civil del metro cuadrado edificado. Dado que los costos de edificación eran fijos, el margen de beneficio de los constructores venía determinado por el coste del suelo lo que significaba que los suelos para los emprendimientos debían ser baratos y estaban en la franja periférica de la ciudad. La segunda observación se refiere al tope de renta establecida por el *PAR* que exigía un ingreso mínimo de 1.800 reales, equivalente a 4 salarios mínimos, y respondía a lo que los constructores estaban dispuestos a producir según los márgenes de los precios máximos fijados por vivienda en los costes de construcción.

El impacto del programa *PAR* fue limitado en términos cuantitativos ya que apenas llegó a producir 273.000 unidades habitacionales en 10 años. Pero, además, al ubicarse en la periferia urbana, tuvo algunos efectos negativos desde el punto de vista de la estructura urbana agravando los problemas de movilidad pendular lugar de residencia-lugar de trabajo. Otros efectos negativos se recogen en los testimonios de dos de los beneficiarios. El primero, el de Pedro, que salió de una favela para ir a un *PAR*: “Bueno, yo vivo en un departamento pero siempre viví en una casita en la favela, que tenía un área, porque yo vengo del interior y a mí me gustan los bichos y aquí, en este edificio, yo no puedo tener bichos; pues yo quiero volver a la favela porque allí sí puedo tenerlos, incluso en la calle”. El segundo testimonio lo aporta Cristina

que trabaja como cocinera, y sale de su casa en un proyecto *PAR* a las 4:30 de la mañana, y regresa de su trabajo a las 8:30 de la noche: dos horas y media para ir, dos horas y media para volver; pero más que esto, ella dice: “Yo me quedo muy contrariada porque si tengo que comprar alguna cosa, ya no tengo dónde hacerlo”. Este testimonio pone en evidencia que los proyectos *PAR* se desarrollan

como espacios de uso exclusivamente residencial y no incorporan usos comerciales y de servicios.

En estos testimonios aparecen dos dimensiones interesantes para reflexionar sobre arrendamiento popular y social: primero, lo que se está ofreciendo en términos de la unidad de vivienda y, segundo, su ubicación en la estructura urbana, sea en términos de accesibilidad o sea en términos de usos de suelo.

Tabla 1. Desempeño *PAR* desde su creación

Confira o desempenho do PAR desde sua criação						
Ano	Valor contratado (R\$ mil)	Empreendedorismos	Unidades habitacionais	Valor médio por unidade habitacional	População beneficiada	Empregos gerados
1999	131.731	65	131.731	18.932,39	28.249	12.558
2000	614.058	251	614.058	19.805,14	125.880	58.195
2001	439.765	165	439.765	21.647,34	82.479	41.160
2002	741.773	200	741.773	24.512,80	122.860	69.999
2003	1.122.640	292	1.122.640	25.625,80	177.865	107.025
2004	867.439	185	867.439	26.131,64	134.772	82.696
2005	1.019.882	196	1.019.882	30.327,48	136.534	97.229
2006	1.271.621	219	1.271.621	31.633,94	163.204	121.220
2007	644.273	101	644.273	31.394,80	83.319	61.336
2008	437.683	55	437.683	36.750,62	48.375	41.744
2009	55.951	5	55.951	40.561,31	5.513	5.334
Total	7.347.022	1735	7.347.022	27.938,41	1.109.050	698.497

Fuente: Caixa Econômica Federal, Brasil

En contraste con el *PAR*, *Mi casa mi vida*, que se puso en marcha en el 2009, es un programa masivo de acceso a la propiedad. Lo curioso de esta iniciativa es que, en cierto modo, ha provocado la paralización del programa *PAR*, no tanto por la caída de la demanda como por el hecho de que los constructores, el sector productivo que produce bienes inmobiliarios, ven en él una oportunidad de actividad económica más rentable que en *PAR*. Así, en el 2009, el programa *PAR* registró una reducción drástica en el número de proyectos y la Secretaría Nacional de Vivienda del Ministerio de Vivienda lo redireccionó hacia las áreas centrales degradadas, proponiéndolo como un instrumento de recuperación. Y, aunque esa reorientación aún no se ha producido, en la actualidad el programa *PAR* ha sido desplazado casi por completo por *Mi casa mi vida*. Esta iniciativa tiene como meta la construcción de un millón de viviendas en 3 años, así: 400.000 unidades de 0 a 3 salarios mínimos, 400.000 entre 3 y 6 salarios mínimos y 200.000

mil estratificadas de 6 a 10 salarios mínimos. Con este fin, incorpora un conjunto de incentivos fiscales en la tasa de interés igualmente estratificados: de 3 a 5 salarios mínimos es menos de la mitad de la tasa de interés del mercado inmobiliario, con un descuento de 23.000 reales (aproximadamente once mil dólares); las tasas van aumentando sucesivamente y se acompañan además de subsidios de reducción de impuestos de materiales así como de un conjunto de instrumentos fiscales para dar un salto en la producción masiva de viviendas en propiedad. Para el sector de la construcción, las diferencias entre una iniciativa y otra son poco significativas y hasta bromean con que “el nuevo plan para los estratos de 0 a 3 del programa *Mi casa mi vida*, no es el *PAR*, pero es *PAR*ecido”, dejando de manifiesto que, desde el punto de vista empresarial, la política de vivienda es una realidad sin grandes rupturas. De hecho, del mismo modo que el programa *PAR* no atendía a los estratos de 0 a 3 salarios mínimos (sm), hoy todos los proyectos

que están siendo aprobados en *Mi casa mi vida* tampoco son para los estratos de ingresos familiares de 0-3 sm y se concentran en una demanda popular más efectiva, de más de 4 sm. Un ejemplo: en Belo Horizonte, capital de la región de Minas Gerais, tenemos un gran proyecto con una oferta de viviendas por valor de 60.000 a 120.000 reales (30.000 dólares a 60.000 dólares). La misma estrategia empresarial la encontramos en la metrópoli amazónica de Belén de Pará en donde casi todas las unidades de vivienda ofertadas por los empresarios de la construcción dentro del programa *Mi casa mi vida* tienen un valor que oscila entre los 32.000 dólares y los 50.000 dólares para familias que reciben de 4 a 10 salarios mínimos. Esos dos casos son representativos de los proyectos que están siendo aprobados en *Mi casa mi vida*.

El objetivo de *Mi casa mi vida* es producir un millón de viviendas en 3 años, una producción masiva de viviendas en propiedad que, desde el punto de vista de la estructura urbana y del uso del suelo, constituye un verdadero “mar de casitas”. Esa estructura de uso del suelo de los programas de vivienda de la última década es una realidad que se da no solo en las ciudades brasileñas sino también mexicanas, salvadoreñas, chilenas y de otros muchos países de la región.

El desplazamiento de la oferta masiva de viviendas hacia la periferia de la ciudad presenta serios problemas en su ajuste con las necesidades y hábitos de los sectores populares. En un libro que ya podemos considerar un clásico de la reciente sociología urbana latinoamericana Rodríguez (2004) identifica la paradoja de los “con techo”: la informalización del formal. En su evaluación del caso chileno, analiza los impactos urbanos y arquitectónicos de las viviendas de interés social producidas a lo largo de más de dos décadas en Chile. Su conclusión es clara: las viviendas producidas no están adaptadas a los modos de vida y las necesidades de los sectores populares, pero la cultura popular de producir y transformar las ciudades es activa y la gente va transformando los edificios y los espacios domiciliarios y públicos según sus necesidades individuales y colectivas, y lo que era formal para los patrones urbanos va a ser transformado y clasificado como áreas y viviendas de informalidad urbanística.

Así, la política de viviendas en Chile, paradigma de política pública de vivienda subsidiada y

cuyo principal objetivo era reducir los déficits de viviendas y eliminar la informalidad (barriadas y campamentos) en muy poco tiempo se transforma en una productora de nuevas formas de informalidad urbana. Otro estudio reciente sobre la realidad urbana chilena analiza el resurgimiento y persistencia de los campamentos urbanos y llega a la conclusión de que las estrategias populares de volver a producir o permanecer en campamentos están relacionadas con preferencias de localización de las familias populares en abierta reacción a la oferta de viviendas con subsidios en las periferias urbanas chilenas (SABATINI, 2008).

Pero hoy las posibilidades de generar nuevos campamentos por la vía de las ocupaciones disminuyeron drásticamente en casi todos los países latinoamericanos como consecuencia de la reducción del número de suelos ocupables y el mayor poder de la policía urbanística y de los propietarios privados y públicos. Mike Davis (2008) afirma que “ya no hay prácticamente más tierra libre, así ya no hay prácticamente más procesos masivos de toma de tierras, de invasiones, de ocupaciones y esa es una realidad de América Latina”. Algunos indicadores sobre las tomas de tierra en América Latina refuerzan la afirmación de Davies y muestran que, con la clara excepción de Lima en Perú (CALDERÓN, 2005), el ciclo de las grandes ocupaciones de tierras urbanas está ya inflexionando y las tomas de tierra adquieren en la actualidad una dinámica de monetarización. Trabajos recientes demuestran que en Argentina y Uruguay también podrían encontrarse otras dos excepciones porque son procesos tardíos de urbanización informal vinculados al empobrecimiento creciente de sectores urbanos. Como dice Mike Davis “ahora, los recién llegados y las familias jóvenes tiene que negociar en el gigantesco mercado de tierra con pocas esperanzas de que los gobiernos permitan tomas de tierras generales”.

La cuestión que se plantea entonces es ¿cómo se incorporan a la ciudad las familias con ingresos inferiores a 3 salarios mínimos? ¿Cómo pueden entrar en la ciudad esas personas que están en los estratos de 0 a 3 salarios mínimos y que, por lo tanto, están excluidas de los programas públicos? Esas personas no tienen más posibilidad que compartir con un pariente o con un amigo una casa u hogar o entrar en la ciudad por la vía del mercado, pero no del mercado formal, sino del mercado popular informal.

Mercados informales de suelo en América Latina

Desde la década de los cincuenta las ocupaciones de tierras urbanas han sido un elemento estructural clave para la reproducción de la vida urbana en las grandes ciudades latinoamericanas. Con la disminución de la magnitud de la dinámica de toma de tierras, el mercado popular informal va a cumplir ese papel y se transforma rápidamente en el mecanismo que garantiza la paz social en las grandes metrópolis latinoamericanas. Dos datos muy sencillos que revelan el problema de la “nebulosa” reciente del acceso de los pobres a la ciudad. El primero es una dimensión de naturaleza demográfica. En la tabla siguiente veremos la variación de la población urbana brasileña entre las décadas

de 1980 y el 2000 con tasas de urbanización decrecientes a pesar de que durante este periodo el crecimiento de la población urbana es de 57 millones de personas. En una palabra, la inercia demográfica en 20 años aumenta la población urbana en Brasil equivalente a la población actual de Francia o de España. Esa población llega a las ciudades brasileñas y no encuentra una política pública de viviendas que permita el acceso al suelo urbano. Esa misma población tampoco tiene ingresos familiares para transformarse en una demanda efectiva para el mercado formal. La solvencia es una verdadera “barrera de entrada” ya sea al mercado o a los programas de vivienda y la puerta para entrar en esas dos formas de provisión de viviendas es tener ingresos familiares superiores a 4 salarios mínimos.

Total	2000	1996	1991	1980	1970	1960	1950
Urbana	137.953.959	123.076.831	110.990.990	80.437.327	52.097.260	32.004.817	18.782.891
Rural	31.845.211	33.993.332	35.834.485	38.573.725	41.037.586	38.987.526	33.161.506
%							
Urbana	81,25	78,36	75,59	67,59	55,94	45,08	36,16
Rural	18,75	21,64	24,41	32,41	44,06	54,92	63,84

Fuente: IBGE, censos demográficos.

Con las restricciones a las prácticas históricas de ocupación y tomas populares de tierras urbanas, el mercado informal de suelo y viviendas será la nueva puerta de entrada de las familias con menos de 3 salarios mínimos de ingresos. Un ejemplo de la realidad del mercado popular informal en Brasil es la composición de su demanda por estratificación de los ingresos familiares: el 80% del mercado de comercialización y de alquileres son familias con ingresos hasta 2 salarios mínimos y tenemos el 85% del mercado informal cuando incorporamos las familias entre 2 y 3 salarios mínimos.

Con esas evidencias, podemos decir que el mercado informal no solo tiene un carácter estructural sino que cumple un papel fundamental en la manutención de una paz social urbana en Latinoamérica en las últimas décadas. La hipótesis que presentaremos a continuación es que efectivamente hay un mercado y una economía inmobiliaria popular. El mercado informal ocupa un espacio donde las políticas públicas y el mercado

formal no están presentes y así cumple un papel complementario en el sistema de provisión de suelo en América Latina. La pregunta que haremos a modo de provocación al final de esta presentación es si en los mercados informales y en el saber popular de hacer ciudades existen potencialidades o virtudes que los diseños de política pública (formal) deberían incorporar, en particular en las instituciones reguladoras y de financiamiento de la provisión de suelo urbano. Provocación o potencialidad es una cuestión que imaginamos está abierta y seguirá así como un tema emergente del debate urbano latinoamericano.

Una primera aproximación a los submercados en los asentamientos populares informales (API)

El mercado informal de tierras puede ser clasificado en dos grandes submercados fundiarios: un submercado popular de los loteos cuyo producto clásico son los lotes que varían en dimensión, accesibilidad y topografía, es decir, las variaciones

del producto de las urbanizaciones piratas; y otro submercado en los asentamientos populares consolidados, con una enorme diferenciación de productos ofertados, casas, apartamentos, casas de un piso, de dos pisos, pequeñas, grandes; casas con materiales de edificación muy diferentes, ladrillo, madera, etc. Un abanico de productos que son ofertados en ese mercado, en esos asentamientos consolidados, donde existen la compra y venta y el arriendo de inmuebles. Estos dos mercados están articulados y configuran una estructura de oferta y de demanda regular.

Tradicionalmente la literatura de la economía del uso de suelo utiliza el criterio de “substitubilidad” de los bienes raíces y/o inmobiliarios para definir dichos submercados. Utilizando un conjunto de criterios que vamos a presentar seguidamente, podemos, en términos esquemáticos, clasificar el mercado popular informal de suelo urbano de la siguiente manera:

Los dos submercados del mercado informal de suelo:

1 Submercado de loteamientos (urbanizaciones piratas)

- Clandestinos
- Irregulares

2 Submercado en los asentamientos populares informales (API)

consolidados:

- Residencial
 - Comercialización
 - Alquiler
- **Comercial**
 - Comercialización
 - Alquiler

Incorporamos la definición de insubstitubilidad como una de las variables clave para una construcción axiomática de los estudios sobre la estructura del mercado y analizamos otros elementos que consideramos importantes para definir un primer sub-división del mercado informal.

Así, definimos como elementos determinantes de la estructura del mercado los siguientes: características de la oferta y de la demanda de suelo; poder del mercado de los agentes económicos (oferta y demanda); características informacionales del mercado (asimetrías y transparencias de información); características de los productos (homogéneos o heterogéneos); externalidades (exógenas y endógenas); racionalidades de los agentes (paramétrica, estratégica, etc.) y ambiente de la toma de decisión (riesgo probabilístico o incertidumbre radical).

La identificación de esas variables aproxima conceptualmente nuestro abordaje del mercado informal al tratamiento moderno de la teoría económica del mercado, permitiendo, por lo tanto, identificar conceptualmente las particularidades y las semejanzas del mercado informal de suelo con los otros mercados formales de la economía. A partir de esas variables procuramos identificar diferencias substantivas en los mercados de tierra informal, a fin de establecer una primera aproximación de la definición de submercados informales. El resultado de ese ejercicio puede ser visto en el cuadro siguiente, que permite definir dos grandes submercados de suelo informal que denominamos: 1) submercado de loteamientos y 2) submercado de áreas consolidadas (ABRAMO, 2003b, 2005 y 2009).

Cuadro 1. Marco comparativo de las características del mercado informal de loteamientos y del mercado informal en asentamientos populares consolidados. Taxonomía de los submercados

	Loteos	Asentamientos consolidados
Estructura de mercado	Oligopólica	Competencia con mercado “racionado”
Agente dominante y determinación de precios	Fraccionador con capacidad de imponer <i>mark up</i> urbano	Comprador (“entrante”) y vendedor (“saliente”) Tensión entre oferta y demanda
Asimetría del poder de mercado	Fuerte	Variable

Característica de producto	Homogeneidad relativa (lote) con variaciones de la ubicación y metraje	Heterogeneidad
Externalidades	Exógenas (jerarquía de accesibilidad + características físicas y topográficas)	Endógenas+exógenas
Racionalidad y anticipación	Estratégica con información incompleta (juego de la anticipación de infraestructura)	Pluralidad de racionalidades y objetivos de anticipación
Información	Incompleta e imperfecta (riesgo)	Asimetría informacional e imprevisibilidad (incertidumbre radical)

El primero de esos submercados (loteamientos) es, en gran medida, definido por una estructura oligopolística de mercado; en tanto que el segundo (áreas consolidadas) presenta una estructura competitiva, pero con una oferta racionada; esto es la oferta en el submercado de áreas populares informales (API) consolidadas es inelástica en relación con el aumento de la oferta. Como veremos adelante en la descripción del circuito perverso de retroalimentación de los submercados, esa característica de inelasticidad tendrá un papel importante en el crecimiento de los precios informales en áreas consolidadas, induciendo a que algunas familias se trasladen a la periferia por la puerta de acceso del mercado informal de loteamientos. En otras palabras la inelasticidad de la oferta en el submercado en áreas consolidadas generará una demanda potencial para el submercado de loteos informales.

Los dos submercados de suelo informal pueden ser identificados en la estructura urbana de la ciudad en áreas bien precisas y con distintas funcionalidades en el proceso de vertebración urbana. En el primer submercado opera el fraccionamiento de predios en la periferia de las ciudades, lo que constituye el principal vector de expansión de la malla urbana y de la dinámica de periferyzación precaria, cuya característica principal en las grandes ciudades latinoamericanas es la inexistencia (o precariedad) de infraestructuras, servicios y accesibilidad urbana.

La lógica de funcionamiento de ese mercado de loteos es oligopólica en la formación de sus precios, pero las prácticas de definición de los productos y de su financiamiento nos remiten a las tradiciones mercantiles premodernas, donde la “personificaci-

ón opaca” adquiere un papel importante de ajuste de la oferta de las preferencias y la capacidad de gasto de la demanda.

La estructura oligopólica en la formación de los precios es uno de los factores de la alta rentabilidad mercantil de esa actividad, pero la flexibilidad en el ajuste de los productos y en la adecuación familiar de las formas de financiamiento informal es un factor de atracción para los sectores populares. Esas dos características articulan el aspecto de modernidad oligopólica y de flexibilidad posmoderna en relación con la oferta de lotes informales con una dimensión tradicional de personalización de la relación mercantil, y definen un nexo moderno-tradicional de naturaleza nueva en el mercado informal que asegura su atracción, tanto para los “urbanizadores piratas”, cuanto para la demanda popular. Los productos de ese submercado de loteos son relativamente homogéneos y sus principales factores de diferenciación nos remiten a dimensiones físicas y topográficas y a las externalidades exógenas relativas a la posición del loteamiento en la jerarquía de accesibilidades y de infraestructuras urbanas. En ese sentido, la producción informal de lotes puede adquirir una cierta economía de escala, aunque la temporalidad de la venta de estos lotes es muy inestable y depende de factores externos a las variables del propio mercado informal.

La lógica de formación de los precios en el submercado de loteamientos informales obedece a una composición de factores que sumados definen el precio final de los lotes informales. Grosso modo, podemos listar los siguientes factores determinantes de los precios en el submercado informal de loteos:

1. *factor ricardiano clásico* vinculado a los factores de los costos de fraccionamiento del predio. Así, las características topológicas y topográficas determinan costos de fraccionamiento diferenciados que serán incorporados al precio final del lote informal;
2. *factor thuneniano de localización*. El factor localización del loteamiento en relación con su accesibilidad y la centralidad ponderada por los medios de transporte disponibles es un componente que también está incorporado en el precio final del lote;
3. *factor de anticipación de infraestructura y de servicios futuros*. El loteador, al buscar lotes sin infraestructura urbana y al no proveerla para sus eventuales compradores, anticipa que el poder público asumirá esas atribuciones en el futuro. Así, los loteadores anticipan el valor futuro de un área provista de infraestructura por el poder público y cobran hoy lo que será ofertado en el futuro. Esa ganancia anticipada varía en función de los cálculos de anticipación del tiempo medio que el poder público llevará para proveer la infraestructura y los servicios urbanos básicos. Como veremos más adelante, el factor de anticipación será uno de los componentes más importantes de la ganancia de fraccionamiento del predio y conduce a los loteadores a buscar parcelas baratas y con poca accesibilidad e infraestructura, pues ese hecho permite un margen mayor de ganancia de anticipación para el agente que fracciona el predio. En términos espaciales eso significa una búsqueda continua de nuevas áreas periféricas y, por lo tanto, un desplazamiento continuo de la frontera urbana ocupada a partir del uso urbano (o periurbano) informal.
4. *factor de ajuste de mercado*. Ese factor es un multiplicador o reductor de los precios en función de la concurrencia oligopolista entre los loteadores y/u otros submercados informales y formales. La relativa opacidad o transparencia del mercado de lotes informales puede servir de ponderador de los re-

ductores y multiplicadores, pues cuanto más opaco es el mercado en términos informacionales, menor el peso de ese factor en la determinación del precio final;

5. *factor de facilidad y de flexibilidad en los términos de contratación de créditos informales*. La mayor facilidad y flexibilidad en el acceso a un lote a partir de contratos informales de endeudamiento familiar (crédito) genera un interés (o protoganancia financiera) de naturaleza informal. Ese interés informal no está vinculado a las tasas básicas de crédito de la economía formal (tasa de interés fijada por el Banco Central y practicada por los agentes financieros formales), sino que será incorporado al precio final del lote.

Podríamos agregar los factores de naturaleza macro o *mesoeconómica*, tales como el volumen de empleo, la distribución de la renta, etc. Pero esos factores, en general, apenas desplazan para arriba o para abajo el gradiente de los precios relativos del suelo (ABRAMO, 2001). En nuestra perspectiva de relacionar el funcionamiento del mercado de suelo (formal e informal) con la producción de la forma urbana lo importante son los precios relativos, esto es la variación de un precio en una localización-espacialidad particular en relación con los otros precios-localización.

Así, podemos sugerir que la estrategia de los loteadores informales será siempre la de buscar parcelas con el fin de fraccionarlas, minimizando los costos de fraccionamiento y maximizando los factores que les permiten apropiarse de las riquezas producidas por la variación de los precios relativos del suelo urbano. En esas condiciones, la mejor estrategia desde el punto de vista espacial es la búsqueda de terrenos baratos y sin infraestructura en la franja de la ocupación urbana de suelo. El resultado en términos de producción de la forma de ocupación de suelo de la ciudad es una tendencia a la extensión continua que genera una estructura difusa de territorialidad de la informalidad urbana. En pocas palabras, el funcionamiento del submercado de loteamientos informales promueve la extensión del uso del suelo y su resultante es la producción de una forma difusa de territorio informal.

El submercado de las áreas populares informales consolidadas presenta características bien distintas del submercado de loteamientos. Expusimos algunas de ellas en el cuadro comparativo que establecía la distinción entre los dos submercados informales y no vamos a desarrollar esas diferencias en este trabajo (ver ABRAMO, 2005, 2009, 2010). Por ejemplo, queremos resaltar que las *externalidades endógenas positivas* en los asentamientos populares informales consolidados son muy importantes en la formación de los precios.

Creemos que existen dos externalidades endógenas muy valoradas en el mercado informal de esos asentamientos. La primera de ellas la denominamos “externalidad de libertad urbanística y constructiva”.

Esa externalidad permite al comprador de un inmueble informal ejercer un derecho de uso del suelo (fraccionamiento o suelo creado) que no está regulado por los derechos urbanísticos y de propiedad de la legalidad vigente del sistema jurídico-político del Estado.

La posibilidad de hacer un uso del suelo de forma más intensiva, sin la mediación del Estado, puede ser vista como una libertad para aquel que tiene la posesión o propiedad informal, ya sea de un lote como de una edificación. Esa externalidad (libertad urbanística) será incorporada en los precios finales del mercado informal en áreas consolidadas y también será un atractivo para la demanda de ese mercado (ABRAMO, 2005, 2010). Utilizando la terminología tradicional, podemos decir que la libertad urbanística y constructiva es una ventaja comparativa importante en relación con el mercado formal de suelo y al ser ejercida promueve un proceso de compactación en los asentamientos populares informales.

Una segunda externalidad endógena positiva en los asentamientos populares informales consolidados es lo que denominamos “externalidad comunitaria”.

Esa segunda externalidad positiva es el resultado de una economía de reciprocidades, donde las familias tienen acceso a los bienes y servicios a partir de relaciones de don y contra-don, donde no desembolsan valores monetarios para acceder a ciertos bienes y servicios. La externalidad comunitaria es sustentada por redes sociales y manifiesta dinámicas de proximidad organizada que permiten interacciones interfamiliares que se reproducen temporalmente en los lazos de don y contra-don. Esos lazos establecen una dinámica de intercambios basados en relaciones de confianza y de lealtad (PELLIGIA, 2007).

La condición para entrar en esa economía de reciprocidades (que como indicamos garantiza el acceso a bienes y servicios sin comprometer una parte de los recursos monetarios familiares) es habitar en un asentamiento popular informal y tener en ese barrio relaciones de reciprocidad. Así, esa externalidad comunitaria tiende a ser capitalizada en los precios del suelo y es capturada por los vendedores del submercado en API consolidados (ABRAMO, 2009). Para la discusión sobre la forma de la territorialidad informal, insistimos en que el factor proximidad es un elemento valorado por el mercado informal de suelo. La demanda en ese mercado busca las externalidades de libertad urbanística y constructiva, junto con la externalidad comunitaria.

El resultado concreto de la práctica (usufructo) de esta externalidad es la compactación del territorio informal de los asentamientos populares con el fraccionamiento de los lotes, el aumento de la densificación predial y familiar y la tendencia a la verticalización informal). De esa misma manera, la existencia y el mantenimiento de las externalidades comunitarias dependen de la dinámica de aglomeración territorial y de los lazos sociales (redes) que se forman a partir de esta aglomeración. Así, las dos externalidades positivas más importantes del submercado informal de suelo en áreas consolidadas promueven y se nutren de la compactación espacial.

Cuadro 2. Estrategias de los agentes de los submercados informales de suelo
Economía de las estrategias de localización de los mercados informales de suelo
1. Submercado de asentamientos consolidados
Economía de la proximidad - Estructura compacta
2. Submercados de loteamientos
Economía de reducción de costes - Estructura difusa

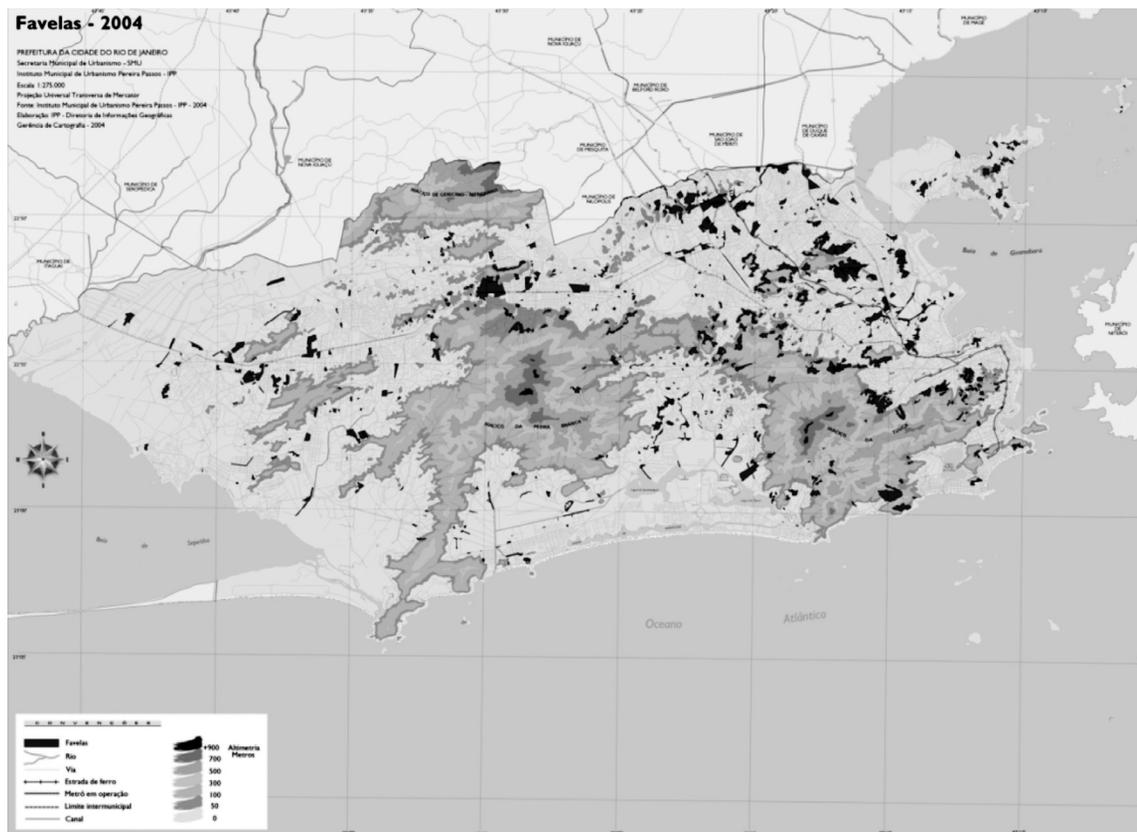
Por lo tanto, podemos levantar la hipótesis de que el funcionamiento del submercado informal en los API consolidados está estimulado por una búsqueda de efectos de aglomeración de compactación, cuyo resultado en términos de uso del suelo es una intensificación de este y por lo tanto, una compactación del territorio informal consolidado.

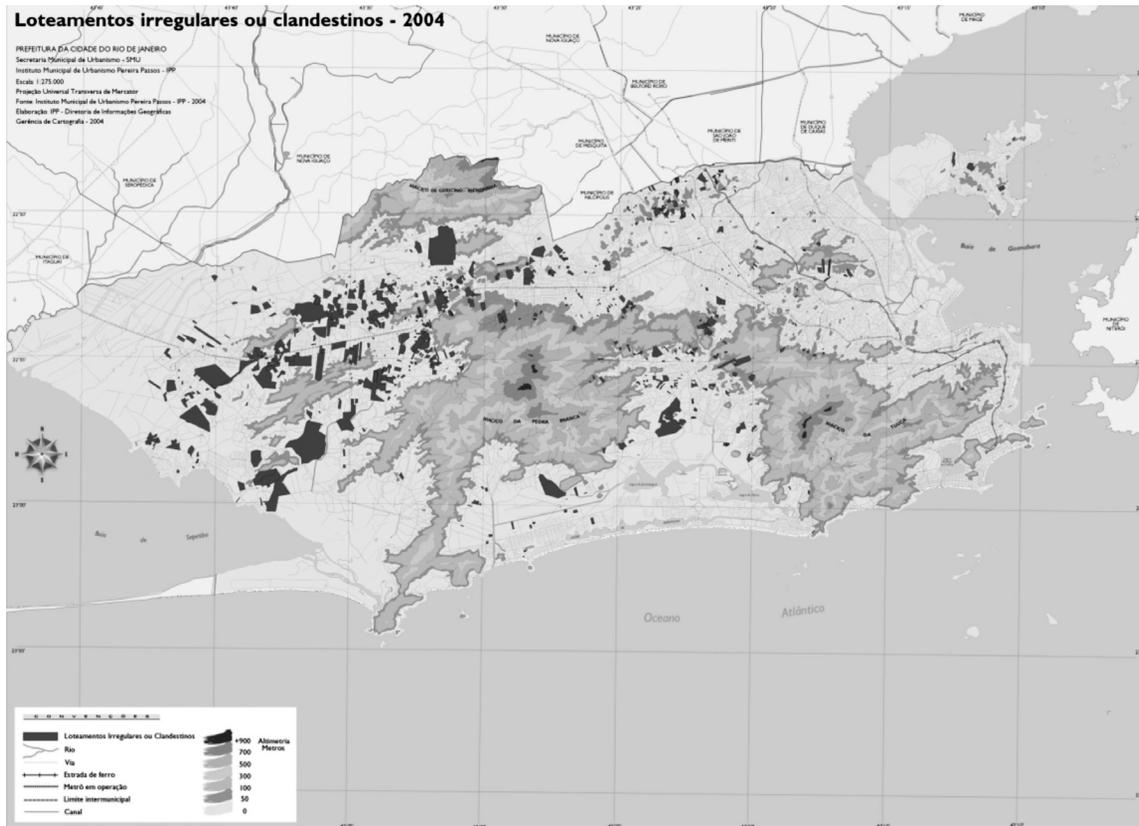
Un tercer factor que incide en el proceso de compactación de las áreas consolidadas informales es el crecimiento en las dos últimas décadas de los costos de transporte, que se refleja en un mayor peso de este rubro en el presupuesto familiar de los sectores populares. El fenómeno de las “superperiferias” revela su aspecto perverso y de inequidad social, como el creciente gasto familiar en relación con los costos de traslado. Una respuesta de estos grupos sociales puede llevar a la decisión de cambiar su domicilio hacia áreas con mayor accesibilidad. Los datos censales en muchos países revelan lo que podríamos llamar el “retorno” de los pobres al centro y, en la mayor parte de los casos, la forma de retornar allí es por la vía del mercado informal en las áreas consolidadas.

Como expusimos anteriormente, el submercado informal en las áreas consolidadas se divide en dos submercados: el submercado de comercialización (compra y venta de lotes, casas y departamentos) y el submercado de alquiler. En la imposibilidad de ocupar suelo en las áreas centrales y de tener acceso al suelo formal, el mecanismo social de retorno de los pobres a la centralidad será el mercado informal de comercialización y de alquiler.

Así cuando funciona el submercado de asentamientos consolidados, la estructura se compacta y los dos submercados funcionan simultáneamente. Como los dos funcionan simultáneamente, tenemos estructura de favelas y de urbanizaciones piratas; favelas que tienen una estructura compacta, urbanizaciones piratas que tienen una estructura difusa; en la medida en que los dos submercados funcionan, la estructura se compacta y se extiende y por tanto la estructura urbana resultante del funcionamiento del mercado popular es compacta y difusa: es una nueva estructura confusa. Así es nuestra ciudad latinoamericana.

Figura 4. Cartografía de los submercados informales de suelo en la ciudad de Río de Janeiro.





Fuente: Prefeitura da Ciudad do Rio de Janeiro, 2005

La conclusión en términos de producción de la territorialidad informal que llegamos a verificar en cuanto a las formas de funcionamiento del mercado informal de suelo es evidente: *el submercado en API consolidados promueve una “ciudad informal” compacta, en cuanto el submercado de loteo produce una “ciudad informal” difusa. Esto es, el funcionamiento del mercado informal de suelo para los sectores populares produce una estructura urbana COM-FUSA (compacta y difusa simultáneamente).*

La oferta de viviendas de comercialización y alquiler

Es interesante reconocer que hay una oferta significativa de viviendas para comercialización disponible en el mercado, pero no hay para alquiler. Los resultados no son los mismos para todas las ciudades latinoamericanas: en Argentina y Bogotá predomina el arrendamiento; en México, la comercialización; en Perú, el arrendamiento y la comercialización; en Venezuela, el alquiler; en Brasil, en Río de Janeiro, el alquiler y la comercialización. El peso del alquiler popular en los asentamientos consolidados, que identificamos en Río de Janeiro,

también está presente en otras metrópolis latinoamericanas, por tanto no es una idiosincrasia brasileña; en realidad, es un rasgo característico de la dinámica de producción y reproducción de la estructura urbana latinoamericana.

País	Submercado
Argentina	Alquiler
Colombia	Alquiler
México	Comercialización
Perú	Alquiler/Comercialización
Venezuela	Alquiler
Brasil	Comercialización

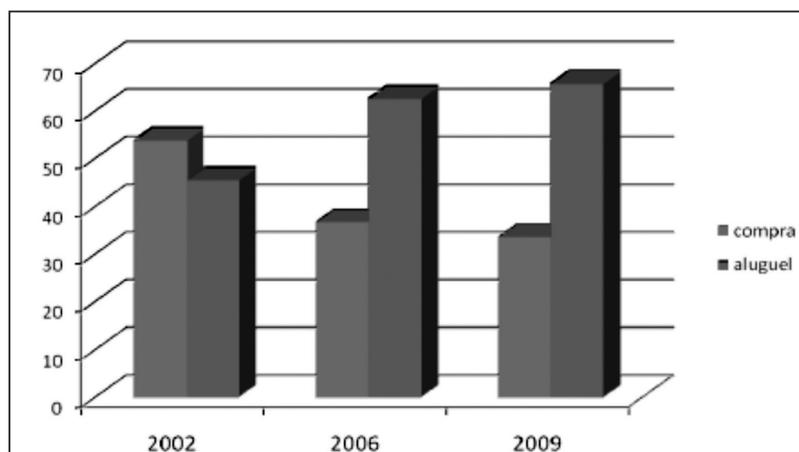
Fuente: Abramo, 2006/Infomercado

Si comparamos esta distribución con los datos del mercado formal en Río de Janeiro es interesante, porque son semejantes. La distribución es del 52% de alquileres y el 47% de comercialización. Esta composición del mercado residencial de alquiler y de comercialización que encontramos en el mercado formal también la encontra-

mos en el informal. Los datos censales de Instituto Brasileño de Geografía Estadística que comparan la evolución 2002, 2006, 2009 de la participación del mercado de alquiler popular en la ciudad de Río de Janeiro muestran que, en el año 2002, la tenencia de alquiler y la propiedad

se reparte al 50%; la proporción de alquiler baja al 46% en 2006 y desciende al 40% en 2009. La participación del mercado de alquiler aumenta en los asentamientos populares en el intervalo de 2002 a 2009, pasando del 41% al 62% de la participación en el mercado.

Figura 5. Evolución de la composición del mercado popular (comercialización y arriendo) favelas de Río de Janeiro 2002-2006-2009



Fuente: ABRAMO, 2002, 2006, 2009.

Estos datos son datos de flujo, no de tenencia, y reflejan el peso del mercado de alquiler en el mercado de compra-venta y alquileres en los asentamientos populares. Lo que esto significa es que cada vez más gente entra en los asentamientos consolidados por la vía del alquiler y no por la vía de la compra de un inmueble. Se desmiente, por tanto, otro mito en relación con la idea de que

en las favelas solo hay propietarios. Pero entonces la cuestión que se plantea es: si la distribución de la tenencia de propiedad o alquiler es la misma en las favelas que en los barrios formales contiguos a ellas, salvo algunas excepciones, ¿por qué pensamos políticas de alquiler para el mercado formal pero, sin embargo, no las pensamos para el mercado popular?

Cidade	Aluguel	Compra	Total
Belém	54,32	45,68	100,00
Brasília	58,00	42,00	100,00
Porto Alegre	7,69	92,31	100,00
Recife	79,08	20,92	100,00
Rio de Janeiro	66,23	33,77	100,00
Salvador	59,80	40,20	100,00
Santa Catarina	60,57	39,43	100,00
São Paulo	68,74	31,26	100,00

Fuente: ABRAMO / Infosolo, 2006.

Otro aspecto interesante que muestra la comparación de los datos censales oficiales de 2000 con los datos censales de la investigación en el 2009 en algunas favelas es que se observa un crecimiento muy significativo del número de domicilios y del número de edificaciones. Creemos, y los datos que están llegando lo están confirmando, que el crecimiento del número de inmuebles está relacionado con el aumento del mercado de arrendamiento popular en esos asentamientos consolidados.

De cierta manera hay una demanda en las su-perperiferias que supone un coste de desplazamiento enorme para los pobres, teniendo en cuenta que el tiempo de los pobres cuesta más que el tiempo de los ricos, e impone vivir sin servicios de comercio y con la precariedad del mercado de trabajo, puesto que el mercado informal de trabajo se concentra en las centralidades primaria y secundarias de la ciudad. Por tanto, se está dando un retorno de los pobres a las áreas de mayor centralidad y ese retorno de los pobres a la centralidad se hace por la vía del mercado de alquiler popular. Entonces, si hay un momento de demanda, la oferta responde y aumenta el número de casas disponibles para alquiler y esta es justamente la variación del *stock* inmobiliario en los asentamientos consolidados. Como ya se había mencionado, la demanda llega hasta 3 salarios mínimos y no solamente en Río de Janeiro sino en todas

las metrópolis brasileñas. Es interesante destacar que para Río de Janeiro se da una variación entre 2002 y 2006, aumentando la participación de los más pobres y cayendo la participación de los menos pobres; o sea el estrato 2 a 3 salarios mínimos disminuye su participación en el mercado de arrendamiento popular y aumenta la participación del estrato de hasta 2 salarios mínimos.

Actividad económica de los arrendatarios

Los resultados, en casi todas las metrópolis brasileñas, muestran que más de la mitad de los arrendatarios tienen trabajo remunerado. Ahora bien, ¿en qué sector?, en el sector comercio el 30%, y en el sector servicios el 40%, por tanto comercio y servicios suman el 70% de la gente que arrienda en los asentamientos consolidados; son trabajadores, y con su remuneración pagan el arriendo y por tanto hay una relación contractual entre arrendadores, propietarios de la casa, y los arrendatarios. Se revisó si la distribución era más o menos homogénea en la ciudad de Río de Janeiro entre trabajadores que tienen trabajo remunerado y los que no, para ver si había una relación con la ubicación, pero no la hay, la distribución es bastante uniforme. En la favela de Senador Cámara, bastante lejos del centro, a más de 20 kilómetros, hay un porcentaje muy importante de trabajadores con trabajo remunerado.

Tabla 4. ¿Trabajo remunerado?

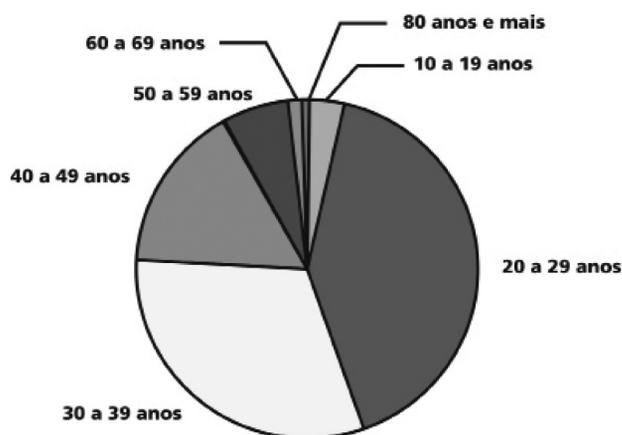
PAÍS	SI	NO	BLANCO	AL	TOTAL
ARGENTINA	63,52	10	29,00	7,38	100,00
BRASIL	89,22	0	9,8	0,98	100,00
COLÔMBIA	84,19	95	11,00	3,86	100,00
PERU	74,21	0	20,00	5,79	100,00
VENEZUELA	52,85	22	25,00	21,93	100,00
TOTAL	69,69	50	20,00	9,83	100,00

Fuente: Abramo/Infosolo, 2006.

Edad y género de los arrendatarios

Para América Latina, el perfil de edad de la población que arrienda es el de una persona entre 20 y 29 y la mayoría de la población entre 30 y 39 años está dentro de lo esperado del ciclo de vida

Figura 6. Edad arrendatarios



Fuente: ABRAMO, 2006.

La composición por género es también un elemento clave para entender el mercado de vivienda y el mercado de suelo. Hay una diferencia importante en las estrategias y elecciones en función de que el cabeza de familia sea hombre o mujer. Por ejemplo, en Brasil el 56% de los arrendatarios son hombres, el 44% son jefes mujeres, y la participación en el mercado formal de las mujeres no llega al 20%; en la comercialización del sector formal, las jefes de familia no llegan al 18%, pero es más que el doble en el mercado popular; por tanto, la presencia de las

familiar, que arrienda o compra. Es interesante que comparando 2002-2006, la franja de 20 a 29 años registra durante este periodo un aumento de casi 10 puntos porcentuales, lo que significa que los segmentos de más edad están participando menos de ese mercado de arriendo.

jefes de familia mujeres en ese mercado es muy importante. El mismo comportamiento se detecta para las metrópolis brasileñas y para las ciudades de Buenos Aires, Bogotá, Lima, Caracas y Río de Janeiro; por lo tanto, las mujeres son un elemento clave en cualquier política de vivienda, sobre todo de vivienda social y deben considerarse como componente clave. En la investigación se buscó mirar si había algún patrón espacial en esta distribución por género, masculino y femenino, pero no lo hay, la distribución es uniforme en la mancha de la ciudad.

Tabla 5. Mercado de alquiler por género

PAÍS	HOMBRES	MUJERES	EN BLANCO	TOTAL
ARGENTINA	47,34	52,05	0,61	100,00
BRASIL	81,27	38,73	0,00	100,00
COLÔMBIA	49,48	49,82	1,10	100,00
PERU	53,16	45,79	1,05	100,00
VENEZUELA	38,69	60,45	0,85	100,00
TOTAL	47,28	51,92	0,80	100,00

Fuente: ABRAMO/Infosolo, 2006.

Tipo de bien arrendado

En todas las metrópolis brasileñas más del 70% del mercado de alquiler popular es de casas y también en todos los asentamientos de la ciudad de Río de Janeiro aparece una preferencia clara por este tipo de inmueble.

En cuanto al número de cuartos, prácticamente la mitad de las viviendas arrendadas en el mercado popular en Brasil son de un cuarto y el 38% son de dos cuartos. En América Latina hay ciertas variaciones del objeto predominante que va a ser arrendado en ese mercado popular: en Argentina y Brasil, un dormitorio, en Bogotá y México predominan dos dormitorios. Tampoco hay un patrón espacial con respecto a esta variable.

País	Producto dominante
Argentina	1 cuarto (89,8%)
Brasil	1 cuarto (79,4%)
Colombia	2 cuartos (42,7%)
México	2 cuartos (42,2%)
Perú	1 cuarto (56,2%)
Venezuela	1 cuarto (40,3%) / 2 cuartos (38,4%)

Fuente: Abramo/Infosolo, 2006.

Siguiendo con las características del bien, la mayor parte de las casas de alquiler no ocupan todo el lote sino que tienen patio interno. Adicionalmente, al observar si existe más de un hogar en el lote, encontramos que el 70% tiene más de uno.

En lo que respecta a la topología, la imagen que se tiene de las favelas brasileñas es que están todas en pendientes pero esto no es realmente así; más del 60% del arrendamiento es en área plana y no en zonas empinadas. Además, entre 2002 y 2006 hay un crecimiento porcentual del arriendo en áreas planas y una disminución del porcentaje de arriendo en áreas de pendiente, porque eso significa accesibilidad.

El estado de conservación es otro aspecto que sorprende. En la investigación, el estado de conservación no era autodeclarado; los estudiantes de arquitectura tenían un conjunto de criterios para evaluarlo en los bienes inmuebles en alquiler. Los resultados en relación con esta cuestión fueron: 7% muy bueno, 46% bueno, 39% regular, 3% malo, y 5% muy malo. La mitad de los inmuebles en ar-

riendo están clasificados entre regular y muy malo, pero la otra mitad están clasificados como buenos y muy buenos, lo que fue una sorpresa porque la imagen que se tenía del arrendamiento popular era de casas en muy mal estado de conservación

Funcionamiento del mercado

En el funcionamiento del mercado de arrendamiento popular intervienen factores que son importantes. La proximidad es un factor de atracción muy importante en ese mercado, por accesibilidad a la familia y a los amigos, accesibilidad a servicios y al empleo y, como lo vamos a ver, este mercado tiene lo que los economistas llaman una asimetría informacional.

¿Cómo se enteró de que la casa estaba en oferta para arriendo? La mayor parte de la gente declara, por amigos y por familiares, por tanto ahí no hay información perfecta, la información es boca a boca o vía redes familiares o de amigos, lo que significa un dato importante, que ese mercado tiene un elemento de cara a cara muy estructurador del funcionamiento. Es decir, yo alquilo una casa porque un amigo o un pariente me dice que alguien está alquilando esa casa, por tanto de cierta forma lo conoce, y eso significa que hay una pérdida del anonimato del mercado, porque el mercado formal normal y corriente se caracteriza por el anonimato. En este último, cuando voy a vender una casa la vendo a precio de mercado, si es mi padre o si es mi madre, bueno hay algo de consideración, pero si es mi amigo, hombre, amistades aparte, negocio es negocio, la amistad es aparte, por tanto hay un anonimato en las relaciones de mercado, ese mercado de arrendamiento popular rompe este anonimato, hay una relación de cara a cara y se introduce en ello una relación de confianza y de lealtad, yo confío en ti porque yo creo que tú serás leal conmigo y en esta relación interpersonal de confianza y lealtad se establecen los contratos de arrendamiento. Y más aún, en esos contratos de arrendamiento, como hay una relación de confianza y lealtad de relaciones interpersonales, hay una flexibilización de los contratos, incluso de los pagos, en función de la fluctuación de los ingresos de esa familia que es arrendataria, si yo hoy estoy en el mercado informal y me toca la mitad del mes pasado,

yo no puedo pagar el alquiler entero, entonces hay ahí lo que los economistas llaman un contrato inconcluso, incompleto que son los contratos más sofisticados, pues dónde están los contratos más sofisticados, en el mercado de arrendamien-

to popular, sí, yo soy economista. A mí me hace gracia decirles a mis colegas, esos contratos que ustedes dicen que son lo mas sofisticados, saben en dónde encontrarlos, en el mercado popular de arrendamiento de viviendas.

Tabla 7. Información sobre el inmueble alquilado

COMO OBTUVO LA INFORMACION DEL INMUEBLE ALQUILADO	ARGENTINA	COLÔMBIA	PERU	VENEZUELA	BRASIL
EM BRANCO	1,43	0,92	6,84	1,73	0,49
MÚLTIPLAS RESPONSTAS	0,82	2,39	2,11	0,17	0,00
NÃO SE APLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANUNCIO EN EL ESPACIO PUBLICO	4,51	25,55	14,21	3,63	11,76
ANUNCIO EN UN ESTABELECIMIENTO COMERCIAL DEL BARRIO	1,02	2,21	1,58	0,52	0,00
ASOCIACIÓN VECINOS	0,20	0,00	0,00	1,73	1,96
BOCA A BOCA	25,00	18,75	18,95	12,44	8,82
CORREDOR INMOBILIARIO	0,60	0,00	0,00	1,04	2,45
EN LA PRENSA	0,20	0,55	0,53	1,73	0,00
POR AMIGOS/PARENTES	66,19	49,63	55,79	77,03	74,51
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: ABRAMO/Infosolo, 2006.

Conclusiones

Para terminar, proponemos algunas conclusiones preliminares que se derivan de la investigación comparada de los asentamientos populares en áreas consolidadas de las ciudades latinoamericanas.

El primer elemento de reflexión se refiere a las *oportunidades económicas que ofrece el mercado informal en comparación con los productos ofrecidos por los programas públicos de vivienda*. Estas oportunidades remiten a tres factores principales: a) en relación con las redes sociales y proximidad (trabajo, amigos y familiares); b) la existencia de comercio y servicios en los asentamientos populares; c) la rentabilidad para las familias que ofertan inmuebles en alquiler (uso más intensivo de su lote).

El segundo elemento de reflexión se refiere a la *competencia salvaje del mercado informal de alquiler*. Esta competencia se manifiesta en a) la oferta de viviendas con bajos niveles de habitabilidad (calidad de las viviendas y hogares compartidos – “precariedad del precario”); b) el retorno de los tugurios (verticales y horizontales), conventillos y otras formas de provisión precaria típicas de fines del XIX; y c) la necesidad de introducir mecanismos de regulación del mercado de arriendo popular.

El tercer elemento de reflexión tiene que ver con las *oportunidades que se derivan de incorporar en la política de provisión de viviendas sociales la economía inmobiliaria popular*. Estas oportunidades están asociadas con las ventajas comparativas de: a) la oferta de centralidad y de economías de proximidad y reciprocidad; b) la introducción de relaciones contractuales de confianza-lealtad y el cara/cara (ruptura del anonimato del mercado) en las relaciones mercantiles; c) flexibilidad en los contratos en función de las fluctuaciones de los rendimientos de los arrendatarios; d) importancia del arriendo como complemento del rendimiento familiar popular; e) capacidad de respuesta a la demanda (elasticidad) generando empleo en los barrios populares (construcción por encargo popular); f) mercado de arrendamiento que dinamiza el comercio y servicios locales – potenciar la economía popular local.

El cuarto elemento de reflexión señala las *nuevas formas de relación entre el Estado regulador y los territorios populares bajo la perspectiva del reconocimiento*. Este aspecto conlleva: a) reconocer las identidades territoriales populares y sus formas locales de regulación; b) reconocer el papel de las autoridades locales y sus mecanismos de mediación de conflictos contractuales; c) re-

conocer los procesos de construcción progresivos y sus particularidades históricas; d) reconocer las reglas y las normas implícitas de la producción y reproducción del ambiente popular construido, establecer criterios de habitabilidad y urbanísticos mínimos que sean el marco general del funcionamiento de la economía inmobiliaria popular; y, e) la necesidad de establecer líneas de subsidios a la producción y demanda para los mercado de arrendamiento popular.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. (edit.) *A Cidade Informal*, Río de Janeiro: Sette Letras, 2003a.

_____. *A dinâmica do mercado imobiliário e a mobilidade residencial nas favelas do Rio de Janeiro: resultados preliminares*, [unpublished research report], Río de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2003b.

_____. *La ciudad latinoamericana y sus particularidades: mercado del suelo y estructura urbana*, en *Los Desafíos de una política de suelo en América Latina*. México D.F.: PUEC/Unan, vol. 1: 76-103, 2005.

_____. *A Cidade caleidoscópica*, Río de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007a.

_____. *Aluguel informal e acesso dos pobres à cidade*, [versión preliminar], Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy., 2007b.

_____. *Favela e Mercado*, Porto Alegre: Antac-Finep e Caixa Economica Federal-Governo do Brasil, 2009.

AGABEN, G. *Che cos'è il contemporaneo?*, Roma: Nottetempo, 2008.

ARENSBERG, H.; PEARS, H.; POLANYI K. (edits.), *Trade and market in the early empires, economies in history and theory*, Nueva York: Free Press, 1975.

AZUELA, A. *La ciudad, la propiedad y el derecho*, México: El Colegio de México, 1989.

_____. *Definiciones de informalidad*, [notas del curso "Regularización"], Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

BAGNASCO, A. *Tracce di comunita*, Bolonia: Il Mulino, 1999.

BRUNI, L. *Reciprocità. Dinamiche di cooperazione economia e società civile*, Milán: Bruno Mondadori, 2006.

CAILLÉ, A. *L'antropologie du don*, París: Desclée de Bouver, 2000.

CALDERÓN, J. *La Ciudad illégal, Lima del siglo XX*, Universidad San Marcos, Lima, Perú, 2005.

COULOMB, R. y Sánchez C. *Todos propietarios? Vivienda popular y sectores populares en la Ciudad de México*, México-D.F: Cenvi, 1991.

CRAVINO, M. C. *Las villas de la ciudad. Mercado e informalidad urbana*, Argentina, Universidad General Sarmiento, Los Polvorines, Argentina, 2006.

DUHAU, E. *Impactos de los programas de regularización. Notas a partir de la experiencia mexicana*, [trabajo] taller Mercados Informales: Regularización de la Tenencia de la Tierra y Programa de Mejoramiento Urbano, Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

DUTY, C. ; WEBER, F. *L'ethnographie économique*, París: La Découverte, 2007.

GILBERT, A. *Rental housing: an essential option for the urban poor in developing countries*, United Nations Human Settlement Program, Nairobi, 2003.

GODELIER, M. *Au fondement des sociétés humaines*, París: Albin Michel, 2007.

GOUBOUT, J. *Les choses qui circulent*, París: La Découverte, 2007.

FERNANDES, E. en Abramo (edit.), 2003.

JARAMILLO, S. *Recuperación de plusvalías en América Latina: Alternativas para el desarrollo urbano*, en *Land Lines*, vol. 13, num. 4, Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

_____. *Reflexiones sobre la 'informalidad' fundiaria como peculiaridad residencial de los pobres en las grandes metrópolis: un objeto de estudio para América Latina*”, en *Revista Territorios*, núm. 18-19, 2008.

KLEIN, J. ; HARRISON (edits.), *L'innovation sociale*, Québec: Sainte-Foy, 2006.

MALDONADO, M. M. *La plusvalía en beneficio de los pobres: el Proyecto Usme en Bogotá, Colombia*, en *Land Lines*, vol. 15, núm. 2, Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2003.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, E. *Infra-estrutura urbana e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro*, en *Cadernos IPPUR*, año XII, vol. 2: 57-67, 1998.

MAURIN, E. *Le ghetto français: enquête sur le séparatisme social*, París: Seuil, 2004.

PARIAS A. *El mercado de arrendamiento en los barrios informales de Bogotá, un mercado estructural*, en *Revista Territorios*, núm. 18-19, 2008.

PELLIGIA, V. *Il paradossi della fiducia. Scelte razionali e dinamiche Interpersonali*, Bolonia: Il Mulino, 2007.

PERLMAN, J.; VAINER, C. ; ABRAMO P. *A dinâmica da pobreza urbana e sua relação com as políticas públicas: trajetórias de vida em três comunidades do Rio de Janeiro 1969-2000*, Washington, World Bank, 1999.

POLANYI, K. *The economy as instituted process*, en Arensberg, H; Pearson, H. y Polanyi, K. (edits), 1957.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. *Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca*, en Ribeiro, L. (Edit.). *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan. 2000.

SABATINI, F. (2003), *La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina*, Santiago de Chile: serie azul 35. Pontificia Universidad Católica de Chile, 2003.

—, *Relación entre promoción inmobiliaria y segregación residencial: giros insospechados de la Ciudad*, Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2005.

SMOLKA, M. *Informalidad, pobreza y precios de la tierra*, en: Smolka e Mullahy (edits.) *Perspectivas urbanas: temas críticos en políticas de suelo en América Latina*, Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007

SUGAI, M. I. *Relato Río Infomercado-Florianópolis*, en Abramo (2007) *Infomercado- Relatório Final*, Río de Janeiro: Finep/Habitare, 2007.

TARRIUS, A. *La mondialization par le bas: les nouveaux nomads del'économie souterraine*, París: Balland, 2002.

ZALUAR, A. ; ALVITO, M. (orgs.) . *Um século de favela*. Río de Janeiro: FGV, 1998.

Notas

- 1 Texto elaborado para a palestra de abertura do Congresso da Associação de Investigadores Urbanos, ACIUR, em Bogotá, setembro de 2009.

Pedro Abramo

* Professor do IPPUR-UFRJ.

A “questão social” nas obras de Marx e Engels

Rodrigo Castelo*

A “questão social” nas obras de Marx e Engels

Resumo: A “questão social” surgiu por volta de 1830. Muitos pesquisadores associam-na à pobreza das massas populares e às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. Defini-la desta forma é, todavia, defini-la por meio das suas expressões, e não do seu núcleo central. A teoria social de Marx e Engels nos fornece um instrumental teórico-metodológico capaz de dar precisão conceitual à expressão “questão social”, definindo-a como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e a luta política do movimento operário contra esta exploração e suas múltiplas expressões.

Palavras-chaves: Exploração; Movimento operário; “Questão social”; Karl Marx; Friedrich Engels.

The “social issue” at Marx’s and Engels’ works

Abstract: The “social issue” emerged around 1830. Many researchers associate such fact to the poverty of the masses and the social inequalities engendered by capitalism. Nevertheless, this is a way to define the issue by its expressions and not by its core problematic. Marx and Engel’s social theory offers theoretical and methodological tools that enable us to give more conceptual accuracy to the “social issue” idea, defining it as the Capital exploitation of the working force and the political struggle of the working movement against such exploitation and its multiple expressions.

Keywords: Exploitation; Labour movement; “Social issue”; Karl Marx; Friedrich Engels.

Recebido em 25.02.2010. Aprovado em 08.04.2010.

Introdução

*“A questão social perdura.
Ela é terrível, mas é simples:
é a questão dos que têm
e dos que não têm!”
(Victor Hugo)*

A “questão social” é um dos principais temas da reflexão teórico-metodológica dos assistentes sociais. Diversos autores, dentre os quais destacamos Sara Granemann (1999: 164), afirmam que “a matéria mais comumente trabalhada é a questão social. (...) Sobre este terreno labutam os assistentes sociais, é a sua matéria de trabalho”. José Paulo Netto (2001: 162) vai mais longe e sentencia que a “questão social” é a razão de ser da categoria. Isto posto, nos parece patente a centralidade do debate em torno do principal objeto de trabalho da referida categoria profissional.

São duas as principais motivações para nos inserirmos neste debate sobre a “questão social”: em primeiro lugar, as recentes transformações vivenciadas pelo capitalismo desde os anos 1970 – desmonte do Estado do Bem-Estar Social, desestruturação do fordismo, revolução tecnológica-científica, fim do padrão ouro-dólar, financeirização da riqueza, neoliberalismo etc. – levantaram uma série de questionamentos por parte de autores europeus, como Pierre Rosanvallon e Robert Castel, a propósito da validade da “questão social” (PASTORINI, 2004). A “questão social”, desta forma, passa a ser definida por suas novas expressões, e não por sua célula medular, a saber, a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra esta exploração. Enquanto a “antiga” “questão social” é tida como produto do período histórico da modernidade, a nova é ligada a uma suposta sociedade pós-industrial, ou pós-moderna.

A segunda motivação, intimamente correlacionada à primeira, é a perda de precisão teórica da expressão “questão social”. É bem verdade que desde o seu início a expressão foi cunhada, sob os auspícios dos ideólogos burgueses, com o intuito de fragmentar e despolitizar a intervenção sobre a exploração capitalista, fragilizando a organização coletiva dos trabalhadores (GRANEMANN, 1999: 164). Mas, com o desenrolar do tempo, a expressão assumiu uma espécie de nova reconceituação quan-

do passou a ser alvo da atenção dos intelectuais marxistas, em especial aqueles ligados ao Serviço Social. Sob esse referencial teórico-metodológico, a expressão foi relacionada à acumulação capitalista e à luta operária.

Hoje, o estado da arte mudou e a força argumentativa marxista, baseada nos textos clássicos de Marx e Engels, vem perdendo terreno para outros sistemas ideológicos, como o pós-moderno, que trata as desigualdades sob um enfoque fragmentado de diversidade e diferenças, e a pobreza sob um enfoque (estático) de exclusão. Sem uma precisão muito clara das concepções de mundo nas quais estão assentadas tais ideologias, das suas categorias teóricas e dos seus pontos de vista classistas, o debate sobre a “questão social” corre um sério risco de deslizar para o ecletismo, como, inclusive, já vem ocorrendo.

Diversas intervenções ao debate sobre a “questão social” se mostram insuficientes do ponto de vista teórico e infrutíferas no campo das políticas públicas e das transformações sociais. Apesar das inúmeras abordagens e formas de tratamento da “questão social” por parte dos governos conservadores, liberais e social-democratas, o problema persiste e vem se agravando ao longo do tempo. Quando chegamos a este ponto, é preciso retornar às origens, reavaliando o passado para transformar o presente e construir o futuro.

O objeto de reflexão do presente artigo diz respeito ao tratamento teórico que Marx e Engels dispensaram à “questão social”. O nosso intuito, fundamentalmente, é uma maior precisão categorial a respeito da expressão “questão social”, buscando entendê-la como produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário. Vista desta forma, e não como produto de uma ordem divina ou natural, transcendental aos seres humanos, pode-se vislumbrar, através de uma *práxis* revolucionária, possibilidades concretas para a sua superação.

O artigo está dividido em duas seções principais, além desta introdução e da conclusão: a primeira versa sobre a transição histórica do feudalismo para o capitalismo e a gênese e estrutura do capital como modo de produção hegemônico no século XIX. O principal foco das nossas atenções é o debate sobre a constituição da “questão social” e

seus elementos básicos: capital, trabalho assalariado e lutas operárias. Na segunda parte destacamos os principais textos de Marx e Engels nos quais figuram a expressão “questão social”, visando não uma exegese destas fontes clássicas, mas sim a problematização do uso da expressão segundo a teoria dos revolucionários alemães.

Raízes da “questão social”

As ideologias dominantes, em versões laicas e religiosas, proferiam o caráter eterno e a-histórico das desigualdades sociais visando garantir e legitimar a ordem estabelecida pelas classes exploradoras. Pouco ou nada se falava sobre as origens sociais e históricas da desigualdade humana; quando muito, dissertava-se sobre as diferenças biológicas, físicas e capacidades mentais e habilidades manuais dos indivíduos. Desde o Renascimento, autores humanistas como o diplomata inglês Thomas Morus e o sacerdote alemão Thomas Münzer, já denunciavam, respectivamente, por meio dos seus livros e pregações, as mazelas sociais da dissolução do modo de produção feudal e o consequente nascimento do capitalismo. Foi, contudo, no período da Revolução Industrial, que a ideia da desigualdade social ser vista como um fato natural, aceitável e até mesmo inalterável, foi desconstruída. Quanto a isto, muito se deve às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

Em modos de produção pré-capitalistas, a pobreza e as desigualdades sociais eram intimamente ligadas à escassez, consoante o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção associadas àquelas. Já no capitalismo, adquiriram uma nova lógica e dinâmica, estando associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural. Mas, em ambos os casos, a pobreza e as desigualdades sociais podem ser relacionadas à divisão da sociedade em classes sociais e à existência da propriedade privada.

A emergência do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana. A agricultura britânica viveu momentos de profundas rupturas e transformações. A posse da terra passou por um processo de concentração nas mãos de grandes proprietários, com a expropriação dos pequenos lotes familiares, das terras da Igreja e, prin-

cipalmente, das terras comunais dos camponeses medievais. Tal processo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura.

Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos violentamente da sua terra, alijados dos seus meios de produção e de reprodução sociais, eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades em péssimas condições de vida. Haviam-se tornado mercadorias para a manufatura a partir dos processos históricos chamados de acumulação primitiva, e passaram a ser consumidos dentro e fora do processo de produção fabril (MARX, 2003 [1867]). A natureza havia sido reduzida à terra privatizada, o homem à mercadoria “força de trabalho”. Entretanto, a despeito das previsões mais pessimistas, uma nova costura deu unidade aos retalhos remanescentes do sistema feudal: a economia de mercado autorregulável, que teve como símbolo máximo a indústria moderna (POLANYI, 2000 [1942]).

As ruas, os espaços públicos e, principalmente, a população urbana, proletária, passaram a frequentar não só as páginas de livros, folhetins e panfletos revolucionários, como também o imaginário das classes dominantes. Os fenômenos da sociedade industrial e sua classe trabalhadora foram a matéria-prima de escritores do porte de Victor Hugo, Charles Dickens, Charles Baudelaire e Émile Zola, que representaram a multidão operária do século XIX a partir de padrões estéticos realista e naturalista. O admirável mundo novo do capitalismo despertou fascínio e deslumbramento nos literatos, então acostumados a retratar o mundo privado dos salões da aristocracia feudal e da burguesia.

Diante da nova realidade social, expressa cotidianamente na multidão solitária das grandes cidades europeias, a literatura respirou novos ares, ainda que assustada e preocupada com a formação do mundo do trabalho, um mundo capaz de contestar a ordem do capital. Por trás da representação estética dos espaços urbanos, tomados pelas hordas das classes subalternas, está o trabalho – sob a subsunção formal e real do capital – como organizador da vida cotidiana. A precisão dos relógios e dos cronômetros regula o tempo útil do trabalho, da máquina e seus autômatos humanos; a lógica ordenadora do trabalho cronometrado e parcializado das fábricas,

regidas pela disciplina imposta pelos contrames-
tres, expande-se por toda a sociedade, abarcando a
tudo e a todos, cidade e campo, operários e campones,
trabalhadores e desempregados.

Os trabalhadores, a partir da inserção no pro-
cesso de produção capitalista, dispunham da facul-
dade de partilhar da sociedade mercantil, mas não
gozavam do direito de participar da comunidade
política, atividade esta garantida aos homens rati-
onais e que possuíam renda e riqueza. De acordo
com a visão da filosofia política liberal da época, os
trabalhadores eram seres incapazes de atuar rati-
onalmente no campo da política, pois possuíam um
nível intelectual baixo devido às duras condições
sociais de uma vida de trabalho pesado e manual.

*Objeto de solicitude, de piedade e de es-
cárnio, às vezes até de temor, os pobres
não estão em condições de pertencer como
membros de pleno direito de uma comuni-
dade moral, o que, vale a pena lembrar,
não os livra de estarem submetidos a ela
e às suas leis. Estão na sociedade moral,
civil, mas dela só participam com o traba-
lho (BRESCIANI, 1984: 88).*

Temos, assim, a liberdade à exploração do tra-
balho pelo capital e o nascimento da democracia
burguesa liberal, excludente dos interesses dos
trabalhadores. A sociedade capitalista, tendo o tra-
balho como uma atividade central e reguladora,
produtora da riqueza dos burgueses, incluía for-
çosamente os agentes do mundo da produção no
plano econômico e, contraditoriamente, os excluía
da vida política.

Enquanto o capitalismo expandia-se por todo
o globo terrestre e conhecia novas terras, povos e
culturas, exterminando-os na maior parte das ve-
zes, ignorava por completo a periferia das suas ci-
dades: os bairros proletários eram descritos como
uma terra estranha, repleta de mistérios e desafios,
e seus habitantes, os trabalhadores, eram tidos
como seres selvagens e bárbaros, membros de uma
“classe perigosa”.

Os trabalhadores manuais, seres alienados de
parte da sua humanidade, presos nos grillhões dos
trabalhos assalariado e semi-servil, são retratados
pelos liberais como “bestas de carga”, “bípedes da
floresta”, “escravos por natureza”, “crianças” sem

autonomia de consciência e ação. Desta forma, não
se apresentam aptos a participar civilizadamente
dos processos eleitorais, franqueados somente a
seres humanos letrados, instruídos e donos do seu
próprio destino. Animais e semi-humanos deveriam
ser interditados ao cumprimento de deveres políti-
cos; e, quem não é capacitado a cumprir deveres,
não deveria gozar dos respectivos direitos políti-
cos. Como escreve Domenico Losurdo (2004: 50),

*os operários e as classes populares em luta
pelo reconhecimento do direito de coalizão
ou dos direitos políticos percebem, de todo
modo, que a discriminação contra eles se
entrelaça estreitamente com uma antropolo-
gia que, considerando-os estrangeiros não
só em relação à comunidade em que vivem
mas também, em última instância, à civiliza-
ção, relega-os à condição de raça inferior,
negando-lhes a dignidade plena de homens.*

Este quadro de isolamento e esquecimento
da situação da classe operária vai ser modifica-
do a partir das pressões dos trabalhadores, que
passam a se organizar coletivamente para atuar
de forma consciente e racional na comunidade
política em favor dos seus próprios interesses,
arrancando e conquistando importantes avanços
democráticos e sociais.

*Foram as lutas sociais que romperam o do-
mínio privado nas relações entre capital e
trabalho, extrapolando a questão social
para a esfera pública, exigindo a interferên-
cia do Estado para o reconhecimento e a le-
galização de direitos e deveres dos sujeitos
sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2003: 66,
grifos da autora).*

A formação da classe trabalhadora inglesa, en-
quanto formação social e cultural, foi um longo
processo que teve, segundo E.P. Thompson, seu
início no final do século XVIII. Desde a Socieda-
de Londrina de Correspondência (SLC), fundada
em 1792, os trabalhadores colocaram-se a seguinte
questão: “nós, que somos artesãos, lojistas e artifi-
ces mecânicos, temos algum direito a obter uma re-
forma parlamentar?” (THOMPSON, 2004 [1963]:
16). Todos os membros da SLC decidiram que

tinham tal direito e que tinham também, o que é mais importante, capacidade de intervenção direta e autônoma sobre o desafio posto.

Os embriões da organização, propaganda e agitação da classe trabalhadora estavam sendo germinados nestas pequenas agremiações de correspondência, embora seus principais membros não tivessem a noção exata da magnitude dos seus atos. O lema da SLC – “que o número de nossos membros seja ilimitado” – foi emblemático da nova etapa das lutas populares na Inglaterra, pois “significa[va] o término de qualquer noção de exclusividade, de política como reserva de uma elite hereditária ou de um grupo proprietário” (THOMPSON, 2004 [1963]: 20).

A classe média vitoriana e as classes dominantes inglesas passaram a cultivar uma espécie de sensibilidade social por volta da década de 1790, logo após a eclosão da Revolução Francesa. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a miséria dos trabalhadores, então causada pela Revolução Industrial; elas são, antes de tudo, uma reação conservadora ao despertar político da classe trabalhadora inglesa, inflamada pelos acontecimentos revolucionários no continente, pela leitura de *Direitos do Homem*, de Thomas Paine e, principalmente, pela situação material das suas vidas, marcadas pelo pauperismo absoluto e relativo.

O dito humanismo das classes dominantes surge como uma constante na história da luta de classes no capitalismo, sempre que aquelas vêm ameaçados os seus interesses. Diante da ebulição social provocada pelo movimento cartista e pelas reações populares contra a nova lei dos pobres (1834), as classes dominantes inglesas viram seus temores ganharem as ruas das principais cidades do país, com milhares de trabalhadores reivindicando direitos políticos, como o sufrágio universal masculino e direito à organização, e conquistas sociais, como a redução da jornada de trabalho.

Tão rápido quanto o agitação da classe trabalhadora, foi a reação burguesa, oferecendo, de um lado, um assistencialismo paroquial e a repressão estatal, e, de outro, boas doses de sermões sobre “paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião”, nos dizeres de Edmund Burke. “Para ser

mais preciso, a maioria dos homens e mulheres de posses sentiu a necessidade de pôr em ordem as casas dos pobres” (THOMPSON, 2004 [1963]: 58).

A tradição política liberal, ao longo de toda a sua história, sempre teve uma atitude hostil em relação à plenitude dos direitos políticos dos trabalhadores, pois a considera uma ingerência intolerável aos interesses econômicos privados. Os programas populares de intervenção política na economia, centrados em torno de projetos redistributivos e igualitários, deveriam ser restringidos e neutralizados sob a forma que for necessária: esforços não seriam medidos, muito menos poupados, para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do poder legislativo, a intrusão ou a “invasão” dos não-proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (LOSURDO, 2004: 39).

A tentativa de associação política dos trabalhadores foi combatida por pensadores burgueses, temerosos com a organização das “classes perigosas”. “Tanto os representantes dos direitos naturais racionais, como os da economia fisiocrata e liberal-clássica partilhavam a opinião de que a liberdade e a igualdade na sociedade estariam melhor asseguradas, garantindo a propriedade, a coatuação e a concorrência privada a muitos produtores pequenos, proibindo a reunião de ‘interesses especiais’, cuja força – como se acreditava – só poderia prejudicar a liberdade dos demais” (ABENDROTH, 1977: 16). Até mesmo socialistas burgueses, como Proudhon, e anarquistas, como Bakunin, viam as organizações de classe como uma tentativa inócua dos trabalhadores em aumentar seus salários e, conseqüentemente, melhorar suas condições materiais de vida.

A despeito desta dupla condenação das coalizões trabalhistas vinda de espectros ideopolíticos tão distintos entre si, as organizações do movimento operário não pararam de crescer junto com a grande indústria. “Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o crescimento da indústria moderna” (MARX, 1985 [1847]: 158).

Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações populares. O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres.

As péssimas condições de vida da classe trabalhadora só passaram a ser percebidas pela burguesia e seu comitê executivo quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários. Antes, pauperismo e fome – expressões da “questão social” – eram um problema exclusivo dos pobres operários escondidos nas periferias dos grandes centros urbanos.

É, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado, que surge a “questão social”.

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000: 77).

II. A trajetória da expressão ‘questão social’ na teoria social de Marx e Engels

A “questão social” emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando o proletariado, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas

condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos.

As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda – a classe trabalhadora –, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo (COUTINHO, 2000).

Ora, diante das pressões advindas da mobilização dos trabalhadores em torno de questões políticas com um viés classista – o que poderíamos chamar de questão operária –, a burguesia inglesa, conjuntamente com outras classes dominantes, articularam, através da máquina estatal, uma intervenção mais eficaz sobre a “questão social”, até então tratada por uma legislação herdada do reinado de Henrique VIII. Com a real ameaça de sofrerem não somente perdas ocasionais, as classes dominantes aboliram as antigas leis oficiais do pauperismo e adotaram novas medidas (paliativas) contra a “questão social”.

O Estado e a economia política burgueses insistiram em tratar a miséria dos trabalhadores ora como algo criminoso – um delito passível de prisão e internação forçada em casas de abrigo – ora como natural – uma condição humana presente desde a Antiguidade. Mas o problema concreto persistia, ainda segundo o ponto de vista burguês, primeiro como uma chaga social, depois como uma chaga política.

A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX (CASTEL, 1998: 30), justamente quando, não por acaso, apareceu a palavra socialismo. Diversos críticos sociais, dos mais diferentes campos de atuação política e ideológica, utilizaram-se do termo para descrever as condições de vida miseráveis de uma enorme massa de trabalhadores, submetida à exploração capitalista no início da era burguesa. O uso indiscriminado da expressão “questão social” acabou por fornecer-lhe diversos conteúdos e atribuições muito diferentes, mas uma coisa é certa: todos

eles se referiam ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados (NETTO, 2001).

Após a Primavera dos Povos, um levante revolucionário que varreu toda a Europa no ano de 1848, a expressão “questão social” deixou de freqüentar o léxico das mais variadas dimensões da política e da teoria e passou a viver uma fase monogâmica com o conservadorismo burguês, ávido por reformar o sistema capitalista para conservar suas estruturas mais fortes, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção (NETTO, 2001). O tratamento teórico da “questão social” foi progressivamente se deslocando de uma análise sócio-histórico, capaz de circunscrevê-la dentro de uma totalidade processual e contraditória movida pela luta de classes, para uma análise naturalizada, fora das relações espaço-temporais próprias do capitalismo.

De todas as maneiras, os intelectuais burgueses tentaram mascarar a existência da luta operária e a possibilidade concreta de revolução socialista, o que levaria ao fim do modo de produção capitalista. No plano ideológico, tomaram para si a expressão “questão social”, que passou a ter uma conotação aparentemente neutra pela qual o pensamento conservador vai se referir à questão operária (NETTO, 2004 [1998]: 61). No plano político, reformas sociais e políticas foram postas em prática para abrandar os efeitos deletérios da acumulação e da exploração capitalistas, sendo que, muitas vezes, tais reformas eram conquistas dos trabalhadores, e não meramente concessões da classe burguesa.

Até 1844, como nos comprovam os textos *A situação da classe operária na Inglaterra*, de Engels, e *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social*, de Marx, os autores alemães usavam a expressão “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora. O termo, como vimos no início do artigo, era comum no linguajar da época, e Marx e Engels utilizaram-no para retratar a vida cotidiana dos trabalhadores europeus e as formas de intervenção do Estado guarda-noturno contra o pauperismo.

Engels, em uma ampla investigação sobre as condições de vida dos operários ingleses, foi o primeiro cientista social e militante comunista a relacionar as diversas expressões da “questão social” com suas causas profundas, a saber, a exploração e a alienação capitalista da grande indústria, e a denunciar com vigor o descaso político do Esta-

do e da burguesia frente às mazelas sociais. Daí a seguinte conclusão de Engels (1975 [1845]: 276) a respeito das soluções oficiais para os problemas dos trabalhadores: “(...) Se a burguesia tem o interesse em dirigir esta guerra hipocritamente, sob a aparência da paz e sob a da filantropia, não pode senão favorecer ao operário desnudar suas verdadeiras condições de vida, atacando violentamente esta hipocrisia”.

Marx, por sua vez, debruçou-se sobre a “questão social” quando explodiu a revolta dos tecelões na Silésia. O revolucionário alemão, em compasso com a avaliação engelsiana sobre a “questão social”, criticou as propostas da classe burguesa para sanar os problemas decorrentes do pauperismo, sempre ressaltando seus estreitos limites. No centro do mercado mundial, a burguesia inglesa esboçou uma consciência tímida e limitada dos problemas do pauperismo. Ela reconheceu a gravidade de algumas expressões da “questão social”, mas apresentou propostas “infantis” e paliativas de pouco impacto nas estruturas do capitalismo. A ação política da burguesia contra o pauperismo absoluto e relativo da classe proletária calcava-se numa assistência social das paróquias locais, obrigadas pelo regime de lei a prestar socorro aos pobres.

O combate à pobreza das massas populares era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção da mais-valia. Como dizem Mário Duayer e João Leonardo Medeiros (2003: 242),

(...), na Inglaterra, assim como na Alemanha, o pauperismo, julgado resultante ora da falta de beneficência, ora do excesso de beneficência, foi sempre manejado com medidas filantrópico-administrativas. Portanto, em ambos os casos, jamais foi considerado consequência necessária das relações sociais de produção, em particular da indústria moderna.

Marx (1995 [1844]: 81) satirizou tais formulações reformistas da burguesia, e argumentou sobre o caráter conservador e mistificador das propostas burguesas e do Estado para contornar a “questão social”.

(...) o Estado não pode acreditar na impotência interior a sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração.

Poderia, perguntou-se Marx, “o Estado comportar-se de outra forma?” A burguesia inglesa, vocalizada nas obras dos economistas vulgares, dos quais se destacava Thomas Robert Malthus, apontava as leis da natureza, o egoísmo privado e o sentimento não-cristão dos ricos, a política dos partidos adversários que demonstravam a falta de vontade política para construir consensos e agir efetivamente sobre os problemas sociais, a ineficiência administrativa, o excesso de assistência social, a falta de educação e a indolência dos trabalhadores como as causas da miséria das classes exploradas. “A raiz dos males sociais”, afirma Ivo Tonet, “é buscada em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução” (TONET, 1995: 51).

Já na década de 1850 e início de 1860, em textos escritos para a imprensa, Marx tratou dos temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “questão social”, nomeando-a de questão operária¹. Ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’, Marx apontou para um novo tratamento teórico da “questão social”, pois deixou de trabalhar com a hipótese então conservadora de que os problemas sociais atingem a todos os segmentos sociais de forma indiscriminada, e passou a relacioná-los de forma mais estreita ao seu conteúdo de classe.

Por fim, após encerradas as suas primeiras investigações acerca de *O Capital*, Marx abandonou definitivamente o termo “questão social”. No seu texto *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx ([1875] 1979: 219) desdenhou da expressão², deixando claro que ela se refere a muitas coisas sem dizer nada: “a luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ‘o problema social’, para cuja ‘solução’ ‘prepara-se o caminho’”.

Considerações finais

Diante do exposto a respeito da trajetória da expressão “questão social” nas obras de Marx e Engels, cabe-nos colocar duas perguntas, com o objetivo de problematizarmos o objeto do nosso estudo: 1) por que os autores alemães rapidamente a abandonaram, e depois desdenharam do seu uso? 2) em algum momento daquela trajetória, a expressão ganhou um *status* de categoria teórica?

Depois de 1830, quando o acirramento das lutas de classe entre proprietários e não-proprietários fez soar os dobrões fúnebres da economia política, Marx e Engels rapidamente renunciaram à expressão e passaram a referir-se aos problemas sociais sob a ótica classista dos trabalhadores. Logo após a Primavera dos Povos, quando a classe trabalhadora tornou-se politicamente autônoma e reivindicou o socialismo como solução para a “questão social”, afirma José Paulo Netto (2001: 156), “(...) o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”.

Com a possibilidade real do fim do modo de produção capitalista, os intelectuais burgueses passaram a elaborar sistemas ideológicos objetivando mistificar as reais contradições do sistema vigente, impedindo o conhecimento das causas fundantes da “questão social”. O final da década de 1840 foi o período de decadência ideológica da burguesia (LUKÁCS, 1968 [1938]), e Marx e Engels, tacitamente, relacionaram a expressão “questão social” com este momento de ocaso do pensamento burguês e mistificação da realidade contraditória do capitalismo e, portanto, a abandonaram tão rápido quanto a utilizaram.

Pouco tempo depois, Marx, em alguns textos escritos para a imprensa comunista sobre a conjuntura econômica dos anos 1850, utilizou-se de uma nova fraseologia – a “questão operária”. Este período coincidiu, não de forma casual, com o exílio de Marx na Inglaterra, que acabou por proporcionar, junto com o auxílio financeiro de Engels, uma oportunidade para o autor retomar seu antigo projeto da crítica da economia política, iniciado em 1844 na capital francesa.

Marx começou a elaborar alguns manuscritos e rascunhos do que mais tarde seria *O Capital*, li-

viro no qual ele desenvolveu as bases teóricas das principais leis de tendência do modo de produção capitalista, utilizando-se de categorias como valor, trabalho, exploração, mais-valia, pauperismo e acumulação para explicar cientificamente a “questão social”. O estudo mais sistemático da economia política e a formulação da sua crítica com base no método dialético e na perspectiva socialista da classe trabalhadora, elevou a teoria marxiana a um novo patamar, que agora prescinde de termos vagos e indefinidos como a “questão social”; ela, portanto, que nunca gozou de *status* de categoria teórica em qualquer tradição do pensamento moderno, tornou-se desnecessária, pois um conjunto amplo de categorias da crítica da economia política expressam, a partir do uso da razão dialética, o movimento contraditório do capitalismo.

Este abandono do tema, todavia, não significou, é preciso frisarmos, a abdicação da problemática da “questão social”, que pode ser entendida, de forma mais precisa, como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação. Esta foi, ao longo da obra dos pensadores revolucionários alemães, uma constante que nunca saiu de cena, em particular durante os anos nos quais foram gestadas as obras da crítica da economia política.

Referências bibliográficas

- ABENDROTH, W. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASTEL, R. *As metaformoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000. p.49-69.
- DUAYER, M. e MEDEIROS, J. L. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 7, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 237-262.
- ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974 [1845].
- GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social I. In: *Curso de capacitação em serviço social e política social*. Brasília: CEAD; UnB, 1999
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. In: *Praia Vermelha*, n. 8, primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2003. p.56-83.
- _____.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1938]. p.49-111.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: *Práxis*, n. 5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim, 1995 [1844]. p. 68-91.
- _____. *A miséria da filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1985 [1847].
- _____. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: _____. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1857].

_____. *O Capital: crítica da economia política*, livro I, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1867].

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, v. 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1979 [1875].

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001. p.151-162.

_____. Para ler o Manifesto Comunista. In: _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. p.45-86

PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 [1942].

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária*, v. 1. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963].

TONET, I. Marx e a política: prefácio ao *Glosas críticas...* de Marx. In: *Práxis*, n. 5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim, 1995. p. 45-68.

Notas

1 Cf. La cuestión obrera [1853]. Prosperidad. El problema obrero [1853]. La situación de los obreros ingleses [1857]. La penuria de los obreros ingleses [1862]. In: *Obras fundamentales de Marx y Engels*. Volumen 11, Escritos económicos menores. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.

2 Na nossa edição da *Crítica do Programa de Gotha*, a expressão “questão social” (*soziale frage*, no original) foi traduzida por “problema social”.

Rodrigo Castelo

*Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA – IE/UFRJ) e docente do Centro Universitário de Volta Redonda. rodrigo.castelo@gmail.com

Cultura e dominação de classe: o projecto ideológico pós-modernista e a retracção identitária e política das classes trabalhadoras centrais¹

João Valente Aguiar*

Cultura e dominação de classe: o projecto ideológico pós-modernista e a retracção identitária e política das classes trabalhadoras centrais

Resumo: O que pensar face à “invisibilidade” de um sujeito social que parece ter-se esfumado da cena política e social das últimas décadas? É esse um processo inevitável e “natural” no quadro do processo mais global de desenvolvimento social? Questionando as motivações por detrás da perda de capacidade de mobilização política e cultural de se mobilizarem a si próprias, chegamos às seguintes conclusões sobre o atual estado político e identitário das classes trabalhadoras centrais. Em primeiro lugar, esse não é um processo neutral e natural, mas um processo social, económico, político e ideológico-cultural. Em segundo lugar, as dinâmicas culturais e ideológicas estão, no presente, no centro da ofensiva neoliberal contra as classes trabalhadoras centrais para extrair mais mais-valia e, ao mesmo tempo, para legitimar um sentimento amplo de consenso (e consentimento) em torno de fenómenos sociais mercantilizados. Finalmente, o projeto pós-modernista apresenta fortes evidências em criar um eu individualista, performativo e competitivo nos mercados de força de trabalho. A formação de tal eu (self) é um dispositivo simbólico e ideológico significativo para substituir, como esperam as classes dominantes, o papel identitário do trabalhador pelo papel identitário dos consumidores e colaboradores.

Palavras-chave: Cultura; Classe; Pós-modernismo; Simbólico; Organização.

Culture and class domination: the postmodernist ideological project and the identitary and political retraction of central working classes

Abstract: What we can think about the “invisibility” of a social subject that seems to have vanished from the political and social scene of last decades? Is it an inevitable and “natural” process inside the more global process of social development? Questioning the reasons behind the loss of political and cultural ability to mobilize themselves, we reach the following conclusions about the nowadays central working classes’ state of political and identitary retraction. First of all, it is neither a neutral and natural process, but a social, economic, political and ideological/cultural process. Secondly, cultural and ideological dynamics are, nowadays, at the core of the neoliberal offensive against central working classes in order to extract more surplus-value and, at the same time, to legitimize a broad sense of consensus (and consent) around commoditized social phenomena. Finally, the postmodernist project resembles strong evidence in creating a individualistic, performative and competitive self in labour power markets. The formation of such self is a significant symbolical and ideological device to substitute, as dominant classes expect, the identitary role of the worker by the identitary role of consumers and collaborators.

Keywords: Culture; Class; Postmodernism; Symbolic; Organization.

Recebido em 31.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Introdução

Na sequência da globalização capitalista das décadas mais recentes, ocorreu uma reestruturação das modalidades de organização do trabalho (ANTUNES, 2000; ALVES, 2007) e a erosão do papel identitário colectivo de classe junto dos seus membros. Temos assim dois factores estruturantes que parecem ter agido no sentido de a classe trabalhadora ter sofrido uma perda de capacidade na mobilização social e sindical. Esse impasse histórico da(s) classe(s) trabalhadora(s) nos países capitalistas desenvolvidos tem sido abundantemente estudada em termos dessas coordenadas de índole social, laboral, política e/ou económica. Aqui, assumimos como propósito analisar o papel do universo simbólico-ideológico na construção desse cenário das classes trabalhadoras ocidentais. Por outras palavras, consideramos que o estudo da lógica ideológico-cultural do pós-modernismo – em toda a sua abrangência social, cultural e artística – poderá fornecer pistas complementares e adicionais para a análise dos múltiplos condicionamentos que têm consignado a classe trabalhadora ao estatuto de uma certa invisibilidade (naturalmente temporária) no cenário político e social mais recente.

Para além de outros factores como: a) as políticas económicas neoliberais de privatização de serviços públicos e de recuo de direitos laborais; b) o findar das experiências de construção do socialismo, motivadas por causas internas e externas; c) o acelerar dos processos de financeirização da economia capitalista, onde a centralização e a concentração de capitais elevadas a uma nova escala contribuem para o reforço do imperialismo e sua base económica (LENINE, 2000); d) a internacionalização da produção e o correlativo aumento da concorrência inter-operária à escala mundial. Associado a este facto (e ao factor b acima mencionado) temos o recuo do movimento operário e socialista; e) desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho com o propósito de fragmentar a solidariedade operária dentro da fábrica e dificultar a acção sindical; f) o papel da esfera cultural e artística na adopção de estilos de vida tidos como individualistas e consumistas e que estruturam a formação de identidades em novas gerações de trabalhadores em moldes desvinculados de uma base classista de natureza operária. Será sobre este último factor que iremos incidir este trabalho como se poderá ver pela **figura 1**.

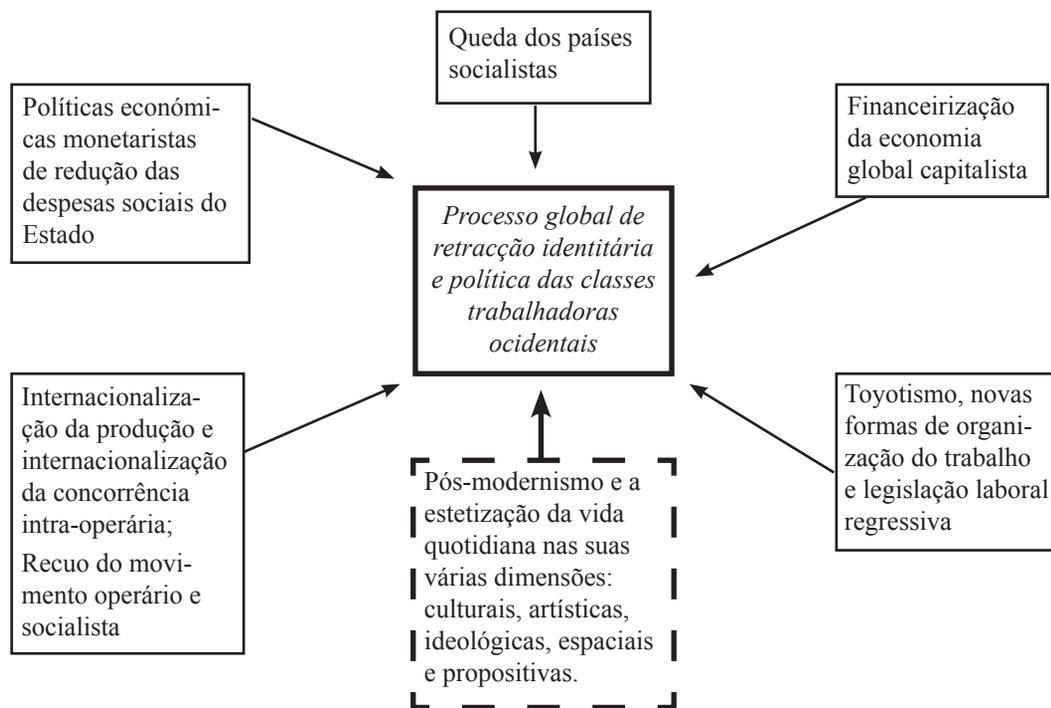


Figura 1: factores potenciadores da retracção identitária e política das classes trabalhadoras ocidentais

Classes sociais e limites mínimos e máximos de organização

As classes mais do que categorias profissionais ou estatísticas correspondem a processos sociais e históricos. Mais do que se apresentarem como entidades estáticas e fixas por grelhas de análise baseadas no somatório de rendimentos, situação perante o trabalho e grau de escolaridade, pelo contrário, as classes sociais representam agrupamentos definidos, num primeiro nível, a partir da sua inserção nas relações de produção existentes numa sociedade. Na verdade, é desta inserção socioeconómica que deriva a estrutura ocupacional, os horizontes escolares e académicos esperados e atingidos ou a escala de rendimentos. Assim, a classe trabalhadora assalariada, a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2000) engloba diferentes classes profissionais como professores, operários metalúrgicos, pesquisadores científicos, operadores de caixa de supermercado, entre muitas outras categorias profissionais. O que as unifica no plano económico é o seu posicionamento no campo económico das relações de produção: indivíduos com tarefas de produzir e/ou circular mercadorias, sem o controlo dos meios e das condições sociais de produção e sem qualquer poder de definir os objectivos, as propriedades e os resultados do processo de produção económico. Por outro lado, as classes sociais não são separáveis das dimensões política e cultural/ideológica. Ao contrário das teses de Max Weber que distinguia classe, status e partido, portanto, restringindo as classes sociais ao universo económico, a análise marxista aparenta ser mais frutífera na medida em que assume uma perspectiva de totalidade. Por outras palavras, se é verdade que as classes têm o seu substrato matricial nas relações de produção, também é verdade que elas se objectivam no plano político e ideológico-cultural. Não por acaso, Marx defendeu no Manifesto que “todas as lutas de classes são lutas políticas” (MARX; ENGELS, 1974: 6). Assim, as classes sociais são sempre uma realidade palpável, quanto mais não seja no plano económico, onde os mecanismos de extracção de mais-valia constituem o nervo central das sociedades contemporâneas. Deste nível primordial as classes podem projectar-se para o domínio político e cultural.

Por conseguinte, as classes definem-se como um processo histórico, na medida em que à re-

lativa estabilidade das relações de exploração capitalista não se somam automaticamente uma classe trabalhadora (e seus possíveis aliados) alienada e uma classe burguesa altamente organizada, coesa e consciente dos seus desígnios. De facto, no que toca à classe trabalhadora, esta tanto pode adquirir um posicionamento conservador como um posicionamento revolucionário, dependendo sempre da conjuntura histórica em que se encontra. No fundamental, quanto mais organizada e coesa internamente, quanto mais ligada a sindicatos e partidos de classe, mais ela pode aparecer na cena política como um sujeito colectivo capaz de transformar as estruturas sociais e políticas e, conseqüentemente, trazer ao de cima o seu cariz revolucionário. Todavia, nem sempre esta é a situação da classe trabalhadora e as últimas décadas têm apontado para um difícil processo de mobilização colectiva. Evidentemente, nada nesse estado de retracção política e identitária da classe trabalhadora é definitivo e congelado, ou sequer natural como defendem os apologetas do capital, mas é antes o resultado de um complexo processo político, social e histórico. Desse modo, uma classe trabalhadora pode assumir uma postura “conservadora” quanto mais próxima estiver do seu limite mínimo de organização e revolucionária quanto mais próxima estiver de se estruturar como um agente colectivo com uma linha política e uma produção cultural autónomas. Clarificando, o limite mínimo para a actuação social e política da classe trabalhadora constitui-se, na prática, como o que poderemos chamar de grau mínimo de organização interna da mesma. O mesmo é dizer que quando esta apenas se reporta, no campo económico, à produção e circulação da mais-valia deixando, portanto, de ter uma organicidade e coesão interna entre os seus membros. Este grau/ limite mínimo aponta para um estado de desagregação interna da classe, com amplas consequências, por exemplo, em baixas taxas de sindicalização, na construção de programas políticos ou reivindicativos circunscritos a questões sociais e laborais momentâneas (quando tal ocorre) ou na desintegração de partidos políticos de orientação socialista. Em suma, o limite mínimo de organização da classe trabalhadora é, em termos ideais e meramente hipotéticos, o equivalente a um total estado de atomização da classe trabalhadora.

Inversamente, o grau máximo de organização e mobilização da classe trabalhadora – tomada aqui como o conjunto dos trabalhadores assalariados – coaduna-se com um arquétipo onde essa classe social evidenciaria um nível de profusão de entidades organizacionais próprias, a definição de uma vertente programática política e social independente do veiculado pela classe dominante e do Estado, a capacidade para se mobilizar colectivamente de forma mais ou menos regular e com uma identificação colectiva muito forte entre os vários agentes sociais dessa classe. Assim, o limite máximo de organização da classe trabalhadora resumiria um estado de independência política, ideológica e organizacional relativamente às classes dominantes e às suas instituições de poder. Em última análise, tal estado de organização apontaria para a possibilidade de a própria classe trabalhadora afrontar abertamente o poder político e económico dominantes, concorrendo para se tornar a classe social capaz de induzir novas lógicas de organização societal. Tanto o limite mínimo como o limite máximo de organização da classe trabalhadora subscrevem uma abordagem hipotética, na medida em que surgem como dois pólos antagónicos, dentro dos quais as possibilidades reais e concretas de efectivação de práticas sociais e políticas daquela classe se desenrolam. Por último, o limite mínimo designa um forte impacto de ideologias produzidas fora da classe trabalhadora. Ideologias políticas como o conservadorismo, a social-democracia ou ideologias mais genéricas como o individualismo e a ausência de laços de solidariedade entre trabalhadores não são decorrentes da própria classe trabalhadora mas do sucesso da burguesia e seus aliados em as inculcar. Inversamente, o limite máximo – ou a aproximação a este – reporta-se à capacidade política, ideológica e organizativa da classe trabalhadora se constituir num sujeito colectivo com aspirações próprias e independentes do grande capital.

Como há pouco afirmamos, é do limite mínimo que a generalidade das classes trabalhadoras ocidentais se aproxima, se bem que o desejado intento do grande capital de abolir a mobilização sindical não ocorra nunca em definitivo, mesmo em países capitalistas centrais como os EUA, a Alemanha ou o Reino Unido. Portanto, lidar-se-á aqui com a retracção política e identitária das classes trabalhadoras ocidentais numa dupla vertente: por um

lado, em termos históricos, onde face às mobilizações ocorridas até há décadas atrás a capacidade de organização operária e assalariada é hoje inferior; por outro lado, em termos tendenciais, onde apesar de nunca desaparecerem formas de contestação de classe, tendencialmente, elas são, neste momento histórico, ainda a excepção e não a regra.

Retracção política e identitária das classes trabalhadoras ocidentais

Desde finais da década de 70, a situação da generalidade das classes trabalhadoras ocidentais tem sido pautada por uma fragmentação orgânica e por persistentes dificuldades de mobilização colectiva. Equaciona-se aqui não o desaparecimento absoluto da classe trabalhadora (PAKULSKI; WATERS, 1993) mas o retroceder histórico do seu protagonismo como voz identitária colectiva e como agente mobilizador. Tais afirmações de um pretenso (ou será melhor dizer, pretendido) fim das classes não são diferentes de toda uma ideologia dos fins: fim da História (FUKUYAMA, 1992) e fim do trabalho (RIFKIN, 1996).

Através da leitura de fontes estatísticas de entidades internacionais, consideraremos que as relações assalariadas¹ continuam a representar um forte domínio na estruturação das relações laborais. Segundo a própria Organização Internacional do Trabalho, a população assalariada mundial situar-se-ia em redor dos 3,246 mil milhões de indivíduos (OIT, 2009:18). Contudo, a força aparente dos números não reflecte em absoluto a espessura dos fenómenos sociais. Na verdade, tal dimensão material e relativamente objectiva nunca capta plenamente as vivências dos agentes sociais e como se produzem desfasamentos entre a ordem simbólica e a ordem material, se se quiser recorrer a dois termos, apenas na sua aparência, antinómicos. De facto, tais dimensões, simbólica e material, coexistem entre si e são inseparáveis. Neste ponto reside a complexidade do estudo das classes sociais e é igualmente aqui que reside a imensa dificuldade que a Sociologia, numas correntes teóricas mais do que noutras, tem tido na interligação entre a classe social e a esfera da cultura, do simbólico. Por um lado, as classes não são estritamente estruturas materiais. A bem dizer, as classes representam processos (vd. *Infra*) sociais extremamente complexos e

matizados. Daqui decorre a imbricação do universo cultural e ideológico no seio da própria estruturação classista e do seu próprio enraizamento económico e social. Assim, a classe tanto aponta para um domínio material como para domínios simbólicos. Por outro lado, fenómenos sociais com uma forte precedência cultural e imaterial podem, no seu cerne, revelar fortes propriedades classistas. Quer dizer, ambiências sociais, sinais e significados e, mais ainda, constelações simbólicas de diversa ordem podem transportar dentro da sua configuração interna pertinentes relações com as classes sociais. Evidentemente, não se trata de literalmente afogar toda e qualquer produção de sentido no seio do campo das classes sociais mas antes de identificar cruzamentos e zonas de sobreposição entre esses dois domínios.

Concomitantemente, E.P.Thompson conceptualizou as classes como “formações culturais e sociais” (THOMPSON, 1991: 937), afirmando a cultura como uma componente intrínseca à formação da classe trabalhadora. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, melhor dizendo, um conjunto articulado de práticas colectivas que perpassam os domínios económico, político e ideológico-cultural. Conjunto de práticas dotado de historicidade, tanto no que (concerne?) à situação social e temporal em que é produzido como no que diz respeito à sua dimensão processual. Isto é, uma mesma classe social é passível de adoptar diferentes comportamentos e acções colectivas ao longo de um trajecto histórico (vd. supra ponto II).

Assim, a classe trabalhadora tanto pode surgir na cena histórica como uma classe trabalhadora organizada e relativamente coesa ou como uma miríade de indivíduos desempenhando a mesma função social – produção e circulação de mercadorias – mas subjectivamente auto-representados e auto-identificados como estranhos competidores por um posto de trabalho. Utilizando a situação mundial actual como exemplo, Kim Moody, vai incidir a sua análise na competição intra-operária como o motor mais potente de desagregação da classe. Esta é, em primeiro lugar, decurso da própria dinâmica dual da acumulação de capital à escala internacional: “uma vasta massa empobrecida na periferia não apenas pressiona os salários do Sul para baixar como é fonte de uma competição

que afecta trabalhadores do Norte” (MOODY, 1997: 64). No fundo, a deslocalização das cadeias produtivas em busca de uma força de trabalho barata, desorganizada política e sindicalmente e com muito poucos direitos laborais consegue, pela primeira vez da história do capitalismo, colocar massas de milhões de trabalhadores de distantes pontos do planeta em concorrência directa por um posto de trabalho. Este é o drama, ainda não resolvido até hoje, da articulação internacional das organizações operárias. Apesar da comunhão de uma pertença de classe similar a milhões de sujeitos, a organização capitalista dos processos de produção, não apenas na fábrica mas também expressa num plano territorial, tem conseguido muitas vezes colocar trabalhadores contra trabalhadores, recrudescendo sentimentos nacionalistas e mesmo racistas e xenófobos. Daí que, quando num estado de desagregação social e organizativo, a classe trabalhadora se encontre perante o desafio que Moody argutamente classificou de «todos fragmentados, explorados em conjunto» (idem: 143). Para o autor observa-se que

«mesmo quando a competição apenas afecta uma minoria de trabalhadores num dado período de tempo, a ansiedade dos trabalhadores no mercado de trabalho com largo número de desempregados, subempregados e de novos agentes que entram (mulheres, jovens, imigrantes) é sentido» como potencial ameaçador «pela classe trabalhadora empregada» (idem: 154).

Desse modo, o que é uma inerência do sistema económico – a criação de uma força de trabalho internacional com segmentos passíveis de se irem revezando na sua própria utilização como factores produtivos na cadeia internacional produtora de valor – acaba por ser acompanhada por sentimentos de temor, receio e desconfiança. O outro trabalhador passa a ser visto como um possível captador de empregos. O desempenho de uma tarefa profissional passa a ser perspectivada como se de um bem escasso se tratasse ao qual tudo valeria a pena fazer para o assegurar – aceitar baixas remunerações, aumento da carga horária e de todo o tipo de sujeições e de restrições de direitos sociais. Desta forma, a dinâmica económica do capitalismo consegue, por

si só, relembremos, nos contextos de desagregação orgânica da classe trabalhadora no seu todo, colocar o individualismo e uma noção de primado do agente singularmente tomado sobre o colectivo como princípios ideológicos de orientação comportamental e axiológica dos trabalhadores. Nestas condições, a organização colectiva da classe trabalhadora, especialmente junto dos jovens trabalhadores, tem imensas dificuldades. Assim, algo que assumiu marcas congénitas na Europa (e não só) dos últimos 150 anos, acabou por, nas últimas três décadas, ver desagregado grande parte do seu poder de mobilização colectiva.

A problematização de Moody apresenta previamente enuncia um factor relevante na desestruturação e desorganização colectiva da classe trabalhadora. Explicitando, a concorrência entre membros da classe trabalhadora na esfera laboral constitui-se, indubitavelmente, como um poderoso condicionador da acção colectiva de raiz operária/assalariada. Todavia, tal processo inerente à própria mecânica do modo de produção capitalista não chega para explicar as razões fundamentais da retracção colectiva da classe trabalhadora nos últimos 30 anos. Daí que a problematização dessa incapacidade colectiva das classes trabalhadoras ocidentais implique a consideração de outros factores que contribuam para o forjar de um universo operário/assalariado amorfo, precário e sem referenciais de (auto-)identificação. Stéphane Beaud e Michel Pialoux argumentam que, “de uma certa maneira, os operários desapareceram da paisagem social” (BEAUD; PIALOUX, 1999: 15). Assim, estes autores quando afirmam que “os operários existem mas não os vemos” (idem) como tais, chamam a atenção para a invisibilidade social que grande parte das classes trabalhadoras tem sofrido, tanto por parte de novas gerações de trabalhadores assalariados (tanto industriais como de serviços) que não reconhecem a sua pertença objectiva de classe, como por parte de complexos processos sociais e culturais que travejam a simbologia social como que pretensamente descarnada de qualquer propriedade classista. Desse modo, deparamo-nos com um desfazamento teórico entre a relevância nuclear de dimensões estruturais (e estruturantes) das classes sociais – o peso deste conceito na distribuição de rendimen-

tos, na configuração de desigualdades sociais, no redimensionamento da estrutura ocupacional e profissional – e dimensões simbólicas, nomeadamente ao nível dos processos de identificação.

Num artigo da equipa de Mike Savage e de Brigitte Leroux encontra-se uma interpretação destes fenómenos numa abordagem muito similar: “muitos dos estudos sobre identidades de classe insistem na “desidentificação” (isto é, não se identificam imediatamente como membros de uma classe ou conscientemente adoptam actividades específicas de classe” (LEROUX et al, 2008: 1050). Nesse mesmo artigo, os autores consideram que «as intenções, os desejos e as práticas declaradas das pessoas são marcadas pelas suas esperanças e fantasias, mas estas escondem as localizações de classe, mais do que serem o seu reflexo» (idem). Por conseguinte, as descontinuidades entre os processos objectivos de classe e as percepções individuais e colectivos da vida social (nomeadamente, junto de novas gerações de trabalhadores) é o nosso objecto teórico de estudo.

Nesta perspectiva, a mudanças económicas e políticas marcadas pela recomposição profunda do trabalho, pela financeirização galopante da economia e pela destruição do Estado-Providência face a concepções neoliberais, correspondem-lhe rearranjos no universo simbólico-cultural.

Por conseguinte, procurar-se-á explicitar como tais rearranjos simbólico-ideológicos (Pinto, 1985) operaram um processo de ocultação de traços de causalidade social no seio da produção cultural contemporânea; e, paralelamente, uma desorganização das redes de sociabilidade e dos “quadros de interacção” (COSTA, 1999: 343-351) vigentes em comunidades operárias até bem recentemente. Isto é, a retracção identitária e colectiva da classe trabalhadora na actualidade, ou se se preferir, as dificuldades que novos segmentos (profissionais e outros) das classes trabalhadoras têm tido na sua assunção como sujeito social aportam vários factores, todos eles complexos e relacionados entre si. Assim, procuraremos relacionar o actual cenário em que se encontram as classes trabalhadoras com a lógica cultural/ideológica do pós-modernismo. Há falta de um melhor termo, trabalharemos, com fortes reservas e provisoriamente, com a categoria de pós-modernismo.

O projecto ideológico do pós-modernismo

Neste âmbito, importa definir, em traços breves, alguns dos aspectos mais salientes do chamado pós-modernismo. Concebido como uma realidade ideológico-cultural (e não como uma suposta era pós-industrial, pós-moderna ou mesmo pós-capitalista), o pós-modernismo assenta em dois eixos centrais consubstanciados na *cultura do simulacro* e na *estetização da vida quotidiana*, vectores simbólico-ideológicos tomados por Jameson (JAMESON, 1993) como hegemónicos na (re)estruturação pós-modernista da esfera cultural. Jameson adverte que «descrever o *pós-modernismo* em termos de hegemonia cultural não passa por sugerir uma massiva e uniforme homogeneidade cultural no campo social mas precisamente ter a noção da sua coexistência com outras forças resistentes e heterogéneas e da sua vocação para as dominar e incorporar» (JAMESON, 1993: 159).

Essa hegemonia cultural do pós-modernismo no capitalismo mais desenvolvido das últimas décadas não depende de dispositivos de coerção física, nem de puras e inevitáveis imposições normativas, mas onde a «conquista da hegemonia discursiva» nas diversas linguagens do espaço social – linguagem quotidiana, linguagem política, linguagem mediática, linguagem publicitária, linguagem académica e científica – é sistematicamente produto de «lutas discursivas» (JAMESON, 1993: 207) entre agentes, grupos e classes sociais. A presença de focos de conflito social no plano do discurso é evocada por Octávio Ianni:

«A visão do mundo delineada na língua não é isenta de tenções, hiatos ou contradições, já que leva consigo algo ou muito do jogo das forças sociais, compreendendo disparidades e desigualdades. Em geral, a visão do mundo predominante em dada língua e em dada época pouco expressa do que se pode considerar a perspectiva de grupos sociais e classes sociais subalternos. Os subalternos, para se manifestarem e revelarem as suas visões alternativas ou não, precisam apropriar-se não só das formas mas também dos segredos da linguagem dominante» (IANNI, 1999: 2).

Por conseguinte, o discurso, a palavra, o símbolo, a imagem, são alguns dos vértices do polígono social global em disputa pelos vários grupos sociais que se movimentam na paisagem social. Visualiza-se aqui como a interpenetração do material com o simbólico perpassa a tecitura social contemporânea. Números, palavras, imagens, simbologias e representações subjectivas não são epifenómenos ou reflexos puros da base material do real social, mas elementos constituintes (e constituidores) do real, interagindo contraditória e complexamente com o material.

O pós-modernismo será, nesse âmbito, perspectivado como uma bateria ideológico-cultural³ que não é um derivado ou uma colagem da acumulação flexível (HARVEY, 1990: 340-341) na esfera cultural, mas é uma entidade relativamente autónoma, integrada na estrutura global do modo de produção capitalista. Nomeadamente, na forma como este se configura actualmente na sua globalidade económica, política e cultural.

A assunção do pós-modernismo como a lógica ideológico-cultural dominante na recente fase de desenvolvimento do capitalismo é trabalhada por Fredric Jameson quando da sua reflexão sobre a cultura do simulacro. Por seu turno, esta alarga a sua expressividade a partir do momento em que na sociedade “o valor de troca se tenha generalizado a tal ponto em que a memória do valor de uso é obliterada” (JAMESON, 1993: 18), isto é, dissipasse do horizonte de significados dos agentes sociais. Melhor dizendo, quando o valor de uso – ou seja, as utilidades e necessidades sociais – é determinado menos pela subjectividade simbólica dos agentes sociais mas mais pela inscrição de bens e serviços (culturais ou outros) no centro da valorização do capital, a cultura do simulacro adquire vitalidade. A dialogia entre objecto e sujeito é não apenas revertida, como a percepção e a avaliação simbólica (colectiva, grupal ou individual) do objecto (no capitalismo, uma qualquer mercadoria) deixa de depender da *instrumentalidade* que este tem para aquele. O sujeito passa a consumir o objecto em ordem a rentabilizar a propriedade comum a todos os objectos-mercadoria: a reprodução incessante e desejavelmente crescente do volume de capital. O valor de uso mais do que apenas subsumido ou secundarizado ao valor de troca é produzido por este último. A cultura do simulacro é, assim, *um desdo-*

bramento da realidade cultural do pós-modernismo e que compartilha pontos comuns com o fetichismo da mercadoria (MARX, 1990: 88-112).

Por outro lado, a cultura do simulacro típica do pós-modernismo agrava a inversão entre sujeito e objecto no capitalismo (MÉSZÁROS, 2002), na medida em que resguarda essa inversão, não a assumindo directamente. A este título, a imagem pós-modernista terá um papel relevante, asseverando-se como potente executor (e motor) da cultura do simulacro em toda a esfera cultural. Por conseguinte, sublinhe-se que a *cultura do simulacro* se define pela pavimentação de um terreno significativo onde a “cultura de consumo e a televisão produziram um excesso de imagens e signos que, por sua vez, criaram um mundo de simulações” (FEATHERSTONE, 1996: 54). A sobreposição do simbólico com o material objectivaria um campo cultural desprovido de mecanismos de classificação, na medida em que este se teria convertido numa mera circulação fluida de práticas e consumos libertos de determinações sociais. Uma das maiores “conquistas” simbólicas do projecto ideológico-cultural pós-modernista (que não pode ser nunca desvinculado do neoliberalismo enquanto projecto político-económico) passa, precisamente, pela difusão de uma cultura consumista e, mais importante ainda, por uma cultura consumista que fundamenta uma frenética compra e venda de mercadorias a um conjunto de actos legítimos e necessários para o bem-estar do indivíduo. Desse modo, a figura mítica do consumidor sobrepõe-se à localização objectiva do trabalhador, procurando apagar as marcas desta última.

Adicionalmente, a *estetização da vida quotidiana* amplifica a clássica conceptualização sobre a “estetização da política” (BENJAMIN, 199: 13) rumo a uma “estética pura” presente em todos os comportamentos humanos e que teria obliterado o poder económico diferencial dos grupos sociais, desse modo substantivando-se como motor da vida social, a busca dos sujeitos pelo espectáculo e pela imagem. Desse modo, contemplar-se-á a própria estética como uma dinâmica capaz de estruturar determinados padrões sociais. Nesse sentido, não só a estética é um produto social mas, como mostrou Benjamin num contexto histórico diferente a propósito do fascismo, a estética assume contornos claros de sobrepujar dimensões sociais e estrutu-

rar o esqueleto simbólico das classes trabalhadoras ocidentais, nomeadamente, junto das suas franjas mais jovens – tanto ao nível etário como ao nível de novas profissões e recomposições ocupacionais. Consequentemente, a estetização da vida quotidiana refere-se ao processo de tornar o corpo, os objectos, os espaços e as vivências humanas em outros tantos elementos de fecundação de uma visão e celebração hedonística e tomada como estilisticamente bela. Este processo global repercute-se ao nível da tendência para tornar as esferas da vida social em elementos de cultura, ou seja, ocorre, segundo Jameson, uma paralela dinâmica de culturalização dos diversos campos do espaço social. Nas suas palavras, a

dissolução de uma esfera autónoma da cultura pode ser imaginada em termos de uma explosão: uma prodigiosa expansão da cultura para dentro do real-social, ao ponto de tudo na nossa vida social – desde o valor económico e do poder de Estado até às práticas e à própria psique – se tornaria “cultural” num sentido original e ainda não teorizado. Esta proposição é, todavia, substantivamente bastante consistente com os anteriores diagnósticos de uma sociedade da imagem ou do simulacro e da transformação do “real” em vários pseudo-eventos (JAMESON, 1993: 48).

Por conseguinte, não se trata tão-somente da penetração dos normais mecanismos de atribuição de sentido à acção social que definiria a culturalização/estetização da vida quotidiana.

O desígnio lançado por Foucault – um dos autores que mais defenderam o pretensão carácter emancipatório da estetização da vida quotidiana – de que cada indivíduo deveria procurar que a sua vida se “tornasse numa obra de arte”⁴ (FOUCAULT, 1979: 100), significa que cada acto social se consubstanciaria, nesta dinâmica, num gesto artístico de desenho harmonioso, ornamentado e sensual da vivência quotidiana. Todavia, toda esta questão da estetização não se compadece estr(e)itamente neste quadro de mera decoração do corpo e das vivências em algumas camadas populacionais. Sem sermos demasiado exaustivos, relembremos que a adopção de uma postura criativa, empreendedora e

performativa no mercado laboral não é descartável de toda uma noção estética da monitorização do eu na vida quotidiana (MENGER, 2002: 61-87). Por exemplo, todos os discursos pseudo-científicos da gestão dos recursos humanos pronunciam-se pela panaceia de que hoje não haveriam mais trabalhadores e que cada indivíduo deveria auto-empregar-se e ser capaz de desenvolver autonomamente condutas passíveis de, por um lado, lhe permitir criar valor acrescentado (naturalmente, a ser apropriado pela empresa) e, por outro lado, essa adição de valor só seria possível fruto de um empenho constante por parte do dito colaborador, o trabalhador sem protecção social e precário por excelência. Esse empenho constante exigido pelo capitalismo – no sentido de colocar os trabalhadores, sublinhe-se individualizados, à mercê dos seus desígnios de contratação, organização laboral e extracção de mais-valia – lida muito de perto com o conceito de performatividade.

Adicionalmente, refira-se que essa performatividade implica uma percepção do eu como auto-determinante das dinâmicas sociais. Por exemplo, a noção que Giddens avança sobre a estruturação da sociedade não se descarta dessa performatividade do agente social (nas suas palavras, do actor social): “os actores não apenas monitorizam continuamente o fluxo das suas actividades; eles também rotineiramente monitorizam aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem” (GIDDENS, 1993: 5). Assim, não apenas o agente social é concebido numa óptica de individualização dos fenómenos sociais, como, em paralelo, só uma acção criativa e que accione um eu reflexivo, actuante e estilizado poderia contribuir para o seu desenvolvimento pessoal.

Por conseguinte, dentro desta óptica, a realidade social aparece como um somatório de acções individuais performativas – só pelo valor acrescentado de uma ‘boa’ performance, o agente social poderia evidenciar-se na sociedade. Nesse sentido, a subjectividade social junto de novas camadas das classes trabalhadoras ocidentais (e de classes médias) é produzida em volta de duas balizas. Por um lado, ocorre o que Stuart Hall designou por “narrativização do self”, no sentido que as “identidades são construídas dentro, não fora, de discursos” (HALL, 1996: 4). Isto significa que a identidade social teria sido destituída

de qualquer causalidade extra-individual e que a produção ficcional de discursos (por exemplo, em *reality-shows*) seria o espelhar de um eu eminentemente criativo. Por outro lado, o corpo surgiria como uma “linguagem corporal”, condensando uma perspectiva de o transformar em “projecto” (EAGLETON, 1996: 71). O investimento de diferentes capitais no corpo individual como principal matéria de significância realizaria um estilo de vida individual devotado à estetização do corpo pessoal. O investimento pessoal na contínua “reciclagem” de roupas, automóveis, equipamentos digitais (televisões, dvd’s, computadores pessoais, pda’s, ipod’s, etc.), produtos de beleza, cosméticos, penteados e todo o tipo de adereços convoca uma massa significativa de jovens trabalhadores a adoptar comportamentos e estilos de vida deste tipo. Aqui está a considerar-se estes fenómenos na sua máxima abrangência, mas tendo noção de que nunca são apropriados em toda a sua extensão por todos os agentes sociais envolvidos e que, evidentemente, existem segmentos de jovens trabalhadores que pouco contactam com estas dinâmicas. Assim, importa atender a estas dinâmicas não em termos universais mas relativos, já que se encontram presentes em países capitalistas centrais (e, mesmo assim, não em toda a população, apesar de presente em parcelas significativas) e muitíssimo mais ausentes nas vastas periferias do sistema capitalista internacional.

Consequentemente, o pós-modernismo con-substancia-se aqui como um conjunto alargado de práticas e processos com profundos impactos na estruturação das modalidades de percepção social junto de novos segmentos das classes trabalhadoras ocidentais, muito particularmente, no que concerne a segmentos pertencentes ao sector dos serviços e/ou em novos ramos industriais e sem tradição de mobilização reivindicativa de classe.

A lógica simbólico-ideológica do chamado pós-modernismo opera num nível que poderemos classificar como um efeito de desmaterialização. Toda a imagética e linguagens (visuais, discursivas, simbólicas, morais) pós-modernistas demonstram uma forte capacidade ideológica para *dissolver* as estruturas materiais e os mecanismos mais profundos e intrincados que subjazem à constituição de uma sociedade, colaborando no

seu ocultamento relativamente à subjectividade colectiva dos agentes sociais (particularmente nos pertencentes às classes e grupos sociais alvo de dominação social, económica, política e/ou cultural). No fundo, este *efeito de desmaterialização* pontifica na oclusão das condições históricas de produção do modo de produção capitalista na sua fase flexível e neoliberal, portanto, *obscurecendo*, inclusive, *os determinantes* onde a própria cultura pós-modernista radica. Não se está aqui, portanto, a equacionar uma automática desmaterialização – ou liquefacção (BAUMAN, 2000) –, analiticamente distinta do *efeito de desmaterialização*. Se à primeira corresponderia um processo de liquefacção real e concretizado (ou concretizável) das estruturas materiais, o segundo aponta para a colonização das representações sociais por parte de discursos, imagens e enunciados ideológicos que têm como semântica significacional uma pretensa (e, até certo ponto, pretendida) efectivação da *desmaterialização*. Na primeira está-se no plano do material, no segundo no plano do subjectivo e do simbólico. Ambos convivem interactiva e necessariamente no real, como *elementos intrínsecos* deste.

Este efeito de desmaterialização – resultado da lógica simbólico-ideológica dita pós-modernista – ressalta modalidades de oclusão de variáveis classistas na estruturação da vida social. Beverley Skeggs tem falado que o conceito (e as linguagens) de “classe têm sido descartadas e obliteradas pelos modelos e modos de mobilidade e de individualização” (SKEGGS, 2004: 54). Quer dizer, existe na lógica do pós-modernismo, por um lado, uma dimensão de uma mobilidade social de categorias de significação, na medida em que as classes médias munidas de determinado capital cultural e simbólico adoptam estilos de vida amplamente estetizados e se constituem como “grupos de referência” (MERTON, 1996), como bússolas simbólicas para vastas camadas de jovens trabalhadores dos serviços. Por outro lado, a observância mais generalizada de dinâmicas como a performatividade, a narrativização do self ou o corpo como projecto e como prática induzem renovadas formulações de individualização de comportamentos, tendencialmente individualistas e resistentes a mundivisões e vivências colectivas.

Considerações finais

Por toda a descrição acima efectuada do projecto ideológico do pós-modernismo, verificamos que este último se materializa na criação de um amplo caldo cultural de des-classicização de significativas franjas de novas gerações de trabalhadores nos países capitalistas avançados. Quer dizer, o capitalismo na sua actual fase neoliberal vai buscar boa parte da sua legitimidade não só pelo ataque a direitos civilizacionais e elementares (ao trabalho, à saúde, à educação, à organização sindical e à greve) mas também pela indução de comportamentos que omitam a centralidade das classes sociais (e do seu confronto). Nesse sentido, dinâmicas como a estetização da vida quotidiana contribuem para transformar os processos de auto-identificação de camadas das classes trabalhadoras ocidentais. De um lado, o chamado pós-modernismo apresenta todo um conjunto de tópicos ideológicos e culturais onde a sociedade se edificaria em torno de desmaterializações, culturalizações e estetizações puras. Assim, os mecanismos fundamentais das sociedades contemporâneas como o trabalho assalariado ou o Estado de classe não passariam de “grandes narrativas”, hoje afundados no mar da imaterialidade. De outro lado, o pós-modernismo é essencial, é inerente ao capitalismo na medida em que não só omite os enraizamentos de classe da sociedade, como busca construir um conjunto de disposições simbólicas, culturais e ideológicas nos trabalhadores com o intuito de estes interiorizarem a mecânica da produção de mercadorias e da valorização do capital nos seus comportamentos. Como sua utopia máxima, o projecto ideológico do pós-modernismo almeja tornar todos os trabalhadores em seres desenraizados da sua primeira instância de constituição como classe – a sua auto-identificação como trabalhadores e como grupo social distinto e oposto ao grande capital.

Contudo, este projecto ideológico corre o risco de cair na própria armadilha que procura lançar a todos os trabalhadores: esquecendo que o mundo social está para além da esfera da estetização, o capital esquece (ou procura esquecer) as suas contradições materiais básicas: a tendência para a queda da taxa de lucro, a socialização da produção defronte da apropriação privada das riquezas e, claro está, os interesses, em última instância,

antagónicos entre trabalho e capital. Será daqui que novas vagas de lutas surgirão. Walter Benjamin disse em tempos que o fascismo era a estetização da política e o comunismo só o poderia confrontar com uma politização da estética. Hoje em dia, quando o capital e as suas ideologias procuram estetizar a vida quotidiana dos trabalhadores, só a politização da vida quotidiana, só a luta reivindicativa e de massas poderão superar o actual estado de coisas.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva*. Marília: Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity, 2000.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: Fayard, 1999.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reproductibilidade técnica*. In BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, p.71-113, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2001.

COSTA, António Firmino da. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

EAGLETON, Terry. *The illusions of postmodernism*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

FEATHERSTONE, Mike. *Consumer culture and postmodernism*. London: Sage, 1996.

FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality: Volume One, an Introduction*. London: Penguin, 1979.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. London: Hamish Hamilton, 1992.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Cambridge: Polity, 1993.

HALL, Stuart. *Who needs identity?* In: HALL, Stuart (ed.) – *Questions of cultural identity*. London: Sage, 1996.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Oxford and Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

IANNI, Octavio. *Língua e Sociedade*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1990.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.

LENINE, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 2000.

LEROUX, Brigitte; ROUANET, Henry; SAVAGE, Mike; WARDE, Alan. *Class and cultural division in the UK*. *Sociology* 42, 1049-1072, 2008.

MARX, Karl. *O Capital, Livro Primeiro, tomo I*. Lisboa: Edições Avante, 1990.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Edições Avante, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante, 1974.

MENGER, Pierre-Michel. *Portrait de l'artiste en travailleur*. Paris: Seuil, 2002.

MERTON, Robert K. *On Social Structure and Science*. Chicago: Chicago University Press, 1996.

MESZAROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOODY, Kim. *Workers in a lean world: unions in the international economy*. London: Verso, 1997.

OIT *Global employment trends: January 2009*. Geneva, International Labour Organization, 2009.

PAKULSKI, Jan; WATERS, Michael. *The death of class*. Thousand Oaks: Sage, 1993.

PINTO, José Madureira. *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto: Edições Afrontamento, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *The end of work*. New York: Tarcher Books, 1996.

SKEGGS, Beverley. *Class, self, culture*. London and New York: Routledge, 2004.

THOMPSON, Edward. *The formation of the English working class*, London: Penguin, 1991.

Notas

- 1 Este artigo corresponde a uma versão, ligeiramente reduzida e em português, de uma conferência proferida no âmbito do Congresso Internacional “Universalism, national questions and conflicts concerning hegemony”, organizado pela Sociedade Hegel-Marx para o Pensamento Dialéctico e realizado na Reitoria da Universidade de Lisboa de 28 a 30 de Maio de 2009. Esta versão procura dar uma visão mais geral e de conjunto e enfatiza um pouco menos o aspecto mais desenvolvido do *paper* original: a estetização da vida quotidiana. No fundo, o propósito desta versão foi conectar mais proficuamente, assim se espera, a relação entre o recuo geral do movimento operário nos países capitalistas centrais nas últimas décadas e o papel de dinâmicas artístico-culturais e ideológicas nesse processo. O texto conserva a linguagem e ortografia portuguesa, tal como foi utilizada pelo autor.
- 2 forma como entendemos o nervo central do trabalho (livre) assalariado pode ser encontrada na seguinte formulação:
“o servo pertence à terra e constitui um rendimento para o dono da terra. O *operário livre*, pelo contrário, vende-se a si mesmo, bocado a bocado. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, aos capitalistas. O operário não pertence a nenhum proprietário nem está adstrito a nenhuma terra, mas a oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem lhas comprar. O operário, quando quer, deixa o capitalista para quem trabalha e o capitalista pode despedi-lo quando achar necessário, quando já não obtém lucros dele ou quando não lhe arranca o lucro que esperava. Mas o operário, cujo único recurso é a venda da sua força de trabalho, não pode desligar-se de toda a classe de compradores, isto é, da classe capitalista, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou aquele patrão, mas à classe capitalista e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe burguesa” (MARX, 1974: 40).
- 3 Para Pierre Bourdieu, o poder simbólico “só se exerce se for (...) ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2001: 14). Quer dizer, existe todo um “trabalho de dissimulação, de transfiguração e de eufemização” (idem, p.15) da vida social que induz uma interiorização de princípios ideológicos e simbólicos nos agentes sociais sem os quais, por um lado, a sua vivência social perderia balizas significacionais de actuação e que, por outro lado, são apreendidos de um modo que poderemos classificar de subteraneamente anódino. Na prática, a eficácia no terreno social de qualquer dimensão ou lógica simbólico-ideológica depende, em grande parte, da sua substância semântica e axiológica interna de despoletar mecanismos que a anunciem, precisamente, como não-ideológica, logo, como natural e associal. Uma ideologia é tanto mais eficaz quanto mais facilmente for percebida socialmente como não-ideológica.
- 4 Se, como Foucault e outros teóricos aspiravam, tudo fosse arte ou cultura então mais nada restaria do mundo social. Quando Baudrillard defendeu em plenos anos 70 que no capitalismo se teria passado do reino da mercadoria para o reino do signo, o seu enunciado estava longe de ser inocente. Se tudo fosse cultura ou arte, então não haveria mais política, economia e, claro está, classes sociais. A culturalização da teoria social e sociológica não se ficou pela moda mais abertamente pós-moderna dos anos 60 a 80 mas

continua com impactos ainda hoje. Todas as teorias sobre a sociedade informacional ou do conhecimento (Castells, como o maior expoente) partilham longamente o enunciado teórico/ideológico de que toda a materialidade se teria desvanecido.

João Valente Aguiar

* Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP). Bolseiro de doutoramento da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).
joaovalenteaguiar@gmail.com

História e Consciência de Classe como “Projeto Inacabado”¹

Fredric Jameson*

História e Consciência de Classe como “Projeto Inacabado”

Resumo: Dificilmente se pode questionar a unidade do pensamento de Lukács quando as relações entre os conceitos de totalidade e realismo são bem compreendidas. Argumentando em favor desta idéia, Fredric Jameson analisa o destino teórico do grande livro do filósofo húngaro, mostrando, contra a corrente do pensamento contemporâneo, que as teses e questões colocadas por esta obra seminal ainda se mostram extremamente relevantes no ambiente da pós-modernidade. De acordo com o pensador norte-americano, precisamos urgentemente elaborar uma teoria do conhecimento para o nosso tempo, levando em conta a experiência histórico-existencial das chamadas minorias e a existência de um adversário comum: o capitalismo tardio.

Palavras chave: Georg Lukács; Totalidade; Realismo; Grupos sociais; Pós-modernismo.

History and Class Consciousness as an Unfinished Project

Abstract: One can hardly question the unity of Lukács thought when the relationship between the concepts of totality and realism are properly grasped. Arguing for that idea, Fredric Jameson analyzes the theoretical destiny of the great book by the Hungarian philosopher, demonstrating, against the flood of contemporary thought, that the theses and questions thematized in this seminal work still prove to be extremely relevant in post modernity. According to the north American thinker, we urgent need to elaborate a theory of knowledge for our time, considering the historic and existential experience of the so called minorities and the existence of a common foe: late capitalism.

Keywords: Georg Lukács; Totality; Realism; Social groups; Postmodernism.

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Em anos recentes, a realidade acerca de Georg Lukács sempre pareceu estar fundada sobre dois conceitos: a defesa do realismo literário e a idéia de totalidade. Quando se considera que esses conceitos são virtualmente as duas aquisições teóricas centrais e mais importantes da obra de sua vida, nenhum obstáculo, ainda que pequeno, tende a envolver o projeto de “revivê-lo”. A história da relação entre esses conceitos geralmente é contada da seguinte maneira: o “trabalhismo” de extrema-esquerda de *História e Consciência de Classe* (1923) foi condenado pelo Comintern como idealista (parece claro que o ataque do livro² à teoria epistemológica do reflexo foi a causa da escandalosa recepção do partido). Lukács curvou-se a essas críticas, e, como resultado desse desastre, assim como do fracasso de sua iniciativa na política húngara (as chamadas *Teses de Blum*, amplamente vistas como uma antecipação da posterior estratégia oficial da frente popular), afastou-se da atividade política e concentrou-se na estética: os bem conhecidos ensaios sobre o realismo do século XIX e o romance histórico³ foram os resultados imediatos de sua nova orientação, e estes, de acordo com essa versão da história, estão marcados pela mesma “teoria do reflexo” — adequação do sujeito ao objeto no mundo exterior — que havia sido denunciada em *História e Consciência de Classe*.

Existem problemas textuais nesta narrativa, agora considerada convencional: para começar, os problemas estéticos fazem aparições episódicas ao longo de *História e Consciência de Classe*⁴ (eles poderiam não fazê-lo, dada a preocupação de Lukács, durante toda a sua vida, com o estético). Mais que isso, um parágrafo inteiro do seu livro anterior, que trata do “jornalismo” enquanto “ápice da reificação capitalista”⁵, não é meramente uma óbvia alusão às *Ilusions perdues* de Balzac, mas virtualmente uma sinopse do artigo que mais tarde vai dedicar a este, numa das enunciações fundamentais do “período realista” e da estética realista. Inconsistências textuais deste tipo não provam nada, mas nos alertam quanto a possibilidade de conceituar a relação entre a idéia de “totalidade” em *História e Consciência de Classe* e a posterior abordagem do realismo de uma outra forma que não ruptura, substituição ou formação compensatória. De fato, em minha opinião⁶, o que parece mais plausível é, ao contrário, a continuidade entre essas duas doutrinas, sua incontornável relação filosófica.

1. A Recepção de Lukács

Se esta proposição permanece provocativa é porque o que tradicionalmente tem separado, um do outro, a noção de totalidade e o conceito de realismo, são seus leitores: os ativistas políticos e teóricos que acham *História e Consciência de Classe* estimulante e infinitamente sugestivo são, na maioria das vezes, as mesmas pessoas que consideram as premissas culturais dos ensaios sobre o realismo enfadonhas e tradicionais. Como pode a presciente e sistemática análise da reificação no capitalismo tardio, no primeiro livro, ao lado de sua enfática afirmação da prioridade epistemológica da classe trabalhadora e sua exclusiva capacidade de romper o processo de reificação e instituir tipos de relação social radicalmente novos, ser reconciliada com a nostálgica celebração da tradição do romance burguês do século XIX e com o que parece ser um chamado à sociedade socialista para que esta se aproprie da tradição cultural burguesa, ao invés de projetar e inventar uma nova? A bem conhecida fórmula de Brecht sobre as “novas coisas ruins” que devemos preferir às “velhas e boas” (*das schlechte Neue and das gute Alte*) causou tantos danos ao último Lukács quanto o Comintern à sua obra de “juventude”, — de uma forma muito mais sucinta.

Devemos, portanto, olhar mais atentamente para a *doxa*⁷ e os preconceitos que envolvem a recepção de Lukács, pois é necessariamente no interior deste campo de forças, e contra ele, que qualquer nova concepção sobre Lukács e sua obra vai ter que abrir seu caminho. Da perspectiva do “gosto” literário e cultural, por exemplo, a abordagem de Lukács do realismo pode perfeitamente aparecer como uma afirmativa de geração, já que seus escritores “contemporâneos” (*em A Alma e as Formas*) se dissiparam na quinquilharia cultural da Europa Central na virada de século e seus principais representantes — Balzac, Tolstói — têm o desagradável obsoletismo da escola clássica. Até mesmo onde o *revival* Victoriano parece plenamente ativo, seu caminho não se parece muito com o nosso (uma desconstrução completa da senhora Gaskell, por exemplo, produzindo um “texto” que mais parece Philippe Sollers do que Dickens). O cânone de Lukács, enquanto isso, carrega um forte sentido moralizante de dever sobre si mesmo: de maneira que em um período que se preocupa filosoficamente com o “prazer” e o “desejo”, a valorização de todos esses longos romances

realistas por vezes alcança o leitor como um reforço de todos os mecanismos estratégicos de repressão que Lukács, pode-se supor, impôs a si mesmo para sobreviver⁸. Por outro lado, mesmo essa percepção pode necessitar de uma modificação, num período — às vezes, agora, livremente chamado de pós-moderno — no qual exatamente os objetos da aversão fundamental de Lukács — os “grandes modernistas” — tornaram-se, eles mesmos, clássicos da academia repudiados pelos artistas contemporâneos.

Às vezes considera-se que não é o “gosto” de Lukács, tanto quanto sua linguagem, — seu maquinário analítico e conceitual — que está fora de moda. De que outro modo compreender a persistência com a qual sua defesa do realismo é mal lida e creditada a um ideal de sofisticação fotográfica (entregue ao “realismo socialista” e à normatividade stalinista)? Nesta situação é preciso insistir não apenas na compreensão de Lukács de seu trabalho sobre o realismo como uma crítica à estética stalinista, mas também na função de “palavra-código” do termo negativo *naturalismo* enquanto um eufemismo tático, na Moscou dos anos 1930, exatamente para “realismo socialista”. Podemos ainda ter um ganho, em nossa época, com suas muito diferentes prioridades intelectuais e culturais, ao insistirmos em sua constitutiva identificação de realismo com narrativa e com o contar histórias. O “realismo fotográfico” — ao qual ele chamou de *naturalismo* — é rebaixado em sua estética, muito precisamente na base de sua estrutura não ou anti-narrativa, na sintomática influência formal, em seu interior, do puramente descritivo. Quanto ao modernismo — em seu inicial disfarce histórico do simbólico ou do simbolístico — não se trata apenas do outro “extremo” lastimado por conta de algum *juste milieu*⁹, Lukács o apreende, ao invés disso, como o oposto dialético do naturalismo e seu correlativo estrutural, sua outra face. (As posteriores análises do “experimental” emergente e da literatura de vanguarda, ainda que desenvolvidas de maneira mais complexa, continuaram sendo elaboradas no interior deste quadro dialético inicial).

O que se torna claro quando as posições de Lukács são apreendidas nessa forma dialética e interligada é que suas bases filosóficas continuam sendo aquelas de *História e Consciência de Classe*, pressupondo, especifica e particularmente, a teoria da reificação. A concepção lukácsiana de reificação é melhor compreendida inicialmente como uma síntese de Marx e Weber:¹⁰ quer dizer, como um desen-

volvimento da descrição de Marx, não apenas do fetichismo da mercadoria e da troca, mas da *forma* mercadoria em si mesma, ampliada agora de maneira a incluir a abordagem weberiana do processo de racionalização, da taylorização, não somente do processo de trabalho, mas também da mente, das disciplinas científicas como um todo, da *psyche* e dos sentidos. O paradoxo operativo desta primeira e extraordinária formulação sistêmica da lógica do capitalismo está no modo pelo qual ela insiste na extrema fragmentação da norma social, tentando projetar um processo que separa, compartimentaliza, especializa e dispersa, como uma força que, de uma vez e a um só tempo, opera uniformemente sobre tudo e faz da heterogeneidade um poder homogêneo e standardizador. É este o sentido no qual, em *História e Consciência de Classe*, a profética invocação de uma lógica de classe radicalmente diferente — a práxis assim como as capacidades epistemológicas da classe trabalhadora — encena uma força de oposição e nos permite imaginar um projeto coletivo capaz não somente de romper com as múltiplas e sistêmicas redes da reificação, mas que precisa fazê-lo para realizar-se. Assim como a contínua preocupação de uma grande variedade de teorias contemporâneas com o que Lukács primeiro descreveu como reificação raramente tem sido considerada¹¹, a mensagem fundamental da “desreificação” transmitida por *História e Consciência de Classe* — “a história é a história da incessante superação das formas objetivas que modelam a vida do homem” (LUKÁCS, 1977-1971: 372/186) — também tem sido intermitentemente audível.

Mas nos trabalhos de estética o “realismo” é descrito como tendo a mesma função da “consciência do proletariado” em *História e Consciência de Classe*, a saber: a de portador da força de “desreificação” — o que sugere que a nossa estereotipada idéia acerca do realismo lukácsiano como uma “forma” em si mesma, restrita e antiquada enquanto tal, pode, no final das contas, estar muito pouco elaborada. A dialética do naturalismo e do modernismo recapitula o destino da relação sujeito/objeto sob a intensiva taylorização: o desmembramento instrumental e a partilha do mundo objetivo, de tal maneira que somente trabalhosas descrições focadas e técnicas podem, em larga medida, ser fornecidas para ele; a especialização hierárquica das faculdades mentais e psíquicas, de forma que somente aqueles marginalizados, excluídos da “Razão instrumental”,

estão, daqui para frente, disponíveis para as operações culturais tornadas triviais na atualidade. Até aqui tudo ótimo: Adorno e Horkheimer, dirão, não nos mostraram menos do que isso, e com detalhada sofisticação, mas conseguiram fazê-lo num processo em que a embaraçosa e normativa concepção lukacsiana de realismo foi dispensada.

Este é o momento crucial de qualquer abordagem da estética de Lukács, pois trata-se do momento do erro de leitura fundamental: geralmente se considera que, por ser a relação sujeito/objeto uma das categorias conceituais básicas de Lukács e por vários modelos de separação entre sujeito e objeto em tempos modernos parecerem constituir o âmago de seu diagnóstico da cultura moderna, o próximo passo “positivo” vai necessariamente envolver algum tipo de restauração da “unidade” entre o sujeito e o objeto, alguma invocação de uma “reconciliação” entre essas zonas fragmentadas e danificadas do ser. Assim, conceitos que implicam tal reconciliação são rapidamente avaliados pela sabedoria convencional como sendo nostálgicos ou utópicos em todos os maus sentidos.

Mas este não é de forma alguma o movimento realizado por Lukács; sua dialética é muito menos previsível do que essa e não restaura nenhuma “síntese” mecânica por meio de grandes esforços (o que equivocadamente também se atribui a Hegel). Em razão da reificação, o que surge depois de feita a distribuição, de toda uma variedade de distâncias estruturais entre sujeito e objeto (e no interior deles), não é sua reunificação, mas, sim, e muito inesperadamente, o conceito de “totalidade”, e, junto com ele, como argumentaremos aqui, o conceito de “narrativa” no âmbito da estética. Em outras palavras, a expectativa convencional, de uma igualmente convencional síntese entre sujeito e objeto, é dramaticamente deslocada: dimensões do problema, até então insuspeitas, — *interrelação e processo* — são subitamente reveladas como elementos que transformam a nova solução para além do reconhecimento.

2. Reconnectando Totalidade e Realismo

Este pode ser também o momento de assegurar algum sentido mais concreto de conexão, no pensamento de Lukács, entre “totalidade” e “narrativa”, e, para além disso, entre as preocupações de *História e Consciência de Classe* e aquelas dos trabalhos posteriores sobre o Realismo. O problema da totalidade primeiro

adentra a construção narrativa como que verticalmente: ele se torna visível quando começamos a nos colocar questões acerca das determinações últimas de uma dada ação ou experiência — estas sendo geralmente entendidas como as matérias-primas fundamentais do romance, o qual apresenta uma personagem como um ator numa luta desesperada para alcançar alguma coisa (Balzac), ou como o infeliz receptor de variadas forças externas e necessidades (Döblin), ou como o veículo ou aparato de recordações de uma nova, complexa e ainda não nomeada forma de sentir as coisas (Virgínia Woolf), ou até mesmo como uma perplexa auto-interrogação sobre uma completa ausência de sentimento ou de desejo (Flaubert). O que a psicanálise nos ensinou (desde Lukács) é o grau em que outras pessoas, particularmente na estrutura familiar e na história, de fato ainda participam ativamente nestas paixões e ambições aparentemente pessoais; o que a teoria marxista da ideologia nos ensinou foi o grau em que coletividades inteiras, com seus valores ideológicos e mistificações, também co-participam do modo como concebemos e expressamos tais paixões e ambições; o que a teoria marxista da sociedade capitalista nos ensinou, além disso, foi que a própria forma da possibilidade de concebermos um determinado valor passional ou de sermos capazes de sentir uma emoção única depende do trabalho de outras pessoas e de uma diferenciação social no interior da produção, na qual aquelas possibilidades humanas particulares estão disponíveis ou, por outro lado, excluídas.

Mas do ponto de vista da imediaticidade (no sentido hegeliano) todas aquelas múltiplas determinações — que na verdade são uma enorme variedade de *outras pessoas*, suas ações e paixões — estão ausentes da cena da ação ou do encontro romanesco, ou do quarto vazio ou paisagem na qual um dado sentimento ou *stimmung*¹² se revela. O próprio Lukács não mostra diretamente por que razão normalmente não notamos a ausência delas e a radical incompletude de sua aparição, na leitura cotidiana do que, para nós, ainda pode ser o romance realista. Mas o Sartre de *O que é a Literatura?* (outro texto estético fora de moda) pode ser interessante para uma descrição da forma pela qual a classe social fornece uma posição de leitura com fronteiras de familiaridade, com uma resoluta tolerância com todas as coisas e realidades que não precisam ser ditas (e que deste modo podem ser ignoradas), com um adequado senso ideológico de quando uma dada ação ou experiência — apreendida de nossa própria

perspectiva de classe — é percebida como “completa”, “não necessitando de outras explicações”.

A “aspiração à totalidade”, notoriamente evocada por Lukács em *História e Consciência de Classe*¹³, envolveria, portanto, no campo da narrativa, uma recusa desses usuais limites e fronteiras — e até mesmo uma desfamiliarização do nosso habitual senso de reconhecimento e compreensão das ações e paixões humanas; ela projeta a interrelação como estética por meio do sentido tendencial, com o propósito de mostrar o que um determinado evento é de fato. O romancista precisa, de algum modo, superar os constrangimentos postos pelo imediato e, de algum modo, insinuar a influência ativa e os efeitos de toda uma gama de forças sociais e históricas sem as quais este evento único seria decididamente inconcebível. Aqui a expressão “de algum modo” assinala o *status* desta concepção ampliada e “totalizante” do realismo como um ideal, e, na verdade, como uma forma ou linguagem estética ainda não realizada (e realizável das mais variadas, imprevisíveis e inimagináveis maneiras).

O “de algum modo” é também o lugar no qual a exigência da narrativa enquanto tal vai emergir: pois não passará despercebido que a descrição de alguma nova totalização narrativa, que acabou de ser apresentada, revela uma imprevista familiaridade com muitas das “aspirações à totalidade” do próprio modernismo, mais precisamente, com aquelas rejeitadas por Lukács: tanto as que se desmembram em períodos de esquecimento quanto aquelas cujo brilho foi, em nossa época, redobrado, com Jules Romains e Dos Passos, tanto quanto com Joyce e Musil. A noção de totalidade pode, portanto, marcar o ponto extremo da modernidade de Lukács, incluindo o sentido de sua fronteira ou limite: o momento posterior, o qual seu pensamento não está disposto a ultrapassar, retornando a uma concepção de inter-relação que parece mais tradicional, já que ela inclui a exigência da transparência e a possibilidade de se pensar tais concepções. Visto que as formas totalizantes dos “grandes modernistas” são imperativos para se pensar a totalidade — mais especificamente as complexidades das totalidades urbanas e industriais — numa situação em que elas se tornaram inapreensíveis, e na qual a completa simultaneidade de destinos não-relacionados na cidade e a completa contingência de encontros aleatórios e intercessões casuais sugerem interrelações mais profundas, que constitutivamente escapam à experiência individual e ao ponto de vista

de qualquer ator ou participante individual. Os modernos, entretanto, aprofundam esta tensão através de seu repúdio pelos antigos pontos de vista totalizantes, pelo antigo romancista onisciente ou mesmo pela testemunha privilegiada: até mesmo a narração de Proust na primeira pessoa, secreta mas sistematicamente, desfaz sua própria estrutura.

Enquanto isso, essa pressuposição formal, em todos os modernistas, de que a “totalidade” é irreconciliável com a psique do sujeito individual — e mais ainda, que qualquer concepção de totalidade, como forma de consciência, de saber total ou de posição subjetiva privilegiada, está excluída (mas neste caso, então, como pode o conceito mesmo de totalidade ser concebido?) — vai desembocar nos argumentos teóricos e filosóficos propriamente pós-estruturalistas contra todas as formas de totalidade — sobretudo, contra aquela do Lukács de *História e Consciência de Classe*.

3. Lukács versus Modernismo

As obras modernistas totalizantes são, no entanto, especificamente excluídas por Lukács como soluções formais para o dilema moderno, não apenas porque designam a si mesmas como fracassos necessários; nisto, elas seriam meramente sintomáticas das antinomias da consciência burguesa em geral, conforme o famoso enunciado de *História e Consciência de Classe* (em particular, a contradição entre as crescentes fragmentação e especialização e um “todo” tornado espúrio e místico). Mas dizer isso é também sugerir que tais fracassos formais — que também são epistemológicos — podem ser *explicados*, ainda que não possam ser corrigidos (nos marcos da sociedade capitalista). Tem-se a sensação, portanto, de que, para Lukács, estes modernismos iriam novamente se tornar realismos (críticos) se eles tivessem sido capazes de apontar os limites da experiência de seus personagens — em outras palavras, o que nas obras modernistas estruturalmente bloqueia a *narrativa* enquanto tal — numa perspectiva no interior da qual esses limites se converteriam no sujeito e no problema das próprias obras — exatamente como em Balzac, as paixões sexuais de Hulot tornam-se o objeto de uma investigação que deve finalmente apelar à história e ao social com o propósito de tornar suas representações de alguma forma “completas”¹⁴. O que acontece, entretanto, é que nestes textos o fracasso narrativo é, ele mesmo,

reificado, transformado num objeto de contemplação estética em seu próprio direito: de onde a retórica de Lukács sobre a decadência, a qual estamos livres para deplorar, nos possibilitando compreender que ela não é somente o instrumento de censura moral e política, pressupõe, na verdade, como um tipo de taquigrafia, todo o aparato sistemático-filosófico de *História e Consciência de Classe*.

Dois elementos daquela análise mais ampla podem ser lembrados por ocasião do canon modernista, pois eles fornecem possibilidades descritivas que não necessariamente e automaticamente requerem excomunhão (em todo caso, uma hostilidade de princípios ocasionalmente sublinha elementos de um objeto invisível a seus entusiastas: pensa-se, por exemplo, no diagnóstico — não desconectado — de Yvor Winters da irracionalidade das estruturas da linguagem poética modernista¹⁵). A contingência, neste sentido, é um dos elementos cruciais da discussão de Lukács sobre os limites do pensamento burguês, que retorna na análise da narrativa burguesa ou modernista com um poder genuinamente analítico (retornaremos a outras de suas possibilidades no final do presente ensaio). Contingência enquanto ponto cego interior da consciência burguesa, ou da experiência existencial do capitalismo. Nas formas gêmeas do *acaso* e da *crise* ou *catástrofe*¹⁶, ela assinala o momento no qual eventos que são sócio ou historicamente significativos tornam-se incompreensíveis, absurdos ou insignificantes perante os indivíduos, que daqui para frente podem apenas ratificar sua confusão com os nomes de acidente, convulsão quase natural ou revolta. Que na ciência burguesa esses “irracionais” ou impensáveis tornem-se, eles mesmos, objeto de novas formas de investigação científica e especialização — em teoria da probabilidade e estatística, por exemplo, ou na teoria da crise ou teoria da catástrofe — talvez seja um prolongamento bastante diferente do segundo elemento da análise de Lukács, que designa o ponto cego do próprio sistema e a incapacidade de apreender a totalidade como um todo pleno de significado.

Esta é a teoria lukacsiana dos absolutos, na qual o sistema inteiro é como que reificado e tematizado na forma de um essencialismo ou fundacionismo metafísico ou simbólico (para usarmos a linguagem da filosofia contemporânea): “O absoluto nada mais é do que a fixação do pensamento, ele é a projeção no mito do fracasso intelectual em compreender a realidade concretamente enquanto processo histórico”

(LUKÁCS, 1977-1971: 276-280/101-105). O peso completo desse diagnóstico, no entanto, não será plenamente avaliado se o limitarmos aos casos óbvios dos absolutos religiosos ou metafísicos. Lukács tem em mente, de fato, todas as filosofias e sistemas enquanto tal — o vitalismo ou *lebensphilosophie*, a doutrina do “homem econômico” ou da agressividade inata, todas as noções seculares do “significado”, tanto da natureza quanto da natureza humana, e até mesmo, num limite exterior, o existencialismo, quando seu projeto anti-filosófico imperceptivelmente recai numa filosofia em seu próprio direito (o “absurdo”). De fato, a filosofia contemporânea colocou para si mesma a tarefa de desmascarar tais absolutos seculares, os quais ocupam toda uma variedade de pensamentos que já não mais usam as armadilhas ou fazem as poses do metafísico ou do religioso em suas formas mais antigas: a designação deles como “essencialismos” ou “fundacionismos” pode, entretanto, arriscar-se a reabsolutizá-los de uma nova maneira, ao apresentá-los como posições filosóficas autônomas, excluindo, deste modo, o contexto social a partir do qual sua função compensatória enquanto projeção se torna visível.

Igualmente significativa em nosso atual contexto é a operação de dinâmica análoga no campo da estética, em particular, a existência de “absolutos” na obra de arte (que nada tem a ver com a conceitualidade filosófica). Tais são, por exemplo, as várias formas de totalização simbólica que conferem à obra de arte (modernista) sua aparência enquanto uma coisa completa em si mesma, um objeto que, de alguma maneira, é “causa de si mesmo” e o fundamento intrínseco de seu próprio significado, sem pressuposições ou referências extrínsecas. Apenas a canonização acadêmica dos “clássicos modernistas” fez tais problemas parecerem menos relevantes do que já foram um dia, já que raramente se questiona as coisas que são tomadas como garantidas a respeito de sua mais profunda razão de ser e a justificação de sua própria existência. Hoje, no entanto, quando o próprio momento modernista — em pleno pós-modernismo — parece ter retrocedido a um passado radicalmente distinto, podemos esperar que a questão da natureza única e historicamente original de tais obras irá novamente nos preocupar — de uma forma diferente e agora histórica —, e a problematização ético-filosófica de Lukács acerca do moderno confere articulação e conteúdo a essas questões.

4. A Guerra à Totalidade

Por hora, no entanto, estamos menos preocupados com o modernismo enquanto tal do que com a profunda inseparabilidade entre a concepção de realismo em Lukács e sua noção de totalidade: um argumento que agora nos obriga a confrontar uma completa hostilidade contemporânea — pós-estruturalista ou até pós-moderna — ao espírito mesmo de *slogans* como “totalidade” e “totalização” (a última versão de Sartre). O *contra-slogan* de Jean François Lyotard — “Façamos uma guerra à totalidade” (LYOTARD, 1984:82) — é um ponto de partida útil e expressivo para a exploração dessas posições, que combinam autoridade intelectual (o sujeito que conhece a totalidade), relações sociais (um retrato totalizante da sociedade que reprime as diferenças, ou diferenciação), política (a política do partido único, em oposição ao pluralismo dos chamados novos movimentos sociais), ideologia ou filosofia (a idealização hegeliana, que suprime a matéria, o Outro, ou a Natureza), estética (a velha obra de arte orgânica ou o universal concreto, em oposição a “obra” contemporânea fragmentária ou aleatória), a ética e a psicanálise (o velho “sujeito centrado”, o ideal de uma personalidade ou ego unificado e de um projeto de vida unificado). Na *koiné*¹⁷ do debate teórico contemporâneo, o nome Lukács tornou-se intercambiável com aqueles de “Hegel” ou “Stalin” pela palavra que ilustra a enormidade de todas essas variações unindo-os num único programa. Seria frívolo, mas não errado, observar que a identificação não-diferenciada dessas posições distintas, uma com a outra, é, ela mesma, algo como a caricatura daquilo que geralmente é atribuído ao “pensamento totalizante” no seu pior.

Discute-se os aspectos ou níveis específicos de tal posição global (como eu farei muito seletivamente no que se segue): no entanto, não se “discute” o *Zeitgeist*¹⁸, a que pertence o pensamento ou sentimento geral. Ao contrário, analisa-se isso — quer dizer, a combinação, o repúdio e a identificação globais — *historicamente*, com uma visão voltada para compreender porque, hoje, tantos intelectuais se sentem assim e estão comprometidos com esses *slogans* e essa linguagem. Trata-se de um desenvolvimento que está claramente vinculado ao destino político e intelectual do marxismo em nosso tempo, muito especialmente à fortuna do marxismo na França — em muitos sentidos, o coração do chamado marxismo ocidental desde a guerra.

A “desmarxização” da França, cujas origens podem ser procuradas alternadamente nas decisões do PCF em maio de 68, no surgimento de uma esquerda “extra-parlamentar” no início dos anos 60, ou no lançamento do Programa Comum em 1972, parece, no que diz respeito aos intelectuais, virtualmente completa, e sem dúvida é objeto de lamentação nostálgica por parte daqueles estrangeiros para quem a França foi, por séculos, sinônimo de esquerda ou do intelectual político enquanto tal. Culturalmente, a desmarxização caminhou, na França, de mãos dadas com a rememoração de um passado agora mais distante — reinvocado no estilo da “moda retrô” —, a saber, o momento da Ocupação e do Holocausto, e também, curiosamente, do Gulag: o que torna difícil desatar as posições políticas de todo um clima cultural que pode ser o efeito da primeira mas que poderia, de modo igualmente fácil, ser sua causa. Seja como for, o primeiro pensamento que imediatamente aflora — de que o repúdio à totalidade é o resultado das mais agudas, articuladas e conscientes ansiedades acerca do stalinismo — parece menos plausível quando recordamos alguns dos eventos que se seguiram, tais como Khrushchev, a Nova Esquerda, o Eurocomunismo, a transformação do Partido Comunista Italiano, o socialismo de mercado, Deng Xiao-ping, Gorbachev e até mesmo o chamado marxismo ocidental. A entusiástica republicação na França, hoje, da mais velha literatura americana da Guerra Fria — James Burnham, por exemplo — levanta a suspeita de que, pelo menos algumas das mais estridentes posições anti-totalidade estão baseadas no mais tolo dos trocadilhos, a confusão de “totalidade” com “totalitarismo”. Estou tentado a concluir que esta compreensão aqui apresentada como sendo um receio moral do stalinismo, provavelmente (e quase sempre), é pouco mais que um certo medo do próprio socialismo: algo reforçado pela curiosa e simultânea cronologia da desmarxização francesa e da ascensão, e posteriormente a vitória eleitoral, do próprio Partido Socialista Francês).

Entretanto, mais dois ou três apontamentos teóricos precisam ser feitos. Primeiramente, seria reprovável, ou pelo menos indelicado, colocar todo o peso da consciência de culpa dos intelectuais contemporâneos (num momento em que, enquanto espécie, eles estão em processo de desaparecimento) na concepção lukacsiana de totalidade, como se ela fosse um momento hegeliano do Espírito Absoluto que qualquer intelectual, individualmente, estaria propenso a empregar e

explorar pessoalmente. Conhecimento é poder, sem dúvida, e a “teoria” é repressiva e patriarcal: verdades que aprendemos de todo um conjunto de pensadores altamente teóricos, de Foucault a Luce Irigaray. Mas, para Lukács, “totalidade” não é, nesse sentido, uma forma de conhecimento, mas, sim, algo como uma moldura na qual vários tipos de conhecimento são posicionados, seguidos e avaliados: esta é claramente a implicação da expressão “aspiração à totalidade”, já citada por nós. Ao passo que tal conceito ou moldura, como mostraremos mais tarde, não é uma questão individual, mas, sim, uma possibilidade coletiva que pressupõe em grande medida um projeto coletivo¹⁹. A acentuada idealização, por Lukács, do papel do partido nesse período — que pode, sejamos claros, estar sujeita a outros tipos de objeção — é bastante inconsistente com a reprovação de arrogância intelectual, “falta de sentido de localização”²⁰ hegeliana, vontade de poder e conhecimento de casta clerical. Também não parece inteiramente apropriado acusar o autor das *Teses de Blum* de paixão pela identidade e supressão das diferenças de classe; o “trabalhismo” de *História e Consciência de Classe* significa, a meu ver, algo muito diferente, a ser discutido em seu devido lugar. Na melhor das hipóteses, portanto, pode-se objetar que Lukács não deixa espaço algum para a sociologia política dos intelectuais enquanto tal: chamá-lo de mandarim é razoavelmente suficiente, contanto que não se esqueça de acrescentar que, excepcionalmente, entre os grandes pensadores e intelectuais modernos, ele escolheu viver os últimos quarenta anos de sua vida sob o socialismo, compartilhando os problemas e dilemas da construção socialista.

Da mesma maneira, num outro nível, aquele da diferenciação social, o repúdio apaixonado do conceito de totalidade também é iluminado pela proposição de que ele é mais interessante enquanto uma ansiedade a ser analisada em seus próprios termos do que como uma posição filosófica coerente. O momento pós-moderno também deve ser compreendido, entre outras coisas, como o momento em que o capitalismo tardio torna-se consciente de si mesmo, e tematiza a si mesmo em termos de diferenciação social extrema²¹, ou em outras palavras, de um “pluralismo” que é constitutivo, ao invés de simplesmente ideal — como no liberalismo mais antigo. Para este último, o “pluralismo” é um valor que se expressa em termos de imperativos morais como tolerância e democracia (no sentido sociológico do reconhecimento dos múltiplos interesses de grupo).

No capitalismo tardio, entretanto, a própria complexidade das relações sociais e o inescapável fato da coexistência dos inimaginavelmente atomizados e fragmentados segmentos do social é que passam a ser celebrados, em si mesmos, como o bônus do prazer e do investimento libidinal da nova ordem social como um todo (daí, por exemplo, a atração das imagens fantasiosas dos Estados Unidos — da Califórnia e de Manhattan — para os europeus).

Assim, o “pluralismo” tornou-se agora algo como uma categoria existencial, um componente descritivo que caracteriza a nossa presente vida cotidiana, ao invés de um imperativo ético a ser realizado em seu interior. O que é ideológico nas atuais celebrações do “pluralismo” é que o *slogan* envolve e, ilicitamente, identifica duas diferentes dimensões da complexidade social: a vertical, do capitalismo tardio e das instituições corporativas e a horizontal, dos cada vez mais múltiplos grupos sociais — a primeira, disfarçada, se passando pela segunda, na utópica e alegre rua em que a “heterogeneidade” se enfeita. Mas a complexidade das instituições é também uma forma de estandardização (o paradoxo mesmo do *sistema* da reificação, em seu primeiro estágio, tal como ele foi descrito por Lukács). Enquanto isso, a celebração da diversidade dos “novos movimentos sociais” — libertos nos anos 60 — obscurece, da mesma forma, sua crescente coletivização e institucionalização: os solitários rebeldes românticos e os não-conformistas dos períodos iniciais foram todos transformados em grupos e movimentos, cada um com sua própria e específica micropolítica. Essa transformação assinala um ganho significativo no poder político dos antigos indivíduos marginalizados ou reprimidos, que, no entanto, perdem deste modo o poder e o *phatos* de uma velha retórica da revolta e da resistência individual.

Ainda assim, é precisamente por meio desta institucionalização — o mercado, por exemplo, por um movimento neo-étnico na cultura, no qual grupos mais antigos agora produzem suas “heranças” na forma de imagem — que o ideograma do “pluralismo” é capaz de fazer seu trabalho, deslocando, imperceptivelmente, componentes dessas novas estruturas de grupo para as muito distintas estruturas do corporativo, que podem agora se apropriar da celebração da diferença e da heterogeneidade, atando-as à celebração de mercadorias de consumo, à livre empresa, à eterna fascinação e entusiasmo do próprio mercado, e, hoje, à globalização.

Por que isto está acontecendo agora? No exato momento em que a imaginação distópica oficial — em romances e filmes — abandonou seus velhos paradigmas de pesadelo tipo 1984 a respeito do repressor Estado político stalinista, em favor de novos pesadelos de “futuro próximo”, como poluição, superpopulação, controle corporativo em escala galáctica, colapso da civilização num “tempo de apuros” de variedade *Road Warrior*²², que as fantasias 1984, agora fora de moda, devem retornar no campo das ideologias políticas, como o terror de alguma repressão da diferença pelos últimos adeptos das filosofias da totalidade e da totalização. No nível das estratégias e táticas políticas, entretanto, “totalização” não significa nada mais ameaçador do que alianças políticas, vários avatares e variantes de frentes populares e blocos hegemônicos, incluindo os dilemas e os fracassos daqueles complicados e delicados empreendimentos. Historicamente, nenhuma prática política marxista jamais imaginou que, na sociedade avançada, a classe trabalhadora industrial pudesse ser algo além de uma minoria, embora significativa, com “relacionamentos especiais” igualmente significativos com os centros nervosos da ordem social.

Mas a esta altura, a questão filosófica sobre o “conceito” de totalidade claramente precisa ser dissolvida (ou realizar-se) na análise da conjuntura e da situação histórica específica, cujas contradições não implicam logicamente qualquer falha ou fatalidade no conceito. De fato, o vício específico da forma stalinista de “análise ideológica” era extrair conclusões filosóficas de “sintomas” de atos políticos e tendências: o equívoco aqui não é um erro categorial — pois toda a força do marxismo está fundada na afirmação das conexões últimas entre essas áreas — mas, sim, a imediaticidade (no sentido de Hegel), ou seja, a ausência de mediações no modelo explicativo que rege tais julgamentos sumários. *História e Consciência de Classe* foi, é claro, uma das primeiras propostas explícitas (do que viria a se tornar a chamada tradição do marxismo ocidental) para uma nova e mais complexa teoria da ideologia.

A questão teórica crucial, normalmente levantada sobre a política da “totalidade”, no entanto, não é a meu ver política, embora ela tenda a despertar, de imediato, ansiedades políticas a respeito da predominância de uma facção sobre a outra na direção das alianças políticas e das frentes populares. Esta é, evidentemente, a questão da “prioridade”, em especial a prioridade da classe trabalhadora indus-

trial: virtualmente o argumento central de *História e Consciência de Classe* e a mais conhecida evidência do “trabalhismo” de Lukács.

5. A Particular Epistemologia de Lukács

O que se defende neste texto é essencialmente uma prioridade *epistemológica* de um grupo social particular ou classe na sociedade avançada; portanto, seja qual for a classe ou grupo identificado e “privilegiado” por tal argumento, a forma do argumento é, ela mesma, incomum e por si só exige atenção, já que em sua própria estrutura ela procura relacionar uma reivindicação verdadeira à estrutura social e à experiência fenomenológica de uma coletividade específica — quer dizer, a epistemologia passa por cima da fenomenologia social de um modo que não pode deixar de ser visto como escandaloso, como um tipo de “erro categorial”, por aqueles para quem esses níveis correspondem à disciplinas acadêmicas distintas, com metodologias estritamente diferenciadas. Já que tal diferenciação — epistemologia, economia e sociologia, como três campos de estudo autônomos — corresponde ao diagnóstico anterior de Lukács da “reificação” do pensamento burguês, seu argumento mesmo é aqui — e a polêmica contra essa especialização, na forma do adversário conceitual ou do leitor hostil —, ele próprio, um tipo de “unidade teoria e prática”, dramatizada no texto pelo conteúdo conceitual de sua posição.

Mas a maneira inversa de formular o problema da “prioridade” não é menos enganosa. É tentador, por exemplo, supor que, se aqui a questão do equilíbrio prático das forças em alianças políticas não está imediatamente em cheque, o argumento deve, portanto, ser de alguma forma “metafísico”, isto é, um argumento sobre fundamentos últimos, ou pressupostos, ou o que a tradição marxista notoriamente chama de “determinações de última instância”. O formato de um argumento metafísico deste tipo imediatamente vem à vista quando se substitui a designação de Lukács da classe trabalhadora por uma classificação de seu conceito abstrato, a saber, *classe social*. Neste ponto, conclui-se que Lukács está defendendo a prioridade explicativa do conceito de classe em detrimento de conceitos competidores ou “determinantes em última instância” — majoritariamente, na situação contemporânea, de acordo com raça, gênero ou algum conceito social relacionado (por um lado), ou de acordo com a linguagem ou al-

gum conceito “dimensional” relacionado (de outro). Assim concebida, a polêmica torna-se uma batalha de duas frentes, na qual o marxismo (na pessoa de Lukács) trava uma luta contra o feminismo e as ideologias baseadas em raça e etnia (ou mesmo a priorização mais geral dos “novos movimentos sociais” ou da “marginalidade”), ao mesmo tempo em que responde à ameaça filosófica de vários “estruturalismos” de base lingüística (no sentido mais amplo): a defesa de Umberto Eco do signo²³ e o modelo comunicacional de Habermas, por exemplo. Isto significa, no entanto, reformular os argumentos de Lukács nos termos daquilo que conserva muitos absolutos metafísicos, uma forma vaga de competição em que cada lado retruca reiterando sua própria “pressuposição absoluta” depois da moda das velhas disputas (ainda entre nós, entretanto) sobre se a natureza humana é essencialmente boa ou essencialmente ruim.

O que é mais significativo é que este modo de re-colocar em xeque a questão fundamental, no momento da “Reificação e da Consciência do Proletariado”, não omite apenas aquele que era seu elemento mais original, mas, também, o próprio “movimento” ou “passo” sobre o qual todo o argumento se desenvolveu: a saber, a insistência, não em conceitos abstratos como “classe” ou “produção”, mas, ao invés disso, na experiência de grupo. Essa omissão caracteriza os defensores de Lukács tanto quanto seus vários adversários, a ponto de se ter, hoje, a sensação de que a mais autêntica descendência do pensamento lukacsiano não será encontrada entre os marxistas, mas dentro de um certo feminismo, onde o singular movimento conceitual de *História e Consciência de Classe* foi encaixado num programa completo, chamado agora (depois do próprio uso de Lukács) de *teoria do ponto de vista*²⁴.

Esses textos inovadores nos permitem agora retornar ao argumento de Lukács de uma nova maneira, que abre um espaço de tipo diferente para a polêmica sobre a prioridade epistemológica da experiência de vários grupos ou coletividades (nesse caso, mais imediatamente, a experiência das mulheres em oposição à experiência da classe trabalhadora industrial). Pois o argumento da teoria do ponto de vista permite agora um relativismo de princípios, no qual as demandas epistemológicas dos vários grupos podem ser examinadas (e respeitadas) por seus “conteúdos de verdade” (o *wahrheitgehalt*²⁵ de Adorno) ou seus respectivos “momentos de verdade” (para usarmos uma outra expressão conveniente

do alemão contemporâneo). O pressuposto é que, devido a sua posição estrutural na ordem social e às formas específicas de opressão e exploração únicas daquela situação, cada grupo vive o mundo de modo fenomenologicamente diferente, o que permite a eles ver — ou melhor ainda, que torna inevitável que os grupos vejam ou conheçam — elementos do mundo que permanecem obscuros, invisíveis ou meramente ocasionais e secundários para outros grupos.

Esta forma de descrever o argumento tem o mérito adicional de atravessar a mais notória de todas as qualificações secundárias de Lukács, qual seja, a aparente distinção de última hora entre a experiência e o pensamento real das pessoas da classe trabalhadora e sua “consciência imputada” (*Zugerechnetes Bewusstsein*)²⁶. Esta distinção abre a brecha através da qual vários adversários de Lukács (à extrema esquerda e à direita) visualizam o lobo do Partido vestido de ovelha ou o Intelectual, que, agora, são convenientemente substituídos por uma classe trabalhadora sociológica que precisa deles para descobrir o que “realmente” pensa. Mas também devemos colocar, em contraposição a outra qualificação crucial de Lukács (compartilhada, poderia se pensar, por todas as formas de marxismo), que, aqui, o “sujeito” em questão não é, como nas epistemologias burguesas, um sujeito *individual*, mas o resultado da “abolição do sujeito isolado”²⁷.

A burguesia sempre concebe o sujeito e o objeto do processo histórico e da realidade social em um duplo sentido: em termos de sua consciência individual singular, é um sujeito cognoscente confrontando as irresistíveis necessidades objetivas impostas por uma sociedade da qual apenas fragmentos de minuto podem ser compreendidos. Mas, na verdade, é precisamente a atividade da consciência do indivíduo que deve ser encontrada no lado objetivo do processo, enquanto o sujeito (a classe) não pode ser alçado à consciência e esta atividade deverá manter-se sempre fora do alcance da consciência — perceptível — do sujeito, do indivíduo (LUKÁCS, 1971: 356-171).

As tentações do sujeito centrado, portanto, são — incluindo a ilusão ótica de que a verdade científica poderia, de algum modo, ser a experi-

ência e a propriedade espiritual de uma consciência individual (O “*sujet supposé savoir*”²⁸, de Lacan, por exemplo) — miragens geradas socialmente (mas, objetivas), projetadas por uma apropriada experiência burguesa da fragmentação e da “monadização” sociais.

O oposto desta concepção “monádica” da consciência individual não é, entretanto, uma noção duvidosa, mística ou mistificada da consciência coletiva: a meu ver, o empolgante *slogan* — o proletariado enquanto “sujeito-objeto idêntico da história” —, freqüentemente considerado o clímax de *História e Consciência de Classe*, é, de fato, ao contrário, o clímax temático local da intermitente ligação de Lukács, ao longo deste texto, com os motivos centrais do Idealismo Alemão de Fichte a Hegel. Essa frase curta assinala a “solução” (que não é mais a nossa) daquelas contradições tradicionais, em sua linguagem ou código específico. Em nosso ambiente intelectual e lingüístico, é preferível retraduzir a figura do “ponto de vista”, perspectivista e orientada no sujeito, para uma noção estrutural do posicionamento de uma determinada classe ou fração de classe na totalidade social.

Neste ponto, torna-se claro que a “prioridade” epistemológica da “consciência do proletariado” — enquanto uma classe ou fenômeno — tem a ver com as *condições de possibilidade* de um novo pensamento vinculado a esta posição de classe particular; não se trata de uma questão de aptidão científica de trabalhadores individuais (embora Sartre sublinhe, muito apropriadamente, a diferença qualitativa no modo de pensamento das pessoas que trabalham com máquinas, em oposição, por exemplo, aos camponeses ou pequenos comerciantes), menos ainda das propriedades místicas de uma “visão de mundo” coletiva e proletária. A concepção de “condições de possibilidade” tem, assim, a vantagem de enfatizar, não o conteúdo do pensamento científico, mas seus pré-requisitos, seus requerimentos preparatórios, sem os quais ele não pode se desenvolver adequadamente: é uma concepção que inclui o diagnóstico dos bloqueios e limites do conhecimento (a reificação enquanto aquilo que suprime a capacidade de apreender as totalidades), assim como a enumeração de novos elementos positivos (a capacidade de se pensar em termos de processo)²⁹.

A teoria feminista contemporânea do “ponto de vista” foi capaz de restaurar e tornar novamente visível este traço fundamental do argumento de Lukács

(freqüentemente apagado ou distorcido por gerações, tanto de comentadores “leais” quanto hostis) por causa da importância central que ela dá ao problema do conhecimento científico e da ciência ocidental enquanto tal. A obra de Lukács raramente tem sido vista neste contexto por duas razões: primeiro, por conta de sua própria tendência anti-científica e viconiana, herdada pelo chamado marxismo ocidental como um todo³⁰, e segundo, porque os desenvolvimentos na história e na filosofia da ciência no passado não eram, em parte alguma, tão favoráveis para se colocar tais questões quanto o são na efervescência do momento pós-kuhniano dessa sub-disciplina, quando os estereótipos de Lysenko foram substituídos por uma nova disposição especulativa de se apreender os fatos científicos e o conhecimento científico como uma construção humana e enquanto práxis³¹. Mas é, precisamente, apenas no interior dessa moldura radicalmente diferente — a ciência como construção e invenção, ao invés da ciência como descoberta e contemplação passiva de uma lei exterior — que questões lukacsianas como as precondições de classe das possíveis formas da práxis científica tornam-se significativas (e mesmo urgentes).

Ao mesmo tempo, a apropriação feminista de Lukács permite também uma investigação produtiva e comparativa das potencialidades dos vários grupos sociais, que, em espírito, é muito diferente da estéril querela metafísica a respeito das “determinações de última instância”, a qual já fizemos referência. Esta também é a ocasião em que se torna crucial a concepção de um “momento de verdade” dos vários tipos de experiência de grupo concorrentes, pois não se trata de uma avaliação abstrata, aplicada de fora e tardiamente, a este novo tipo de descrição socio-epistemológica — ao contrário, ela é imanente e vinculada a esta última. O próprio Lukács, por exemplo, primeiramente caracterizou a experiência fenomenológica da classe trabalhadora industrial em termos de uma nova capacidade de enxergar o mundo historicamente e em termos de processo, o que aquela classe muito especificamente devia a sua situação concreta de mercadoria derradeira, e ímpar, do sistema de produção capitalista: nesta formulação, portanto, seu destino estrutural se assenta em sua própria experiência do trabalho assalariado, ou, em outras palavras, da mercantilização da força de trabalho — uma forma *negativa* de constrangimento e de violência que, agora, dialeticamente, inesperadamente produz o novo e *positivo* conteúdo

de sua experiência enquanto “autoconsciência da mercadoria”³². Em seu prefácio de 1967 ao livro — uma autocrítica madura que não se pode mais considerar motivada por nenhuma das ambiguidades galileanas de sua anterior retratação — Lukács propõe uma reformulação desta “excepcionalidade” epistemológica da classe trabalhadora industrial em termos de trabalho e práxis³³ (permanece em aberto se a transformação da maquinaria e da produção contemporâneas — a nova dinâmica da cibernética no capitalismo tardio — modifica ou enriquece esta opção descritiva). Ao mesmo tempo, outras formas de marxismo tematizaram a peculiaridade da experiência da classe trabalhadora em categorias complementares, distintas, tais como aquela de uma experiência específica de ação cooperativa ou coletiva.

Se se quer ser conseqüente a respeito do modelo de Lukács, no entanto, parece claro que *História e Consciência de Classe* também deve ser lido, ou deve ser re-escrito, incluindo-se uma descrição das capacidades epistemológicas específicas da própria burguesia, a inventora da “ciência ocidental” em sua forma atual: neste ponto, é precisamente a dinâmica da reificação, enquanto experiência social e fenomenológica, que vai constituir o “momento de verdade” da extraordinária especialização das disciplinas nos desenvolvimentos da pesquisa “positiva”: um período longo e incomparavelmente produtivo que, a se acreditar na intensidade sem paralelo das críticas contemporâneas da “racionalidade” ocidental, da dinâmica das ciências duras, e do esvaziamento histórico e estrutural de diversas disciplinas, parece ter atingido, no presente, seus limites estruturais.

A teoria feminista do “ponto de vista”, que produziu algumas das mais agudas dessas críticas, apresenta agora a experiência epistemológica específica das mulheres, na ordem social patriarcal, como uma submissão estrutural igualmente “excepcional”, mas muito diferente do constrangimento negativo da classe trabalhadora, que gera, deste modo, possibilidades epistemológicas novas e positivas, tematicamente distintas daquelas enumeradas pela tradição marxista. A ênfase — cujo relacionamento, nesta teoria, atualmente em plena elaboração, varia de acordo com a descrição — inclui, aqui, uma experiência do corpo radicalmente distinta daquela dos homens, ou até mesmo dos trabalhadores do sexo masculino (ainda que o que é pressuposto seja que esta é uma experiência da verdade mais profunda de todas as experiências corporais, geralmente obscurecida

na consciência dos homens); uma capacidade para a consciência não-reificada, em geral caracterizada negativamente nos atributos caricaturados do sentimento ou da “intuição”, mas que salta, ela mesma, um certo estágio histórico da divisão psíquica do trabalho a qual os homens historicamente tiveram que se submeter; e, finalmente, uma prática do coletivo que difere da práxis coletiva ativa dos trabalhadores e já é experimentada, constitutivamente, como comunidade e cooperação, o que para o movimento da classe trabalhadora ainda se põe no futuro³⁴.

A experiência negra tem sua “prioridade” em algo como a combinação destes dois diferentes momentos de verdade (o atribuído aos trabalhadores e aquele atribuído às mulheres), mas uma combinação que é qualitativamente distinta de ambas; incluindo não apenas uma experiência da reificação ainda mais profunda do que a da forma mercadoria, mas também a ligação histórica, através do imperialismo e da pilhagem do que estava para se tornar o Terceiro Mundo, com o estágio mais antigo da acumulação capitalista. Estes singulares tipos de prioridade epistemológica certamente estão pressupostos em toda a teoria negra, tal como ela emergiu dos anos 1960 e do movimento *Black Power*, mas seus fundamentos teóricos se encontram, por um lado, na noção de “consciência dual”, de W.E.B. Du Bois³⁵, e, por outro, na reformulação de Frantz Fanon da luta (hegeliana) por reconhecimento entre senhor e escravo³⁶.

Entretanto, particularmente desde as constantes queixas de George Steiner em relação à supressão do elemento especificamente judeu na tradição literária marxista e dialética — quando não do próprio Marx, pelo menos, então, de Lukács a Adorno — também parece apropriado dizer algumas palavras a respeito desta peculiar situação sócio-epistemológica. Enquanto intelectuais, estamos, de fato, frequentemente tentados a enfatizar as analogias formais óbvias entre a tradição Talmúdica³⁷ e sua exegética relação com os textos sagrados e as complexidades da leitura e da escrita dialética moderna. Mas essas analogias pressupõem uma transmissão cultural que permanece obscura, e que pode muito bem ser realmente problemática no caso dos judeus urbanos assimilados, cujo interesse pela tradição — um desenvolvimento tardio da vida adulta — era puramente intelectual (pensem em Walter Benjamin). O “momento de verdade” da situação judaica na Europa Central me parece muito diferente deste, e não pode passar despercebido por nenhum leitor da obra de

Adorno, em particular, da Dialética do Esclarecimento. Esse não é, em primeiro lugar e proeminentemente, a ênfase formal e estética na dor e no sofrimento, na dissonância e no negativo, presente por toda a parte em Adorno; mas, sim, uma experiência mais fundamental, a saber, aquela do *medo* e da vulnerabilidade — o fato primordial da própria história humana e daquela “*Dialética do Esclarecimento*”, a dominação científica da natureza e do Eu, que constitui a máquina infernal da civilização ocidental. Mas esta experiência do medo, que, em toda a sua radicalidade, atravessa classe e gênero a ponto de alcançar o burguês no isolamento de suas casas modernas ou em seus suntuosos apartamentos em Berlim, é, com certeza, o exato “momento de verdade” da vida no gueto, tal como os judeus e muitos outros grupos étnicos tem tido que vivê-la: o desamparo da comunidade de vila diante da perpétua e imprevisível iminência do linchamento, da revolta de rua ou do *pogrom*. Ao invés de constitutiva, a experiência do medo é ocasional em outros grupos: a análise do ponto de vista demanda especificamente uma diferenciação entre as várias experiências negativas de constrangimento, entre a *exploração* sofrida pelos trabalhadores e a *opressão* sofrida pelas mulheres, e prosseguindo através das distintas formas estruturais de exclusão e alienação características de outros tipos de experiência de grupo.

A essa altura, o que precisa ser acrescentado é que qualquer concepção de tradição e transmissão cultural deve começar com este medo compartilhado do grupo étnico, que justifica a coesão cultural e a identidade como uma resposta simbólica à mais primordial situação de perigo e ameaça. Tal análise não estará completa até que a identificação do “momento de verdade” da experiência de grupo — ela mesma negativa e positiva a um só tempo, uma restrição opressiva que se transforma numa aptidão para novos tipos de experiência e para enxergar elementos e dimensões do mundo e da história imperceptíveis para outros atores sociais — seja prolongado por uma articulação epistemológica que traduza tal experiência em novas possibilidades de pensamento e conhecimento.

Deve ser lembrado e enfaticamente salientado, agora, que essas novas possibilidades também podem ser pensadas de modo estético e formal — ao lado do científico e do epistemológico —, já que foi exatamente nos termos desta interrelação entre as possibilidades formais do “realismo” e do conhecimento do ponto de vista que argumentamos

em favor da mais profunda continuidade entre o Lukács de *História e Consciência de Classe* e o posterior teórico do romance realista.

O que emerge do projeto feminista, e das especulações que ele inspira, é um “projeto inacabado”: qual seja, a diferenciação de todas aquelas situações as quais, de forma neutra, eu tentei caracterizar como “constrangimento”, e que repetidamente são subsumidas monoliticamente sob conceitos políticos de “tiro único”³⁸, como “dominação” ou “poder”, conceitos econômicos como “exploração”, conceitos sociais como opressão, ou conceitos filosóficos como “alienação”. Esses termos e conceitos reificados, tomados em si mesmos como pontos de partida significativos, encorajam o *revival* daquilo que, acima, eu caracterizei como uma polêmica essencialmente metafísica sobre a prioridade última do político; quer dizer, a defesa da primazia da “dominação” versus a contra-primazia da noção de “exploração” (do econômico). O que parece mais produtivo é dissolver novamente esta conceitualidade nas situações concretas de onde ela emergiu: fazer um inventário das estruturas variáveis do “constrangimento” vivido pelos inúmeros grupos marginalizados, oprimidos ou dominados — tanto os assim chamados “novos movimentos sociais” quanto as classes trabalhadoras — com esta diferença: que cada forma de privação seja reconhecida como produtora de sua própria epistemologia específica, de sua própria visão de baixo específica, e de sua própria demanda de verdade específica e distintiva. Trata-se de um projeto que somente vai soar como “relativismo” ou “pluralismo” se a identidade do objeto comum ausente dessa “teorização” dos múltiplos “pontos de vista” for desconsiderada — o que, assim, não exatamente se teria o direito de chamar de “capitalismo tardio” (mas deixem-no permanecer como taquigrafia contraditória).

6. Lukács Agora

Quanto ao “trabalhismo” de *História e Consciência de Classe*, tentei sugerir que ele também não é um ponto final, não é uma “solução” ou uma posição final em questões de consciência de grupo e práxis, mas, sim, o início de um trabalho que ainda está por ser feito, e de uma tarefa ou projeto que não é aquele da história antiga, mas o do nosso presente. Perto do fim de sua vida, numa entrevista conduzida no final dos anos 1960, Lukács dizia o seguinte a respeito do romantismo utópico daquela época — agora terminada:

Hoje, com o despertar do fator subjetivo, não podemos recriar e continuar os anos 1920, temos, ao invés disso, que proceder na base de um novo começo, com toda a experiência que temos do antigo movimento dos trabalhadores e do marxismo. Devemos estar certos, no entanto, de que o problema vai começar de uma nova maneira; para usar uma analogia, não estamos agora nos anos 20 do século XX, mas, num certo sentido, no início do século XIX, quando o movimento dos trabalhadores lentamente começou a tomar forma no despertar da Revolução Francesa. Creio que esta idéia é muito importante para os teóricos, pois o desespero pode rapidamente se instaurar se a asserção de certas verdades encontrar uma ressonância muito fraca. Não esqueça de que certas coisas sobre as quais Saint-Simon e Fourier falaram tiveram, naquele tempo, uma ressonância extremamente fraca, e que foi somente nos anos 30 e 40 do século XIX que um revival do movimento dos trabalhadores entrou em curso (HOLZ, KOFLER e ABENDHOTH, 1975: 62).

Em outras palavras, o *Manifesto Comunista* não está atrás de nós em algum lugar no tempo, muito menos Lênin e o *soviet*, a revolução; eles ainda estão por vir a ser e, de alguma nova forma, somos chamados a alcançá-los através das lentas e intrincadas resistências do tempo histórico. Algo como isso é o que eu também gostaria de dizer sobre o próprio Lukács. *História e Consciência de Classe* é uma obra cujas prodigiosas deduções intelectivas tiveram um efeito incomparável sobre várias gerações de intelectuais revolucionários: nesse sentido, para ser claro, *ela* está viva no passado como um objeto eternamente fascinante da meditação histórica, entre aqueles mortos muito especiais que o historiador — à la Michetet ou Benjamin — tem como missão chamar de volta à vida. Penso que seria melhor, entretanto, considerar que, como o *Manifesto*, *ela* ainda está por ser escrita, está a nossa frente no tempo histórico. A nossa tarefa, enquanto intelectuais políticos, é assentar as bases para uma situação em que *ela* possa novamente aparecer com todo o explosivo frescor do *Novum*, como na primeira vez — em que *ela* possa, uma vez mais, tornar-se tanto real quanto verdadeira.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *Considerations on western marxism* [*Considerações sobre o marxismo ocidental*]. London: Verso, 1976.
- DUBOIS, W.E.B. *The souls of black folk*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- FANON, F. *The wretched of the earth* [*Os condenados da terra*]. New York: Groove Press, 1963.
- HARTSOCK, N. *Money, Sex and power*. New York: Longman, 1983.
- HARDING, S. *The science question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- JAGGAR, A. M. *Feminist politics and human nature*. Totowa: Rowman & Allanheld, 1983.
- JAMESON, F. *Marxism and form* [*Marxismo e forma*]. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- _____. *The political unconscious* [*O inconsciente político*]. Ithaca: Cornell, 1981.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life* [*A vida de laboratório*]. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- LATOUR, B. *Science in action* [*Ciência em ação*]. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- LUKÁCS, G. *History and class consciousness* [*História e consciência de classe*]. Cambridge: MIT Press, 1971.
- _____. *Studies in european Realism*. New York: Grosset and Dunlap, 1964.
- _____. *Writer and critic*. New York: Grosset and Dunlap, 1974.
- _____. *The historical novel* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1983).
- LYOTARD, J. F. *The postmodern condition* [*A condição pós-moderna*]. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

Notas

1. Traduzido do inglês por Mauricio Miranda, doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ. O ensaio original foi publicado em *Rethinking Marxism* 1:1, 1998. A presente tradução, no entanto, foi feita a partir da versão, ligeiramente modificada, publicada em *Valences of the Dialectic*, Verso: New York, 2009. A primeira versão em inglês também está publicada na revista *Crítica Cultural Materialista* (2008/2), do departamento de Letras da USP. Agradecemos ao autor e a editora Routledge, que autorizaram a publicação desta tradução.
2. *Geschite und Klassenbewusstsein* (Neuwied: Luchterhand, 1977), pp. 387-393; *History and Class Consciousness* [História e Consciência de Classe], trans. Rodney Livingston (Cambridge: MIT Press, 1971), pp. 199-204. Daqui para frente a referência das páginas vai designar ambas as edições, com a alemã precedendo a inglesa.
3. Ver *Studies in European Realism* (New York: Grosset and Dunlap, 1964), *Writer and Critic* - (New York: Grosset and Dunlap, 1974), e *The Historical Novel* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1983). Nos anos 1950 Lukács reformulou muitas dessas posições em *Realism in Our Time* (New York: Harper, 1971).
4. Ver, por exemplo, as observações sobre a estética alemã (316-319/137-139), sobre pintura de paisagem (340-341/157-158), e sobre a tragédia clássica (360-361/175-176).
5. 275/100, comparar com “Balzac: Lost Illusions”, em *Studies in European Realism*, op.cit., pp. 47-64.
6. Expressa em *Marxism and Form* [Marxismo e Forma] (Princeton: Princeton University Press, 1971), pp.162-163; e para um esclarecimento sobre o presente ensaio, ver também a referência a *History and Class Consciousness* no final do meu ensaio “Third World Literature in the Era of Multinacional Capitalism”, *Social Text* #15 (Fall, 1986), pp.65-88.
7. Em grego no original: opinião. (N.T.)
8. O diagnóstico de Adorno, in “Erpresste Versöhnung”, traduzido como “Reconciliation under Duress”, in *Aesthetics and Politics* (London: Verso, 1977), pp.151-176, e até mesmo os primeiros trabalhos de Lukács estão impregnados de um espírito ético puritano.
9. Em francês no original: meio-termo. (N.T.)
10. *The Political Unconscious* [O Inconsciente Político] (Ithaca: Cornell, 1981), p.220.
11. Aquilo que Paul de Man analisou em termos de tematização, por exemplo, parece, a meu ver, estar intimamente relacionado: este tópico é certamente central para qualquer “conversa” entre o marxismo e a desconstrução.
12. Em alemão no original: disposição, tendência, propensão. (N.T.)
13. 358/174; em alemão se diz “eine Intention auf die Totalität der Gesellschaft”. O termo técnico de Husserl, “intentionality”, abre uma descrição da função perceptória do conceito que está ausente na palavra inglesa (mais fraca).
14. Ver *Writer and Critic*, op.cit., p.139.
15. “The Experimental School in American Poetry”, em *In Defense of Reason* (Chicago, 1947), pp. 30-74.
16. 276-280/101-105; comparar com *Essays in European Realism*, op.cit., 55-58.
17. Em grego no original: palavra que significa “comum” e designa a língua única, comum a todos, mais simples do que o grego clássico, que substituiu a pluralidade de dialetos gregos após as conquistas de Alexandre Magno. (N.T.)
18. Em alemão no original: “espírito do tempo”. (N.T.)
19. Devemos o termo “projeto coletivo” a Henri Lefebvre. Sobre a distinção entre categorias individuais e coletivas, ver *History and Class Consciousness*, op.cit., 348-349/165, 355-356/171, e 380/193, parcialmente citada abaixo.
20. Em inglês placelessness: termo da geografia que indica um apagamento das especificidades espaciais, ou seja, uma homogeneização na aparência e no “caráter” de diferentes bairros ou cidades, por exemplo. (N.T.)

21. Devemos a teorização mais exaustiva desse processo a Niklas Luhmann.
22. Nome pelo qual o filme australiano *Mad Max 2* (1981) também é conhecido nos Estados Unidos (N.T.).
23. Por exemplo, em *The Theory of Semiotics [Tratado Geral da Semiótica]* (Bloomington: Indiana University Press, 1976).
24. Ver Nancy Hartsock, *Money, Sex and Power* (New York: Longman, 1983); Sandra Harding, *The Science Question in Feminism* (Ithaca: Cornell University Press, 1986); e Alison M. Jaggar, *Feminist Politics and Human Nature* (Totowa: Rowman & Allanheld, 1983).
25. Em alemão *wahrheitgehalt*: teor ou conteúdo de verdade (N.T.).
26. O termo não é usado no ensaio mais importante do qual nos aproximamos aqui, “A Reificação e a Consciência do Proletariado”, mas no ensaio intitulado “A Consciência de Classe” (*History and Class Consciousness*, op.cit., 223-224/51). A frase decisiva é a seguinte: “A consciência de classe consiste no fato das ações apropriadas e racionais ‘imputadas’ a uma posição típica particular no processo de produção.” Pode não ser particularmente evidente, no contexto da língua inglesa, que a palavra “racional” mobiliza especificamente a teoria weberiana da racionalização, mas obviamente ela aproxima muito o pensamento de Lukács da teoria dos “tipos ideais”, de Weber.
27. *History and Class Consciousness*, op.cit, 356/171.
28. Em francês no original: sujeito presumido saber. (N.T.)
29. Estes são evidentemente os elementos centrais da descrição sócio-econômica da reificação desenvolvida por Lukács na primeira seção de “A Reificação e a Consciência do Proletariado” e de sua descrição filosófica na segunda seção.
30. Ver Perry Anderson, *Considerations on Western Marxism [Considerações sobre o Marxismo Ocidental]* (London: Verso, 1976), p. 56; e, sobre a orientação epistemológica, ver pp.52-53. O *verum factum* de Vico, com efeito, separa a história da natureza, como um objeto de conhecimento humano possível.
31. Ver, por exemplo, o original trabalho de Bruno Latour: (com Steve Woolgar) *Laboratory Life [A Vida de Laboratório]* (Princeton: Princeton University Press, 1986) e *Science in Action [Ciência em Ação]* (Cambridge: Harvard University Press, 1987).
32. *History and Class Consciousness*, op. cit., 352/168. A forma da teoria — normalmente designada, de modo esquemático, como teoria das “correntes radicais” — origina-se obviamente com próprio Marx: ver “Critique of Hegel’s Philosophy of Right. Introduction” [Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução], in *Early Writings* (London: Penguin, 1975), especialmente p.256.
33. Nas edições em língua inglesa de *History and Class Consciousness*, ver pp. xvii-xviii.
34. Ver, em particular, Hartsock, op. cit., pp. 231-261; Harding, op. cit., p. 141-162; e Jaggar, op. cit., pp. 369-385. O feito da bióloga molecular Barbara McClintock tornou-se o “caso-teste” privilegiado para a relação entre o “ponto de vista” das mulheres e as descobertas científicas; ver a biografia de Evelyn Fox Keller, *A Feeling for the Organism* (San Francisco: Freeman, 1983), assim como sua coletânea *Reflexions on Gender and Science* (New Haven: Yale, 1984), especialmente os capítulos 7 e 8.
35. William Dubois (1868-1963): historiador norte-americano, ativista da luta pelos direitos civis. (N.T.)
36. W.E.B. Dubois, *The Souls of Black Folk* (Oxford: Oxford University Press, 2007), e Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth [Os Condenados da Terra]*, trans. by Constance Farrington (New York: Groove Press, 1963). Mas, para especulações paralelas, ver Harding, *The Science Question in Feminism*, 163-186.
37. Relativa ao Talmude, um dos textos centrais da cultura hebraica, no qual se registram as discussões rabínicas a respeito das leis, da ética, dos costumes e da história do judaísmo. (N.T.)
38. Em inglês single shot. (N.T.)

Orçamento participativo e governo municipal: dilemas e possibilidades

Antonia Jesuíta de Lima *

Orçamento participativo e governo municipal: dilemas e possibilidades

Resumo: O debate que circunda o redimensionamento das instituições democráticas contemporâneas sinaliza para a redefinição das relações entre Estado e sociedade. Neste sentido, são preconizados novos paradigmas de gestão pública calcados em um duplo processo, de descentralização e participação. No contexto da redemocratização da sociedade brasileira esses parâmetros foram associados à reversão do autoritarismo que ordenou o processo de produção das políticas públicas. Assim, nas últimas décadas assiste-se à implementação, no nível local, de formatos institucionais que visam à democratização da gestão pública. Este artigo apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa sobre o Orçamento Participativo em Teresina – Piauí.

Palavras-Chave: Governo local; Democracia; Gestão pública; Orçamento participativo.

Participative budget and the municipal government: dilemmas and possibilities.

Abstract: The debate around institutions re-dimensioning of the current democratic institutions signalises toward the redefinition of the relationship between the state and the society. In this sense, new paradigms of public management are preconized and based on a decentralization and participation double process. Within the context of redemocratization of the Brazilian State these parameters were associated with the reversion of authoritarianism that commanded the “modus operandi” of public policies. Thus, in the last few decades there has been an implementation, in the local level, of institutional formats that aim the public management democratization. This article presents initial reflections of a survey about the participative budget in Teresina – Piauí.

Keywords: Local government; Democracy; Public management; Participative budget.

Recebido em 22.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Introdução

A partir da década de 1980 o cenário sociopolítico brasileiro será marcado pela forte presença dos movimentos sociais urbanos, cuja agenda sinalizava para a necessidade de alteração do padrão de intervenção estatal e do perfil regressivo das políticas sociais. Tal requerimento nascia da convicção de que, naqueles anos, o recrudescimento da questão social, refletia, além da crise econômica, a ineficácia e a ineficiência das políticas sociais, sem dizer do caráter centralizado e vertical da gestão pública. Destarte, partia-se do entendimento de que a redemocratização passava pela criação de instituições que sinalizassem para a redefinição dos processos de tomada de decisão, que implicava a incorporação da sociedade nas arenas de discussão e formação da agenda social.

A mobilização pela democratização do Estado conduz à incorporação no texto constitucional de 1988 de vários dispositivos que contemplam a adoção de mecanismo de gestão partilhada. Além de preconizar a abertura de canais de participação da sociedade nas instâncias decisórias, a Carta Magna também legitimou a descentralização das decisões políticas, com a introdução de reformas que conferiam aos estados e municípios maior autonomia administrativa e financeira, de modo que esses entes assumissem a execução das políticas públicas. Assim, participação e descentralização emergem como signos de uma gestão pública democrática, uma vez que a observância desses princípios implicaria uma administração pública transparente e eficiente, porque mais sensível às demandas sociais.

O discurso normativo da participação ganha, desse modo, status universal na década de 1990, pois, como assinala Milane (2007), tornou-se princípio organizativo dos processos de deliberação, sobretudo no âmbito local. De modo que, “[...] fazer participar os cidadãos e as organizações da sociedade civil (OSC) no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo de gestão pública local contemporânea” (MILANE, 2007: 215).

O processo de redemocratização do país teve, então, como aspecto primordial a descentralização decisória, permitindo que se difundissem experiências participativas qualificadas como inovadoras por sinalizarem com a perspectiva de horizontali-

zação das relações entre governo e sociedade e de construção de um padrão redistributivo das políticas públicas (SOUZA, 2001, 2005; BOSCHI, 1999, AZEVEDO MARES GUIA, 2001).

Entre essas inovações destaca-se o orçamento participativo (OP), considerado um instrumento com grande poder de fortalecimento da democracia local à medida que permite que os cidadãos negociem diretamente com as autoridades a distribuição de recursos públicos, imprimindo transparência ao processo orçamentário (WAMPLER, 2005).

Ponderações como essas reportam-se aos casos mais bem sucedidos que apontam para mudanças no processo decisório local, como as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. Conforme largamente destacado pela literatura, a experiência pioneira de OP remonta à gestão do Olívio Dutra (1989-1992), do Partido dos Trabalhadores (PT), que ganhou repercussão nacional e internacional, aclamada que foi por agências internacionais como exemplo da boa prática administrativa (NAVARRO, 2003).

Replicado em diversos municípios, tornou-se uma das experiências de participação mais discutidas ao longo das duas últimas décadas. As pesquisas empíricas, em sua maioria baseadas em estudos de caso, assentam-se numa preocupação central: quais as implicações do OP no aperfeiçoamento da democracia? Altera ele as relações entre Estado e Sociedade?. Analisa-se, assim, o peso desse instrumento como esfera decisória, a qualidade da participação dos atores da sociedade civil envolvidos e os possíveis impactos redistributivos das políticas sociais. Grande parte dos estudos sobre essas experiências procurou investigar os fatores que concorrem ou dificultam o êxito das instituições participativas sob a seguinte indagação: É possível reproduzir o desenho institucional e alcançar os resultados desejáveis?

Estudos comparados, como os encontrados em Avritzer e Navarro (2003), vêm apontando para a necessidade de análises mais ponderadas. É que se constata uma variação significativa no espectro das experiências e uma tendência de concentração de resultados positivos em poucos casos, o que expressa dificuldades de se consolidar esse instrumento como forma de democratização das políticas públicas.

Segundo Avritzer (2003), embora o OP tenha se projetado como uma experiência exitosa, sua susten-

tação não tem sido tarefa fácil de realizar. Por outro lado, Wampler (2003) sugere prudência ao se fazer generalizações de casos que deram certo, pois as evidências indicam que o impacto varia muito, encontrando-se desde resultados importantes em alguns municípios aos marginais em outros. Daí a necessidade de se compreender as circunstâncias locais em que se efetivam, o seu desenvolvimento e suas variações, de modo que se possam explicar as suas reais contribuições na ampliação da democracia.

Este artigo pretende pôr em perspectiva a experiência de participação popular no orçamento de Teresina, capital do Piauí, à luz do debate teórico que circunda esse tema e das proposições políticas que justificaram a sua implantação, partindo do mesmo entendimento de Wampler (2005: 33), segundo o qual “[...] o funcionamento e os resultados gerados pelas instituições participativas parecem estar intimamente relacionadas com o fôlego e a intensidade de apoio oferecido pelas gestões municipais”.

O texto compreende três seções, contendo a primeira uma análise da conjuntura e dos processos que suscitaram as experiências de participação a partir da década de 1990. A segunda aborda aspectos relevantes nas discussões do OP no Brasil e a terceira analisa o caso de Teresina, buscando evidenciar os desafios na consolidação de experimentos participativos em um contexto ainda profundamente arraigado pelo modo tradicional de fazer política.

Descentralização, participação e os novos formatos de gestão pública

A sociedade brasileira vivenciou, na década de 1980, intensos debates políticos, que sinalizavam para a necessidade de mudanças importantes nas relações entre Estado e sociedade civil. O fim do regime militar (1964-1985), os efeitos da crise social e o alto *deficit* de cidadania colocaram como imperativo na agenda pública a necessidade de alargamento da esfera política e seu corolário, a democracia. Derivado das lutas pela democratização do país e das práticas dos movimentos sociais no espaço urbano, tal requerimento ancorava-se num ideal de ampliação dos direitos sociais e de democratização da decisão pública, por meio de mecanismos participativos de gestão (DAGNINO, 1994). Essas aspirações, nascidas das críticas ao

modelo tecnocrático, centralizado e autoritário do processo decisório no Brasil, se alimentaram também do debate travado nos países centrais sobre o esgotamento do modelo clássico de participação política e da necessidade de reforma do Estado.

Desse modo, a questão central referia-se a novas formas de relação entre governo e população, entre público e privado, entre Estado e sociedade civil, tornando mais frequentes análises que apontavam para a necessidade de criação de mecanismos de intermediação de interesses distintos dos tradicionais formatos conferidos pela democracia representativa (D'ÁVILA FILHO; JORGE; ALVES, 2002).

Colocados os temas da democratização na agenda pública, assiste-se, em fins dos anos de 1980, à emergência de iniciativas de cunho participativo. Forjadas num cenário em que determinadas capitais passaram a ser governadas por partidos de esquerda ou por coalizões de centro-esquerda, visavam essas experiências inverter a lógica autoritária da gestão pública pela introdução de instrumentos que viabilizassem a participação popular na produção e no controle da execução das políticas públicas (TATAGIBA, 2002, FERNANDES, 2002).

As demandas políticas que alicerçaram as lutas sociais dos anos de 1970 e 1980 e o conteúdo normativo daquelas experiências reverberaram na Constituição Federal (BRASIL, 1988), com a inscrição, na base do processo decisório, dos princípios da descentralização e da participação. Na verdade, como assinala Souza (2004), tais inovações institucionais resultavam de compromissos assumidos durante a redemocratização, como o aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais e o de consolidação da democracia pelo empoderamento das comunidades locais. No cerne, tais mudanças implicavam o alargamento da democracia e da cidadania e a inversão das prioridades locais em favor das demandas populares, da transparência e da participação popular no governo (HASS, 2006). Acrescente-se que as institucionalidades geradas com o processo constituinte se enquadravam também num espectro de mudanças importantes no desenho federativo, com forte concentração decisória no âmbito local, o que, em tese, favoreceria a permeabilidade das administrações municipais aos dispositivos institucionais participativos.

Mas, se as experiências participativas surgidas no final dos anos de 1980 estavam associadas a partidos de esquerda, especialmente ao PT, na década de 1990 se estendem a administrações de matizes ideológicos os mais distintos, com desenhos, conteúdos e alcances diversos. Difundindo-se no território brasileiro, inserem na agenda pública temas até então secundários, como o desempenho dos governos locais e a eficiência governativa, e conferem novos desenhos ao modo de governar de alguns municípios.

Destarte, sob o signo da modernização administrativa e da democratização da gestão, governos municipais se destacaram, porque, além de instituírem tais mecanismos participativos de gestão, adotaram novos modelos de planejamento e intervenção urbana, com repercussões positivas na melhoria da qualidade de vida da população (FERNANDES, 2004). Ao longo das duas últimas décadas, os conselhos gestores e as experiências de OP alcançaram alto grau de institucionalização¹, tendo os primeiros aumentado exponencialmente, o que se credita aos dispositivos constitucionais que condicionaram a transferência de recursos financeiros da esfera federal para as subnacionais à formação desses fóruns.

Simultaneamente a essa expansão, reproduziram-se, na esfera acadêmica, estudos e pesquisas empíricas visando investigar as repercussões dessas experiências na gestão pública e nas relações entre Estado e sociedade. Conforme Dagnino (2002), as primeiras análises apontaram para certo consenso sobre o seu impacto positivo no processo de construção de uma cultura democrática da sociedade brasileira, sustentando-se tal avaliação em três aspectos centrais: a confrontação tanto das concepções elitistas de democracia quanto das tecnocráticas e autoritárias sobre a natureza do processo decisório no interior do Estado; o reconhecimento do outro como portador de direitos e da legitimidade do conflito, elementos inerentes à democracia e à cidadania; a instauração de canais de publicização das reivindicações e dos direitos de cidadania.

Nos desdobramentos dos estudos de caso, Tata-giba (2002) e outros analistas, explorando o potencial deliberativo dos conselhos gestores, enfatizam-lhe o caráter inovador por permitirem que setores tradicionalmente excluídos possam influenciar no

processo de produção das políticas públicas. Já Avritzer (2002), por referência à noção de esfera pública de Habermas (1997)², vislumbrou no OP um espaço que potencializa a deliberação pública, em virtude da capacidade de criar mais eficiência administrativa e maior equidade. Nesse sentido, a sua relevância estaria na

[...] capacidade de se tornar um instrumento de participação da população de baixa renda e de transferência de recursos materiais públicos para essa faixa da população [...]. Ele inverte prioridades estabelecidas nessas cidades há décadas e consegue colocar limites claros à ação dos mediadores políticos, substituindo-os por fóruns nos quais a população toma as principais decisões quanto à distribuição dos recursos materiais (AVRITZER, 2002: 40).

Nessa mesma chave argumentativa, Azevedo e Anastásia (2002: 89) afirmam que a criação de arenas públicas de negociação, como o OP, é um ganho para o fortalecimento da cidadania, pois elas têm o mérito de “[...] combinar as características democráticas e progressistas com sua capacidade de competir vantajosamente com as práticas clientelistas tradicionais”. Sob a influência do neoinstitucionalismo, ressaltam ainda esses autores a importância da dinâmica institucional na promoção de um padrão de equidade na distribuição dos recursos políticos. Partem da noção de que as relações entre governança³, *accountability*⁴ e responsividade nas novas democracias dependem, fundamentalmente, do desenho institucional a elas conferido e de sua adequação às condições sociais.

Consideramos que a inovação propiciada pelas denominadas instituições híbridas constitui, ao menos potencialmente, interessante solução institucional, que pode produzir impactos equalizadores sobre o padrão de distribuição de recursos políticos, inserindo na agenda pública novos atores, novos issues, novos procedimentos de responsividade, afetando, conseqüentemente, tanto a natureza das decisões quanto as políticas públicas e seus resultados (AZEVEDO; ANASTASIA, 2002: 95).

Boschi (1999), utilizando-se dos conceitos de *accountability*, governança⁵ e capital social⁶ (PUTNAM, 2000), compara experiências de Belo Horizonte e Salvador e conclui que a possibilidade de se institucionalizar práticas de governança está diretamente relacionada à capacidade de esses arranjos institucionais neutralizarem os métodos clientelistas. Tal efeito se vincularia à geração de capital social, “[...] com a instauração de práticas e estruturas horizontais que reduzem o impacto de relações assimétricas extremamente desiguais” (BOSCHI, 1999: 16). Ou seja, práticas de governança têm tanto maior chance de êxito quanto mais forte for o Estado e a própria sociedade civil, posto que, diante de dificuldades de sua generalização, correm o risco de se tornarem alternativas fadadas ao insucesso. Assim,

[...] em vez de propiciarem a redefinição dos recortes Estado/sociedade em bases mais pluralistas, podem terminar por se constituir num mecanismo seletivo de conferir aos ricos as políticas, aos pobres o mutirão; a quem pode, o poder, a quem não pode, a participação (BOSCHI, 1999: 13).

No que respeita a essas formas no campo das políticas urbanas, Brasil (2005), analisando a experiência de gestão participativa de Belo Horizonte, notou que, a despeito de óbices e constrangimentos, a atuação do Conselho de Política Urbana trouxe possibilidades de avanços na reconfiguração dos instrumentos de planejamento e regularização urbanística, enquanto Hass (2006: 25), a partir de análise comparada, constatou que a

[...] a ampliação e a diversificação da participação dos extratos sociais é um dos elementos principais dos experimentos de governança. Mesmo porque esta ampliação da perspectiva democrática proporcionou o rompimento com a concepção tradicional e tecnocrática de planejamento do desenvolvimento urbano local, trazendo à tona atores sociais anteriormente ignorados pela verticalidade das gestões públicas tradicionais, enquanto cidadãos que têm direito a pensar, refletir e propor ações em relação à cidade em que vivem.

Por outro lado, essas e outras pesquisas apontam para limites na consolidação desses formatos participativos e de sua eficácia como mecanismo redistributivo. Avritzer (2002) detectou dois deles: baixo grau de democratização na relação entre os próprios atores sociais e incapacidade de estender o OP para áreas sociais nas quais estão em jogo alternativas de políticas públicas. Argumenta o autor que, em geral, o OP fica concentrado na distribuição de recursos materiais, distanciando-se de um conjunto de políticas sociais que requer decisão democrática em nível local, deixando como conclusão importante a reflexão de que não basta a vontade política ou os arranjos democráticos para se alcançar resultados satisfatórios, pois esses dependem da pré-existência de práticas participativas na própria sociedade civil.

Em termos de constrangimentos, os autores ressaltam o engessamento dos gastos orçamentários, que parecem, no entanto, ficar recobertos por vários ganhos no âmbito da cidadania, na alteração da natureza da interação da população com os poderes públicos e no aumento dos graus de *accountability* e de responsividade da ordem pública. Souza (2004), por sua vez, afirma que mudanças vêm ocorrendo na governança local, mas materializadas de forma desigual entre os municípios brasileiros, o que põe dúvida sobre sua sustentabilidade. Saliencia ainda que, numa sociedade desigual como a brasileira, o valor dessas experiências reside mais nas possibilidades de potencialização do exercício da cidadania que nos ganhos materiais para algumas das áreas mais carentes da cidade.

Noutro ângulo, Wampler (2005: 35) sublinha que “[...] já sabemos bastante como, quem e porque pessoas participam, mas sabemos muito menos como instituições participativas afetam os resultados”. Daí ser uma questão sempre recorrente a que se refere aos seus efeitos redistributivos e de interferência na produção e no padrão da política.

Orçamento Participativo: breve excursão teórica

Como se viu, a partir da década de 1990 toma corpo uma reconfiguração do poder local, consubstanciado em dois aspectos: descentralização e implementação de esferas participativas no processo decisório. O fato de o OP demarcar um novo capí-

tulo na prática de elaboração do orçamento público redundou em que tal arranjo institucional fosse objeto de numerosas pesquisas para avaliar-lhe o desempenho no que respeita à democratização da gestão pública e à promoção de padrões distributivos no campo das políticas públicas.

Conforme assinala Boschi (1999), não existe uma teoria que ilumine a análise de um mecanismo de gestão da natureza do OP, daí que a maioria dos estudos se referencia nas experiências que se singularizam devido à projeção alcançada nos âmbitos nacionais e internacionais, como é o caso de Porto Alegre e Belo Horizonte, que se tornaram paradigmáticos tanto para sua replicação quanto para os questionamentos teóricos. Mesmo com a disseminação desse formato de gestão participativa em vários municípios brasileiros⁷, Porto Alegre e Belo Horizonte⁸ ainda são experiências referenciadas nas pesquisas comparadas por serem exemplos de casos considerados bem sucedidos.

Parte considerável dessa produção teórica se preocupou em analisar os fatores que contribuíram para a implantação de uma experiência que buscava inverter uma prática que é prerrogativa do legislativo, a de deliberar sobre o orçamento público, o que remetia a questões relativas ao debate sobre o aprofundamento da democracia (AVRITZER, 2002; 2003). Mas outras indagações se inclinaram para os elementos que concorreram para o sucesso de Porto Alegre e as chances de sua generalização em contextos socioeconômicos e políticos diversos e tão desiguais. Tal êxito estaria relacionado à tradição associativa da cidade, à presença de um partido de esquerda, ao desenho institucional ou à capacidade administrativa e financeira do município? Todos esses questionamentos permearam o escopo teórico de diversas análises, como Avritzer (2002, 2003), Marqueti (2003) e Wampler (2003), dentre outros.

Mesmo sob ângulos diferenciados, convergiram os estudos para o mesmo ponto: nenhuma variável isolada é suficiente para explicar o êxito de uma experiência, pois os resultados dependem das circunstâncias concretas e dos contextos em que se circunscrevem as suas trajetórias. Estudos de casos apreciados por Avritzer (2003) revelaram que as experiências do OP guardam especificidades muito particulares, em que elementos locais, regionais ou mesmo de escala jogam papel determinante na forma e na sua consolidação. Desse estudo, Avritzer

(2003) concluiu que quatro variáveis são favoráveis ao desempenho dessa instituição participativa – desenho institucional, infraestrutura associativa, vontade política das autoridades competentes e capacidade financeira do município. Assevera, no entanto, que dificilmente podem ser generalizadas para todos os contextos.

No caso de Porto Alegre, de acordo com Wampler (2005), o sólido vínculo de Olívio Dutra com os movimentos sociais e o caráter progressista da coalizão política que o elegeu foram fundamentais para a implementação de um instrumento de gestão compartilhada do fundo público nos moldes do OP, constituindo-se a vontade política do governante um fator importante na sua implementação. Já Avritzer (2003) ressalta, como elementos importantes nesse processo, a complexa engenharia de participação social envolvida na elaboração do orçamento e a tradição associativa, enquanto Marqueti (2003) enfatiza o aumento da capacidade administrativa e financeira do município.

Com relação às potencialidades contidas no desenho institucional do OP, Boschi (1999) assinala que características da engenharia institucional tiveram implicações significativas no êxito obtido pela experiência de Belo Horizonte. No âmbito das apreciações positivas, pontua-se a criação de mecanismos institucionais que permitiram às comunidades interferirem diretamente na definição de prioridades de investimentos e na escolha das lideranças aptas a representá-las no momento da escolha das propostas a compor o orçamento. Outro aspecto positivo que Boschi identifica na elaboração do OP da capital mineira diz respeito à introdução de um critério objetivo, representado pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVB), destinado a garantir prioridade no atendimento das demandas apresentadas pelas regiões com maiores níveis de carência.

Avritzer (2002: 19) concorda que o desenho institucional é fundamental na dinâmica da gestão pública local, mas considera que “[...] a pré-existência de práticas participativas na sociedade civil aumenta as possibilidades de sucesso dos arranjos participativos introduzidos pelas administrações públicas em âmbito local”. Com isso, sustenta que o intenso ativismo da população da capital gaúcha em face das questões sociais e políticas favoreceu o sucesso alcançado pelo OP naquela cidade.

Subjacente a essa proposição está a ideia herdada de Putnam (2000), de que contextos caracterizados por uma forte tradição associativa tendem a apresentar maiores chances de êxito na operacionalização do OP, ao passo que os carentes de dinamismo associativo apresentam um baixo potencial para obtenção de resultados positivos. Neste sentido, considera-se que o OP, quando situado em um contexto social em que há estreita articulação entre a sociedade civil e os agentes governamentais, tende a diluir as práticas clientelísticas em benefício da ampliação de espaços públicos voltados para a deliberação e intermediação de interesses. Por conseguinte, um dos méritos do OP reside no

[...] grande potencial educativo, significando ganhos em várias dimensões da cidadania. Tal como concebido, o processo através do qual é elaborado permite que, a partir de demandas particularistas e através de um processo de filtragem e de negociações sucessivas, sejam discutidas questões mais amplas da cidade (AZEVEDO; MARES GUIA, 2001: 190).

Nesse mesmo registro, Souza (2001) ressalta que um dos grandes valores desses arranjos reside na delegação de poder às camadas de menor poder aquisitivo e despojadas de incentivo para participação na vida política local. Destarte, a incorporação de um instrumento para viabilizar a intervenção das comunidades na discussão da distribuição dos recursos públicos geraria um *feedback* para que o cidadão comum desenvolvesse uma consciência política assentada numa cultura de participação nos destinos da administração pública.

Marquetti (2003), por seu turno, postula que o OP também encerra o potencial de impactar as condições concretas de vida dos segmentos pauperizados, uma vez que dispõe da capacidade de canalizar os investimentos públicos para as regiões com altos índices de pobreza e carência no provimento de obras e serviços. Tal inferência resultou de estudo do autor sobre o caso de Porto Alegre, pelo qual constatou que o nível de investimento se deu na razão direta do grau de pobreza da região e concluiu que a participação da sociedade na elaboração do orçamento imprimiu critérios de justiça social na alocação das verbas públicas.

O efeito redistributivo do OP tem sido descrito pela literatura especializada como um processo de inversão de prioridades que, segundo Fedozzi (2001: 100), caracteriza-se como

[...] um sistema de partilha de poder em que as regras de participação e as regras de distribuição dos recursos de investimentos são construídas de forma procedimental e argumentativa, na interação institucional que se processa entre os agentes do Executivo e as comunidades da sociedade civil. Essa dinâmica procedural de regramento compartilhado estabelece uma forma de legitimação e validação das decisões políticas que depende da forma como os diversos atores se relacionam em relação aos critérios transparentes de justiça distributiva [...].

A despeito das apreciações positivas, as investigações apontam para as ambiguidades encontradas nessas experiências. Costa (2006) referindo-se à supervalorização das virtudes desses arranjos participativos declara que as apreensões acríticas negligenciam os obstáculos que cercam a questão da inclusão da população nas arenas decisórias. São entraves de ordem política, cultural e econômica que constroem o potencial democrático das instituições participativas e interferem na capacidade de mobilização e no comprometimento ético-político dos atores sociais. As armadilhas da participação também são evidenciadas por Milani (2006), ao analisar experiências de gestões descentralizadas na Bahia. Para ele, a convivência de uma cultura política eivada de práticas clientelísticas com o mandonismo local, tem gerado sérias limitações para a consolidação de esferas participativas. Além disso, obstáculos de ordem socioeconômica e política agem contra a efetivação dos espaços democráticos no contexto baiano, “[...] podendo, inclusive, aprofundar a desigualdade política no âmbito dos próprios dispositivos participativos” (MILANI, 2006: 6.).

Outro ponto de constrição presente nas experiências de gestão descentralizada e participativa diz respeito à sustentabilidade fiscal dessas iniciativas num contexto em que a responsabilidade administrativa e financeira pelas políticas públicas deslocou-se para a gestão local por força de um novo

pacto federativo entre as instâncias de governo que resultou na elevação dos estados e municípios ao *status* de entes federados (ARRETCHE, 2002). A reconfiguração das relações intergovernamentais exigiu uma reforma tributária orientada para ampliar as fontes de receita dos municípios, a fim de capacitá-los para assumir os novos encargos que lhe foram atribuídos. Desse modo, a reforma redirecionava a partilha do bolo tributário, com o aumento dos recursos repassados às unidades subnacionais. Para operacionalizar essa descentralização financeira foi instituído, pela Constituição de 1998, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dispositivo que visou ampliar o fluxo das transferências de verbas do nível federal para os governos locais. Além disso, conferiu-se aos municípios autonomia para instituir tributos adicionais de forma a diversificar as suas fontes de receita (SOUZA, 2005; MARQUETTI, 2003).

Em que pesem as prescrições constitucionais que delegaram maior autonomia financeira aos governos locais, estudiosos declaram que, mesmo com a ampliação da base tributária, os municípios enfrentam sérios constrangimentos fiscais e orçamentários o que vêm comprometendo a qualidade e a sustentabilidade dessas políticas.

Cumprir destacar que a capacidade de investimento do governo é apontada pela literatura como um dos elementos cruciais no desempenho do OP, tanto que Marquetti (2003) assinala que o saneamento fiscal empreendido por Olívio Dutra na prefeitura de Porto Alegre ampliou as possibilidades de sustentação do OP à medida que resultou no aumento da capacidade de investimento do município, o que, por sua vez, viabilizou a canalização de mais recursos para as obras aprovadas pela população. Assim, o enfoque na experiência de Porto Alegre revela que a implantação de modelo de gestão pública dirigido para incluir representantes da sociedade na definição do orçamento municipal solicita dos gestores municipais a iniciativa de promover a reestruturação das finanças públicas.

Outro ângulo de análise das experiências de OP refere-se à sua contribuição para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras e, nesse sentido, Sousa (2001) ressalta que o mérito desse instrumento reside mais no aspecto político que econômico, pois acredita que a crítica situação financeira da maioria dos municípios brasileiros impede que os

ganhos materiais auferidos através dessa instância possam impactar significativamente as condições de vida dos grupos economicamente desfavorecidos. Assim, o fato de esses segmentos terem acesso às arenas decisórias *per se* já é, *per se*, de grande relevância, dado que enseja o desenvolvimento de uma consciência política.

A experiência de gestão participativa do orçamento público de Teresina

Teresina, capital do Piauí, localiza-se na mesorregião Centro-Norte piauiense, à margem direita do Rio Parnaíba, ocupando uma área de 1.756 km² (IBGE, 2007). Apesar de se constituir historicamente como um polo aglutinador de populações migrantes, apresentava, em 2000, baixa densidade demográfica (407,4 hab./km²), comparativamente a outras capitais nordestinas, como Fortaleza (6.814 hab./km²) e São Luís (1.043,3 hab./km²).

Pela condição de centro político-administrativo, desde a década de 1940, Teresina cresce a taxas elevadas e superiores às do estado. Em 1960 já registrava um incremento demográfico de 4,63%, com ápice em 1980, quando ostenta 5,53%. Nos anos de 1980 ainda assiste a uma urbanização acelerada, mas já com queda considerável no índice de crescimento, que se reduz para 4,28%, em 1991. Tal dado sinalizava para uma espiral descendente, confirmada pelos indicadores de 2000 (1,99%) e 2007 (1,30%) e expressava uma tendência para baixo também em âmbito estadual, regional e nacional. Em 2007, contava a cidade com uma população de 779.939 habitantes, com taxa de urbanização de 94,26% (LIMA, 2010). Atualmente, a Capital ocupa a condição de município-polo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE), composta por doze municípios piauienses e Timon (MA), agregando mais de um milhão de pessoas.

Seguindo a dinâmica estadual, a economia teresinense está baseada no setor de serviços, com forte presença do setor público. Em 2005, apresentou um PIB de apenas R\$ 5.245.724, o que lhe conferiu a 20ª posição entre as capitais brasileiras e 7ª entre as do Nordeste. No PIB *per capita* exibiu situação igualmente desconfortável: último lugar entre as capitais nordestinas, com R\$ 6.650. Os números relativos à renda só adensam o quadro de vulnerabilidade em que vive grande parte da população

teresinense: conforme dados censitários de 2000 (IBGE, 2000), entre as pessoas ocupadas por classe de renda, 36,2% se encontravam na faixa de até um salário-mínimo e 27,0% na de mais de um a dois, valendo pois dizer que, no total, 63,2% recebiam até dois salários mínimos.

Tais dados apontam para uma cidade que cresceu vertiginosamente em quatro décadas seguidas, sem dispor de capacidade de atendimento aos requerimentos desse processo, redundando em elevados níveis de pobreza de sua população e enormes desigualdades. As distâncias sociais podem ser ilustradas pela comparação da renda média das pessoas com rendimento (responsáveis pelos domicílios) do bairro mais pobre (Verde Lar), que em 2000 era de R\$ 191,05, com a das pessoas do bairro mais rico (Frei Serafim), de R\$ 4.859,56 (IBGE, 2000), como também pela quantidade de residentes em assentamentos precários, estimadas por Marques et. al. (2008) em 127.270, aproximadamente 19% da população urbana do município.

A experiência de gestão participativa na elaboração do orçamento municipal surge em 1997 quando Teresina, assim como inúmeros municípios brasileiros, em cumprimento às exigências constitucionais, se empenhava em criar os conselhos gestores de políticas públicas, processo que se inicia na gestão de Wall Ferraz e Francisco Gerardo⁹ (1993-1996) e se consolida no governo de Firmino Filho (1997-2000), ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Orçamento Popular (denominação local) nasce com uma particularidade: não deriva de um governo do PT, mas de um partido de centro, o que era inusitado porque até aquele momento a maioria dos casos de OP se concentrava em municípios governados por partidos do espectro da esquerda¹⁰. Também chamava a atenção o fato de o Nordeste registrar poucas experiências nos moldes do OP¹¹.

Não há registro de demanda anterior para a implantação de Orçamento Popular, podendo-se considerar como dados relevantes o fato de Firmino Filho, um jovem de 34 anos e ex-secretário de finanças do município, ter sido eleito prefeito para o mandato de 1997 a 2000 apoiado no ideário de seu antecessor, Wall Ferraz, uma liderança com fortes traços populistas que governou a cidade por três mandatos (o primeiro por nomeação) e enraizou uma imagem de bom administrador e identificado com os interesses

de setores pobres da população. A análise de Pitanga (2006) sugere ainda que elementos da política local foram cruciais para a adoção de uma agenda comprometida com princípios participativos: Firmino Filho, sem nenhuma inserção anterior na política e até então desconhecido da população, concorreu com um ex-governador do estado bastante competitivo e, para consolidar-se na disputa, tinha que apresentar algo novo para a cidade. Ademais, indo o embate para o segundo turno, ampliou seu arco de alianças, tendo recebido o apoio informal do PT.

Firmino Filho assume a prefeitura com a promessa de dar continuidade aos compromissos de Wall Ferraz, mas vislumbra também constituir-se num ponto de inflexão no campo da política e da administração local. Incorporando a retórica participacionista e descentralizadora, empenhava-se com a proposta de ampliar a participação da sociedade civil na gestão da cidade (LIMA, 2010), tanto que uma de suas primeiras medidas foi o Orçamento Popular, com o qual visava estimular a participação comunitária no processo de elaboração do Orçamento Municipal e na definição das prioridades de investimento do município.

Tendo construído o mandato de 1997 a 2000 sob o ideário da participação e ancorado em programas de impacto como o Vila-Bairro e o Orçamento Popular, foi reeleito para o segundo (2001-2004), contribuindo ainda para a eleição de seu sucessor, o atual prefeito Silvio Mendes (2005-2008), o que vem garantindo a manutenção desse mecanismo na agenda local. Não obstante sua permanência nas ações de governo e o reconhecimento da população, a trajetória do Orçamento Popular tem sido marcada por baixos investimentos e redundado em resultados poucos expressivos para a democratização na distribuição dos recursos na cidade.

O Orçamento Popular e a perspectiva de democratização da gestão

Pelo Decreto n. 3.414, de 14 de março de 1997, o prefeito de Teresina instituiu o Orçamento Popular, criando a Comissão do Orçamento Popular (COP) e estabelecendo sua sistemática de elaboração. Definiu também que a participação da sociedade civil se efetivaria por meio de “[...] entidades representativas da sociedade e de cidadãos teresinenses organizados” (TERESINA, 1997: 1), abrindo

do, assim, a possibilidade de o cidadão comum não vinculado a nenhuma entidade associativa participar do processo, desde que subscrevesse uma proposta com, no mínimo, duzentas pessoas com mais de 16 anos.

Implantado como uma novidade, o Orçamento Popular gerou muita expectativa na sociedade teresinense, sobretudo nos movimentos sociais, uma vez que essas experiências ainda tinham uma imagem fortemente associada ao PT. Não obstante a apreensão em torno de sua implantação, conforme acenado no discurso de campanha de Firmino Filho, o Orçamento Popular ocupa lugar de destaque no programa de governo e na estrutura administrativa. Tido como um macroprograma, ficou sob a tutela da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN), que criou, em seu organograma, uma Coordenação Geral do Orçamento Popular.

O lugar privilegiado desse programa no conjunto das ações do governo ficara demarcado pela presença, em todas as discussões da primeira edição, do secretário de Planejamento, pela complexa estrutura montada para sua realização e pela enorme publicidade em torno de seus eventos. Mas, em que pese a grande mobilização e o esforço da administração, a experiência inicial se acompanhou de um desenho muito limitado, no sentido de conferir capacidade decisória à população, pois, além de conceber apenas uma etapa com a participação das comunidades, seminários zonais, em que se definiam as prioridades, restringiu a representação da sociedade civil na Comissão do Orçamento Popular (COP), que tinha a prerrogativa de deliberar sobre a peça final a ser incorporada no plano orçamentário do município. Na COP, a representação da sociedade civil era de somente 2 membros, indicados pelas principais Federações de Associações de Moradores, sendo os demais representantes do poder municipal (quatro dirigentes de órgãos) e um da Câmara Municipal. Ademais, as comissões executivas, nomeadas pelo secretário de Planejamento para organizar os seminários zonais e classificar e hierarquizar as propostas (TERESINA, 1997) eram formadas, majoritariamente, por técnicos da prefeitura, constatando-se, também, uma sub-representação da sociedade civil.

Ainda no que respeita ao desenho, a operacionalização foi concebida seguindo a divisão espacial da cidade, constituída de cinco zonas: Norte, Sul,

Centro, Leste e Sudeste. A distribuição dos recursos obedeceria o mesmo formato, consoante critérios de abrangência (local, regional ou global), de fonte de recursos (próprios ou externos), de proponente (entidade ou cidadãos organizados) e de enquadramento no Plano de Governo (total ou parcial). A cada item eram atribuídos pesos, sendo os mais altos os conferidos às propostas com dimensão global, que pudessem se viabilizar com recursos próprios, fossem subscritas por uma entidade e estivessem totalmente enquadradas nas ações do governo. Ficava, assim, delineada uma estratégia de construir o programa a partir de uma visão global da cidade.

A experiência teresinense nasce com um desenho radicalmente distinto do de Porto Alegre com referência às esferas de deliberação, já que na capital gaúcha compunham-se de assembleias locais, assembleias temáticas e do Conselho do OP (AVRITZER, 2002). Outra determinação contida no Decreto de criação do Orçamento Popular dizia que a proposta orçamentária oriunda da discussão com a sociedade teria que estar necessariamente vinculada aos programas e projetos da agenda do governo, o que se, por um lado, evidenciava a posição privilegiada de tal iniciativa nas ações governamentais, por outro apontava para a restrição do poder de intervenção da população na decisão final sobre a distribuição dos recursos disponibilizados para o Orçamento Popular.

Cumprir observar ainda que, no Decreto de criação do Orçamento Popular, não se estabeleceu o percentual de investimentos a ser disponibilizado à decisão dos fóruns. Isso, se revelava uma indecisão do gestor quanto ao grau de compromisso que assumiria na execução do programa, apontava também para a possibilidade de se lograr baixos resultados num cenário de fragilidade financeira do município ou de recursos limitados das receitas de investimento para deliberação via Orçamento Popular.

Como se trata de um programa de livre iniciativa do prefeito e segue apenas diretrizes gerais, a experiência local, assim como as de outros municípios, foi sofrendo adaptações segundo as avaliações da própria administração e os representantes da sociedade civil. As alterações mais substantivas se deram na estrutura de funcionamento, marcada por uma dinâmica de ampliação e redução de etapas e pelo aumento do número de representantes da sociedade civil na COP.

Os primeiros ajustes iniciaram-se na segunda edição, em 1998, o que demonstrava o interesse da administração em consolidar o programa. Entre as mudanças mais substantivas destaca-se a introdução de duas novas etapas (assembleias zonais e reuniões temáticas) antes dos fóruns zonais, com a finalidade de ampliar os espaços de discussão dos problemas e das demandas das comunidades. Igualmente importante foi a criação dos agentes do Orçamento Popular, responsáveis pela mobilização das comunidades para as discussões nas reuniões temáticas, além da medida que visava qualificar a representatividade, com a instituição dos delegados zonais, que representariam as regiões na COP (TERESINA, 1998).

Assim, na segunda fase a dinâmica se iniciava com as assembleias zonais, nas quais a administração apresentava um balanço da programação aprovada no ano anterior e a sistemática operacional do ano subsequente e se procedia à eleição dos agentes do Orçamento Popular. Nas reuniões temáticas, os técnicos da Prefeitura debatiam com a população aspectos relevantes de doze temas consideradas como áreas críticas do planejamento urbano¹². Os fóruns zonais, por sua vez, destinavam-se à discussão das propostas e definição de prioridades, selecionadas entre as temáticas referidas e à eleição dos delegados zonais (TERESINA, 1998). A partir dessa edição de 1998, as comissões executivas foram substituídas por um Grupo Especial de Trabalho, formado apenas por técnicos de duas secretarias do município: a de Planejamento e a de Assistência Social (TERESINA, 1998).

Conforme Pitanga (2006), as adaptações respondiam a uma necessidade de tornar mais racional e eficiente o processo, uma vez que se constataram muitas deficiências no ano de implantação. Lembra a autora que as plenárias, com mais de 1.000 representantes de distintas regiões da cidade, tornaram-se inviáveis para o debate sobre as prioridades. Em que pesem essas ponderações, não se pode deixar de considerar que tais medidas atendiam às críticas ao formato restrito da participação que presidiu a primeira edição, daí que a ampliação das etapas de discussão com a população e a instituição da figura do delegado zonal se apresentavam como solução, numa tentativa de convergir para as propostas consagradas como bem-sucedidas, como em Porto Alegre e Belo Horizonte.

A ideia dos delegados zonais incidia diretamente na representação da sociedade civil, na instância

por excelência de decisão, a COP, que contrabalançou a sobrerrepresentação do executivo. Na nova composição, com 27 membros, a COP se formava com catorze delegados zonais, quatro representantes do movimento popular, oito do poder executivo e um do legislativo.

Em 2000, ocorre nova alteração na metodologia do Orçamento Popular, quando se verifica a substituição das assembleias zonais pelas de bairro, para eleger representantes das comunidades (um por bairro), e a introdução de uma nova etapa, as assembleias para eleição de delegados da COP, verificando-se, assim, a ampliação do quantitativo da representação popular, de 27 para 37 membros (TERESINA, 2000). As assembleias por bairros se apresentavam como algo positivo, já que aproximavam as esferas de decisão da população, o que podia conferir melhor qualidade à participação, embora tal desenho exigisse uma engenharia mais complexa (mobilização de mais pessoal técnico e mais recursos de logística).

Mas, no ano seguinte (2001), verifica-se um recuo, com a simplificação do desenho: abandonam-se as assembleias por bairro e reinstauram-se as por região. Outra alteração que repercutiu na restrição da participação foi o critério de postulação à função de delegado que, a partir daquele ano, ficou condicionada à vinculação do candidato a uma entidade formal cadastrada na SEMPLAN, o que tirava do cidadão comum a condição legítima de representar sua comunidade ou região nas instâncias de maior grau de decisão – Fóruns e COP.

Com a nova metodologia, houve também a redução do número de propostas que a população poderia apresentar. Essa decisão pode estar associada ao descompasso cada vez mais crescente entre a reduzida quantidade de propostas efetivadas pela Prefeitura e o total de demandas aprovadas no Orçamento Popular, conforme se verá no item seguinte.

Em 2004, a sistemática de elaboração do Orçamento Popular sofre nova alteração, quando se fixa uma equivalência entre a quantidade de representantes de entidades eleitos e o número de representantes nas assembleias realizadas para este fim. Dessa forma, a entidade que reunisse mais de 29 pessoas conseguiria eleger um representante e aquelas que concentrassem mais de 80 (oitenta) participantes tinham a sua cota de representantes elevada para dois. Esse ajuste operacional, instituído pelo Decreto n. 5.637 de 2003,

perdurou até 2007, quando passou a ser eleito um representante por cada entidade, independentemente da quantidade de participantes. Além disto, destaca-se a divisão da COP em cinco subcomissões (quatro regionais e uma zona rural) a partir da edição do Orçamento Popular de 2005, qualificando-se como uma das últimas alterações significativas no processo de elaboração do Orçamento Popular.

Assim, após varias reformulações em seu formato, a estrutura operacional do Orçamento Popular se restringiu a três etapas: assembleias para eleição de representantes de entidades nas regionais, fóruns para eleição de delegados e proposta por região (zona) e instalação da COP. Os ajustes operacionais ilustram um esforço do gabinete municipal em rever a forma de inserção da sociedade na elaboração do Orçamento Popular, mas nem todas as alterações promovidas redundaram no aperfeiçoamento do pressuposto democrático do programa. Mencione-se apenas o caso da supressão das reuniões temáticas, uma esfera de participação que, apesar de não imbuída de caráter deliberativo, representava um *locus* abrangente de discussão do planejamento da cidade, dado que, em tese, congregava diversos atores sociais. Isso, sem sombra de dúvida, restringe, o âmbito de discussão do OP à reivindicação de demandas materiais e específicas de cada comunidade, em detrimento da inclusão de temas mais amplos, relativos ao planejamento e gestão urbanos.

Laranjeira (1996) destaca que o escopo limitado das áreas de intervenção do OP inibe um processo mais largo de transformação das relações entre Estado e sociedade na medida em que a participação no programa fica restrita à população carente. Nesse sentido, a autora ressalta que os coordenadores do OP de Porto Alegre objetivaram contornar a situação ampliando as discussões para aspectos mais gerais da administração do orçamento público, como a definição da política de pessoal e salários. Em Belo Horizonte também se observa um esforço análogo do governo municipal, que introduziu nas assembleias regionais os fóruns setoriais, que contemplavam o debate sobre áreas específicas e variadas da administração (BOSCHI, 1999).

Cumpre realçar que, apesar de as modificações ampliarem a representatividade da sociedade civil na COP, a participação efetiva da grande maioria estava limitada, já que os demais espaços de discussão não tinham poder deliberativo. Tal forma de

incorporação da sociedade na tomada de decisões sugere que o Orçamento Popular tem pouco impacto na promoção de empoderamento¹³, uma vez que a sistemática do programa restringe o acesso da comunidade às instâncias efetivas de deliberação. Tal avaliação reforça-se diante da constatação de Pitanga (2006), segundo a qual as pessoas que ocupam as funções de agente e delegado do Orçamento Popular têm, em sua maioria, experiência de inserção em movimentos sociais.

A disponibilidade de recursos também figura como um aspecto gerencial de amplitude local com forte influência nos resultados do OP. A esse respeito, Wampler (2005) assinala que o fato de as prefeituras de Porto Alegre e Belo Horizonte terem aplicado 100% e 50%, respectivamente, das receitas de investimento, repercutiu, significativamente, no efeito democrático do programa, uma vez que a parcela de recursos disponíveis para deliberação popular possibilitou que se cumprissem, satisfatoriamente, as demandas aprovadas pelas comunidades, incentivando, assim, os indivíduos recorrerem àquele instrumento e não aos meios tradicionais de intermediação de interesses, para ter acesso aos bens e serviços públicos. Por outro lado, se há baixo nível de investimento em relação às demandas e alto grau de inadimplência das obras aprovadas, gera-se um descrédito do programa, o qual não se apresenta como alternativa ao clientelismo e outras formas privadas de apropriação dos recursos públicos.

Tais limites vêm se observando na experiência de Teresina, já que anualmente são disponibilizados apenas 3% dos recursos de investimentos para o Orçamento Popular, o que tem se mostrado insuficiente para garantir a participação, de fato, da sociedade na discussão e deliberação sobre a distribuição de verbas municipais até mesmo para atender a agenda de obras aprovadas anualmente. Aliás, a cada versão do programa amplia-se a defasagem entre o total de obras aprovadas e a quantidade de demandas efetivadas, constrangimento que se revela no descontentamento das comunidades sempre que, anualmente, é divulgado o percentual dos recursos disponibilizados ao Orçamento Popular.

Balanco dos resultados do Orçamento Popular de Teresina

Como já discutido, a literatura demonstra que a capacidade administrativa e de investimento

do município é um dos elementos primordiais para o desempenho do OP. Entretanto, apontam os estudos que, na maioria das experiências, a restrição orçamentária tem sido uma variável constante, mesmo em casos como os de Porto Alegre e Belo Horizonte. Silva (2003:167) afirma que, nos primeiros anos do OP em Porto Alegre, o governo foi fortemente questionado “[...] sobre o sentido da participação na discussão orçamentária, uma vez que praticamente nada do que havia sido demandado no ano anterior havia sido efetivado”. Do mesmo modo, Anastasia e Azevedo (2002) destacam que em Belo Horizonte, o percentual e as verbas no primeiro ano de sua implementação foram relativamente baixos para o porte da cidade.

Em Teresina, a base orçamentária tem sido, ao longo dos anos, o principal obstáculo ao êxito do Orçamento Popular haja vista os baixos resultados no quesito recursos investidos. Conforme a Tabela 1, no período de 1998 a 2008 foram aplicados R\$ 81.818.440,75 (85,27% na zona urbana e 14,73% na rural), um montante aquém das necessidades de uma cidade com elevados índices de pobreza. Com esse volume de gastos, foram executadas 1.028 ações ou 79,75% das propostas aprovadas. Com tal padrão de investimentos, a experiência se distancia cada vez mais do pressuposto de assegurar uma distribuição equitativa dos recursos públicos.

Tabela 1. Investimentos anuais do Orçamento Popular. Teresina- Piauí. 1998-2008		
Ano	Valor de Investimento	
	Nº	%
1998	9.881.992,78	12,08
1999	10.027.987,13	12,26
2000	9.753.659,14	11,92
2001	9.284.583,31	11,35
2002	6.048.169,12	7,39
2003	6.217.050,85	7,60
2004	5.177.268,32	6,33
2005	7.477.091,56	9,14
2006	*	
2007	10.249.742,72	12,53
2008	7.700.895,82	9,41
Total	81.818.440,75	100,00

Fonte: Propostas aprovadas no Orçamento Popular de Teresina. Período 1998-2008 (TERESINA, 2009).

A tabela mostra também que se vem configurando ao longo dos anos uma redução dos percentuais de recursos disponibilizados para a decisão popular. Os maiores investimentos ocorreram entre 1998 e 2001, período correspondente ao primeiro mandato de Firmino Filho, quando se gastaram 47,61% do total de recursos alocados no Orçamento Popular. Nesse período, o município também contraiu financiamento no BNDES para implantar um programa de urbanização de favelas (Vila-Bairro)¹⁴, utilizando-se de parte desses recursos para as obras do Orçamento Popular. Contudo, o que parecia uma alternativa para contornar obstáculos na execução orçamentária por falta de receita tornou-se o principal problema para a prefeitura, uma vez que se mostraram conflitantes o cronograma do OP e o dos repasses do financiamento externo, resultando no atraso das atividades e na sua suspensão temporária, assim como na posterior desvinculação dos investimentos do programa a recursos externos. Já no segundo mandato de Firmino Filho (2001-2004), quando se esperava a consolidação do Orçamento Popular, nota-se uma queda sucessiva dos gastos.

Com efeito, como se observa ainda na Tabela 1, enquanto no primeiro período (1998-2001) os investimentos variaram de 12% a 11%, a partir de 2002 os percentuais caem para patamares de 6% a 7% do total investido.

Com o prefeito Silvio Mendes (2005-2008) e a confirmação de continuidade do programa, registra-se o aumento do investimento para 9,14% no primeiro ano de governo. No entanto, como já se acumulavam dificuldades de cumprimento do cronograma, com atraso na realização de obras, num *deficit* elevado em relação a todas as edições desde 1997, as comunidades se vêem tomadas pela suspensão da programação de 2006, mediante justificativa da necessidade de equacionar a defasagem entre as demandas aprovadas e as executadas. Retornado em 2007, com um investimento de 12,53% e, em 2008, de 9,41%, o Orçamento Popular é novamente suspenso em 2009, sob nova alegação: as enchentes dos rios Poti e Parnaíba afetaram as finanças do município, inviabilizando-o. Vale ponderar que o percentual de 2007 não representou exatamente uma retomada dos investimentos, pois, na verdade, correspondia aos gastos efetuados na tentativa de superar a defasagem entre demandas aprovadas e executadas.

Com baixo volume de investimentos, as áreas mais vulneráveis foram as que mais se mobilizaram para inserir suas demandas no Orçamento Popular. Como se observa na Tabela 2, na distribuição espacial dos recursos na zona urbana, 66,1% foram alocados nas regiões de maior concentração de populações pobres: Norte (24,99%), Sul (21,77%) e Sudeste (19,33%). As zonas Leste e Centro, que concentram pessoas de alto padrão econômico, obtiveram 27,27% e 6,64%, respectivamente. Ressalve-se que o elevado percentual da zona Leste explica-se por abrigar, em sua periferia, grande quantidade de assentamentos precários, com alto grau de carência em equipamentos públicos e infraestrutura básica.

Região Administrativa	Total	%
Leste	19.022.675,23	27,27
Norte	17.434.874,62	24,99
Sul	15.193.780,31	21,77
Sudeste	13.485.088,29	19,33
Centro	4.632.092,82	6,64
Subtotal	69.768.511,27	85,27
Total	81.818.440,75	100,00

Fonte: Propostas aprovadas no Orçamento Popular de Teresina. Período 1998-2008 (TERESINA, 2009).

Depreende-se que os resultados obtidos são bastante regressivos, uma vez que, ao contrário de uma ampliação gradual na capacidade de materialização das demandas aprovadas, verifica-se, ao longo dos anos, uma redução dos investimentos, o que transforma as esferas de elaboração do Orçamento Popular em espaços de disputas acirradas por poucos recursos. Em face disso, constatou-se uma relativa desproporcionalidade na distribuição dos investimentos por bairros, configurando uma realidade em que a um maior volume de recursos nem sempre corresponde maior grau de vulnerabilidade social, dado que pode estar relacionado à ausência de critérios objetivos para a referida distribuição, ao capital social de cada comunidade ou à interferência de agentes externos (vereadores, agentes da prefeitura e outros) na mobilização e decisão.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que dos 113 bairros de Teresina 84 se beneficiaram do Orçamento Popular, mas apenas 23 receberam aportes de mais de um milhão de reais ou 79,19% do total investido, equivalendo a R\$ 55 milhões. Tais dados apontam para uma baixa inserção de obras nas comunidades atendidas pelo Orçamento Popular: 42,86% receberam no período de 1997 a 2008 entre uma e quatro ações, havendo apenas dez bairros com índices mais elevados de execuções (acima de 20 ações). Estes concentraram 40,35% das intervenções.

Com poucos recursos a ser disputados, verifica-se uma tendência de concentração em obras de pequeno porte. Os dados mostram que mais da metade (50,39%) dos investimentos decididos no Orçamento Popular foi aplicada em recuperação ou construção de calçamento e canteiro central, seguindo-se, na segunda e terceira posições, as ações em habitação (19,15%) e em construção ou recuperação de equipamentos públicos (13,88%). Cumprir destacar que, nas intervenções em habitação, predominou a distribuição de cestas de material de construção, enquanto naquelas em equipamentos públicos destacou-se a construção de creche comunitária. Tais intervenções concentraram, assim, 83,42% do total executado.

Da análise exposta e em consonância com as pesquisas já realizadas, pode-se concluir que a ausência de incentivos orçamentários e um elevado grau de inadimplência referente à materialização das propostas do orçamento público definidas pela população tendem à diluição das expectativas da população quanto ao seu poder de influência nas decisões governamentais. Como assinala Wampler (2003), a capacidade financeira de um município é fundamental para se criar condições de uma transferência real de autoridade. A capacidade de investimento, sinalizada por uma saudável situação financeira do município, é um dos fatores cruciais para a sustentabilidade do programa, haja vista que a população precisa ter garantias de que OP é de fato uma instituição democrática na qual as decisões acordadas em deliberação popular se vejam honradas pelos gestores.

Por outro lado, se as expectativas dos participantes são constantemente frustradas, devido à morosidade na execução das propostas

aprovadas ou mesmo indeferimento de tais demandas, a população passa a intuir que o programa representa somente mais uma estratégia demagógica de que o governo lança mão para arregimentar eleitores sem, no entanto, conferir legitimidade às reivindicações das comunidades. Assim, um dos principais desafios que a operacionalização do OP impõe à administração municipal refere-se à ampliação da capacidade de investimentos a fim de elevar o escopo de demandas atendidas.

Conclusão

A pesquisa permite assegurar que o Orçamento Popular tem o mérito de propiciar condições para as comunidades influírem na gestão do gasto público. Nesse sentido, possui um pronunciado valor político, dado que incorpora a participação popular em um mecanismo de gestão urbana tradicionalmente sob a chancela da burocracia governamental.

Quanto à qualidade da participação, constatou-se que características do formato do programa agem no sentido de restringir a atuação do cidadão comum no processo de tomada de decisão. A simplificação das esferas de discussão e a vinculação do candidato à função de delegado do Orçamento Popular a uma entidade cadastrada no órgão gestor são exemplos disso.

Quanto à capacidade de transferir recursos das regiões com elevados índices socioeconômicos para as áreas menos beneficiadas com infraestrutura básica e serviços públicos, o estudo constata que o Orçamento Popular tem se refletido, de forma residual, na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, haja vista os parcos níveis de investimentos. Aliás, em que pese o descompasso entre os resultados do Orçamento Popular e as expectativas que cercam as iniciativas de gestão participativa, não se pode negligenciar o seu potencial como veículo de negociação direta entre a população e os agentes governamentais. Dessa forma, aponta-se como condição *sine qua non* para o aperfeiçoamento do programa uma atuação conjunta entre governo e sociedade, para contornar os limites que se interpõem na consolidação de seus pressupostos.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. *Edu.Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, 2002, p. 25-48. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>em<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 10 mar. 2005.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: Evelina Dagnino (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 17-46.

_____. Orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço democrático. In: _____; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-57.

_____. Reforma política e participação no Brasil. In: _____; Anastasia, Fátima (Orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 35-44.

_____; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Sérgio; MARES GUIA, Virginia R. dos (Orgs.). O orçamento participativo como política pública: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 35, p. 179-197, 2001.

_____, ANASTASIA, Fátima. *Governança, "accountability e responsividade*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 1 (85), p. 79-97, 2002. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/85.5.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2007.

BOSCHI, Renato R. *Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4. p. 1-19., 1999. Disponível em <[http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400002-&lng...>](http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400002-&lng...). Acesso em: 26 mar. 2007.

COSTA, Marco A. *Os dilemas da participação ou de como as boas intenções povoam o inferno*. In: SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XII, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-13.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: _____. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

_____. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In: _____. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

D'AVILA FILHO, Paulo M.; JORGE, Vladimir L.; COELHO, Ana F. C. *Acesso ao poder: clientelismo e democracia participativa – desconstruindo uma dicotomia*. *Civitas*, Porto Alegre, n.2, v. 4, p. 211-233, 2004. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/ojs/viewarticle.php?>>. Acesso: 30 mar. 2007.

FEDOZZI, Luciano. *Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 100, p. 93-107. 2001.

FERNANDES, Antônio S. A. *Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)*. São Paulo: Annablume, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade* (II). Rio de Janeiro> Tempo Universitário, 1997.

HASS, Mônica. *Desenho institucional e governança: a experiência participativa em Chapecó (SC) e Santo André (SP) a partir do Congresso da Cidade e do Projeto Cidade Futuro*. 3º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política: democracia & desigualdades, Campinas, Paper, 2006, p. 1-28.

IBGE. *Censo Demográfico 1940*. Rio de Janeiro, 1940.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Contagem da População 2007*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/contagem/pi.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2007.

LIMA, Antônia J. de. *Gestão urbana e políticas de habitação social: análise de uma experiência de urbanização de favelas*. São Paulo: Annablume, 2010.

MARQUETTI, Adalmir. *Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-156

MARQUES, Eduardo et. al. *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Ministério das cidades, 2008. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf>. Acesso: 10 nov. 2008.

MILANE, Carlos S. *Participação social e ação pública local na Bahia*. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 215-236.

NAVARRO, Zander. *O “orçamento participativo” de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 89-128.

PITANGA, Joseane de C. L. *Os efeitos do orçamento popular de Teresina para a promoção de práticas democráticas na gestão pública municipal, 1998 e 2004*. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI). 2006.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SILVA, Marcelo Kunrath. *A expansão do orçamento participativo na região metropolitana de Porto Alegre: condicionantes e resultados*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 157-185.

SOUZA, Celina. *Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

_____. *Governos locais e gestão de políticas públicas universais*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 2, v. 18, p. 27-41, 2004.

_____. *Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade*. In: LUBAMBO, Cátia; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 108-130.

TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: Evelina Dagnino (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-104.

TEIXEIRA, Ana C. C. *O OP em pequenos municípios rurais: contextos, condições de implementação e formatos de experiência*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 189-215.

WAMPLER, Brian. *Orçamento participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 61-86.

_____. *Expandindo accountability através de instituições participativas? Ativistas e reformistas nas municipalidades brasileiras*. In: LUBAMBO, Cátia; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus A. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 33-62.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 3.414. 1997.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 3.773. 1998.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 3.886. 1999.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 4.356. 2000.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 4.866. 2001.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 5.139. 2002.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 5.637. 2003.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 5.980. 2004.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. Decreto Lei n. 6.775. 2007.

_____. Prefeitura Municipal de Teresina. SEMPLAN. Propostas aprovadas no Orçamento Popular de Teresina. Período 1998-2008. Teresina: PMT, 2009.

Notas

- 1 De acordo com o IBGE (2000, apud SOUZA, 2004), existia no país, em 2001, mais de 22.000 conselhos municipais. Segundo Avritzer (2006), em 2004 havia 170 experiências de OP.
- 2 Habermas (1997) defende uma concepção de democracia baseada na ideia do discurso produzido na esfera pública por meio de fluxos comunicativos entre atores autônomos. A esfera pública constitui “uma estrutura comunicacional” na qual se tematizam os problemas gerados na sociedade, convertidos em opinião pública.
- 3 Azevedo e Anastásia (2002) entendem que a noção de governança não se limita ao formato institucional e administrativo do Estado e à maior eficácia da máquina estatal na implementação de políticas públicas, pois ela envolve formas de interlocução do Estado com os grupos organizados da sociedade.

- 4 O termo *accountability* tem sido adotado por cientistas políticos para dizer das novas responsabilidades dos governos locais com a democracia, reportando-se, portanto, “[...] à qualidade dos novos regimes democráticos na América Latina (WAMPLER, 2005: 35).
- 5 Boschi (1999: 1) entende por governança “[...] formatos de gestão pública que, fundados na interação público/privado, tenderiam a assegurar transparência na formulação e eficácia na implementação de políticas”.
- 6 Putnam (2000), examinando o processo de descentralização da Itália nos anos de 1970, encontrou distintos desenhos dos governos regionais, o que atribuiu a variações da “cultura cívica”, isto é, ao grau de associativismo local e da participação historicamente acumulada geradores de capital social, que diz respeito a “[...] relações de confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade [...]” (PUTNAM, 2000: 177). De sorte que tradições de participação política e sociedades fortes na história explicam as diferenças na disposição de governos locais para assumir a gestão de funções públicas. O conceito de capital social tem sido utilizado por diversos estudiosos para acentuar a importância da cultura cívica nos resultados das experiências descentralizadas no Brasil. Variáveis como associativismo, acúmulos históricos de experiências participativas são ponderadas como determinantes nas apostas de governança.
- 7 Levantamento realizado pela FASE em 2000 (apud TEIXEIRA, 2003) constatou que, entre 1997 e 2000, 103 municípios realizaram experiências de OP. Conforme Teixeira (2003), a ampliação das realidades empíricas favorecia as pesquisas, que até então se restringiam à experiência de Porto Alegre, quando não se expandia a outros poucos municípios, como Belo Horizonte, Recife e Santo André. Acrescenta-se Salvador, cuja experiência foi analisada por Boschi (1999) e Fernandes (2004), entre outros. Ainda conforme Teixeira (2003), entre 1989 e 1992, doze municípios tinham implantado OP, estendendo-se, entre 1993 e 1996, a mais 36.
- 8 De acordo com Boschi (1999: 8), o OP de Belo Horizonte foi implantado em 1993 pelo prefeito Patrus Ananias, eleito por uma coalizão de partidos de esquerda que tinha incorporado ao programa de governo a “[...] proposta de gestão democrática com a participação ativa dos cidadãos na definição do orçamento”.
- 9 Francisco Gerardo assumiu a prefeitura em 1995, após o falecimento de Wall Ferraz.
- 10 Conforme Avritzer (2006), até 1997 as experiências de OP tiveram um cunho eminentemente partidário, já que a grande maioria (62%) estava vinculada ao PT. A partir de 1997 há uma tendência à sua expansão e pluralização no universo partidário, de modo que, entre 2000 e 2004, das 170 experiências de OP no Brasil, apenas 47% eram de administrações do PT, enquanto 57% se concentravam no campo de esquerda (PSB, PDT e PCdoB).
- 11 De acordo com Ribeiro e Grazia (apud MILANE, 2007), entre 1997 e 2000 as regiões Sul e Sudeste do país concentraram, respectivamente, 45,6% e 37,8% do total de experiências do OP. Segundo Avritzer (2006), em 2004 mantinha-se essa tendência de concentração, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, com uma baixa presença nos estados das regiões Norte e Nordeste.
- 12 As temáticas eram educação, cultura, assistência social, saneamento, saúde, habitação, urbanismo, transporte, agricultura e abastecimento, economia, geração de emprego e renda e esporte e lazer (TERESINA, 1998).
- 13 Empoderamento é entendido como o processo pelo qual se delega poder decisório às camadas mais pobres e não organizadas da sociedade (SOUZA, 2005).
- 14 Uma análise do Vila-Bairro pode ser encontrada em Lima (2010)

Antonia Jesuíta de Lima

* Prof^a Dr^a do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora do CNPq.

Avaliação dos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro

Ludmila Fontenele Cavalcanti *

Roberta Matassoli Duran Flach **

Rejane Santos Farias ***

Avaliação dos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro

Resumo: Pretende-se analisar as percepções dos profissionais de saúde, gestores e mulheres usuárias dos núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro. Essa pesquisa avaliativa utilizou a abordagem qualitativa na construção de indicadores, coleta e análise das 120 entrevistas realizadas nos cinco núcleos. Os resultados apontam para uma incorporação diferenciada dos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica decorrente da trajetória de consolidação dos núcleos e da inserção diversificada dos profissionais e gestores. Monitoramento e a supervisão podem contribuir para ampliação e aumento da qualidade dos serviços prestados. Na direção de uma resposta mais efetiva na atenção às mulheres em situação de violência sexual, colocam-se os seguintes desafios: ampliação das capacitações; produção de materiais educativos dirigidos à instrumentalização dos profissionais; ampliação dos serviços de referência para realização da interrupção da gravidez prevista em lei; e criação de mecanismos de supervisão periódica.

Palavras-chave: Violência sexual; Avaliação; Serviços de saúde

Evaluation of the nucleus of attention to women in situations of sexual violence in maternities of Rio de Janeiro

Abstract: It is intended to analyze the perceptions of health professionals, managers and female users of the nucleus of care to women in situations of sexual violence in maternities of Rio de Janeiro. This evaluative research used a qualitative approach in the construction of indicators, collection and analysis of 120 interviews conducted in the five nucleus. The results indicate a different incorporation of the parameters suggested by the Technical Standards arising from the trend of consolidation of the nucleus and diversified inclusion of professionals and managers. Monitoring and supervision may contribute to expansion and increase of service quality. Toward a more effective response in attention to women in situations of sexual violence, pose the following challenges: expansion of number of trainings, production of educational materials sent to the instrumentalization of professionals; expansion of reference services for implementation of planned interruption of pregnancy by law, and mechanisms for regular supervision.

Keywords: Sexual violence; Evaluation; Health services

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 29.04.2010.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as percepções dos profissionais de saúde, gestores e mulheres usuárias dos núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência sexual, nas maternidades municipais do Rio de Janeiro. Este objetivo faz parte de uma pesquisa mais ampla, de natureza interinstitucional, onde participaram a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC/RJ) e a Organização não governamental CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), que pretendeu avaliar os núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência sexual¹ nas maternidades municipais do Rio de Janeiro.

Essa iniciativa, pioneira no Município do Rio de Janeiro, inseriu-se nos esforços de contribuir para dimensionar permanentemente a atuação dos núcleos, melhorar as respostas dos serviços de saúde aos grupos beneficiários, corrigir os rumos e reorientar as estratégias de ação na prevenção da violência sexual, como parte do processo de planejamento.

Como parte de um processo internacional e nacional mais amplo no campo dos direitos humanos e da saúde pública, em 1998, o Ministério da Saúde criou a Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual com o objetivo de propor e acompanhar o desenvolvimento de políticas específicas sobre o problema, vinculadas à Área Técnica de Saúde da Mulher e subordinadas ao Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes e Violência.

A partir daí, também em 1998, foi publicada uma Norma Técnica denominada “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes” que vem sendo atualizada e utilizada como instrumento importante para o aprimoramento das ações de saúde. Esse documento prevê que as unidades com serviços de ginecologia e obstetrícia constituídos devam estar capacitadas para o atendimento aos casos de violência sexual, portanto, no âmbito do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

A Norma Técnica vem sendo traduzida para os serviços de saúde dos diferentes municípios sob o formato de protocolo, ou seja, um plano escrito que

define, para uma realidade específica, os procedimentos que devem ser seguidos para identificar e responder apropriadamente às pessoas em situação de violência sexual.

As ações de prevenção da violência sexual, como política da SMSDC/RJ, foram iniciadas em 1999, a partir da implantação do Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no Hospital Maternidade Fernando Magalhães (HMFJ), unidade considerada de referência para a interrupção da gravidez prevista em lei.

A SMSDC/RJ realizou, em parceria com a CEPIA, o seminário “Violência sexual e seus impactos sobre a saúde da Mulher”, em abril de 2000, tendo como alvo os profissionais do HMFJ, com a experiência de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e os profissionais do Hospital Maternidade Alexander Fleming (HMAF), onde os serviços ainda estavam em fase de implantação. A segunda unidade a se tornar referência para o atendimento às mulheres em situação de violência sexual foi o HMAF através do Núcleo de Atenção Especializada (NAE) criado em 2000.

No sentido de expandir e qualificar o atendimento prestado foi estabelecido convênio com a CEPIA, no segundo semestre de 2002, para a realização de seminários de sensibilização e produção de material educativo para os profissionais, buscando consolidar a implantação do protocolo de atenção às mulheres em situação de violência sexual no âmbito municipal. A SMS/RJ firmou novo convênio em 2003 com a CEPIA de modo a estender as ações de capacitação a todas as maternidades da SMSDC/RJ.

Essas ações, somadas às desenvolvidas durante o período de 2003/2004 no Projeto apoiado pelo Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE) “Capacitação de Profissionais das Áreas da Segurança Pública e da Saúde para o atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual”, resultaram na organização da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual no âmbito da SMSDC/RJ.

Tal rede foi construída a partir da otimização dos espaços de atendimento já existentes considerando três tipos de serviços: (a) de captação, cujo objetivo principal é propiciar informação e divulgação acerca dos serviços de saúde e da rede social; (b) de porta de entrada, responsá-

veis pelo acolhimento e a primeira abordagem dos(as) usuários(as), funcionando durante 24 horas; (c) de referência, que devem garantir a adesão dos(as) usuários(as).

O modelo recomendado pelo Ministério da Saúde, e adotado pela SMSDC/RJ, privilegiou as ações de caráter emergencial, que acaba por favorecer a identificação de violências sexuais cometidas por estranhos, com ampliação gradativa das discussões em torno do tema da violência sexual de modo a abranger ações mais amplas de prevenção².

No Município do Rio de Janeiro, como em demais localidades, inexistiu uma avaliação acerca das ações de prevenção à violência sexual. Esse fato está associado à recente implementação destas ações, à expressão do desenvolvimento democrático do país e à cultura avaliativa ainda frágil na área das políticas públicas³.

Em virtude da magnitude e do impacto da violência sexual, sua prevenção requer ações eficazes e capazes de impactar favoravelmente a realidade vivida pela população feminina. Nesse sentido, as intervenções devem ser estudadas para produzir um melhor entendimento sobre o que, em quais diferentes cenários, é eficaz para prevenir a violência sexual e para tratar as vítimas (CAVALCANTI, 2007).

Embora a elaboração do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher (BRASIL, 2003), o estabelecimento da notificação compulsória em caso de violência contra a mulher nos serviços de saúde (Lei nº 10.778/03) e a inclusão do enfrentamento à violência contra as mulheres como área estratégica do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (BRASIL, 2005b) possam indicar um avanço no sentido da incorporação do tema da violência sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), somente a avaliação das ações de prevenção à violência sexual em nível local pode dimensionar esse processo. Nessa mesma direção, o I PNPM prevê entre suas metas o diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre os serviços de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência em todo o território nacional e, entre suas prioridades, a ampliação e aperfeiçoamento da Rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência.

Compreender o que contribui para o êxito dos núcleos, o que possibilita seu alcance e questionar seus limites, através de uma avaliação útil, ética e techni-

camente adequada, subsidia a correção de rumos e a reorientação das estratégias de ação na prevenção da violência sexual. A avaliação como um processo de aprendizagem pode subsidiar os profissionais e os gestores dessa política pública a realizarem escolhas mais consistentes em relação aos rumos de suas iniciativas (MINAYO *et al*, 2005).

A Norma Técnica (BRASIL, 2005a) reconhece a importância do processo avaliativo, valorizando a implantação de mecanismos permanentes de avaliação das ações desenvolvidas. Nessa perspectiva, a identificação de elementos para construção de um modelo de monitoramento dos núcleos pode contribuir para a integração da avaliação ao planejamento dos programas de prevenção da violência sexual a ser realizada durante toda a intervenção, criando uma cultura avaliativa capaz de interferir na resposta oferecida pelos núcleos.

Desenho metodológico

Foi adotada a pesquisa avaliativa entendida como o processo sistemático para determinar até que ponto um programa ou intervenção atingiu os objetivos pretendidos (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994; SESSIONS, 2001). Para Contandriopoulos *et al* (1997) a pesquisa avaliativa é uma forma de julgamento sobre os resultados de um projeto/programa, com o objetivo de ajudar na tomada de decisão. Trata-se de um procedimento realizado depois da ocorrência de uma intervenção. Um dos tipos de análise da pesquisa avaliativa refere-se à análise estratégica, que aborda a pertinência da intervenção, se a intervenção diante do problema é a mais adequada.

Foram incorporados, de modo integrado, os conceitos de estrutura, processo e resultado na operacionalização dessa pesquisa avaliativa. A avaliação da estrutura refere-se às instalações físicas, equipamentos, móveis, materiais, e à adequação dos recursos humanos disponíveis. A avaliação de processo é orientada para as próprias ações das equipes, comparando os procedimentos empregados com o estabelecido nas normas e rotinas. A avaliação do resultado tem como foco os resultados e o impacto do programa, e reflete as consequências do programa ou serviço para quem recebe e deve incluir a acessibilidade e a satisfação do usuário (DONABEDIAN, 1978). Mesmo na avaliação de

resultados é preciso assinalar enfaticamente o caráter complexo e provisório dos processos sociais.

Essa pesquisa avaliativa envolveu elaboração, negociação, aplicação de critérios explícitos de análise, em um exercício metodológico cuidadoso e preciso, com vistas a conhecer o contexto em que se desenvolve o atendimento às mulheres em situação de violência sexual, estimulando processos de aprendizagem dos profissionais e gestores da saúde. Esse processo de emissão de juízo de valor sobre a intervenção dos núcleos deve ser incluído no processo de planejamento das ações com vistas ao seu melhor desempenho.

A abordagem qualitativa, centrada nos esquemas interpretativos de compreensão de dinâmicas, pretendeu levar em conta as percepções dos sujeitos envolvidos nos núcleos, além de considerar as relações e as representações como parte fundamental dos êxitos e limites das ações.

O universo da pesquisa correspondeu aos 05 (cinco) núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro: HMFm, HMAF, Hospital Maternidade Carmela Dutra (HMCD), Hospital Maternidade Herculano Pinheiro (HMHP) e Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth (HMON).

As entrevistas do tipo semi-estruturada, baseadas em roteiro, foram realizadas com os sujeitos sociais da investigação, os profissionais de saúde inseridos nos núcleos, os gestores das unidades onde os núcleos estão situados e as mulheres atendidas pelos núcleos. O roteiro utilizado nas entrevistas teve uma função orientadora de modo a garantir maior flexibilidade e liberdade no discurso como também assegurar a abordagem de todos os temas considerados essenciais, possibilitando comparação entre os subgrupos pesquisados. Foram realizadas pelo conjunto de alunas pesquisadoras 120 entrevistas, sendo 18 no HMCD, 31 no HMAF, 20 na HMHP, 28 no HMFm e 23 no HMON.

A construção de indicadores confiáveis, capazes de medir as ações dos núcleos na prevenção da violência sexual, levou em conta a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), a complexidade da violência sexual e a dificuldade na obtenção de informações nesse contexto.

Foi adotada a análise de conteúdo na modalidade temática que permite identificar a presença de determinados temas denotando os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no dis-

curso (BARDIN, 1977; MINAYO, 1994). Com esta técnica, pode-se caminhar, também, na direção da “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO, 1994: 74).

Buscou-se descobrir as idéias centrais (núcleos de sentido) que compõem a comunicação⁴. O primeiro passo foi a leitura flutuante do material, onde já foram apontadas as grandes categorias de análise, bem como as unidades de significado que emergiram a partir delas. Os dados foram ordenados e foi realizada exaustiva leitura do material para, então, construir um mapa que serviu para organizar os aspectos relevantes. Foi feita uma leitura transversal relacionando os diferentes elementos colhidos.

A pesquisa mais geral foi submetida à apreciação das instituições envolvidas e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem Ana Nery/ Hospital Escola São Francisco de Assis, atendendo ao previsto na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Capacitações dos recursos humanos

De acordo com a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), o Ministério da Saúde, por meio da Secretária de Atenção à Saúde/ Área Técnica de Saúde da Mulher, vem atuando em duas estratégias: capacitar e equipar os serviços a diagnosticar os casos de violência e promover a assistência adequada, e ampliar e desenvolver os serviços especializados ou de referência.

A **participação em cursos e capacitações** foi mencionada no discurso dos profissionais em todas as unidades analisadas e está associado à idéia de que a participação nessas atividades, realizadas pela SMSDC/RJ, pelo Ministério da Saúde, organizações não governamentais, Instituto de Segurança Pública e pelas unidades de saúde, qualifica a assistência prestada.

Entretanto, ainda há profissionais que atuam na equipe de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e que não participaram de atividades de capacitação. Isso dificulta a realização de uma assistência adequada já que, mesmos os profissionais que relataram ter participado de atividades de capacitação revelam que ainda não se sentem capacitados para realizar o atendimento

às mulheres em situação de violência sexual. Os profissionais que não participaram dessas atividades relatam o desconhecimento sobre a assistência prevista na Norma Técnica (BRASIL, 2005a).

Segundo a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), os profissionais envolvidos diretamente com a assistência devem receber capacitação para o atendimento de emergência e estabelecimento de medidas protetoras (anticoncepção de emergência e profilaxia das DST/Aids) além de outros aspectos essenciais para o atendimento humanizado, respeitando-se seus direitos e atendendo suas necessidades, incluindo-se a decisão de interrupção da gravidez. Os (as) médicos (as) devem ser capacitados para utilizar as diferentes técnicas recomendadas para a interrupção da gestação.

Segundo Schraiber e D'Oliveira (1999), se a mulher é violentada ou sofre alguma fratura ou machucado evidente, ela é tratada e medicada pelo profissional de saúde, que pode vir a não detectar a violência sofrida pela mulher, visto ela não se inscrever apenas no corpo, mas na vida social e relacional, necessitando os profissionais de capacitação para atuar sobre esta temática. A falta de capacitação dos profissionais de saúde se reflete no receio de abordarem o assunto e muitas vezes expressa um julgamento moral próprio, quando o necessário é que a mulher seja acolhida e tratada com respeito e sigilo.

Apesar da maioria dos profissionais ligados aos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual ter sido capacitada, pode-se observar que aqueles que não participaram de atividades de capacitação apontaram como dificuldades: a) incompatibilidade de horário, pois as atividades por vezes foram oferecidas nos dias e horários que estavam trabalhando em outra instituição; b) ausência de convocação, já que em alguns casos somente os gestores das unidades são chamados para participar; e c) não ter sido o profissional da equipe escolhido, pois, segundo os profissionais, havia um número máximo de profissionais por equipe e por unidade de saúde liberado para participar da atividade. Um dos desafios no processo de capacitação consiste em estender de maneira permanente essas atividades aos diferentes profissionais das unidades.

Observa-se também que os próprios profissionais buscam cursos de pós-graduação, para além da programação da SMSDC/RJ, tanto envol-

vimento com a temática como pela necessidade de promover uma assistência mais adequada.

Em relação aos gestores, a **participação em cursos e capacitações** está associada à preocupação com a qualificação para atuar na gestão e administração dos núcleos. Nesse sentido, as atividades de capacitação, além de cursos de pós-graduação, são vistas como condição para gestão das equipes que atuam nos núcleos e para a implementação de projetos desenvolvidos na unidade de saúde relacionados à atenção às mulheres em situação de violência sexual.

Segundo a Política de Recursos Humanos para o SUS (BRASIL, 2002), as demandas para gestão e a gerência de serviços e processos exigem o desenvolvimento de competências gerenciais para a consolidação do sistema. Assumir posições estratégicas para o funcionamento do SUS demanda uma maior capacitação por parte dos gestores. De acordo com a Norma Técnica,

(...) os gestores municipais e estaduais têm papel decisivo na organização de redes integradas de atendimento, na capacitação de recursos humanos, na provisão de insumos e na divulgação para o público em geral. (...) É imprescindível a sensibilização de gestores e gerentes de saúde, no sentido de propiciar condições para que os profissionais de saúde possam oferecer atenção integral às vítimas e às suas famílias, como também aos agressores (BRASIL, 2005a: 22).

A participação em treinamentos aparece timidamente em todas as unidades de saúde, dificultando a atualização das condutas e indicações, que devem enfatizar a valorização do acolhimento e das estratégias de adesão, bem como a consolidação da eficácia das abordagens.

Os gestores reconhecem a importância do treinamento para o atendimento às mulheres em situação de violência sexual e consideram que mesmo não estando realizando o atendimento os profissionais devem entender o fluxo do atendimento para fornecerem as orientações para os demais profissionais da unidade, se tornando, assim, agentes multiplicadores. A forma de treinamento mais citada pelos profissionais foi através de palestras, cursos, jornadas e seminários.

Acesso

Os profissionais de saúde atribuem dois sentidos ao acesso das mulheres: **através de demanda espontânea** e **através de encaminhamento externo**.

Se por um lado, observa-se na Norma Técnica (BRASIL, 2005a) uma redução na noção de acessibilidade ao acesso físico à unidade, por outro, a atuação das unidades atende parcialmente ao previsto na Norma Técnica (BRASIL, 2005a), que prevê que as ações de atenção à saúde devem ser acessíveis a toda a população do município ou da região, cabendo às instituições assegurar cada etapa do atendimento, incluindo-se as medidas de emergência, o acompanhamento, a reabilitação e o tratamento dos eventuais impactos da violência sexual sobre a saúde física e mental da mulher.

O conceito de acessibilidade é mais abrangente do que o acesso (ato de ingressar, entrada), que é uma das suas dimensões. Segundo Donabedian (1973), a acessibilidade deve ser vista como um dos aspectos da oferta de serviços relativo à capacidade de produzir serviços e de responder às necessidades de saúde de uma determinada população, abrangendo mais do que a mera disponibilidade de recurso de saúde que facilitam ou limitam seu uso por potenciais usuários.

Conforme Travassos e Martins (2004), o acesso é compreendido como um dos elementos dos sistemas de saúde, dentre aqueles ligados à organização dos serviços, que se refere à entrada no serviço de saúde e à continuidade do tratamento.

Os profissionais informam duas formas de acesso das mulheres, através da demanda espontânea, que inclui a admissão e a emergência das maternidades, locais de visibilidade das situações de violência sexual nas unidades, e através do encaminhamento externo, que envolve as grandes emergências, delegacias, DEAM, IML, hospitais, postos de saúde, redes de apoio à mulher e outras unidades de saúde.

Nos discursos dos gestores e das usuárias foi possível identificar o sentido de acesso como **porta de entrada**. No caso dos gestores, isso aponta para a ampliação dos locais de detecção das situações de violência sexual tanto na unidade como externamente. Já as usuárias, identificam o serviço social da própria unidade como o local de acesso

na unidade e externamente as instituições que comumente encaminham as usuárias.

Para Ramos e Lima (2003), o acesso é um elemento que favorece a reorganização dos serviços e a qualificação da assistência prestada. Obter acesso aos serviços é uma primeira etapa a ser vencida pelo usuário quando parte em busca da satisfação de uma necessidade de saúde. Por outro lado, o acesso à saúde está ligado às condições de vida, nutrição, habitação, educação e poder aquisitivo do usuário, ou seja, esta diretamente ligada às condições de vida do ser humano.

Acolhimento

Os profissionais apontam elementos indispensáveis ao **atendimento diferenciado**, considerado de qualidade, às mulheres em situação de violência sexual, tais como lugar reservado, preferência no atendimento, sigilo, escuta qualificada, empoderamento da mulher, orientações, acompanhamento, atendimento à família, vínculo com os profissionais, não discriminação, encaminhamento interno e externo.

As representações sobre o acolhimento se aproximam da perspectiva preconizada pela Norma Técnica (BRASIL, 2005a) que considera o acolhimento como elemento importante para a qualidade e a humanização da atenção. Por acolher entende-se o conjunto de medidas, posturas e atitudes dos profissionais de saúde que garantam credibilidade e consideração à mulher em situação de violência sexual. O acolhimento pressupõe receber e escutar essas mulheres buscando-se formas de compreender suas demandas e expectativas.

Segundo Schimith e Lima (2004), acolhimento e vínculo dependem do modo de produção do trabalho em saúde. O acolhimento possibilita regular o acesso por meio da oferta de ações e serviços mais adequados, contribuindo para a satisfação do usuário. O vínculo entre profissional e usuário estimula a autonomia e a cidadania, promovendo sua participação durante a prestação de serviço. Segundo Campos (1997), o vínculo com os usuários do serviço de saúde também amplia a eficácia das ações de saúde. Por outro lado, o acolhimento busca garantir o acesso aos usuários com o objetivo de promover uma escuta qualificada.

O **atendimento multiprofissional**, também presente nos discursos dos profissionais, que inclui na equipe os profissionais das áreas de enfermagem, ginecologia, serviço social, psicologia, nutrição. Embora a Norma Técnica (BRASIL, 2005a) preveja na composição da equipe profissionais da medicina, psicologia, enfermagem e serviço social, os profissionais ampliam a composição incluindo a nutrição. Isso responde a demanda apresentada pelas usuárias acompanhadas no seguimento e que fazem uso de quimioprofilaxia.

Os sentidos atribuídos ao acolhimento pelos gestores se referem à **admissão e seguimento**, sinalizando a preocupação dos gestores com dois momentos onde o acolhimento é indispensável ao acesso e a adesão e com setores envolvidos nesses momentos (portaria, sala de exames, ambulatório, psicologia, serviço social, laboratório). Os gestores reconhecem o despreparo e o desconhecimento sobre o fluxo de atendimento por parte dos profissionais, capazes de dificultar o acolhimento das usuárias.

As usuárias consideram o acolhimento **adequado**, identificando como elementos desse atendimento entraram em lugar reservado, tempo de espera satisfatório, fornecimento de medicação, escuta adequada e bom acompanhamento ginecológico, psicológico e social. Conforme Lima *et al*, “a escuta da opinião de quem recebe a assistência é um elemento importante na avaliação dos serviços de saúde, bem como a forma que o sistema de saúde se organiza para viabilizar o atendimento” (2007:16). Merhy *et al* (1999) define acolhimento nas relações humanizadas estabelecidas entre três esferas: profissionais de saúde, o serviço prestado e os usuários.

O acolhimento deve levar em conta os meios disponíveis para a efetiva solução das demandas postas pela população atendida. Segundo Ramos e Lima (2003), o acolhimento é um dos elementos fundamentais do atendimento, incide diretamente sobre o estado de saúde do usuário e da população como um todo, assim como pode favorecer ou prejudicar a organização dos serviços de saúde.

Orientações fornecidas

De acordo com a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), as mulheres em situação de violência sexual devem ser informadas, sempre que pos-

sível, sobretudo sobre o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância de cada medida. Sua autonomia deve ser respeitada, acatando-se a eventual recusa de algum procedimento. Deve-se oferecer atendimento psicológico e medidas de fortalecimento da mulher, ajudando-a a enfrentar os conflitos e os problemas inerentes à situação vivida.

Os profissionais e gestores identificam como orientações fornecidas às usuárias o **protocolo** e o **encaminhamento para outro profissional**, já as usuárias acrescentam nas orientações aquelas relativas ao **empoderamento da mulher**.

Observa-se que tanto os profissionais quanto os gestores mencionam as orientações previstas na Norma Técnica (BRASIL, 2005a), o que aponta para uma incorporação dos procedimentos adequados, todavia, quanto comparado aos discursos das usuárias, observa-se que o protocolo fica reduzido a profilaxia das DST/Aids e a solicitação de exames.

O encaminhamento para outros profissionais é comum aos três subgrupos, sendo que o subgrupo dos gestores inclui os encaminhamentos externos. Se por um lado, os atendimentos às mulheres em situação de violência sexual devem ser multiprofissionais, interdisciplinares e interinstitucionais, por outro lado, o encaminhamento, especialmente para a psicologia e para o serviço social muitas vezes representa um não reconhecimento da violência sexual como uma questão de saúde. Mais grave que isso, em duas unidades alguns profissionais relatam a impossibilidade de fornecer orientações alegando falta de condições da usuária que está sendo atendida. Apenas nos discursos das usuárias aparecem, como parte da intervenção, orientações voltadas para o empoderamento da mulher.

A resolução da questão da violência contra a mulher não é tarefa apenas de um setor, mas é necessária a construção de redes intersetoriais, incluindo, redes interinstitucionais, em que cada setor possa oferecer o que tem de melhor de sua atuação. No caso específico do setor saúde é necessário que os serviços de saúde, ao abordarem o problema, estabeleçam com cada mulher uma escuta responsável, exponham as alternativas disponíveis em termos de acolhimento e intervenção e decidam com ela qual seriam as alternativas melhores para o caso, incluindo-a ativamente na res-

ponsabilidade pelo destino de sua vida (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999).

Proteções legais conhecidas

Em todas as unidades pode-se verificar o conhecimento sobre as principais proteções legais referentes às áreas de **saúde**, **segurança pública**, **assistência social** e **judiciário**. No entanto, observam-se algumas diferenças entre os três subgrupos. A saúde, como proteção legal, não é percebida nos discursos dos gestores em duas unidades. A segurança pública foi mencionada por gestores de todas as unidades, diferentemente das demais proteções. Nas falas das usuárias, a saúde inclui, além do tratamento e dos medicamentos, o fornecimento de preservativos e outros métodos contraceptivos.

Apesar da Lei Maria da Penha ter sido sancionada recentemente, essa aparece como uma proteção legal importante nos discursos dos profissionais e das usuárias. A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, define uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar. A sua divulgação é importante para sua efetivação. Ela determina que o poder público desenvolva políticas que garantam os direitos humanos das mulheres nas relações domésticas e familiares.

As proteções legais são serviços e recursos garantidos por lei às vítimas de violência sexual. O objetivo do serviço de saúde é garantir o exercício do direito à saúde, sendo assim, a equipe de saúde deve buscar identificar organizações e serviços disponíveis na comunidade que possam contribuir com a assistência às mulheres em situação de violência sexual.

Ainda que apenas uma das unidades de saúde avaliadas realize o aborto previsto em lei, tanto os profissionais quanto os gestores incluíram o aborto entre as proteções legais. O abortamento é permitido quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual. Constitui um direito da mulher, que tem garantido, pela Constituição Federal e pelas Normas e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o direito à integral assistência médica e à plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva.

Ao mencionar os serviços na área da assistência social os três subgrupos incluíram CIAM, que

é um dos Centros de Referência e as casas-abrigo. O centro de referência oferece orientações, serviços de natureza multidisciplinar (assistência social, jurídica, psicológica); e as casas-abrigo consistem num local onde as mulheres em situação de violência sexual, correndo algum tipo de risco, possam preservar sua integridade física e psicológica através de hospedagem em local sigiloso. No entanto, ao analisar as falas dos profissionais e dos gestores sobre avaliação de risco pode-se observar, por um lado, um desconhecimento acerca desse procedimento, e por outro, uma reprodução dos estereótipos de gênero considerando riscos relacionados ao comportamento feminino.

A avaliação dos riscos deverá ser feita junto com a usuária. É preciso identificar as situações de maior vulnerabilidade, a fim de elaborar estratégias preventivas de atuação.

Nos casos de famílias em situação de violência, deve-se observar a história da pessoa agredida, o histórico de violência na família e a descrição dos atos de violência. A equipe de saúde deve avaliar os riscos de repetição ou agravamento, visando à prevenção de novos episódios. A equipe de saúde deve buscar identificar organizações e serviços disponíveis na comunidade que possam contribuir com a assistência.

É imprescindível a sensibilização de gestores e gerentes de saúde, no sentido de propiciar condições para que os profissionais de saúde possam oferecer atenção integral às vítimas e às suas famílias, como também aos agressores. Isso envolve atuação voltada para o estabelecimento de vínculos formalizados entre os diversos setores que devem compor a rede integrada de atenção a vítimas de violência para a promoção de atividades de sensibilização e capacitação de pessoas; para a humanização da assistência e ampliação da rede de atendimento; e para a busca de recursos que garantam supervisão clínica e apoio às equipes que atendem pessoas em situação de violência. As percepções sobre as orientações fornecidas apontam para a utilização de referência adequada e para a integralidade do atendimento prestado.

Uso de material educativo

Nos três subgrupos e em quase todas as unidades as percepções sobre **utilização do material**

educativo estão associadas ao uso de cartazes, material com endereços de DEAM, folders, álbum seriado, vídeos, preservativo e kit de métodos. A não utilização do material educativo é justificada pela não disponibilização do material pela SMSDC/RJ e pela falta de condições (falta de tempo e a fragilidade emocional das mulheres) para trabalhar conteúdos educativos no primeiro atendimento.

A resistência de alguns profissionais à utilização do material educativo impede a assimilação das informações e a realização de futuros encaminhamentos. São inegáveis os benefícios desse tipo de recurso. As consequências psicológicas são muito variáveis, já que cada mulher responde de forma diferente à violência sexual (FAÚNDES *et al*, 2006).

Segundo Cavalcanti (2004) é de suma importância que os materiais educativos sejam utilizados pelos profissionais, já que os mesmos propiciam informações de maneira didática e de fácil compreensão além do fato de que os serviços de saúde e a própria rede de atenção são divulgados através dos mesmos. Outro fator essencial, é que o material ilustra e descreve a violência, dando a oportunidade a outras mulheres em situação de violência sexual se reconhecerem e desnaturalizarem sua situação.

Um material bem escrito ou uma informação de fácil entendimento melhora o conhecimento e a satisfação do paciente, desenvolve atitudes e habilidades, facilita a autonomia, promove a adesão, torna-o capaz de entender como as próprias ações influenciam o padrão de saúde e favorece a tomada de decisão, além de contribuir na redução do uso dos serviços e dos custos com a saúde (SERXNER *apud* MOREIRA; SILVA, 2008).

Segundo a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), é necessário que todos os serviços de orientação ou atendimento tenham, pelo menos, uma listagem com endereços e telefones das instituições componentes da rede. Essa lista deve ser do conhecimento de todos os funcionários dos serviços, permitindo que as mulheres tenham acesso sempre que necessário e possam conhecê-la independentemente de situações emergenciais.

Atitudes frente à gravidez decorrente de violência sexual

O **respeito à decisão da mulher** predomina nas percepções dos profissionais e dos gestores em

todas as unidades. Isso aponta para o reconhecimento o direito ao aborto previsto em lei, o respeito à autonomia e a importância da indicação da contracepção de emergência. Esse posicionamento está de acordo como preconizado nas convenções e políticas dirigidas ao enfrentamento da violência contra a mulher. A prevenção da gravidez não desejada, do abortamento e de suas consequências, deve se constituir como elementos de alta prioridade para os profissionais de saúde. Apesar disso e do recente crescimento no número de serviços de aborto legal em nível nacional, observa-se ainda a resistência de profissionais e gestores na implementação desses serviços, que dependem em grande parte do treinamento e da estabilidade dos integrantes das equipes para seu funcionamento.

O **não incentivo a interrupção da gravidez prevista em lei**, também presente nas percepções dos profissionais e dos gestores, está associado à criminalização do aborto, podendo indicar uma relativa interferência das vivências religiosas tanto dos profissionais quanto dos gestores nas práticas cotidianas. A vivência religiosa não deve servir para orientar as práticas profissionais no âmbito das políticas públicas. Se e quando isso acontece, há um prejuízo para sua saúde e uma violação dos direitos humanos, sem os quais não existe a realização da cidadania. O posicionamento contrário e resistente por parte dos profissionais quanto à questão do aborto legal também é identificado por Oliveira *et al* (2005) na avaliação de um serviço municipal e um serviço universitário de São Paulo.

A **realização da interrupção condicionada ao posicionamento da equipe médica** está associada ao direito do médico a não realizar o aborto previsto em lei, alegando a objeção de consciência prevista no código de ética médica. Esse posicionamento, que foi identificado nas falas dos profissionais de apenas uma unidade, contribui para dificultar o acesso das usuárias dos núcleos ao aborto previsto em lei. Na situação na qual o profissional de saúde se recusa a realizar o atendimento, é necessário que a usuária seja encaminhada a outro profissional da equipe. Segundo a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), a assistência à saúde da pessoa que sofre violência sexual é prioritária e a recusa infundada e injustificada de atendimento pode ser caracterizada, ética e legalmente, como omissão. Nesse caso, segundo o art. 13, § 2º do Código Penal, o(a)

médico(a) pode ser responsabilizado(a) civil e criminalmente pela morte da mulher ou pelos danos físicos e mentais que ela possa vir a sofrer.

O **encaminhamento para outro profissional**, identificado nas falas dos profissionais de apenas uma unidade e que aponta para a dúvida sobre o posicionamento adequado nos casos de gravidez decorrente de violência sexual, de certo modo, resguarda o direito da usuária a receber os serviços previstos na Norma Técnica (BRASIL, 2005a). Chamou a atenção que em todas as unidades de saúde um número significativo de profissionais não soube informar qual o tipo de atitude diante de uma gravidez decorrente de violência sexual. Alguns profissionais se mostravam incomodados em tratar da questão, optando por não responder sobre o aborto previsto em lei ou mudar de assunto. Conforme Brasil (2005a), a interrupção da gravidez é um direito da mulher e a escolha de manter a gestação também é, e para isto deverá ser garantido o acesso ao pré-natal, ao pós-nascimento e inclusão na família ou doação.

As mulheres que receberam informação sobre as alternativas diante da gravidez decorrente da violência sexual mencionaram que foram informadas sobre os direitos e os procedimentos relacionados e que esse processo envolve uma grande indecisão. Uma das mulheres entrevistadas manifestou a recusa à prática do aborto em função da sua religião. Naquelas situações em que as mulheres não receberam informações sobre o assunto, o que ocorreu em três unidades, fica claro o desconhecimento das usuárias sobre o direito ao aborto previsto em lei, sobre as alternativas legais quanto ao destino da gestação e sobre as possibilidades de atenção nos serviços de saúde. Uma das mulheres entrevistadas afirmou que faria o aborto independentemente de receber ou não orientações sobre seus direitos.

Suporte para a equipe de saúde

Tanto para os profissionais quanto para os gestores, o suporte para a equipe de saúde é visto como a **infraestrutura adequada**, que se refere às condições de atendimento oferecidas pelo serviço às usuárias tais como: medicação, insumos, espaço físico adequado, apoio da direção, privacidade, encaminhamentos, exames, documentação institucional.

De acordo com a Norma Técnica (BRASIL, 2005a), a equipe de saúde deve estar sensibilizada e capacitada para assistir a pessoa em situação de violência. Dessa forma, há que se promover, sistematicamente, oficinas, grupos de discussão, cursos, ou outras atividades de capacitação e atualização dos profissionais. Isso é importante para ampliar conhecimentos, trocar experiências e percepções, discutir preconceitos, explorar os sentimentos de cada um em relação a temas com os quais lidam diariamente em serviço, a exemplo da violência sexual e do abortamento, buscando compreender e melhor enfrentar possíveis dificuldades pessoais ou coletivas. Isso porque, ao lidar com situações de violência, cada profissional experimenta sentimentos e emoções que precisam ser reconhecidos e trabalhados em função da qualidade do atendimento e do bem-estar do(a) profissional envolvido(a). É importante também desenvolver sistemática de auto-avaliação da equipe, sem deixar de considerar o limite da atuação de cada profissional.

Os profissionais de saúde e os gestores também mencionam o **suporte a equipe**, que está associado à existência de suporte psicológico, discussão de casos com a saúde mental, oficinas, discussão de casos, reunião com a saúde mental, grupo de estudos e avaliação de prontuários, ainda que relatem a dificuldade de acompanhamento às equipes justificada pela carência de recursos humanos.

Conforme Oliveira *et al* (2005), grande parte dos profissionais não possuem capacitação, preparo e suporte para estarem trabalhando com a temática. Este pode ser considerado um dos obstáculos mais importantes para a efetivação de um melhor atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

A necessidade de um tratamento diferenciado aos profissionais que atuam em serviços de atendimento à violência é apontada por Freitas *et al* (2007). As situações vivenciadas por esses profissionais podem gerar uma sobrecarga física e psíquica nos profissionais, podendo implicar em danos à sua saúde e levar a um aumento no número de licenças. Nesse sentido, os serviços de saúde devem garantir a realização de atividades que proporcionem especial atenção à saúde mental dos seus profissionais.

Conclusões e recomendações

Os resultados apontam para uma incorporação diferenciada dos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica (BRASIL, 2005a) decorrente da trajetória de consolidação dos núcleos e da inserção diversificada dos profissionais e gestores, na qual o monitoramento e a supervisão podem contribuir para ampliação e qualidade dos serviços prestados.

A limitada participação em cursos, capacitações e treinamentos, aliada à ausência de abordagem sobre a temática da violência sexual, como uma questão de saúde pública, durante a graduação das profissões de saúde, contribui para a invisibilidade da demanda e para a assistência nem sempre adequada. Esta pesquisa confirmou a dificuldade dos profissionais em dar visibilidade à violência sexual no âmbito das práticas de saúde já mencionada em outras pesquisas.

Apesar da pouca adesão ao acompanhamento pelas usuárias, as representações sobre o acesso e sobre o acolhimento se aproximaram da perspectiva preconizada pela Norma Técnica (BRASIL, 2005a). As orientações fornecidas nos núcleos, ora abrangendo as informações previstas na Norma, ora reduzindo o protocolo à profilaxia das DST/Aids e à solicitação de exames, apontam para uma relativa incorporação dos procedimentos adequados.

A absoluta insuficiência de serviços de referência para realização da interrupção da gravidez prevista em lei é agravada pelas atitudes negativas frente à gravidez decorrente de violência sexual: não incentivo à interrupção da gravidez prevista em lei, realização da interrupção condicionada ao posicionamento da equipe médica e encaminhamento para outro profissional.

Quanto à avaliação de risco pode-se observar, por um lado, um desconhecimento acerca desse procedimento, e por outro, uma reprodução dos estereótipos de gênero considerando riscos relacionados ao comportamento feminino. A utilização de material educativo incorpora uma variedade de materiais que dão visibilidade ao tema da violência sexual e que apresentam informações indispensáveis, ainda que não adotada em todas as etapas da assistência. Observa-se uma insuficiência de atividades de suporte às equipes em todos os núcleos.

Isso aponta para a necessidade de investimento e ampliação das atualizações e acompanhamentos continuados dos profissionais treinados, incluindo profissionais de outras áreas. Aponta também que, além do enfoque no preparo técnico, é importante discutir a disponibilidade interna para ouvir e orientar e a função social dos profissionais e dos núcleos. A compreensão da temática da violência sexual como uma questão de política pública pode reduzir a reprodução dos estereótipos de gênero ancorados no senso comum.

Também é necessário promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Na direção de uma resposta mais efetiva na atenção às mulheres em situação de violência sexual, colocam-se os seguintes desafios: ampliação das capacitações; produção de materiais educativos dirigidos à instrumentalização dos profissionais (em diferentes formatos); ampliação dos serviços de referência para realização da interrupção da gravidez prevista em lei; e criação de mecanismos de supervisão periódica.

Cabe ainda destacar a importância da inclusão do tema na formação profissional e o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão em parceria com as universidades no âmbito dos serviços⁵.

Referências bibliográficas

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência contra as Mulheres e Adolescentes*. Brasília, Ministério da Saúde, 2005a, p. 73.

_____. Ministério da Saúde. *Política de Recursos Humanos para o SUS: Balanço e perspectivas*. Brasília, Ministério da Saúde, 2002, p. 35.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005b, p. 26.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003, p. 68.

CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança: revolução das coisas e reforma das pessoas. O caso da saúde In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). *Inventando a mudança na saúde*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 29-87.

CAVALCANTI, L. F. *Ações da assistência pré-natal voltadas para a prevenção da violência sexual: representação e práticas dos profissionais de saúde*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências – Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Prevenção da violência sexual e avaliação dos programas de saúde: tendências atuais In: ALMEIDA, S. S. (Org.). *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 139-155.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. *et al.* Avaliação na área da saúde: conceitos e métodos In: HARTZ, Z. M. A. (Org.). *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997. p. 29-47.

DONABEDIAN, A. *Aspects of medical care administration*. Boston: Harvard University Press, 1973.

_____. The quality of Medical Care In: *Science*, v. 200, n. 4344, 1978, p. 856-864.

FAÚNDES, A. *et al.* Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro In: *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2006, p. 126-35.

FREITAS, F. C., LIMA, M. G. & DYTZ, J. L. G. Atendimento à mulher vítima de violência sexual no Programa Violeta, Distrito Federal In: *Com. Ciências Saúde*, Distrito Federal, v. 18, n. 3, 2007, p. 185-196.

LIMA, M. A. D. S. *et al.* Acesso e acolhimento em unidades de saúde na visão dos usuários In: *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v.20, n. 1, 2007, p. 12-17.

MERHY, E. E.; FRANCO BUENO, T. B.; BUENO, W. S. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 1999, p 345-53.

MINAYO, M. C. S. Introdução In: MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., SOUZA, E. R. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 19-51.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

MOREIRA, M. F. ; SILVA, M. I.T. Legibilidade do material educativo escrito para pacientes diabéticos In: *Online Brazilian Journal of Nursing*, Niterói, v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/nepae/siteantigo/objn402moreiraetal.htm>. Acesso em: 14 de jun. 2008).

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 3, 2005, p. 376-82.

RAMOS, D. D.; LIMA, M. A. D. S. Acesso e acolhimento aos usuários em uma unidade de saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2003, p. 27-34.

SCHIMITH, M. D.; LIMA, M. A. D. S. Acolhimento e vínculo em uma equipe do Programa da Família In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, 2004, p. 1487-1494.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde *In: Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 3, n. 5, 1999, p. 11-26.

SESSIONS, G. *Avaliação em HIV/AIDS: uma perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: ABIA, v 2, 2001.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, sup 2, 2004, p. S190-S198.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002, p. 357.

Notas

1. A violência sexual contra a mulher, uma das expressões da violência de gênero, é relevante na sociedade, tanto pela sua alta incidência como pelo seu impacto na saúde sexual e reprodutiva. Diferentes pesquisas apontam que uma entre quatro mulheres pode vivenciar a violência sexual perpetrada por parceiro íntimo, e quase um terço das adolescentes vivenciaram sua primeira experiência sexual forçada (WHO, 2002).
2. Cabe destaque a iniciativa de criação do Grupo de Trabalho (GT) da Violência contra Criança, Adolescente e Mulher, em maio de 2000, pela SMSDC/RJ. Até outubro de 2003 foram realizados 37 encontros mensais, com a presença de diferentes profissionais das diversas unidades dessa Secretaria. O GT se constitui num espaço intersetorial permanente de capacitação onde são apresentados e discutidos temas a partir das demandas dos profissionais, potencializando diferentes ações na rede de serviços de saúde (CAVALCANTI, 2004).
3. Na América Latina, são raros os programas que aprofundam seus esforços avaliativos, a maior parte deles restringe-se apenas à descrição das discrepâncias entre o realizado e o programado, e entre os recursos implementados e as coberturas alcançadas.

4. “A noção de tema está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, uma frase, um resumo” (MINAYO, 1994: 208).

5. Essa pesquisa faz parte desse esforço de articulação ensino-pesquisa-extensão na área da prevenção da violência sexual, sendo apoiada pelo CNPq, através do Edital 045/2005 (Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos), pelos programas de bolsas de iniciação científica PIBIC-CNPq, PIBIC-UFRJ e FAPERJ, pelo programa de bolsas de extensão PIBEX-UFRJ. Participaram dessa pesquisa as alunas de graduação Ana Cléia Gonçalves de Aguiar, Márcia Freitas de Jesus, Viviane do Nascimento Aquino, Priscila Cavalcante da Silva, Tatiani Leite Soares e Vivian de Almeida Mattos.

Ludmila Fontenele Cavalcanti

* Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Doutora em Ciências pelo IFF da Fiocruz, Coordenadora do Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino, pesquisadora na área da saúde reprodutiva e da prevenção da violência sexual.

Roberta Matassoli Duran Flach

** Assistente Social da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro e Pesquisadora do Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Rejane Santos Farias

*** Assistente Social e Pesquisadora do Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da UFRJ

Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense

Fania Fridman*

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo**

Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense

Resumo: Este trabalho, inserido em uma linha de pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu/Ippur/Ufrj), traz para o debate projetos esboçados a partir da idéia de nação amparada no discurso de união física e social e que tiveram no território seu eixo central. Interrogamos, através do papel desempenhado pela província do Rio de Janeiro em um cenário marcado por conflitos, de que maneira a sociedade imperial atendia àquelas demandas e em que termos os planos se diferenciavam daqueles implementados no período colonial. A análise fundamenta-se ainda em propostas de gestão apresentadas por representantes da elite brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Paulino José de Oliveira Soares de Souza e Tavares Bastos e nos programas efetivados na província fluminense.

Palavras-chave: Projetos territoriais; Rio de Janeiro; Elites brasileiras

Territorial planning for the brazilian empire: the case of the province of Rio de Janeiro

Abstract : This work, included in an on-going research line in the scope of the Territorial studies and Urban History Group (Gesthu/Ippur/Ufrj), brings to the debate projects which were designed based on the idea of a physical and social nation, and which had the territory as their central axis. The question we ask, bearing in mind the role of Rio de Janeiro province as scenery marked by conflicts, is how the imperial society met those demands, and how the plans differed from those implemented in the colonial period. The analysis is grounded on management proposals presented by the Brazilian elite representatives José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Paulino José de Oliveira Soares de Souza and Tavares Bastos, as well as on the programs established in Rio de Janeiro.

Keywords: Territorial projects; Rio de Janeiro; Brazilian elite.

Recebido em 20.03.2010. Aprovado em 29.04. 2010.

Introdução

Ao longo da colonização portuguesa no Brasil o território expandiu-se partindo do litoral e conquistando o sertão. Com a transmigração da corte no início do século XIX, a metrópole “interiorizou-se” e o dinamismo econômico e a política oficial de povoamento, facultados pelos caminhos e pela dificuldade de resistência da população indígena, geraram desproporções das áreas administrativas. Sua integração decorreu de objetivos particulares e da transformação deste “aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que então constituíam o país, numa base segura para o trono português e para sede de uma monarquia européia” (PRADO JUNIOR, 1957: 246).

Após a revolução da independência, a província¹ do Rio de Janeiro desempenhou o papel de organismo político-administrativo central articulando a unificação da nova nação composta por quase 50% de escravos. A proposta do império fundamentava-se no tema da unidade nacional cimentada pela exploração agrícola e pela constituição de uma aristocracia formada pelos senhores rurais com interesses comuns. Para Lamego (1963), a harmonia nobiliárquica em relação ao poder central propiciou a coordenação de um espírito de brasilidade e a “civilização” da imensa hinterlândia.

A paisagem fluminense alterou-se com a expansão da fronteira agrícola através da produção cafeeira, cujas técnicas rudimentares impunham a incorporação de novas terras, processo que ocasionou a abertura de veredas, a criação de vilas e comarcas e a submissão da população nativa. Neste sentido, a marcha do café possibilitou a colonização e o povoamento. Neste período de transição para o novo aparato jurídico de propriedade articulado ao esgotamento do regime sesmario (e de seu modelo de colonização) estruturou-se um Estado- Nação ideologicamente autoritário face ao temor das oligarquias à república e aos levantes de escravos (MOTA, 2000). Iniciados em 1817 com a revolução pernambucana, os movimentos sociais – de forte base nacionalista estabilizada em 1831 quando forças progressistas exiladas são chamadas de volta – foram vencidos pelo “progresso conservador”. A partir de 1840, os arranjos urbanos e regionais, até então resultados de princípios liberais, assumiram um viés centralizador. Tais mudanças

nos remetem às seguintes indagações: como as diferentes idéias para a construção de um país se expressaram na administração e de que forma influenciaram na política territorial? Apresentaremos a seguir alguns indícios para respondê-las destacando as propostas de quatro pensadores que desempenharam papel de vulto na sua formulação durante o período imperial.

A retórica do território

José Bonifácio de Andrada e Silva², pertenceu à Geração de 1790, um grupo de homens letrados e diplomados pela Universidade de Coimbra que se tornaram os principais formuladores e executores das políticas reformistas e ilustradas (FALCON; KANTOR, 2008). No pensamento andradino influenciado pelas Luzes, a nação seria a soma dos indivíduos – somente a ampliação do seu número poderia garantir a continuidade e a estabilidade dos interesses particulares. Em seu conjunto de memórias denominado “Projetos para o Brasil” foram apresentadas teses para a construção da nação brasileira mulata, una e indivisível: a mistura de raças, condição primeira para a homogeneidade política, e a emancipação dos escravos e a incorporação dos índios para eliminar a “heterogeneidade física e civil”.

(...) cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer convulsão política (ANDRADA E SILVA, 2000: 18).

Sua defesa intransigente à extinção do tráfico e da escravidão baseava-se na argumentação de serem prejudiciais aos interesses econômicos e políticos dos proprietários e contrários aos princípios da razão e da religião: os escravos eram potencialmente uma ameaça à ordem e a existência do cativo levaria à degeneração moral dos homens livres. Por outro lado, a civilização decorreria da libertação dos índios e dos negros e de sua transformação em cidadãos através do trabalho e da educação, de princípios cívicos e morais.

Visando a modernização e a integridade do Reino do Brasil, seus projetos contemplavam ainda a

pequena propriedade, a modernização do estatuto jurídico da terra e do trabalho, a criação de núcleos coloniais, de mercados e de feiras em pontos estratégicos concomitantemente à abertura de novas estradas, à melhoria da navegação fluvial e ao estabelecimento da capital no interior do país. Este modelo, aqui caracterizado como um ambicioso sistema de aculturação sustentado por instrumentos normativos, viria acompanhado por escolas profissionalizantes de artes e ofícios para negros, mulatos e nativos e pela transformação das aldeias indígenas em freguesias e vilas. Parte destas sugestões já havia sido implementada pelo marques de Pombal em meados do século XVIII a partir da promulgação do Diretório dos Índios quando, na área fluminense, aldeias foram elevadas a matrizes – São Pedro do Cabo Frio, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, São Lourenço, São Barnabé, Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, Sacra Família de Ipuca, Santo Antônio de Guarulhos, Nossa Senhora da Glória de Valença, São Antônio do Rio Bonito, São Fidélis de Sigmaringa, São José de Leonissa, Santo Antônio de Pádua e São Luiz Beltrão – cujas terras foram esbulhadas pelos colonos que também escravizaram os silvícolas.

Dois outros personagens do império formularam proposições: Bernardo Pereira de Vasconcellos³ e Paulino José Soares de Souza⁴ integrantes do coletivo de políticos *moderados*, grupo que se afirmou no poder por meio de alianças com os grandes proprietários rurais. De sua iniciativa destacam-se o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834).

Parte da historiografia acerca do Código de Processo Criminal ressalta sua expressão liberal por promover uma reforma expressiva no sistema de justiça e por alargar o poder municipal com atribuições judiciárias e policiais (IGLÉSIAS, 1993)⁵. Entretanto, como o município não poderia exercê-las plenamente por não possuir rendas e ter sua atuação sob o controle dos Conselhos Gerais das Províncias, eram concessões liberais na aparência de acordo com uma outra perspectiva de análise compartilhada por historiadores, cientistas políticos e juristas. Talvez estejam secundarizados neste debate temas pertencentes ao campo da geografia política⁶ que influenciaram a nova legislação. Sem desconsiderar os demais aspectos, também rele-

vantes, queremos enfatizar a nova ordem espacial que tal documento propõe ao redefinir os poderes, os agentes e os lugares do seu exercício a partir da mudança do papel assumido em cada circunscrição. É possível apreender este tema nos primeiros dois artigos onde foram elencados os elementos definidores das divisões das províncias, dos distritos, além dos termos e das comarcas.

Art. 2º Haverá tantos Distritos quantos forem marcados pelas respectivas Câmaras Municipais, contendo cada um pelo menos setenta e cinco casas habitadas.

Art. 3º Na Província, onde estiver a Corte, o Governo, e nas outras os Presidentes em Conselho, farão o quanto antes a nova divisão de Termos e Comarcas proporcionada, quanto for possível, à concentração, dispersão e necessidade dos habitantes, pondo logo em execução essa divisão e participando ao Corpo Legislativo para última aprovação.

Por sua vez, o Ato Adicional ao criar as Assembleias Provinciais (que tutelariam as Câmaras Municipais) ampliou o poder regional revelando um projeto liberal vinculado à distribuição de recursos e de poder, ou seja, à organização do território no momento em que o eixo econômico do império deslocara-se, com o café, para o sudeste. A decisão sobre uma forma espacial, que sempre vincula-se à apropriação, distribuição e à canalização de recursos da natureza, estaria nas mãos dos entes federativos que, além de deliberarem sobre o território do presente, imaginariam seu futuro conforme os artigos relativos à arrecadação e rendas, à divisão política e às políticas de caráter social, administrativo e aquelas relacionadas à infra-estrutura. Cabe ressaltar os artigos de número 10 e 11: o primeiro proporcionou às Assembleias competência para deliberar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica das províncias e mesmo sobre a mudança da sua capital “para o lugar que mais convier”⁷; e o segundo regulou a estruturação da estatística da província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias.

Foi ainda de Bernardo Vasconcellos o projeto original da Lei de Terras baseado na experiência australiana. No entanto, de liberal, tornou-se o homem forte da Regência de Araújo Lima e *regressis-*

ta ou *saquarema*, organizando o núcleo do partido conservador que defendia a centralização política face ao temor “à anarquia” das revoltas que eclodiam no país. Junto com seu aliado Paulino José Soares de Souza tornaram-se os principais articuladores da aprovação de medidas como a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a reforma do Código de Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado (1841).

A Lei de Interpretação do Ato Adicional foi, para Faoro (2000), a obra mais enérgica da reação conservadora ao eliminar os poderes das Assembléias Provinciais. Quanto à reforma do Código de Processo Criminal, este deu origem à Polícia do Império, tirou o vínculo dos juizes e dos promotores com as Câmaras Municipais e submeteu o juiz de paz à autoridade policial. Em relação ao Conselho de Estado – contando em seus quadros com estadistas, militares e administradores do Império -, como órgão consultivo do poder Moderador atuava nos casos de intervenção acerca de tratados, indenizações, conflitos jurisdicionais, abusos eclesiásticos e de propostas da Coroa à Assembléia Geral. Apesar de merecerem à época duras críticas dos políticos liberais, passada uma década a Lei de Interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado já não suscitavam maiores conflitos, seja pelas alianças entre liberais e conservadores que permitiram a alternância no poder e a costura dos interesses das camadas sociais hegemônicas em torno de um projeto comum, seja porque tais interesses estivessem coordenados nacionalmente em torno da defesa da escravidão (GORENDER, 2000).

Na década de 1860 Soares de Souza lançou dois livros, “Ensaio Sobre o Direito Administrativo” e “Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil”. No primeiro, afirmava que o desenvolvimento da França e da Inglaterra decorreria do elevado grau de organização das instituições administrativas daqueles países. O direito administrativo, subordinado ao direito constitucional, teria como função organizar internamente o Estado regulando as ações entre os diferentes agentes e definindo as regras de relacionamento entre os entes públicos e privados com vistas à execução dos diferentes serviços – segurança e socorros públicos, entre outros. A implantação de um “poder

administrativo” para promover o progresso e maior liberdade reclamaria um grupo de agentes disseminados pelas diferentes circunscrições territoriais.

No segundo livro defendeu a centralização do Estado pregando a uniformização de regras e procedimentos para assegurar a unidade do país resguardando, porém, os interesses comuns em todas as partes da nação tais como os negócios, as obras públicas e o estabelecimento de empresas. Tal política garantiria a unidade do império, a moeda, a magistratura, a segurança geral, a construção de fortalezas, de estradas gerais e de caminhos de ferro, a melhoria dos canais, a resolução dos problemas da agricultura, o estímulo ao crescimento de áreas e evitaria o excesso de poder em algumas localidades⁸.

As condições topográficas de um país; a dispersão ou concentração da sua população; as divisões territoriais; a sua extensão; a facilidade ou dificuldade das comunicações; o maior ou menor número de homens habilitados para a gerência dos negócios nas localidades, a maior ou menor confiança que, em geral, podem inspirar; a maior ou menor harmonização entre os interesses econômicos das diversas frações do território, são circunstâncias de alto valor, que muito cumpre consultar e atender para a maior ou menor centralização (VISCONDE DO URUGUAI, apud CARVALHO, 2002: 437-438).

Para Soares e Souza a ausência de critérios para a demarcação das comarcas, dos municípios e das freguesias beneficiaria práticas eleitoreiras e dificultaria a implantação de uma política administrativa. Propunha, para proceder à composição harmônica das circunscrições, considerar o tamanho do território, a população, as atividades econômicas, o grau de riqueza, as instituições, os impostos, os meios de comunicações e o relevo. “As divisões políticas, administrativas e judiciárias e a organização política, administrativa e judiciária são coisas que têm entre si a ligação a mais íntima, e devem estar em completa harmonia” (CARVALHO, op.cit.: 115-116).

Ainda com referência aos atributos espaciais, afirmava ser a dispersão populacional um dos fatores responsáveis pelo atraso do país e, neste sentido, manifestava a necessidade de se construir estra-

das articulando os principais núcleos. No entanto, ressaltava que estas deveriam ser abertas a partir de um plano, propiciando assim maior funcionalidade e operacionalização à administração pública confiada a agentes dispostos hierarquicamente. No centro das circunscrições territoriais estariam os funcionários superiores e, na periferia, aqueles que ocupariam os cargos secundários. É dessa forma que noções de alcance, extensão, rede e escala ficaram forjadas em seu discurso revelando claros indícios de uma política territorial.

Enquanto José Bonifácio, Bernardo Vasconcellos e o visconde do Uruguai pregavam o fortalecimento do poder central, Tavares Bastos⁹ caminhava em sentido oposto. Publicada em 1870, “A Província” traduziu as aspirações liberais quanto à economia, à política e à organização administrativa. Seu principal argumento era o de que o tamanho e as diferenças regionais dificultavam a distribuição racional dos recursos do Estado e favoreciam grupos monopolizadores das decisões. De acordo com Moraes Filho (2001), Tavares Bastos atribuiu à centralização política e administrativa um de nossos principais males, associados a outros fatores igualmente graves como a escravidão, o baixo nível de instrução da população, o atraso material do país, as condições de vida da população, a falta de liberdade econômica e a pouca comunicação com o exterior. A solução estaria na adoção do sistema federativo e monárquico acompanhado pela descentralização administrativa, reformas no sistema de representação e no Judiciário, abolição da escravatura, imigração estrangeira, instrução pública, reforma agrária dividindo os latifúndios, liberdade religiosa, navegação comercial e de cabotagem e pela abertura do rio Amazonas aos estrangeiros, entre outras medidas de modernização da sociedade. Para a “regeneração material e moral do país”, carecia o conhecimento da realidade com base em dados concretos o que, para Tavares, indicava a importância da estatística como técnica fundamental.

Quanto ao sistema de governo vigente à época, frisava como maior problema o fato das circunscrições possuírem apenas funções administrativas.

“Pode-se, por ventura, desprezar tão poderosa causa física no momento de empreender sérias reformas no nosso atual sistema administrativo? Eis aí porque, ainda quando não a condenasse a triste experiência dos

povos, a centralização seria no Brasil um fato meramente oficial, sem base nas supostas relações da vastíssima circunferência do Estado com o centro improvisado pela lei (...)” (TAVARES BASTOS, 1997: 24).

Propunha estabelecer a linha divisória entre as instâncias locais e provinciais em assuntos comuns, cabendo ao Estado imperial a construção de escolas laicas, a discriminação das terras públicas e privadas e a emancipação dos escravos, condições fundamentais para o desenvolvimento do país e para a independência do povo brasileiro. Quanto à geração de fundos, aconselhava a cobrança de um imposto territorial que reduziria as superfícies incultas e permitiria a oferta de terra barata ao imigrante e ao liberto¹⁰.

Defendia a responsabilidade das Assembléias Provinciais pelo gerenciamento das comunicações e pela realização de obras públicas. Neste aspecto questionava as Leis de Polícia e Justiça (1841) e da Guarda Nacional (1850) que, a partir de uma concepção centralizadora, teriam aniquilado o espírito público nas localidades e inviabilizado a distribuição de recursos nas províncias, dificultando também o estabelecimento de negócios. Como a existência de um núcleo comercial era fundamental para o desenvolvimento local, aconselhava a construção de estradas e caminhos de ferro e a melhoria dos portos. Prescrevia ainda a constituição de uma rede de telégrafos que também auxiliaria na difusão dos valores morais e patrióticos.

No que se refere às receitas e despesas, as inconveniências da centralização estariam refletidas nos orçamentos do governo ao evidenciarem os excessivos gastos com o pagamento de funcionários, luxos administrativos e subsídios. Como alternativa, pretendia o aumento da tributação local assim como maior liberdade às circunscrições para criar impostos. Ao considerar distintas as condições de produção, comércio e de circulação derivadas de melhoramentos ou de fatores naturais como proximidade de rios e áreas planas, argumentava ser injustificável a uniformidade das taxas.

A extensão e riqueza dos municípios urbanos ou rurais, o grau de adiantamento dos povos, as circunstâncias físicas e a densidade da população variam profundamente em

cada uma das partes do império, no norte, no centro, no sul, no oeste; variam mesmo, com feições pronunciadíssimas, nas diferentes comarcas de uma mesma província (...). Essa diversidade de circunstâncias locais deverá influir no modo de organizar-se o governo interno de cada província (...) (TAVARES BASTOS, *op.cit.*: 143-144).

Tavares Bastos, ao pretender realizar um “sério estudo de nossa geografia política”, afirmava que um dos erros da Constituição de 1824 teria sido a forma de dividir as províncias do Brasil.

Grandes províncias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrários, que em demasia prejudicam aos interesses dos povos; há por outro lado, verdadeiros desertos, com muitas dezenas de milhas de léguas quadradas, convertidos em províncias ou incluídos nelas, quanto melhor fora reparti-los em certo número de distritos administrativos (TAVARES BASTOS, *op.cit.*: 388).

Tal divisão mantinha uma situação favorável ao Rio de Janeiro, sendo necessário o empenho do governo imperial no sentido de reagrupar as comarcas segundo o clima, a tradição, a história, o comércio e o povo no intuito de garantir maior liberdade na administração provincial. Queremos destacar a inclusão em seus argumentos da problemática territorial na direção de um pacto federativo fazendo frente à incoerência da centralização. Por outro lado, devemos sublinhar semelhanças entre suas idéias e aquelas apresentadas por José Bonifácio de Andrade e Silva, Bernardo Vasconcellos e Paulino José Soares de Souza quanto à importância que o tema “civilização” adquiriu entre os diversos discursos, amparados na construção de imagens espaciais que serviram para legitimar propostas de mudança.

Os programas territoriais

As ações administrativas, centralizadoras ou não, têm impacto na formação de cidades e regiões. Reportando-nos a Lacoste (1988) que afirma serem as regiões órgãos do corpo da nação, interrogamos

sobre os programas disseminados na província fluminense no século XIX. Começamos pelas sucessivas divisões das comarcas e a multiplicação de vilas, processo acompanhado por conflitos em diferentes escalas.

A Câmara Municipal, a unidade básica da organização político-administrativa, governava as cidades e as vilas. Acima desta encontravam-se as comarcas (ou correições ou distritos), as provedorias e os distritos dos tribunais centrais. As comarcas eram divisões civis de caráter administrativo e judicial submetidas ao corregedor. Este fiscalizava a ação dos juizes locais e inspecionava as jurisdições, direitos senhoriais e o governo local. Sua superfície era pouco homogênea e nem sempre contínua¹¹.

Nas três primeiras décadas do século XIX a província do Rio de Janeiro possuía duas cidades, Rio de Janeiro e Cabo Frio, e as vilas de Macacu, Magé, Vila Nova, São Salvador, São João da Barra, Macaé, Maricá, São Domingos da Praia Grande, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Resende, Pirai, Barra Mansa, São João Marcos, Vassouras, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Cantagalo, Nova Friburgo, Itaboraí e Iguassu.

Como vimos mais acima, em 1832 o Código do Processo Criminal indicou uma nova repartição das vilas, cidades e comarcas de acordo com critérios como proximidade, centralidade militar, existência de circuitos comerciais e comunicacionais; equidistância das capitais administrativas; homogeneidade jurídica e contiguidade (acidentes naturais e sentimento de pertencimento). Para as vilas que se candidatassem à cabeça de comarcas deveriam ser levados em conta atributos como funções urbanas, econômicas e simbólicas. Um rearranjo associado à redução daquelas extensões e à acessibilidade aos centros administrativos e judiciais foi implantado simultaneamente à criação, em 1836, da Diretoria de Obras Públicas, órgão técnico encarregado por todos os trabalhos de engenharia da Província do Rio de Janeiro.

Se no início do século XIX a província decompunha-se em seis comarcas – Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Ilha Grande, Cantagalo e Paraíba Nova, em 1835 definiram-se oito – Niterói, Itaboraí, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Vassouras, Resende e Angra dos Reis. De acordo com o Relatório do

Presidente da Província de 1848, pretendeu-se melhorar sua divisão “para a conciliação das instituições civis com necessidades espirituais” que resultou na criação de mais três comarcas, totalizando onze em 1855; em 1866 eram doze – da Capital, Itaboraí, Rio Bonito, Cabo Frio, Cantagalo, Campos dos Goytacazes, Magé, Estrella, Vassouras, São João Príncipe, Rezende e Angra dos Reis. Em relação às vilas, na segunda metade dos oitocentos foram fundadas Capivari, Pajuarema, Saquarema, Barra de São João, Rio Bonito, Estrella, Rio Claro, São Fidélis, Petrópolis, Araruama, Santa Maria Madalena, Sapucaia, Carmo, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna. O crescimento do número de comarcas e de vilas no Rio de Janeiro esteve vinculado à gestão política, judiciária, fiscal e militar e atrelado ao surto urbano, à formação de uma rede e à centralização.

Ao processo de centralização política correspondeu a concentração fundiária. Vejamos: em julho de 1822 as doações foram suspensas mantendo-se, entretanto, o reconhecimento daquelas sem título caso os posseiros pudessem comprovar cultivo antigo. Todavia, em torno de 1830, os grandes cafeicultores fluminenses resolveram estabelecer um título legal incontestável via medição judicial supervisionada. Tal medida acabou por marginalizar os sitiantes, tornando-os agregados das fazendas ou expulsando-os. Com a Lei de Terras, de setembro de 1850, o Estado firmou a aquisição de terras devolutas somente por compra cujos recursos financiariam a vinda de imigrantes. No entanto, face à pressão dos donos das grandes plantações, foram revalidadas as sesmarias e legitimadas as grandes posses institucionalizando a propriedade privada do solo. Além disso o crédito contribuiu para a concentração fundiária pois o financiamento, garantido pelas arrobas a serem produzidas, ocasionou a acumulação de enormes extensões por conta da execução de dívidas hipotecárias. Somase ainda a absorção das pequenas e médias propriedades ou das posses de sitiantes, responsáveis pela produção de gêneros alimentícios (feijão, arroz, milho, farinha e carnes salgadas) para a venda nos mercados locais¹².

Os lucros obtidos pelos nobres senhores eram trocados por mais escravos. Recordemos que a produção fluminense da rubiácea dependia principalmente da mão de obra cativa que, por sua vez,

representava 73% do valor dos estabelecimentos. Com o término do tráfico internacional, escravos do nordeste deslocaram-se para o sudeste e parte do capital dos traficantes dirigiu-se para as fazendas de café que, por conta da técnica de plantio que desgastava o solo, necessitava de cada vez mais glebas denotando um intrincado binômio difícil de rompimento. É importante acrescentar ainda a valorização dos terrenos a partir da abertura de estradas e da criação de vilas.

Quanto à política de formação de núcleos coloniais, esta já havia sido iniciada por Pombal com açorianos no sul e no norte do Brasil. No entanto a novidade definia-se pela presença de outras etnias, inclusive a de negros libertos¹³, e pela promulgação da lei 276 de 5 de fevereiro de 1826 ordenando o estabelecimento de um núcleo colonial em cada município da província através de companhias ou da Sociedade Promotora da Colonização do Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, a lei provincial de maio de 1840 determinou a organização de colônias agrícolas e “industriosas” sob as seguintes condições: que fossem garantidas aos colonos porções de terrenos nas proximidades das povoações mediante perpétuo e módico foro; que lhes fosse concedida a isenção de foro, de pagamento de qualquer serviço público e de impostos provinciais nos primeiros anos; que cada casal obteria “uma porção igual e suficiente para o ramo de sua agricultura ou indústria” e casas “provisórias porém seguras”; que não seriam admitidos escravos; que o povoamento deveria ocorrer em três anos; que os contratos legais estabelecidos com os colonos eram garantidos por lei e que o preço da passagem seria pago à sua chegada quando receberiam ferramentas e uma diária durante um ano. A lei autorizava o Presidente da Província auxiliar qualquer companhia no estabelecimento de depósitos de colonização¹⁴ e empregar os operários (canteiros, pedreiros e ferreiros) nas obras públicas.

Os inquéritos do governo acerca da existência de áreas devolutas ou pertencentes a índios que pudessem ser consideradas vazias recebiam resposta negativa das autoridades locais, contribuindo também para o estabelecimento de muitos núcleos em zonas improdutivas. Na falta de terras devolutas ou sesmarias, o governo poderia comprá-las ou aforá-las despendendo 60 contos por 5 anos com a emissão de apólices sob o título “Em-

préstimo para a Colonização na Província do Rio de Janeiro”, despesas posteriormente pagas pelos colonos. Além das negociatas das companhias e dos agentes, havia ainda oposição entre a política de estímulo à imigração e os interesses dos fazendeiros de café que aceitavam a fundação de colônias apenas nas províncias do sul discordando da introdução da mão de obra livre e da doação de terra a estrangeiros (CARVALHO, 1969)¹⁵. Neste sentido, para Costa (1998), os núcleos coloniais estavam fadados ao insucesso já que a mão de obra livre concorria com o braço escravo e as fazendas sendo quase auto-suficientes impediriam a constituição de mercados consumidores.

Somente com a perseguição ao tráfico negreiro a partir de 1850, o tema da imigração européia voltou à discussão trazida pelo sistema de parceria idealizado pelo fazendeiro paulista e senador Nicolau de Campos Vergueiro¹⁶. Em 1855 com a participação do governo na terça parte do capital, foi fundada no Rio de Janeiro a Companhia Central de Colonização cuja expectativa era a de introduzir 50.000 imigrantes em 5 anos¹⁷. As colônias tornaram-se viveiros de mão de obra livre e barata, uma espécie de nova escravidão, branca, contrariando o objetivo das propostas liberais.

Que significava, socialmente, este sistema? Nada mais que um processo forçado e artificial de recrutar, não verdadeiros povoadores, novos membros de uma comunidade humana, mas simplesmente instrumentos de trabalho para a grande lavoura cafeeira. Deixava-se de lado todo o aspecto social e mesmo humano do problema do povoamento pela imigração, que se sacrificava em benefício exclusivo do interesse unilateral e imediatista dos fazendeiros do café (PRAIDO JUNIOR, 1957: 251-2).

Com referência às grandes obras públicas, os Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro das décadas de 1840 e 1850 apresentam vultosos recursos aplicados em melhoramentos na navegação de rios e lagoas e nos caminhos e estradas da Província que conectavam as diversas localidades aos portos do recôncavo da Guanabara, de Mangaratiba, de Angra dos Reis e de Paraty. De acordo com o que foi priorizado, pode-se

perceber que a Província era pensada em termos transversais ao rio Paraíba do Sul, demonstrando a força dos senhores de engenho e dos cafeicultores (CHRYSOSTOMO, 2006).

Conclusão

As estruturas organizacionais montadas pelo Estado representariam, ao nível do discurso, os cidadãos com a sua história, atividades e objetivos. Verificamos que as mudanças na ordem administrativa e de governo da Província Fluminense refletiram as disputas de poder entre as concepções liberais e conservadoras. A multiplicação de vilas e comarcas acompanhou a centralização e foi também resultado dos embates entre os agentes locais e regionais pelo domínio do território, revelando desdobramentos no arranjo espacial fluminense.

A produção de diferentes espaços é resultado de um processo onde estão presentes instituições do Estado atuando em diversos níveis e escalas. Partindo-se do princípio que as políticas públicas criam novas localizações fica clara a correlação de forças sociais que definiram, ao longo da história do império, as diferentes formas e funções adquiridas pelas regiões. Portanto, propostas de centralização ou de relativa distribuição de poder e de renda entre as províncias denunciam as circunstâncias pelas quais o país estava passando e evidenciam tentativas de promover a reordenação do território e da sociedade.

Assim, a defesa de um governo forte e centralizado significava, também, a defesa pela ampliação dos recursos financeiros de modo a legitimar um modelo de política. Certamente a constituição de um “poder administrativo” era a garantia de disseminação dos interesses de determinados grupos, em especial os *saquaremas*, junto ao Estado. O empreendimento imperial contou com o apoio da aristocracia, assim como dos funcionários ou da burocracia militar que definiam os planos de ocupação através de uma estratégia de guerra contra a natureza e contra os índios. Aliados a estes agentes, tanto os liberais como os conservadores, expressando os interesses das diversas esferas de poder, propuseram em diferentes momentos mudanças político-administrativas que tiveram impacto na regionalização

fluminense transformando a estrutura física e social da província. A disputa entre autonomia das províncias e o fortalecimento do governo central, demonstra como a gestão, com seus aparatos institucionais, são responsáveis por expandir ordens e idéias.

Referências bibliográficas

ANDRADA E SILVA, J. B. *Projetos para o Brasil*. Dolhnikoff, Miriam (org.). São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000 [1823/1825]

BRASIL. Lei de 29 de novembro 1832. Código do Processo Criminal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=83043>> acesso em: 25 fev. 2009.

_____. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Ato Adicional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64912>> acesso em: 25 fev. 2009.

_____. Lei n. 105 de 12 de maio de 1840. Lei de Interpretação do Ato Adicional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=94111>> acesso em: 25 fev. 2009.

CARVALHO, D. *Organização social e política brasileira*, 5ª ed.. Rio de Janeiro: Record, 1969.

CARVALHO, J. M. (org. e introdução). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. (org. e introdução). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CHRYSOSTOMO, M. I. J. *Idéias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na Província do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Ippur/Ufjf, 2006.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia* 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

ENGEL, M. G. Tavares Bastos. In Vainfas, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil imperial. 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002

FALCON, F. C.; KANTOR, I. Geração de 1790. In VAINFAS, R.; NEVES, L. M. B. P. (orgs). *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FAORO, R. *Os donos do poder*, 10ª ed. São Paulo: Ed. Globo; Publifolha, 2000.

FRIDMAN, F. De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: Anpur; Ippur, 2001.

_____. Do chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro. *Cadernos Ippur* (1), jan-jul 2002.

GORENDER, J. *Brasil em preto e branco. O passado escravista que não passou*. São Paulo: Senac, 2000.

IGLÉSIAS, F. *Trajetoária Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus Editora, 1988 [1976]

LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

MORAES FILHO, E. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MOTA, C. G. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In MOTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora Senac/Sesc, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, 2ª ed.

TAVARES BASTOS, A. C. *A Província*. Edição Fac Simile. Distrito Federal: Editora Senado Federal, 1997 [1870]. [1976]

Fontes primárias

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Relatórios apresentados à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro (período 1845-1849) – microfilme n. 033.1-78;

Relatórios apresentados à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro (período 1852-1853) – microfilme n. 033.2-78.

Notas

- 1 A Constituição Imperial de 1824 instituiu a divisão do Brasil em províncias com área correspondente à das antigas capitanias, cuja administração ficaria a cargo de um Presidente nomeado pelo Imperador, e a organização em todas as vilas e cidades de Câmaras às quais competiria o governo econômico e municipal. No Brasil imperial ainda não havia a distinção entre vilas e cidades tal como ocorre atualmente – cidades como sedes de municípios e vilas como sedes de distritos (subdivisões administrativas dos municípios).
2. Bacharel em filosofia, direito civil e em ciências, o “Patrono da Independência” iniciou sua carreira em 1821 quando foi nomeado Vice-Presidente da Junta Provisória de São Paulo. Foi Ministro do Reino em 1822, ocupou a pasta do Império e eleito deputado da Assembléia Constituinte em 1823, mesmo ano em que foi deportado. Retornou ao país em 1831 como tutor de D. Pedro II e suplente de deputado da Bahia. Algumas de suas memórias foram publicadas quando de seu exílio.
- 3 Bernardo Vasconcellos, advogado, foi juiz de fora, jornalista, deputado geral, senador, Conselheiro de Estado, Ministro da Fazenda e da Justiça e agraciado com os títulos da Ordem do Cruzeiro e da Legião de Honra da França.
- 4 Paulino José de Souza, advogado, deputado, senador e Conselheiro de Estado, exerceu a Presidência e a Vice-presidência da província do Rio de Janeiro, foi Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros e recebeu o título de Visconde do Uruguai.
- 5 O Código do Processo Criminal também tentava restringir o poder arbitrário do imperador através da classificação e discriminação dos crimes em públicos – contra a ordem política

instituída, o Império e o imperador; particulares – praticados contra a propriedade ou contra os indivíduos; e policiais – contra a civilidade e os bons costumes.

- 6 No início de sua carreira política, Vasconcellos proferiu um discurso na Câmara dos Deputados em agosto de 1826 onde já revela preocupações com o controle do território ao propor as disciplinas, o programa e os compêndios que deveriam fazer parte de um curso jurídico a ser implementado no Brasil. Uma das matérias assinaladas era a Geografia Política. Verifica-se o caráter funcional e operacional deste saber cuja apropriação permitiria a legislação e a ação administrativas capazes de viabilizar os projetos de modernização propostos pelas elites ao país. Neste discurso fez uma defesa enfática do estabelecimento do curso no Rio de Janeiro, província que concentraria a população ilustrada, o maior número de livrarias e a infra-estrutura.
- 7 O artigo tratava ainda da promoção da instrução pública; da polícia e economia municipais; da fixação das despesas municipais e provinciais e dos impostos; da repartição da contribuição direta entre os municípios da província e o orçamento das câmaras; da criação, supressão e nomeação para os empregos municipais e provinciais; das obras públicas, estradas e navegação ao interior da província e das casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas.
- 8 O excesso de centralização do Executivo aumentaria o número de funcionários e as despesas, inchando a máquina administrativa. No seu entender, caberia promover a descentralização de alguns serviços no país com a definição das atribuições das diferentes esferas do governo.
- 9 Formado em direito, participou ativamente das sociedades acadêmicas colaborando com revistas literárias e filosóficas, recebeu o grau de doutor em 1859. Com importante carreira no segundo reinado, foi eleito deputado por Alagoas em 1861 exercendo o cargo em seguidas legislaturas até 1870 (ENGEL, 2002).
- 10 Tal como no caso norte-americano, os entes federados deveriam conduzir a imigração, a dis-

- tribuição ou venda de pequenas propriedades e a administração das terras.
- 11 Os provedores superintendiam os assuntos da fazenda, dos órfãos, das misericórdias e dos hospitais e recolhimentos, entre outras. Aos distritos dos tribunais de justiça da Coroa (Relação do Porto e da Casa de Suplicação de Lisboa) apelava-se em última instância.
- 12 As consequências da concentração de terra podem ser exemplificadas pelo preço de atacado dos gêneros alimentícios que mais que dobrou e o preço de varejo que quadruplicou entre 1852 e 1859. O preço dos escravos também dobrou entre 1850 e 1852.
- 13 Fridman (2002) aponta três experiências anteriores às de Leopoldina (1818), Franckental (1821) e São Jorge dos Ilhéus (1822) compostas por hanoverianos, e à colônia de Nova Friburgo formada por suíços católicos (1819) na Província do Rio de Janeiro. Estabelecidas com estrangeiros na fazenda de Santa Cruz que, por este motivo, pode ser considerada como um laboratório, foram a colônia dos chineses de Macau (1815); a Aldeia dos Espanhóis (1815) e, finalmente, a dos portugueses do Minho (1817) que aportaram com a promessa de 2:400 réis para cada mulher, 1:000 réis para cada filho além de enxadas, duas vacas, uma égua e um ano de ração gratuita. Uma experiência também bastante tratada pela historiografia foi Petrópolis, formada por 2.000 camponeses, artesãos e pequenos proprietários alemães, acompanhados de suas famílias e arregimentados pela firma francesa de Charles François Delrue, contratada pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho em 1843. Dez anos mais tarde eclodiu uma revolta dos colonos decorrente da má administração da Colônia e dos baixos salários. A povoação foi ocupada pela Guarda Nacional, prisões foram efetuadas e o líder expulso do país.
- 14 Depósitos de colonização eram “de mandar engajar e neles recolher, proteger e sustentar colonos úteis, dando-lhes trabalho até que por particulares ou pelo governo provincial sejam os seus serviços contratados para a lavoura ou qualquer indústria.”
- 15 Um dos mais importantes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense, Lacerda Werneck, criticando em 1855 a fundação de colônias em lugares ermos cujo acesso era difícil, sugeriu a ampliação do crédito rural e uma reforma agrária para estimular a colonização.
- 16 Em 1847 foi fundada em São Fidelis a colônia Valão dos Veados com colonos portugueses e logo depois surgiram colônias de parceria em fazendas da região de Cantagalo. Assinale-se ainda a colônia Independência organizada pelo barão Nicolau Antônio Nogueira do Vale da Gama; a de Santa Justa e a Santa Rosa na fazenda do barão de Baependy, formada em sua maioria por alemães onde consta ter ocorrido uma importante revolta em 1853. Alemães também foram trazidos para a colônia das Coroas na fazenda do marquês de Valença. Houve ainda a colônia na ilha da Madeira do “rei do café” José Joaquim de Sousa Breves. Novecentos colonos, na maioria portugueses, dirigiram-se para aquelas localizadas em terras de Cantagalo, Carmo enquanto suíços deslocaram-se para Itaguaí. Em 1869 o governo provincial contratou a introdução de 3.000 imigrantes, experiência malograda, e em 1874 uma nova tentativa com a colônia de Porto Real, em Resende, também fracassada (FRIDMAN, 2001).
- 17 Foram introduzidos em torno de 20.000 imigrantes mas que não foram fixados pela Companhia.

Fania Fridman

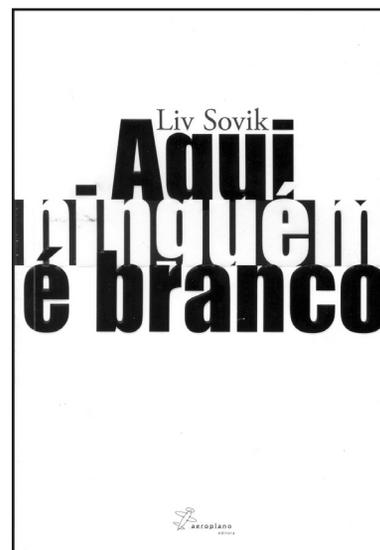
* Professora associada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu) e pesquisadora do Cnpq. Email: fania@ippur.ufjf.br

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

** Professora adjunta do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa, pesquisadora do Gesthu. Email: midjc@uol.com.br

Aqui ninguém é branco

Katia Santos*



RESENHA: *Aqui ninguém é branco*

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: AEROPLANO, 2009, 176 p.

BOOK REVIEW: *Nobody here is white*.

SOVIK, Liv. *Nobody here is white*. Rio de Janeiro: AEROPLANO, 2009, 176 p.

A primeira observação que sinto-me na obrigação de fazer sobre o livro de Liv Sovik, *Aqui ninguém é branco*, é a de que este não é mais um livro de elogios desvairados e camufladores à mestiçagem brasileira. Ao contrário de estar afirmando que não há brancos no Brasil, como podem entender alguns a partir deste título-clichê sem um subtítulo que o clarifique – o verbo, *clarificar*, aqui, é bastante apropriado – o que a autora faz é utilizar, sem aspás, o mais poderoso discurso da branquitude brasileira como título de seu livro: “aqui ninguém é branco”. Portanto, o assunto dissecado é o poder silencioso e insidioso da branquitude brasileira, e não a ausência da mesma.

Além disso, partindo-se do princípio de que todo e qualquer estrangeiro no Brasil é chamado de *gringo*, é bom que se diga também que Liv Sovik, que é norte-americana, não é uma *gringa* qualquer. Esta observação nada tem a ver com o fato de So-

vik já estar no país há muitos anos – fez doutorado na USP, adquiriu cidadania brasileira, e é professora da Escola de Comunicação da UFRJ, entre outros importantes feitos por aqui. Se digo ser a autora uma gringa de outra estirpe é exatamente pela forma como Sovik enxerga, interpreta e lida com o Brasil em análises muito “de dentro” e compromissadas. A autora não está apenas colocando o dedo na ferida e dizendo aos não brasileiros, “vejam como os brasileiros são diferentes de nós.” Ela vai além de uma observação que se nutra, quase que unicamente, de uma necessidade de destruição de crenças e mitos brasileiros e sobre o Brasil – e quem disse que queremos nos livrar de todos os nossos mitos?

A estudiosa dos Estudos Culturais, Liv Sovik, ao ressaltar nossas mazelas, que também são suas, damo-nos a perceber, parece querer construir diálogos e saídas em prol de uma sociedade mais justa,

Recebido em 30.03. 2010. Aprovado em 29.04.2010.

menos perversa, livre de racismos e preconceitos. Esta é a diferença do trabalho de Sovik: seu objetivo não é simplesmente “desmascarar o Brasil”. Sua proposta é maior que isso. E só uma “parceira” com este grau de comprometimento com o país se aperceberia do gigantismo da branquitude brasileira e da importância de trazê-la para a luz, para o centro das discussões sobre relações raciais no Brasil. É a isto que a professora Liv Sovik se propõe em seu livro. Sovik nos mostra que entende que a branquitude brasileira não é [apenas] moribunda, jocosa e sazonal. Ela não se limita, sempre, a uma maior ou menor exposição ao sol, como acreditam muitos que discutem relações raciais nos trópicos. A autora nos ensina, por exemplo, que a sempre alerta branquitude brasileira nunca esteve ausente ou em baixa em nosso mercado.

Entretanto, embora eu concorde enormemente com a autora em muitos pontos, acho pouco provável que haja consenso quanto a um dos caminhos escolhidos pela autora para debater e escarafunchar os meandros da branquitude no cenário cultural [popular] brasileiro. Refiro-me particularmente a escolha do cantor e compositor Caetano Veloso como “estudo de caso” – definição minha – para tanto. A postura camaleônica do genial artista Caetano diante de um assunto tão sério quanto a questão do racismo no Brasil torna a opção da autora um tanto questionável, no meu entender. E não há mistério na crítica que faço aqui: quando a piada (muitas vezes protagonizada por Caetano, sobre o assunto) somos nós, a graça morre antes de nascer.

Embora não haja excessos no espaço dedicado ao diálogo com Caetano e sua obra, de início temos a sensação de que o artista, como bem sabe fazer, domina a cena por muito tempo, mais do que deveria ou precisaria. Mas é exatamente por sermos motivados por esta sensação enganosa que aceitamos e acompanhamos os desdobramentos da escolha de Sovik, justificada pelo fato de Caetano Veloso manter-se ainda como “um personagem importante na cena cultural brasileira”, como avalia a autora. E ao final concluímos que uma outra adjetivação possível para o odara-artista seria “conservador”, ainda que este não seja um conservador, ou conservadorismo, qualquer. E seguindo esta dedução, descontextualizo uma questão levantada por Sovik (à página 155, ao discutir o abolicionismo de Joaquim Nabuco) para que não percamos a

chance de pensar e revisitar Caetano Veloso: “será que os privilegiados pelo racismo podem dispensar inteiramente o imaginário ligado ao medo de retaliações?” Talvez seja esta a questão com Caetano. Façamos, cada um de nós, nossas próprias reflexões a respeito, vale o esforço.

Ao fim e ao cabo, depois de sermos convidados a relaxar pelo tom firme e apaziguador de Liv Sovik, é até possível darmos atenção ao que diz o cantor, dar-lhe crédito em algumas ideias. Isto porque antes de chegarmos a ele, a autora, de alguma forma, nos prepara para o encontro, com outras análises, de outros atores sociais, de outros momentos históricos do Brasil e do mundo. Aliás, este “mundo” é intencionalmente representado pelos Estados Unidos que, na maioria das vezes, aparece estabelecendo um contraponto com o Brasil. Sovik não faz de conta que não estamos comparando o Brasil com os Estados Unidos. Ao contrário, é no país de origem de seus pais que a professora da UFRJ vai buscar semelhanças e diferenças com o cenário brasileiro, e não se furta a tirar suas originais conclusões, oferecendo-nos novas categorias analíticas – como atesta a intelectual Sueli Carneiro na quarta capa do mesmo livro.

Essas novas categorias analíticas nos são apresentadas enredando conhecidos assuntos: o caso do ônibus 174; a “lôraburra” de Gabriel o Pensador; a cor da cidade de Daniela Mercury; a volta messiânica de Zumbi apregoada por Benjor na voz de Caetano; a negritude avexada da cantora Sapoti; funkeiros e rappers brasileiros com suas produções culturais de subsistência, e etc. Mas ao discorrer sobre os mesmos assuntos Liv Sovik nos mostra o quão revelador pode ser vê-los através de lentes que enxerguem também a branquitude brasileira e seu poder monumental neste mesmo cenário. Aprendemos, por exemplo, que a importação do conceito e da palavra “gueto” numa música que fale da cidade de Salvador não se adequa sem ruídos, visto que “o gueto não existe em uma cidade majoritariamente negra”. Simples assim. Quem melhor que alguém com olhar “estrangeiro de dentro” para nos alertar sobre o óbvio, para nos informar que o rei está nu e que ele é, sim, branco?

Uma última, mas não menos importante, observação a ser feita sobre o livro *Aqui ninguém é branco* é quanto ao estilo de Liv Sovik, que exerce com muita competência a função de promotora de

crítica cultural. O exercício de entrecruzamento de informações, conceitos e citações num cadenciado movimento intelectual mostra-nos a que vieram os Estudos Culturais e seus representantes. No mundo de interdisciplinaridade voraz em que vivemos, vemos no texto de Sovik – sem citações ou menções fora de lugar – o quanto tal modo de crítica pode “clarificar” os estudos acerca do complexo cenário cultural brasileiro. Ao final fica a esperança de que o estilo e comprometimento de Liv Sovik façam escola entre nossos outros intelectuais de plantão quando estes tratarem, também, de relações raciais no cenário cultural brasileiro. Este novo tempo agradece.

Katia Santos

*Pós-doutoranda em Estudos Culturais no PACC da UFRJ

Cidade: olhares e trajetórias

Wania Mesquita*



RESENHA: Cidade: olhares e trajetórias.

CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs). *Cidade Olhares: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 480p.

BOOK REVIEW: City: views and paths.

CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). *City: views and paths*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 480p.

O livro de organização de Sandra de Sá Carneiro e Maria Josefina Gabriel Sant'Anna origina-se das comemorações dos 25 anos do curso de especialização em Sociologia Urbana do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ e apresenta instigantes abordagens em diversos enfoques teórico-metodológicos que contemplam e revelam as contradições e os conflitos da vida urbana.

Os artigos que compõem a coletânea se dividem em quatro partes; a primeira se intitula Classes populares urbanas, territórios, identidades, urbanização e reestruturação espacial. A segunda reúne artigos sob a temática central Habitação, segregação social e fronteiras simbólicas. Já a terceira lida com Espaço urbano, formas de sociabilidade e deslocamentos, enquanto a quarta parte tem

como título Cotidiano, cultura e política. São 21 textos que, para além da ênfase temática, podem ser relacionados como um mosaico que lança uma miríade de luzes sobre os diferentes segmentos que habitam a metrópole carioca.

Perpassando pelos vários momentos político-culturais do Brasil, Luiz Antônio Machado, em seu texto de abertura da primeira parte, apresenta e discute a influência desses momentos no trabalho intelectual ao longo dos últimos quarenta anos que tiveram como foco a questão urbana. Machado apresenta a narração de uma forma diferenciada, nos mostrando bem de perto as mudanças ocorridas na conjuntura política e intelectual do país. Este olhar próximo se deve a alguém que participou de perto, quando não dentro, dessas discussões e mudanças de conjuntura. É a partir de sua gênese confessional, como adian-

Recebido em 30.03.2010. Aprovado em 20.04.2010.

te a partir da genealogia traçada por Maria Cláudia Coelho (em seu capítulo, que dá início à parte terceira do livro) no campo de saber da Antropologia Urbana produzida no Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional sob o pioneirismo de Gilberto Velho, que o livro apresenta as diferentes, porém interconectadas, maneiras como a cidade tem sido olhada em sua trajetória.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, no segundo artigo da primeira parte, apresenta uma constatação da lógica de organização do espaço urbano da metrópole carioca: ele se organiza seguindo o sistema de distâncias e oposições que insere os grupos sociais no espaço social, isto é, o espaço urbano metropolitano se caracteriza pela nítida projeção das linhas de divisão da sociedade fluminense. Através de sua investigação, Queiroz Ribeiro constata que segmentos opostos da hierarquia social mesmo quando convivem numa proximidade espacial não necessariamente coabitam no espaço urbano, que segue a delimitação de fronteiras simbólicas.

É essa também a aposta de Clara Mafra e Cláudia Swatowski, (“Mudanças do religioso em uma metrópole em mudança”), Zeny Rosendahl (“A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo”), Sandra de Sá Carneiro (“Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas”) e Fátima Cecchetto e Patrícia Farias (“Tu mora onde? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca”). Em seus artigos, a cidade maravilhosa, mas também geográfica e simbolicamente segmentada em seus usos e representações das áreas nobres, do subúrbio e dos espaços públicos, ganha no registro etnográfico e interpretativo dos autores a real agudeza das fronteiras territoriais estabelecidas pelas distinções de classe e pelo traçado identitário que delas se projetam. Nesse sentido, a distância social está marcada no corpo e no comportamento bem mais que no local de moradia e os diferentes estilos de vida que a ambiência da cidade fabrica são argumentados, contrapostos e desconstruídos através da narrativa de estigmas, preconceitos e acusações dirigidas pelos mais diferentes atores, segundo suas identidades tantas vezes essencializadas segundo lugares e instituições, e tantas vezes borradas pelos travestismos típicos das relações estabelecidas no espaço urbano, muito embora a segregação não possa ser considerada no processo de sociabilidade. É isso que

avalia Mara Josefina Gabriel Sant’Anna, em “O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança”.

Aliás, em tempos de fragmentação das identidades, sobretudo as nacionais, Ruben George Oliven, em seu artigo “Cidades, território e identidades”, discute a cultura e seus signos como fontes de formação e formatação de territórios e fronteiras. Desta forma, se toda desterritorialização implica numa contígua reterritorialização, o caráter mundializado e híbrido da cultura é produzido a partir de mimeses e adaptações que miniaturizam o mundo. Mas a complexidade reduzida no local, ao invés de liquefazer diferenças, recrudescer o empenho na marcação de alteridades e, contraditoriamente, o retorno ao nacional pode ser visto em outros termos, agora fundado na subjetivação de identidades hifenadas de indivíduos posicionados em lugares e situações liminares.

Aliás, essa ambigüidade vivida nas experiências de migração é abordada por Fernando Cordeiro Barbosa ao investigar a construção de referenciais alternativos no novo espaço e a reafirmação de estilos de vida e outras formas de pertencimento comunitário. O autor de “As redefinições sociais dos migrantes ‘nordestinos’ no Rio de Janeiro” chama atenção para o dúbio significado atribuído ao termo Paraíba, em referência aos migrantes nordestinos, implicando ao mesmo tempo em uma homogeneização impessoalizada e um referencial identitário relacionado no compartilhar de uma trajetória de vida. Também Nicolas Alexandria, em “A passagem da Feira de São Cristóvão para Centro de Tradições Nordestinas a partir das lentes do documentário Turmalina Paraíba”, e Márcia Leitão Pinheiro, com “Música e fé: dinâmicas entre os evangélicos”, analisam os momentos extraordinários que dão lugar as performances. O primeiro identifica as transformações ocorridas na Feira de São Cristóvão, tornada Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, como um processo permeado por sistemas de idéias e valores e as conseqüências objetivas e subjetivas de tais mudanças para os feirantes e freqüentadores desse espaço de sociabilidade. Passado e presente como referenciais valorativos, conflitos sociais e mudanças físicas estruturais são destacados pelo autor. A segunda se volta para as produções musicais realizadas por grupos evangélicos no que tange às suas articulações, elaborações e práticas na constituição do religioso evangélico como uma identidade.

Numa temática diferente, o trabalho de Antonio Edmilson Rodrigues, intitulado “História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil”, traz um panorama histórico da mudança ocorrida na cidade e sua reconfiguração territorial e social, chamando a atenção para o caráter conservador da modernização observada nas mudanças do espaço urbano. Na virada do século XIX para o XX, a capital da República passa por reformas que visavam eliminar o passado colonial e imprimir a idéia de modernidade nos moldes europeus. A concepção do progresso e a visão de civilidade contrapõem-se ao cenário de miséria e às estratégias de sobrevivência diante da repressão.

É desse Rio de destruição do Morro do Castelo e do projeto do Aterro do Flamengo como pontos focais do aspecto urbano inspirado na *belle époque* francesa que Marly Silva Motta analisa, em “Entre o Castelo e o Aterro: a identidade do Rio quatrocentão”, a preocupação política de inserir o país no padrão internacional de modernidade, que tentava imprimir novas práticas cotidianas a população. Nesse caso, a análise da intervenção do poder público nas áreas degradadas feita por Lídia Medeiros, que encerra a segunda parte do livro com “Habitação social no Rio de Janeiro: Victor Tavares de Moura e a contribuição da medicina social”, sobre os planos habitacionais de parques proletários orientados por concepções higienistas, avalia a “ideologia” sanitária de uma época. Nessa trajetória, o Rio cartão-postal do Brasil para o mundo é avaliado por Bianca Freire em seu texto a partir da releitura do filme “Voando para o Rio”, através da imagem hollywoodiana a respeito da valorização da Zona Sul carioca produzida à revelia de seus próprios habitantes e frente às controvérsias e aos supostos desentendimentos interpretativos cometidos pelos norte-americanos a nosso respeito.

Em tempos em que a cidade do Rio de Janeiro é frequentemente apresentada como ícone do país, a despeito de seus graves problemas sociais, as cidades médias fluminenses são analisadas por Angela Moulin Santos em “Cidades médias e reestruturação espacial na economia fluminense”, especialmente quanto ao seu potencial de crescimento diante do estado. Por sua vez, Rosane Manhães Prado se volta ao caso das dinâmicas de deslocamento da população da Ilha Grande, em Angra dos Reis, em

decorrência da intensificação do turismo na localidade. A autora, em “De praias que viram morros: deslocamento de população na Ilha Grande (RJ)”, focaliza a visão dos atores sociais e as implicações do turismo e a especulação imobiliária em territórios considerados Unidades de Conservação.

Enquanto cidades médias se deparam com os dilemas trazidos pelo crescimento, a capital continua a sofrer o contínuo recrudescimento da “violência urbana”. O artigo de Márcia Pereira Leite e Juliana Farias, “Rituais e política: manifestações contra a violência no espaço público”, revelam o efeito de uma política de segurança pública baseada na lógica de “guerra” contra as favelas e a criminalização destes territórios. A partir do exame de duas manifestações de moradores de favelas contra a violência policial no Rio de Janeiro, as autoras analisam os sentimentos de injustiça e indignação dos favelados, suas narrativas e repertórios de ação coletiva frente à impossibilidade de respostas institucionais às violências sofridas.

Por um diferente ângulo e abordagem, o artigo de Viviane Rocha e Dario Souza Silva Filho, intitulado “Quem pacifica o ‘pacificador’ e quem tem medo do caveirão? As representações da violência segundo jovens da favela no Rio de Janeiro”, focaliza as ações do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) em favelas cariocas a partir das justificativas da “metáfora de guerra” da política de segurança criminalizadora destes territórios. A análise demonstra, contundentemente, uma visão da cidade que explicita a dor e o terror de uma política de segurança baseada na lógica de confronto e que viola os direitos de uma boa parte da população carioca.

Sem dúvida, o livro é oportuno e presente no debate epistemológico da questão urbana a partir do Rio de Janeiro. A obra apresentada pelas organizadoras merece ser vista como singular e interessante, uma vez que apresenta subsídios importantes, não só para especialistas, mas também para todos aqueles interessados em reflexões sobre a vida na cidade.

Wania Mesquita

* Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)

NORMAS EDITORIAIS

Periódico científico, semestral, produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Brasil.

Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social
UFRJ - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 – fundos
CEP 22290-240 – Rio de Janeiro - RJ

CONTATOS

Telefone (21) 3873-5386
(21) 3873-5385
E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social destina-se à publicação de trabalhos atuais e relevantes para o Serviço Social e áreas afins. Cada edição focaliza um tema previamente definido pela Comissão Editorial, enfatizando sua importância no contexto social contemporâneo.

Além disso, há uma parte reservada a temas livres que podem ser apresentados através de ensaios, pesquisas teóricas e aplicadas, experiências, conferências, resenhas e traduções.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico.

Todos os direitos editoriais são reservados à Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social. Nenhum artigo ou parte dele pode ser reproduzido em nenhum outro periódico, nem disponibilizado em meios, sem a expressa autorização por escrito do Conselho Editorial, e quando o fizer, deve constar o nome da revista, o número e o volume, as páginas e a data da sua publicação, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Os trabalhos submetidos à publicação são analisados por pares, Membros do Conselho Editorial ou pareceristas “ad hoc”, os quais atribuirão um conceito quanto da validade da publicação do artigo, podendo sugerir aos autores reformulações ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos artigos será da Comissão Editorial, baseada no programa editorial da revista. Durante o processo de submissão dos artigos serão verificados o rigor, a clareza e precisão quanto à produção científica, à reda-

ção, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As possíveis modificações de estrutura e conteúdo do texto serão acordadas entre os autores e a Comissão Editorial. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o(s) autor(es) no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

1) Seções

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social tem periodicidade semestral e adota normas técnicas da ABNT para publicações em periódicos científicos.

1) Artigos

Os artigos poderão ser encaminhados em português ou em espanhol, sendo também aceitos trabalhos publicados em revistas estrangeiras, em quaisquer idiomas, desde que traduzidos para o português (com exceção daqueles em espanhol), tendo os direitos autorais cedidos pelo(s) autor(es) e editor(es).

a) Pesquisas teóricas: análise de categorias e conceitos teóricos que questionem modelos existentes e levantem questões e hipóteses para pesquisas futuras (máximo de 30 laudas, incluindo desenhos, figuras, tabelas, fotos e referência bibliográfica). Deverá conter: introdução, desenvolvimento e conclusão;

b) Pesquisas Aplicadas: contribuições destinadas a divulgar resultados inéditos de pesquisa de natureza teórico-empírica. São aceitos trabalhos completos com informações sobre temas relevantes (máximo 30 laudas).

c) Relatos de experiência profissional: estudo de caso contendo análise conceitual e descrição dos procedimentos de intervenção (máximo de 15 laudas, incluindo referências bibliográficas);

d) Entrevistas: entrevistas com pessoas que tenham contribuições teórico-profissionais relevantes para o Serviço Social e áreas afins. (máximo de 10 laudas, incluindo referências bibliográficas);

e) Resenhas: análises críticas de obras publicadas e assuntos concernentes a estudos de Política e Teoria Social e Serviço Social (máximo de 5 laudas, incluindo referências bibliográficas);

f) Comunicações e divulgação de opiniões sobre questões atuais e práticas da área acadêmica e social.

g) Resumos de dissertações e teses: descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no semestre de publicação da edição da revista. Os resumos devem conter no máximo 500 palavras, fonte “times new roman”, corpo 12, espaço simples. Na primeira linha, deve conter o título do trabalho em negrito; na segunda linha deve vir o nome do autor seguido do endereço eletrônico; na terceira linha deve vir o nome do orientador seguido dos nomes que compuseram a banca e sua filiação institucional; na quarta linha deve vir a data de defesa da dissertação ou tese e na linha seguinte, três palavras-chave. Indicar link para acesso do trabalho completo no acervo da CAPES.

1) Ilustrações: tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos e mapas (no total, não poderão exceder o número de 5 (cinco).

a) Tabelas e Quadros: devem ser incluídos no próprio corpo do texto. Todas as tabelas e quadros devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), e a cada uma deve ser atribuído um breve título.

b) Gráficos: devem ser encaminhados no corpo do texto, em preto e branco (escala cinza). Todos os gráficos devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt.

c) Figuras e fotos: devem ser nítidas, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural e salvas em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. As figuras e fotos devem ser encaminhadas no corpo do texto. Todas as imagens (figuras e fotos) devem ser numeradas em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (caso tenham sido publicadas anteriormente). Se as imagens forem oriundas da Internet, deverão ser citados o site e a data de acesso.

d) Mapas: devem ser nítidos, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural, e salvos em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. Os mapas devem ser encami-

nhados dentro do corpo do texto, e ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes, com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt. Se as imagens dos mapas forem oriundas da Internet, citar o endereço do site e a data de acesso.

e) Anexos: todos os anexos encaminhados devem ser referidos no texto, e o tamanho total não pode ultrapassar 24cm de altura por 18cm de largura.

2) Encaminhamento e submissão dos artigos

Todos os artigos devem ser encaminhados através do Sistema Eletrônico de Editoração da Revistas Praia Vermelha, acessando o endereço:

<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha>

É necessário cadastramento prévio do autor no sistema para submissão do artigo.

3) Ao encaminhar o artigo, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais.

1) Declaração de Responsabilidade (deve ser assinada por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

Certifico que participei da concepção do trabalho, em parte ou na íntegra, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo. Certifico que o texto é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura:

Data:

2) Termo de Transferência de Direitos Autorais (deve ser assinado por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

O(s) autor(es) abaixo-assinado(s) transfere(m) todos os direitos autorais do artigo para a Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sendo impresso ou eletrônico, sem que prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, fará constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura(s)

Data:

4) Apresentação dos originais

a) Nome completo do(s) autor(es), formação profissional, titulação, filiação institucional e e-mail, em folha separada do corpo do artigo.

b) Folha de rosto sem identificação: Deve estar formatada em espaçamento simples entre linhas. Na primeira linha da página, inserir o título original do texto centralizado, em português, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, título em inglês centralizado, seguido de uma linha em branco. A página da folha de rosto deve ser enumerada como “zero” e não deve ser exibida essa numeração. Observar a configuração de numeração de páginas do editor de texto;

c) Resumo e palavras-chave: O resumo deve vir logo abaixo do título em português antecedido por uma linha em branco, em um único parágrafo, com no máximo 100-150 palavras, sendo o alinhamento “justificado”, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, listar o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave em português (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), seguido de uma linha em branco;

d) Abstract e keywords: Devem ser antecidos pela tradução do título em inglês. O resumo em inglês (abstract) deve ser fiel ao resumo em

português, e não uma tradução “literal” do mesmo. Pede-se não usar tradutores eletrônicos. Ao final do “abstract”, inserir uma linha em branco e listar as “keywords” (versão em inglês das palavras-chave, em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula) ;

e) Formato: Os originais devem ser escritos em editor de texto e salvos na extensão “.DOC”, “.ODT” ou “.RTF” (não serão aceitos arquivos em “.DOCX”). O texto deve começar na página seguinte à folha de rosto, de acordo com a seguinte configuração: Tamanho da página A4; margem superior e inferior igual a 3 cm; margem esquerda com 3 cm e margem direita com 2 cm; espaçamento entre linhas duplo (ao longo de todo o texto a partir da primeira página do artigo, exceto nas citações, que devem estar em espaço 1 – não considerar a folha de rosto); fonte “Times New Roman” tamanho 12 (com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, incluindo referências bibliográficas); alinhamento do texto justificado com recuo de 2 cm para cada parágrafo; a numeração das páginas deve ser feita no canto superior direito começando pelo número 1. As referências bibliográficas devem vir logo em seguida, ao final do texto, e as notas, quando houver, após as referências bibliográficas, sem quebra de página para ambos;

f) Citações: devem ser observadas segundo as normas da ABNT, conforme segue:

1. Citação indireta: deve ser indicada através do sistema “autor-data”.

Ex.1:

De acordo com Netto (1991)... ; Segundo Netto (1991)...; Conforme o ponto de vista de Netto (1991)...

Se a referência do autor vier dentro dos parênteses, deve constar o sobrenome em maiúsculas, seguido do ano da publicação.

Ex.2:

... exaurido de um certo padrão de desenvolvimento capitalista (NETTO, 1991)...

2. Citação direta: até três linhas, deve vir dentro do corpo do texto, entre aspas seguido do sistema “autor, data, página”:

Ex.1:

... a apreensão do sentido do método para o Serviço Social não poderia ser outra, que não o identificasse como “um conjunto de regras sobre ‘como fazer’ e/ou pautas para a intervenção” (GUERRA, 2001: 271).

Se a citação for superior a três linhas, deve vir recuada 0,5 cm do parágrafo (ver alinhamento do texto no item 4.b), sem aspas, fonte tamanho 11, espaçamento simples, seguido de referência completa entre parêntese, incluindo o número da página da citação:

Ex.2: O ano de 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria geralmente em versões que teriam surpreendido Marx – e para uma variedade de seitas e grupos “marxistas-leninistas”, unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas (HOBSBAWM, 1998: 81).

g) Notas: Devem ser reduzidas ao máximo, e na impossibilidade, solicita-se que sejam feitas ao final de cada capítulo. Não usar a formatação de notas de fim de capítulo do editor de texto Word for Windows. As notas devem ser inseridas no corpo do texto, através de numeração arábica entre parêntese. Após as referências bibliográficas, digitar o texto correspondente à ordem numérica das notas citadas. A formatação das notas de fim de capítulo deve seguir a seguinte recomendação: fonte “Times New Roman” tamanho 11, justificada. Quando houver citação, direta ou indireta, seguir as normas de referência pontuadas em “f.a” e “f.b” acima. Não usar recuo de parágrafo para as citações dentro das notas. Elas devem vir ao longo do texto, mesmo que ultrapassem três linhas. Deixar uma linha em branco entre cada nota.

h) Referências Bibliográficas

Todas as referências bibliográficas devem estar citadas no texto, em espaço simples, espaçamento entre linhas (antes e depois) igual a 6pt (ver no editor de texto Word – formatar, parágrafo, espaçamento), sem recuo de primeira, ou segunda linhas, que devem vir formatadas. Devem ser observadas as normas da ABNT, conforme segue:

1. Para livros (obra completa): Sobrenome completo do autor, em caixa alta (maiúscula), se-

guido das iniciais do nome em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora e ano da publicação:

Ex1.:

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

Caso o livro se refira a uma coleção, composta de mais de um volume, indicar o número correspondente àquela obra antes do ano:

Ex2.:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

Quando houver mais de três autores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico:

Ex.3:

FEIGUIN, D. et al. Um retrato da violência contra a mulher: 2.038 ‘Boletins de Ocorrências’. São Paulo: Fundação Seade, 1987.

Quando houver mais de uma obra do mesmo autor, na segunda referência deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) toques “_____”:

Ex. 4:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

_____. A questão judaica. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor publicada no mesmo ano, deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____” e diferenciá-la usando “a” e “b” após o ano, seja em livros ou periódicos:

Ex.5:

SILVA, J. F. S. Justiceiros e violência urbana. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Violência, Serviço Social e formação profissional In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 79, p. 133-147, set. 2004b.

2. Capítulo de livros: Sobrenome completo do(s) autor(es) em caixa alta, seguido das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, sobrenome do(s) organizador(es) da obra em maiúscula (no caso de mais de um organizador acrescentar “&”; no caso de três organizadores/autores, separar o primeiro e o segundo por “;” e “&” entre o segundo e o terceiro), apenas a(s) iniciais do nome do(s) organizador(es) em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora, ano seguido da página inicial e final do artigo na obra:

Ex.1:

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia In: COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

Quando houver mais de três autores, ou mais de três organizadores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor/organizador conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico e demais referência bibliográfica para citação de obras completas ou organizada.

Ex.2:

VINAGRE SILVA, M. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório In: GUERRA, Y.; FORT, V. (org.). Ética e Direitos: Ensaio crítico. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

Quando houver capítulo de livro cujo organizador é o próprio autor, suprimir a referência do nome e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa da obra, e número de páginas do texto após ano de publicação:

Ex.3:

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

3. Periódicos: Sobrenome do(s) autor(es) em caixa alta (maiúscula), apenas das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, título do periódico em itálico, cidade de publicação, indicar o volume do periódico e o número correspondente daquele volume, seguido do ano de publicação e página inicial e final do artigo, conforme o exemplo abaixo:

Ex.1:

COUTINHO, C. N. O conceito de vontade coletiva em Gramsci In: Revista *Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009., p. 32-40.

Quando houver mais de um autor, acrescentar “&” entre os autores. Quando houver mais de três autores, indicar a referência do primeiro autor, seguido de “et. al”.

Ex.2:

GUERRA, Y. et al. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância dos seus fundamentos In: Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 11, 2007, p. 237-255.

Quando houver artigos diferentes do mesmo autor, suprimir o nome do autor da segunda referência e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa do periódico, diferenciando o ano da publicação por “a” e “b”:

Ex.3:

VARGAS, J. D. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Dados, Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 4, p.729-760, 1999a.

_____. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 40, jun., p. 63-82, 1999b.

4. Jornais: Sobrenome do autor, em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do jornal em itálico, nome do local/cidade de publicação, data em algarismos arábicos seguido das três primeiras letras do mês de publicação, ano da publicação e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 jun., 1999, p.13.

5. Revistas (magazine): Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo seguido “In:” em itálico, título da revista em itálico, número da edição e/ou número da revista, nome do local/cidade de publicação, data da publicação em algarismos arábicos (ou período da publicação – mensal, bimestral, semestral, etc.) e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

ALVARENGA, T. A eutanásia virá In: Revista *Veja*, Ed. 1.898, n. 13, São Paulo, 30 março de 2005, p. 98.

6. Publicação por órgão público brasileiro: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), ministério da publicação - com apenas as primeiras letras maiúsculas - título da publicação em itálico (se o título tiver um subtítulo, só a primeira parte do título fica em itálico), cidade da publicação, editora, ano, bem como o número total de páginas, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. Ciência e tecnologia e inovação: desafios para a sociedade brasileira (Livro Verde). Brasília, Academia Brasileira de Ciências, 2001. 278 p.

7. Constituição Brasileira: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), a palavra “Constituição” com apenas a primeira letra em maiúscula seguido do ano da publicação entre parênteses, título da publicação em itálico, local/cidade da publicação, órgão e ano da publicação, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. Legislação: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da publicação da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em mai-

úsculas, local/cidade da publicação, data completa da publicação (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês), conforme exemplo abaixo:

Ex1.:

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Legislação em meio eletrônico: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em maiúsculas, a palavra “Disponível em” - endereço do site onde se encontra disponível a publicação -, seguido da data do acesso do texto (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês e ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex2:

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.estatutodacidade.com.br>. Acesso em: 12 set. 2002.

9. Publicações disponíveis em sites da internet: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do site onde o texto se encontra disponível em itálico (se for o caso de uma revista eletrônica, informar o número da revista conforme exemplos acima), a palavra “Disponível em”, seguido do endereço do site onde se encontra disponível a publicação, data de quando o texto foi acessado (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês seguido de ponto antes do ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex.:

MAGNOLI, D. O dom de iludir, Associação dos Docentes da UFRRJ, 09 de set. 2009. Disponível em:

http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/dom_de_iludir.htm

Acesso em: 10 de set. 2009.

10. Dissertações e teses: Sobrenome do autor em maiúsculas seguido apenas das iniciais do autor em maiúsculas, título em itálico (se houver subtítulo, apenas a primeira parte do título deve ser em itálico), indicação se trata-se de tese ou dissertação, programa de pós-graduação onde foi defendida, instituição de ensino superior que pertence o programa, local/cidade, ano.

Ex.:

SANSON, C. Trabalho e Subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

11. Comunicação em evento científico publicado em anais: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), seguido das iniciais do nome do autor, título do trabalho apresentado seguido de “In:” em itálico, nome do evento, local/cidade do evento, título dos anais em itálico, local/cidade, instituição promotora, ano de publicação e página (quando houver impressão):

Ex.: IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Fortaleza. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Fortaleza: ABEPSS, 2004.

Observar que todas palavras em outra língua, diferente do português, devem vir em itálico.

